

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

MICAEL ALVINO DA SILVA

VIGILÂNCIA AOS SÚDITOS DO EIXO NA PARTE BRASILEIRA
DA TRÍPLICE FRONTEIRA (1942-1943)

MARINGÁ
2010

MICAEL ALVINO DA SILVA

VIGILÂNCIA AOS SÚDITOS DO EIXO NA PARTE BRASILEIRA
DA TRÍPLICE FRONTEIRA (1942-1943)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

MARINGÁ
2010

S586v SILVA, Micael Alvino
Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira (1942-1943). / Micael Alvino Silva. — Maringá, 2010. 222 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2010.

Orientador: João Fábio Bertonha

1. Segunda Guerra Mundial – Súditos do Eixo. 2. Súditos do Eixo - Brasil. 3. Tríplice Fronteira – Súditos do Eixo. I. Título. II. Universidade Estadual de Maringá.

CDU 355.48 (816.2F)

MICAEL ALVINO DA SILVA

VIGILÂNCIA AOS SÚDITOS DO EIXO NA PARTE BRASILEIRA
DA TRÍPLICE FRONTEIRA (1942-1943)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Aprovado em 24 de fevereiro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Catta
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Sidnei Munhoz
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

À todos os alemães, italianos e descendentes que foram obrigados a deixar suas casas e pertences na parte brasileira da Tríplice Fronteira entre 1942 e 1945.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Cléo, que me acompanhou e encorajou durante esta caminhada; à Hanan que tem colorido nossas vidas com a ingenuidade e as artimanhas de uma criança; aos meus familiares pela motivação e sustento (em todos os sentidos). Obrigado!

Ao meu orientador, Dr. João Fábio Bertonha, que indicou caminhos e saídas nas horas oportunas. Não poderia deixar de expressar minha gratidão pela liberdade para escolher meus próprios caminhos. Meus agradecimentos também à banca examinadora: Dr. Sidnei e Dr. Catta, pela atenta leitura e sugestões.

Aos colegas de mestrado Paulinho e Andrey, especialmente ao Márcio que compartilhamos o trabalho de fotografar documentos no Arquivo Público do Paraná; e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

Ao amigo Rafael Athaides, que tem atuado como “consultor geral”, sempre à disposição para discutir os nós e os tropeços nas fontes policiais da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Sem dúvida esta dissertação teria tido menos qualidade se não fossem os alertas deste historiador.

Aos depoentes que me receberam em suas casas e cederam-me seu precioso tempo ao conceder suas memórias. As entrevistas me fizeram repensar várias considerações. Sem dúvida, ouvi-los me fez enxergar que, por trás da frieza dos documentos escritos, haviam pessoas, famílias e histórias que se modificaram de acordo com os acontecimentos da época.

Ao professor Blasius pelas oportunidades que têm sido fundamentais para este início de carreira acadêmica. De igual modo, estendo meus agradecimentos à professora Fátima.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná e demais acervos consultados.

À CAPES pelo auxílio financeiro, tão necessário para concluir este trabalho.

SILVA, Micael Alvino. *Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da tríplice fronteira (1942-1943)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Durante a Segunda Guerra Mundial, os naturais da Alemanha, Itália e Japão, foram considerados “súditos do Eixo”. Nas reuniões e conferências interamericanas do início da década de 1940, discutia-se o mal que poderia ser causado por essas pessoas caso viessem a contribuir para o esforço de guerra da “pátria-mãe”. Após o rompimento das relações diplomáticas e comerciais (janeiro de 1942), e a posterior declaração de Guerra ao Eixo, (agosto de 1942), em todo o Brasil uma série de ações marcaram a vida dos súditos do Eixo. Nosso objetivo é compreender como foram orientadas e executadas as ações de vigilância e repressão aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira, principalmente o movimento chamado “retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira”. Para atingir nosso objetivo central, consultamos os documentos normativos, inquéritos e anotações diversas arquivadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Também entrevistamos pessoas que foram obrigadas a deixar suas casas e pertences em função da ordem de “retirada”.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Tríplice Fronteira, Súditos do Eixo.

SILVA, Micael Alvino. *Monitoring the subjects of the Axis in the Brazilian Tri-Border (1942-1943)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá

ABSTRACT

During World War II, the natives of Germany, Italy and Japan, were considered "subjects of the Axis." In the inter-American conferences and meetings in the early 1940s, discussed in the evil that could be caused by these people if they were to contribute to the war effort of the "motherland". After the severance of diplomatic relations and trade (January 1942), and the subsequent declaration of war on the Axis, (August 1942), in Brazil a number of actions marked the life of the subjects of the Axis. Our goal is to understand how they were directed and carried out surveillance and repression of the subjects of the axis on the Brazilian side of the Triple Frontier, particularly the movement called "withdrawal of the subjects of the axis of the frontier." To achieve our main objective, we consulted the normative documents, surveys and notes filed by the various Police Stations Political and Social Order of Paraná. We also interviewed people who were forced to leave their homes and belongings according to the order of "withdrawal".

Keywords: World War II, Brazilian Tri-Border, Subjects of the Axis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de estrangeiros, alemães, italianos e japoneses – 1940.....	33
Tabela 2	Comparativo entre o número de estrangeiros – 1940.....	34
Tabela 3	Distribuição dos filiados ao NSDAP/PR (por localidade)	136
Tabela 4	Relação de sócios do Centro Agrícola e Social (por nacionalidade).....	153

LISTA DE ABREVIATURAS

5ª RM	Quinta Região Militar
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DEOPS/SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS/PR	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná
DOPS/SC	Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina
EDB	Elite Diplomática Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
NSDAP	Partido Nazista
PRONT	Prontuário
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
TOP	Topografia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	REFERENCIAL TEÓRICO, SÚDITOS DO EIXO E TRÍPLICE FRONTEIRA	19
1.1	Referencial teórico: Nova História Política	19
1.2	Repressão aos súditos do Eixo	22
1.3	Registro da vigilância na parte brasileira da Tríplice Fronteira	24
1.4	A parte brasileira da Tríplice Fronteira	29
2	RELAÇÕES INTERNACIONAIS E “SÚDITOS DO EIXO”	38
2.1	A América e os Aliados	39
2.2	Receios em tempos de guerra	46
2.2.1	Uma invasão militar ao território americano.....	47
2.2.2	O perigo alemão.....	53
2.2.3	O perigo argentino.....	61
2.2.4	Espionagem nazista no Brasil.....	75
2.3	Considerações sobre as relações internacionais e os súditos do Eixo	81
3	A DOPS-PR E A DELEGACIA REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU	83
3.1	A polícia política e o estado de normativas	84
3.1.1	Aspecto normativo da repressão policial no Paraná.....	89
3.2	A DOPS e a “questão argentina”	105
3.2.1	Orientações do Ministério da Justiça.....	106
3.2.2	Relatórios sobre a divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina.....	107
3.2.3	Incidente entre militares brasileiros e argentinos.....	109
3.2.4	A visita do Delegado Regional à Posadas.....	111
3.3	Vigilância aos indesejáveis até outubro de 1942	117
3.3.1	Investigações especiais à Companhia Mate Larangeira.....	119
3.3.2	“Fugitivos políticos para o Paraguai”.....	123
3.3.3	Apreensão de Jornal Alemão em poder de Martin Nieuwenhoff.....	133
3.3.4	Interrogatório de Paulo Rockel após rompimento do Brasil com o Eixo.....	137
3.3.5	Prisão de Emil Mohrhoff e apreensão material de propaganda nazista.....	141

4	VIGILÂNCIA E RETIRADA DOS SÚDITOS DO EIXO DA FAIXA DE FRONTEIRA.....	146
4.1	Congregação do Verbo Divino: padres, igreja e material bélico.....	148
4.2	Sociedades estrangeiras em Foz do Iguaçu.....	157
4.3	Retirada dos súditos do Eixo da parte brasileira da Tríplice Fronteira.....	163
4.3.1	O processo segundo arquivos da DOPS-PR.....	167
4.3.2	Súditos autorizados a ficar: discordância entre militares e DOPS.....	174
4.3.3	Lembranças de época: crianças e adolescentes “retirados”	178
4.4	O “abrandamento”.....	193
	CONCLUSÃO.....	201
	REFERÊNCIAS.....	205
	ANEXOS.....	217

INTRODUÇÃO

Dia 15 de janeiro de 1942. Enquanto os ministros do exterior das nações americanas reuniam-se no Rio de Janeiro para dar início à Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina, Martin Nieuwenhoff seguiu sua rotina normal. Recolheu o que sobrou de sua produção agrícola do mês, colocou em uma canoa e com o filho Franz remou sobre o rio Iguaçu até atingir o local de acesso à cidade argentina. Concluídos seus negócios, foi ao pequeno centro da cidade para verificar se havia correspondência em sua caixa postal. Como esperava, lá estava um jornal alemão editado em Porto Alegre, que viajava pela Argentina para chegar ao seu assinante. Pegou seu exemplar e voltou para a barranca do rio onde havia deixado a canoa. Na volta, o trajeto não era o mesmo da ida, era necessário desviar a rota rio abaixo para passar pela fiscalização no porto, quase na foz daquele rio. Até a chegada no porto, estava tudo correndo normalmente. O policial que estava fazendo as revistas encontrou o jornal que Martin trazia e, por estar escrito em alemão, levou seu portador preso. O filho Franz, voltou para casa para avisar a mãe e as seis irmãs que o pai havia ficado preso.

Esse é um dos casos em que alguém que foi preso na parte brasileira da Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial. Martin não se conformou com esta prisão, logo ele que julgava ser um imigrante cumpridor de suas obrigações com o país onde residia e onde tinha nascido seus filhos. Mas, o motivo pelo qual foi preso, e outras ações ocorreram contra os alemães e italianos na Tríplice Fronteira tinha base em acontecimentos mais longínquos do que ele poderia imaginar. A rotina de Martin e de tantos outros imigrantes foi alterada em função de acontecimentos que marcaram a história da humanidade. Aqueles foram tempos de guerra.

Tempos de guerras são tempos de incertezas. As incertezas que vieram com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial trouxeram conseqüências para todo o mundo. As potências que formavam o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), foram acusadas de cometer as mais terríveis barbáries vistas até então. Nas Américas, os Estados Unidos fizeram uma ampla campanha para movimentar a opinião pública de modo que ficasse claro que os países do Eixo representavam uma grave ameaça à democracia e à liberdade.

Com o decorrer e a indecisão da guerra, a situação chegou a tal ponto em que era necessário derrotar o Eixo a qualquer custo. Acreditava-se que elementos do Eixo infiltrados nas Américas poderiam ser decisivos para que seus países vencessem a guerra. Os elementos fiéis ao Eixo nas Américas poderiam causar graves prejuízos nos locais em que estivessem, pois, poderiam enviar informações preciosas às suas pátrias-mãe. Neste sentido, os alemães, italianos e japoneses que morassem em qualquer lugar da América poderiam representar um perigo em potencial.

Considerando a localização de encontro de três países, e o conflito mundial, começamos a fazer questionamentos tendo em vista a divisa do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Nosso questionamento inicial era no sentido de identificar como a população alemã, italiana e japonesa que residia nesta na Tríplice Fronteira foi atingida por medidas que evitassem qualquer comunicação e colaboração com o Eixo.

Identificamos que não havia sequer um estudo acadêmico sobre as pessoas que viviam na parte brasileira da Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial. Em pesquisas preliminares identificamos, também, que havia somente alemães e italianos na parte brasileira da Tríplice Fronteira nos anos 1940. Por isso, sempre que nos referimos a súditos do Eixo em Foz do Iguaçu, não estamos nos referindo aos japoneses porque não havia presença deles na região.

Continuando nossas investigações preliminares, encontramos poucos e esparsos registros. Estes eram pouco esclarecedores, até que nos deparamos com um fragmento específico sobre um suposto movimento de retirada de súditos do Eixo da faixa de fronteira. Com esta informação em mãos, aumentamos nossos questionamentos no sentido de compreender como foi a repressão, se houve esta retirada de súditos, e principalmente, em que se baseava o Estado para afastar as pessoas de suas residências da parte brasileira da Tríplice Fronteira.

Nesse sentido, o objetivo da nossa pesquisa foi fazer um resgate histórico da vigilância que a polícia exerceu sobre as pessoas suspeitas de possivelmente colaborar com o Eixo. Buscamos compreender como a polícia agiu contra os alemães e italianos, como foi o movimento de retirada dessas pessoas da parte brasileira da Tríplice Fronteira, e quais as conseqüências para suas vidas.

Para atendermos ao nosso objetivo, definimos nosso recorte temporal e espacial. Quanto ao espaço não há maiores problemas, pois, trabalhamos com a parte brasileira da Tríplice Fronteira, especificamente a cidade de Foz do Iguaçu. Quanto ao tempo, definimos como início da nossa análise o ano de 1942, data dos primeiros casos de vigilância aos súditos. O fim do nosso recorte temporal é maio de 1943, quando o delegado regional que mais atuou na vigilância aos súditos em Foz do Iguaçu foi transferido. Este recorte nos foi imposto pela documentação consultada nos arquivos da DOPS-PR.

A hipótese de trabalho que lançamos foi a de que os súditos do Eixo na Tríplice Fronteira foram mantidos sob vigilância porque este espaço de fronteira poderia ser prejudicial à segurança nacional, se houvesse junção entre interesses dos súditos do Eixo e dos argentinos em prejudicar o Brasil e os Aliados. Sendo assim, a ação da polícia seria no sentido de evitar que os súditos contribuíssem para o esforço de guerra “eixista”.

Nosso trabalho começou com uma pesquisa de iniciação científica durante a graduação em História no ano de 2006. Na época, fizemos um levantamento sobre o que havia de publicações sobre a Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial e uma visita ao Arquivo Público do Paraná para consultar os documentos da DOPS. Diante do material que recolhemos, fizemos uma lista de nomes para provável entrevista oral, que foram utilizados para fundamentar nosso projeto de mestrado.

Após uma segunda análise dos documentos da DOPS-PR, passamos a procurar contatos pela lista telefônica, e entramos em contato com o Sr. Irineu e a Senhora Guilhermina (Nieuwenhoff) Pastorello, esta nos indicou o Sr. José Schloegoel e o Sr. Franz Nieuwenhoff. O Sr. Ernesto Keller encontramos pelo nome de sua empresa que foi relacionado em uma matéria de revista. Estas foram as cinco pessoas entrevistadas para nosso trabalho.

Fizemos um primeiro contato com estas pessoas antes de gravar a entrevista. Marcamos horário, e para gravar pedimos que nos contassem o que lembrassem dos acontecimentos contra os alemães e italianos. Não nos preocupamos com possíveis omissões que poderiam ocorrer, pois, “com certeza seus erros são menos graves em suas conseqüências que as omissões da História Oficial.” (BOSI, 1979, p. 1)

Dos entrevistados, os mais velhos são os senhores José Schloegoel de 86 anos, e Franz Nieuwenhoff de 83 anos. Eles eram adolescentes em 1942. Sr. José Schloegoel nos recebeu em sua casa, no centro da cidade, onde mora com sua esposa. Entre conversas sobre diversos aspectos de sua história de vida, entre um e outro cafezinho, nos concedeu a entrevista.

O Sr. Franz Nieuwenhoff também mora no centro da cidade. Encontramos-nos em uma tarde bastante quente, mostrou fotos tiradas por seu pai, contou-nos sobre sua ida e seus planos de morar na Argentina, e a sua volta para a Tríplice Fronteira. Ao final da nossa conversa, todo animado, Sr. Franz Nieuwenhoff arrastou o fole de uma sanfona e tocou

composições suas e músicas que sua falecida esposa e seu pai gostavam. A letra de suas composições tem a ver com a vida na fronteira, especificamente a “tríplice”, onde nosso entrevistado viveu a maior parte de sua vida.

Dona Guilhermina Pastorello (antes de casar se chamava Guilhermina Nieuwenhoff), irmã do Sr. Franz Nieuwenhoff, tem 70 anos e nos recebeu em sua casa na Vila Iolanda. Contou-nos sobre a história da família e lembrou feitos de seu pai para a construção de uma escola na propriedade que lhe pertencia. Mesmo sendo homenageado com o nome de uma rua, ela acredita que o pai não tem o devido lugar na memória dos imigrantes que foram pioneiros em Foz do Iguaçu.

O Sr. Irineu Basso nos recebeu no mesmo local que era a chácara do pai Pedro Basso, hoje centro da cidade. Irineu nos mostrou um grande acervo de fotografias e objetos antigos que fizeram parte da história da família e mesmo da cidade de Foz do Iguaçu. Entre os objetos, está o rádio que foi preso pela delegacia em 1942 e devolvido depois de 1945.

O último de nossos entrevistados, o Sr. Ernesto Keller tem 76 anos. Recebeu-nos em sua casa que fica em cima de seu comércio de materiais elétricos. Dizendo ser uma pessoa de poucas palavras, Ernesto nos informou detalhes preciosos dos acontecimentos daqueles tempos de guerra.

Cada um destes entrevistados teve algo novo e diferente a acrescentar sobre o que passou com os alemães e italianos na parte brasileira da Tríplice Fronteira. À exceção da família Basso, todos os demais tiveram que deixar suas casas no final do ano de 1942, obrigados a afastar a uma distância segura da faixa de fronteira.

As entrevistas orais nos permitiram afastar da frieza que os documentos da DOPS nos passam à primeira vista, ao reduzir as pessoas a meros nomes investigados ou processados. Ao conversar com as pessoas que vivenciaram o período, diversos momentos foram seguidos de lágrimas, olhares parados e emocionados por lembrar-se do ocorrido.

Após as entrevistas voltamos ao Arquivo Público e passamos a procurar por pessoas citadas nas entrevistas, e por documentos que normatizassem a repressão. Foi a partir desta nova busca que encontramos a pasta pessoal de Martin Nieuwenhoff.

Também foi imperativo compreender como era organizada a estrutura policial no Paraná na década de 1940, como se organizava a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu e se ela tinha autonomia em suas ações. Encontramos muita dificuldade, pois os acervos consultados não tinham os documentos ordenados de forma organizada.

Por fim fizemos uma revisão da bibliografia consultada e dos documentos encontrados. Quanto aos documentos, organizamos em um banco de dados, além de transcrevermos as entrevistas. Dividimos a redação do texto final em quatro capítulos.

No primeiro capítulo vamos abordar o referencial teórico da nossa pesquisa, os súditos do Eixo e a Tríplice Fronteira. Nosso objetivo é situar o leitor no contexto em que se estabeleceu nossa pesquisa e que ocorreu a ação de vigilância pela delegacia regional de Foz do Iguaçu.

O segundo capítulo tem por objetivo compreender o contexto das relações internacionais para as Américas durante a Segunda Guerra Mundial. De modo geral, buscamos compreender em que medida os acontecimentos contra súditos do Eixo no Brasil foram determinados em função dos acontecimentos internacionais.

Faremos, também, uma análise dos “perigos” que os súditos poderiam representar ao Brasil durante a guerra. Destacaremos, ainda, a visão que o Brasil tinha da Argentina no conflito, e a espionagem a serviço do Eixo que funcionou no Brasil.

No terceiro capítulo, focamos nossa análise na Polícia Civil do Paraná, através da Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Era necessário que houvessem algumas normas a serem observadas por estas delegacias, e, para

tanto, faremos uma análise dos documentos que normatizaram a repressão aos súditos do Eixo em todo o estado.

A partir dos documentos que faziam referências à Argentina, em um tópico analisaremos como a DOPS e a Delegacia Regional fizeram suas anotações e observações sobre o país vizinho. O último item do terceiro capítulo é a análise das primeiras ações de vigilância aos súditos do Eixo, encaminhadas pela DOPS ou executadas pela Delegacia Regional. Destacamos que as ações policiais abordadas neste capítulo se referem exclusivamente ao período que antecede a outubro de 1942.

O período que vai de outubro de 1942 à maio de 1943 mereceu uma abordagem específica no capítulo 4. Foi neste período que aumentou significativamente o número de casos de vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Neste período, a DOPS arquivou três casos de maior relevância: um referente à Congregação do Verbo Divino; outro referente ao fechamento da Sociedade Agrícola e Social, e, por fim, outro referente a retirada de súditos do Eixo da faixa de fronteira.

Destacamos que nosso foco principal foi a retirada dos súditos da faixa de fronteira. Fizemos uma abordagem no sentido de demonstrar como é a memória da “retirada”, contida nos documentos da polícia política. Identificamos que alguns súditos foram autorizados a permanecer em Foz do Iguaçu, temática que analisamos separadamente daqueles que foram obrigados a deixar suas residências e mudar-se para o interior do estado.

Dos “retirados”, tivemos a possibilidade de ouvir aqueles que eram crianças e adolescentes na época, e fazer uma análise sobre o modo pelo qual a vida destas pessoas sofreu a interferência desta obrigatoriedade de abandonar casas e pertences na faixa de fronteira.

A seguir, apresentamos o resultado de nossa dissertação de mestrado.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO, SÚDITOS DO EIXO E TRÍPLICE FRONTEIRA

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRIA POLÍTICA

Nosso trabalho se enquadra nos pressupostos teóricos da Nova História Política, uma vez que a repressão e vigilância aos alemães, italianos e japoneses no Brasil, faz parte de uma *ação nacional e estatal*. É nacional porque abrange todo o país, e estatal porque tem como ponto de partida iniciativas políticas, postas em prática através da legislação e da ação policial. Trata-se de um período de guerra, onde o Estado aumenta suas ações sobre a sociedade civil. René Remond nos auxilia neste ponto que julgamos ser o encontro entre a pesquisa e a Nova História Política. Para ele, *o político* é uma construção abstrata, mas que tem uma ação concreta. Como campo, *o político* ora se amplia, ora se dilata. Em tempos de guerra, que é o caso do nosso objeto, este campo se amplia e “em tempos de guerra, o que não é político?” (REMOND, 2003, p. 443)

Aquela História Política dos heróis, das guerras, das batalhas, das pessoas “importantes”, a qual os historiadores profissionais no início do século XX chamaram de factual, em uma palavra *événementielle*, perdeu sua importância quando o grupo em torno da revista dos *Annales* e os historiadores *marxistas* relegaram-na a um segundo plano. Não era “honroso” para um historiador “sério” embasar sua pesquisa a partir da abordagem política.

Entretanto, após os anos 1970 houve uma propagação de novos meios de se estudar o político. Jacques Julliard em 1974, no artigo *A política*, apontava para o estudo do poder e do

Estado, em oposição à abordagem da História Política Tradicional (JULLIARD, 1988, p. 190). Francisco Falcon também contribui para o estudo do Estado ao afirmar que é fundamental que o historiador do político passe do estudo institucional do Estado para o estudo do poder. (FALCON, 1997, p. 63)

Segundo Remond, o poder do Estado é o grau supremo da organização política, logo, ao pretender estudar o poder nas relações entre governantes e governados, a história política perde seu caráter elitista e individualista, elegendo elementos da sociedade como seu objeto central. (REMOND, 2003)

Uma das acusações contra a História Política era a de que ela estava descolada da realidade. Esta acusação não mais se sustenta se olharmos para os poderes públicos que atuam na sociedade. Para ficar em um exemplo, citamos a elaboração das leis que regulamentam a sociedade. São desdobramentos de ações abstratas mas com efeitos práticos, portanto não estão desconectados da realidade.

“Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política” (REMOND, 2003, p. 20). É através do Estado que as leis são elaboradas, e as decisões que resultam ações na sociedade, são tomadas. Utilizamos o Estado Novo como exemplo: o Presidente da República tinha plenos poderes em suas mãos. Em caso de declaração de guerra, detinha, inclusive, o poder de solicitar a retirada de pessoas de lugares que comprometesse a segurança nacional, temática que retomaremos mais adiante. A partir deste poder atribuído ao presidente, *retirar* pessoas de suas residências era apenas uma questão de querer, de acordo com o que julgasse melhor e mais adequado à situação.

Com estas considerações que fizemos, mostramos que a abordagem política possui sua especificidade e não é mais problema aos historiadores. A má reputação ficou para trás, pelo

menos se a proposta de estudo não culminar em trabalhos que privilegiam aspectos como data, nome de general, ou mera descrição de uma batalha.

O *político* não explica toda a relação dos homens entre si e o meio. Mas é o ponto de confluência, é onde são gestadas as idéias abstratas que se tornam práticas. (REMOND, 2003, p. 447)

Durante a Segunda Guerra Mundial, as escolhas políticas do Brasil e da Argentina, por exemplo, resultaram ações e reações diferentes: do lado brasileiro a obrigação de não permanecer súditos do Eixo na faixa de fronteira, e, do lado argentino nenhuma restrição havia. Isso possibilitou inclusive que algumas famílias saíssem do Brasil e fossem morar do outro lado da fronteira.

Ao fazermos a análise das opções políticas, chegamos mais uma vez próximo da Nova História Política. Para Remond, outro traço característico da renovação da História Política é a pluridisciplinaridade, o contato com outras disciplinas, outras áreas de formações que “é para ela como o ar que ela precisa para respirar.” (REMOND, 2003, p. 29)

Neste momento chegamos a um traço fundamental, pois, ao estudarmos o Brasil e as conseqüências da Segunda Guerra Mundial, ao nos depararmos com *política interna*, *política externa* (do Brasil, dos Estados Unidos, da Argentina), estamos diante de *Relações Internacionais*. Mesmo que não seja o objeto fazer uma análise aprofundada de todas essas relações internacionais, em alguns momentos, não podemos analisar nosso objeto sem olhar para as decisões tomadas em conjunto pelos países americanos.

Uma última observação é que a ordem de vigilância aos súditos do Eixo partiu de um documento político: a *Ata Final* da III Reunião de Consulta aos Ministros do Exterior dos Estados americanos. O relatório recomendou vigilância a todos os nacionais das potências que formavam o Eixo. Deste documento poderíamos tirar uma série de conceitos que são próprios do campo político: diplomacia, relações internacionais e soberania, por exemplo. Nesse

sentido, estudar a repressão e vigilância aos alemães, italianos e japoneses durante a Segunda Guerra implica olhar para *o político* enquanto lugar de gestão da sociedade.

1.2 REPRESSÃO AOS SÚDITOS DO EIXO

A categoria de “subversivos da ordem” já existia no Brasil há certo tempo, mas foi amplamente difundida após a implantação do Estado Novo. A polícia política agia a partir de critérios ideológicos, pela “lógica da desconfiança”, ao prender e processar comunistas, integralistas, anarquistas, negros, religiosos, estudantes, nazistas, criminosos comuns e judeus. “Qualquer objeto, atitude ou documento se prestava para comprovar as idéias subversivas do suspeito”. (CARNEIRO, 1997, p. 18)

Com o rompimento das relações comerciais e diplomáticas e a declaração de guerra, os naturais dos países que compunham o Eixo passaram a ser enquadrados nesta lógica de suspeição, na categoria própria de “súditos do Eixo”. O termo caracterizava os imigrantes de países do Eixo como sendo fiéis vassalos de seus países e de seus governantes. “Como ‘súdito’ ou vassalo, subordinado a um país inimigo, este imigrante alemão poderia muito bem agir contra o Brasil”. (PERAZZO, 1999, p. 194)

No Brasil, havia uma polícia política que agiu principalmente após janeiro de 1942 contra os “inimigos internos”. De um lado, as DOPS e Delegacias Regionais ficaram encarregadas de vigiar, prender e concluir inquéritos para serem julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Do outro lado, estavam os “inimigos” (imigrantes alemães, italianos e japoneses) que, segundo a ótica policial, poderiam a qualquer momento desencadear ações capazes de colocar em risco a segurança do país, do continente e das pessoas comuns.

Como inimigos, os súditos do Eixo sofreram diversas formas de repressão em todo o Brasil. Em nome do Estado, e da segurança nacional, foram fechadas diversas associações e

clubes, igrejas; religiosos, sobretudo alemães, foram presos; objetos foram apreendidos (como rádio, máquinas fotográficas, livros, fotos, etc.); enfim, diversas violências físicas e culturais foram cometidas. Milhões de imigrantes, descendentes e familiares de alemães, italianos e japoneses sofreram as conseqüências de **outra guerra**, ou um **front interno** em uma **guerra sem guerra**¹.

A categoria de súditos do Eixo foi utilizada principalmente para enquadrar alemães, italianos e japoneses, entretanto, conforme um país era anexado ou se juntava ao Eixo, seus imigrantes também passavam a integrar a categoria. O fato de falar e ler um jornal alemão também incluía o imigrante nessa categoria, como foi o caso do Sr. Martin Nieuwenhoff que citamos na introdução, um holandês casado com uma alemã, cujo idioma da família era o alemão.

Tratados como inimigos a serem combatidos, os súditos do Eixo sofreram diversas formas de repressão em todo o Brasil. Em nome do Estado, e da segurança nacional, foram fechadas diversas associações, clubes, igrejas; padres e pastores foram presos, objetos foram apreendidos (como rádio, máquinas fotográficas, livros, fotos, etc.) enfim, diversas violências físicas e culturais foram cometidas.

Dentre as formas de repressão praticadas durante a guerra, o afastamento da residência foi uma delas, e não há dúvidas de que o medo estava presente na experiência das pessoas de origem estrangeira. Esse tempo foi carregado de subjetividades, perdas, desestruturas familiares, problemas de toda ordem, que só aconteceram porque havia uma guerra lá do outro lado, mas caíam aqui as fagulhas da intolerância. Homens e mulheres foram colocados na condição de criminosos, na maioria das vezes sem que fossem ouvidos, ou pudessem ao menos saber porque tais arbitrariedades lhe acontecia. (FÁVERI, 2004, p. 261)

A vigilância e repressão na parte brasileira da Tríplice Fronteira seguiu a orientação nacional, entretanto, ao contrário de outros lugares no Brasil onde houveram prisões indiscriminadas, quebra-quebras e violência física, a violência foi principalmente cultural.

¹ O primeiro termo destacado foi utilizado por Marlene de Fáveri (2004), enquanto que os outros dois foram escritos por Roney Cytronowycz. (2000)

Além de casos esporádicos, que analisaremos no decorrer deste trabalho, a principal forma de repressão foi a imposição de que todos os alemães e italianos que morassem na cidade, fossem retirados para uma distância segura da “faixa de fronteira”, no caso a cidade de Guarapuava. Assim, as pessoas foram arrancadas de suas casas para um lugar que não conheciam, não tinham contatos e não tiveram qualquer auxílio por parte do Estado.

1.3 REGISTRO DA VIGILÂNCIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Para atingir os objetivos desta pesquisa, se faz necessário *grosso modo* compreender uma parte do debate historiográfico sobre história e memória. Essa necessidade surgiu quando passamos a confrontar os documentos da DOPS, entrevistas publicadas e entrevistas orais que fizemos.

A primeira constatação que fizemos foi que *memória* não se trata de um tema exclusivo do campo dos historiadores.

Desde a virada do século XIX para o XX, a memória emancipou-se da história. Tornou-se matéria da literatura (Proust), da Filosofia (Bergson), da Psicologia (como disciplina através de Freud), da Sociologia (Halbwachs). Os historiadores desde então têm um domínio limitado no campo da memória. Poucos estudos foram realizados sobre o tema. Na atualidade, os trabalhos dos historiadores franceses Pierre Nora e Le Goff são dos poucos exemplos. A história está ainda devendo uma reflexão sobre a memória. (FREITAS, 2002, p. 36)

Le Goff também compartilha desta opinião: a memória não é de uso exclusivo dos historiadores. Entre seus “usuários” também estão pesquisadores da Psicologia, Sociologia, Antropologia, etc. (LE GOFF, 1996, p. 423)

Pierre Nora, em um artigo específico, se propõe a discutir os lugares (espaços) da memória. Para ele, há uma necessidade de locais, já que não há mais meios, para a memória. Museu, cemitério, arquivo público ou privado, comemorações, festas, e outros espaços. Assim, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória

espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...] porque estas ações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Entre estas considerações históricas, encontramos uma definição distinta:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9)

O autor nos ajuda a refletir sobre o que ficou de registro. Primeiro porque fica registrado somente uma pequena parte daquilo que ocorreu. O que ele chamou de *materialização da memória* é a constituição de um *estoque* de material do que foi possível, ou do que se quis lembrar.

Nesse sentido, Le Goff aponta para o aspecto dual da história: a história-realidade, a da memória coletiva, e a história-estudo da realidade, a dos historiadores. A história da memória coletiva é mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido. E a história dos historiadores de ofício deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros. (LE GOFF, 1996, p. 22-29)

Mas não utilizamos esta passagem para entender o historiador como guardião da verdade. Sua atuação é no sentido de esclarecer as distorções que o tempo, e/ou algumas pessoas, impuseram sobre os fatos. Trata-se da aplicação de um trabalho com “vocação científica” (LE GOFF, 1996, p. 49). Assim, o historiador de ofício utiliza-se de técnicas científicas para a construção de uma ciência histórica.

A construção, o resgate e o registro da memória (que posteriormente se transforma em fonte para pesquisas históricas) é um processo sempre problemático. Entendemos por memória registrada, aquela que está à disposição dos pesquisadores. No caso de nossa pesquisa, os registros da memória são predominantemente documentos escritos. Procuramos

identificar e classificar o que já foi escrito sobre a cidade de Foz do Iguaçu e a Tríplice Fronteira, no que se refere à vigilância aos alemães e italianos durante a Segunda Guerra Mundial. Para isso, fizemos análise do material que está à disposição nos acervos consultados e publicações acadêmicas nas ciências humanas.

Dividimos em quatro grupos os trabalhos que encontramos: *textos genéricos*; *registros de memória*; e *trabalhos acadêmicos*. Ressaltamos que esta divisão não é por ordem de importância ou relevância documental, pois, consideramos que todos estes textos são possíveis fontes aos historiadores, dependendo unicamente do recorte e abordagem da pesquisa.

Os *textos genéricos* são aqueles que encontramos facilmente e em número crescente nos jornais, revistas e na internet. Em geral, trata-se de escritos específicos sobre a cidade de Foz do Iguaçu, que em muitos casos se reproduzem mutuamente sem crítica ou referência a fontes.

Consideramos *registros de memória* aquelas publicações que tiveram a finalidade de “resgatar” a memória de pioneiros. Destaca-se: a coletânea *Foz Retratos*; as revistas *Painel e Memória de Foz do Iguaçu*; e os livros de *José Maria de Brito*, *Otilia Schimmelpfeng* e *Perci Lima*. Estes registros foram produzidos com a finalidade de “legitimar a elite pioneira da cidade”. (SOUZA, 2007, p. 1-9)

Por último, *os trabalhos acadêmicos* são as dissertações de mestrado e teses de doutorado (algumas publicadas como livro) defendidas nos departamentos de pós-graduação na área das ciências humanas.

Não há nenhum trabalho de mestrado ou doutorado que aborda a Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial. Para nossa análise consideramos fontes diversas: documentos da DOPS, depoimentos de pioneiros a jornalistas, comentários do Jornal Nosso Tempo, matéria da Revista Painel e legislação municipal da época.

A Fundação Cultural de Foz do Iguaçu organizou e publicou em 1994 um encarte em forma de jornal (*Foz 80 anos: memória*). Oito anos depois, foi ampliado e transformado no livro: *Foz do Iguaçu: retratos* (CAMPANA; ALENCAR, 2001). Trata-se basicamente da reprodução de entrevistas feitas por jornalistas com pioneiros, nas décadas de 1980 e 1990. Nesta reprodução encontramos:

Quadro 1: Descrição da Tríplice Fronteira durante a Segunda Guerra Mundial

Depoimento	Depoente
“Começamos a derrubar o mato e fazer plantações. Mas depois, durante a II Guerra Mundial tivemos que sair de Foz do Iguaçu por causa da lei que proíbe estrangeiros, principalmente alemães e italianos, de viverem na fronteira ”.	Crecencia Roth. Extraído da Gazeta do Iguaçu, 1994.
“Na Segunda Guerra Mundial foi afundado um navio alemão na costa argentina. Correu notícia de que os sobreviventes do naufrágio se embrenharam na Argentina a caminho do Brasil. Por precaução, o governo brasileiro declarou essa região Zona de Guerra. Mais tarde se confirmou que cinco marinheiros alemães escaparam do naufrágio e entraram na Argentina. Pelo menos um deles veio a Foz do Iguaçu, e aqui viveu como pescador no rio Iguaçu. Eu mesmo comprei muito peixe dele para o quartel, e ele me contava essa história”.	Dionísio Campana. Extraído da Gazeta do Iguaçu, 18/02/1994.
“ Sei de algumas famílias alemãs que mudaram para Guarapuava, não sei se forçadas ou por escolha própria , por precaução, já que aqui é área de fronteira. Perseguição não havia. Eu mesmo sou de origem alemã e nunca sofri qualquer molestação por isso. Se houve prisões de alguns alemães foi porque faziam bebedeiras e saíam por ai gritando ‘ <i>heil Hitler</i> ’ ficavam detidos dois ou três dias e eram liberados”.	Herberth Barthel. Extraído do “Nosso Tempo”, 18/06/1981.
“Minha mãe é alemã e meu pai é filho de alemães. Na época da guerra, teve muita gente que foi embora, até minha irmã, a Ervina Otremba. O marido dela era alemão e eles tiveram que ir para Guarapuava . Venderam tudo que tinham bem barato e foram embora. Venderam casa, galinha, porco, tudo para o Batalhão, já que não tinha para quem vender, e foram embora. A gente não podia falar alemão aqui”.	Irena Kosievitch.
“ Durante a Segunda Guerra os estrangeiros eram proibidos de permanecer na fronteira . Meu pai, sendo italiano, tinha que ir embora de Foz do Iguaçu. Recebeu, porém, autorização do Exército para permanecer, por que as autoridades utilizavam muito seu hotel e restaurante. Enquanto parentes nossos e outros estrangeiros tiveram que se mudar para Guarapuava e outros lugares , nossa família pôde ficar em Foz do Iguaçu”.	Irineu Basso Extraído da Gazeta do Iguaçu, 27/06/1993.
“Meu pai, Hermann, veio da Alemanha diretamente para Foz do Iguaçu, em 1916. [...] Os padres, além das matérias normais, ensinavam também o alemão. Eles eram alemães e haviam muitos alemães em Foz do Iguaçu. Sofremos várias perturbações, tínhamos medo de falar alemão. E quem não sabia português, como ficava? Por causa da Lei de Fronteira, os estrangeiros tinham que sair daqui. Poucos obedeciam a isso, mas diversas famílias mudaram para Guarapuava, Ponta Grossa e outros lugares . Os que saíram nunca mais voltaram”.	Otto Hermann Friedrich Extraído da Gazeta do Iguaçu, 09/06/1991.

Essas entrevistas foram aquelas, que dentre as 80 que compõem a coletânea citam a cidade de Foz do Iguaçu durante a guerra. Chamamos a atenção para o fato de que, destas, a entrevista mais recente tem 15 anos e a mais antiga 28 anos. A maioria destas pessoas já era idosa quando foram entrevistadas com exceção do Sr. Irineu (único dos entrevistados que conseguimos localizar).

A Revista Painei, periódico local criado em 1973 e ainda na ativa, possui uma matéria específica sobre a *retirada*. A matéria com o título *1940 – A perseguição aos alemães de Foz do Iguaçu*, apresenta ao leitor uma visão exagerada do que aconteceu com os súditos do Eixo. Um aspecto que confunde o leitor é a *lei de fronteira*, apontada como uma criação especificamente para a parte brasileira da Tríplice Fronteira. Não podemos deixar de observar, também, que o texto faz uma confusão ao citar o partido nazista, integralismo e associações nazistas, como se estes três agissem juntos no Brasil, e por isso os alemães (não cita italianos) foram obrigados a sair de suas casas. (TEZZA, 1999, p. 14-16)

Em pesquisas posteriores na Biblioteca Pública Municipal, descobrimos que essa mesma matéria foi publicada anteriormente no jornal *Nosso Tempo*, que funcionou nos anos 1980. (A PERSEGUIÇÃO..., 1982, p. 8-9)

No portal H2Foz encontramos uma seção sobre a história da cidade. Nesta seção há a matéria *A saga de alemães e holandeses na fronteira*, publicada em 2005 por ocasião da conclusão de um livro de memórias familiares. Trata-se de uma resenha do livro². (PIMENTEL, 2006)

Estes são os registros existentes sobre a retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira. Voltaremos a eles no último capítulo.

² O livro foi escrito por Elizabeth Neumann com o título de “Filha de imigrantes”. Cópias da obra foram distribuídas apenas entre os familiares. Voltaremos a nos referir a esta obra no capítulo 4.

1.4 A PARTE BRASILEIRA DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Tríplice fronteira é o nome dado a um ponto de intersecção entre três países. Existem em todo o mundo nove regiões onde ocorrem encontros de três fronteiras, e uma delas é a divisa do Brasil com a Argentina e o Paraguai. A parte brasileira está localizada a oeste do Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu.

Nos anos iniciais da década de 1940, pequenos núcleos urbanos existiam apenas na parte brasileira e argentina onde havia a cidade de *Puerto Aguirre* atual *Puerto Iguazu*. Do lado paraguaio ainda não havia núcleo urbano, existia apenas algumas casas na região da barranca do rio Paraná.

A importância de cada uma destas partes no contexto regional é variável de acordo com o recorte temporal que se faz. Durante o período do nosso recorte, a parte argentina da Tríplice Fronteira era a mais desenvolvida economicamente. Destacamos dois fatores principais para este desenvolvimento: a comunicação e o transporte com o restante do país.

Puerto Aguirre estava próximo da capital da *Província de Misiones*³, a cidade de *Posadas*, ligada pelo rio Paraná por aproximadamente 310 km. Desta cidade, percorria-se aproximadamente 1300 km ainda pelo rio Paraná, passando pelas cidades argentinas de *Corrientes* e *Rosario*, para chegar à capital Buenos Aires. Como havia embarcações regulares, levava alguns dias mas era possível viajar da Tríplice Fronteira à capital portenha.

Existe certa dificuldade em encontrar livros e trabalhos que se referem à Tríplice Fronteira na década de 1940⁴. O historiador canadense Ronald Newton fez a seguinte observação sobre o período para a província de *Misiones*:

³ *Província* é a Unidade da Federação Argentina.

⁴ De modo geral, estudos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado sobre a região da Tríplice Fronteira são bastante escassos. Entretanto, tem crescido o número de pesquisas na área das ciências humanas. Para uma análise destes trabalhos consultar: SILVA, M. A. *A Tríplice Fronteira como objeto do Historiador*. In: IV Seminário Internacional de História, 2008, Maringá, PR. Anais... Maringá: UEM, 2008. p. 1-14.

[...] una lengua de tierra argentina de unos 35.000 kilómetros cuadrados introducida entre Brasil y Paraguay en el nordeste subtropical del país; el territorio en los primeros años '40 tenía una población de alrededor de 190.000 habitantes. De estos, 80.000 eran nacidos en el extranjero, incluyendo 25.000 paraguayos, 20.000 brasileños, 14.000 alemanes, 10.000 polacos, 7.000 rusos y otras nacionalidades. (NEWTON, 1995, p. 114)

A fonte desta informação apontada pelo autor é um relatório de uma comissão alemã de investigação, levantada em arquivos públicos alemães. Se as informações estiverem corretas, 42% das pessoas que residiam naquela província eram estrangeiras.

O Delegado Regional de Foz do Iguaçu, em 1943 fez uma viagem a Posadas, a qual analisaremos mais detalhadamente adiante, e fez o seguinte histórico daquela cidade:

Posadas, Capital do Território de Misiones, conta com 40.000 habitantes na sede, e, aproximadamente 200.000 em todo o Território. É uma cidade de muito bom aspecto, e o seu centro é constituído por 150 quadras asfaltadas. Possui rede de telefones automáticos; três estabelecimentos bancários (Banco de La Nacion, Banco Hipotecario Nacional e Banco Popular de Posadas); tem lindas ruas, avenidas e praças. Está aquartelado num dos seus bairros o 9º Regimento de Infantaria. Além dessa unidade, existe a Sub-Prefeitura Marítima (Policia Marítima) que conta com 40 homens e a Gendarmeria (Policia Federal de Território) [...] [que] mantém um esquadrão de cavalaria em San Inácio⁵.

A cidade argentina vizinha à Foz do Iguaçu, entretanto, era diferente desta relatada pelo delegado, embora todos estes recursos poderiam ser facilmente acessados por via fluvial. Em *Puerto Aguirre*, os residentes na parte brasileira da Tríplice Fronteira vendiam e/ou trocavam seus produtos excedentes e adquiriam produtos industrializados que não eram comercializados em Foz do Iguaçu, pois, não chegavam via território brasileiro.

Devido à ausência de pesquisas ou publicações, não foi possível fazer um levantamento das autoridades argentinas que existiam em *Puerto Aguirre* na década de 1940.

⁵ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Do lado brasileiro, Foz do Iguaçu estava mais distante da capital de seu estado, e praticamente incomunicável com a então capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. As estradas eram péssimas e as condições de comunicação melhoraram apenas quando começou a funcionar regularmente o correio aéreo, no final dos anos 1930. Por via fluvial poderia se alcançar Porto Epitácio em São Paulo, entretanto, acordos internacionais, acidentes naturais e falta de política específica, tornavam dificultosa, dispendiosa e praticamente inexistente esta possibilidade.

O núcleo urbano mais próximo de Foz do Iguaçu era Guarapuava. Uma viagem para esta cidade demorava em torno de um mês sobre uma carroça e a estrada era quase intransponível para carros e caminhões. Havia pequenas vilas de Foz do Iguaçu até o distrito de Guaíra, na divisa com o atual Mato Grosso do Sul, margeando o rio Paraná.

O Censo de 1940, que traçou um perfil para os estados e municípios brasileiros, apontou para a existência de 7.645 pessoas em Foz do Iguaçu, das quais havia uma quantidade significativa de estrangeiros.

Considerando os limites desta pesquisa, utilizaremos os dados do Censo para ilustrar a quantidade de habitantes que havia na cidade de Foz do Iguaçu. Vamos enfatizar, também, os naturais da Alemanha, Itália e Japão, além dos argentinos e paraguaios. A importância em apontar um número de habitantes que esteja próximo do real, está no fato de que é possível ter uma base para compreender aproximadamente quantas pessoas foram atingidas pelas medidas de repressão aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira.

Em todo o estado do Paraná, foram relacionados 1.236.276 habitantes, dos quais 56.816 eram estrangeiros. Desta forma, o Paraná não era um estado de maioria estrangeira, pois, tinha apenas 4,6% de pessoas nascidas em outros países. Dentre o grupo dos estrangeiros, destacamos os súditos do Eixo na **Tabela 1**:

Tabela 1 – Total de estrangeiros, alemães, italianos e japoneses – 1940

	Total	Alemães	Italianos	Japoneses
Curitiba	10.470	2.708	1.656	104
Guarapuava	783	186	25	1
Foz do Iguaçu	1.690	98	18	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Dos estrangeiros residentes no estado do Paraná, pouco menos da metade poderia ser considerado como súditos do Eixo. Japoneses, Italianos e Alemães somavam 26.824, de modo que o percentual de “súditos” frente ao total da população era de aproximadamente 2,16%.

A especificidade de Foz do Iguaçu frente aos demais municípios é a proporção de estrangeiros, sobretudo argentinos e paraguaios, em relação ao número total de habitantes. No caso dos súditos do Eixo, a cidade possuía 116 pessoas nascidas na Alemanha e na Itália, e nenhum japonês. A maior concentração estrangeira, entretanto, era de argentinos, quase metade dos argentinos residentes no Paraná; e de paraguaios, cujo percentual era de 88,48% em relação a todo o estado. (**Tabela 2**)

Tabela 2 – Comparativo entre o número de estrangeiros – 1940

Nacionalidade	No Paraná	Em Foz do Iguaçu
Argentinos	1.011	501
Paraguaios	1.120	991
Alemães	12.343	98
Italianos	6.776	18
Japoneses	7.705	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No estado do Paraná, a concentração de estrangeiros, sobretudo súditos do Eixo, na década de 1940 não era majoritariamente no oeste. Foz do Iguaçu poderia ser considerada uma cidade com um significativo número de estrangeiros principalmente nascidos nos países vizinhos. E esta situação não ocorria unicamente nesta região do Brasil, no oeste de Santa Catarina, para ficar em apenas um exemplo, ocorria semelhante situação. (FAVERI, 2004, p. 172)

O isolamento da parte brasileira da Tríplice Fronteira com os demais núcleos urbanos do Brasil, facilitava o comércio e contato entre os moradores da região com a Argentina. Estabeleceu-se um comércio flutuante: as embarcações argentinas que vinham de Buenos Aires se transformavam em um mercado sobre águas. Era possível encomendar produtos além de vender alguma coisa aos argentinos.

Nas entrevistas orais que fizemos, levantamos que muitos vieram pela primeira vez à Foz do Iguaçu pelo trajeto Rio Grande do Sul-Buenos Aires. De modo geral, a Argentina representava muito para quem morava na parte brasileira da Tríplice Fronteira. O Sr. José Schloegoel, em entrevista nos fez o seguinte relato:

Por incrível que pareça, a Argentina naquela época estava muito mais adiantada que nós aqui. E nós nos abastecíamos da Argentina. Meu pai tinha plantações de bananas, vendíamos por carroçada de banana, e quando tinha um dinheirinho íamos fazer compras na Argentina [...] naquela época a gente comprava e abastecia lá, se eu lhe disser uma coisa o senhor vai achar interessante: naquele tempo havia um tráfego de navios de passageiros aqui nesse rio das Cataratas, que traziam passageiros para as Cataratas da Argentina e alguns vinham para cá [...] naquela época era bem mais adiantado do que nós aqui, pra ter uma idéia a gente comprava por reembolso, naquela época! [...] comprava e pagava quando retirava [...] havia inclusive o único telefone que era lá. Não havia telefone em Foz do Iguaçu [...] leite [era vendido] em lata de um litro redondo que nem essas latas de pêssego agora.⁶

Do lado brasileiro, em termos de autoridade, a maior era o Prefeito, que após a decretação do Estado Novo, normalmente compartilhava o cargo com o de Delegado Regional de Polícia Civil. O prefeito que não fosse delegado era um militar da Companhia Isolada de

⁶ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

Fronteira. Em outubro de 1942, o Delegado Regional convocou uma reunião com as maiores autoridades da cidade para discutir os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e algumas medidas em face daquele conflito. Compareceram as seguintes autoridades: Carlos Nascimento, **inspetor de imigração**; Capitão Darcí Caldeia, **Capitão dos Portos**; Capitão Moacir Lopes de Rezende, **Comandante da Companhia Independente de Fronteira**; Bacharel Glaucio Guiss, **Delegado Regional** e Altamir Gonçalves Dias Bozon, **administrador da mesa de rendas**⁷.

Nesta reunião, o prefeito não é relacionado nominalmente, e em nenhum momento o Delegado Regional é indicado nos documentos consultados como prefeito, embora pudesse naquele momento estar exercendo a função.

Além destas autoridades, em nossa pesquisa levantamos que havia também o escrivão da polícia, Aracy Albuquerque Neira, além de soldados, cabos e sargentos da Polícia Civil cujo nome aparece em documentos da DOPS.

Das autoridades citadas, o **inspetor de imigração** tinha por função fiscalizar todos aqueles que viessem de outros países e tentassem ingressar no Brasil, exceto os argentinos e paraguaios que morassem na região da fronteira. Ao **capitão dos portos** cabia fiscalizar as embarcações e cargas que transitassem pelos portos da cidade. O **comandante da Companhia de Fronteira** era o representante máximo dos militares na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Este oficial tinha o dever de manter sua Companhia sempre em prontidão para eventuais problemas que ameaçassem a soberania do país. O **delegado regional** tinha o poder de processar enquanto que seus subordinados policiais atuavam e detinham pessoas com condutas suspeitas. O **administrador da mesa de rendas** representava os interesses da “fazenda nacional”, e fazia cobranças, arrecadações de impostos e contribuições. O **escrivão** escrevia os autos, termos processuais, atas e qualquer documento de fé pública. Por fim, o

⁷ *Carta ao Secretário do Interior e Segurança Pública. 07/05/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

prefeito ocupava lugar privilegiado, pois, era um cargo de confiança nomeado pelo interventor Manoel Ribas.

Para nossa análise, é preciso considerar o histórico político da cidade de Foz do Iguaçu que antecedeu o Estado Novo. O primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, ficou dez anos à frente do poder executivo. Seu sucessor, Jorge Samways, que já havia sido “camarista” (equivalente a vereador), foi prefeito de 1924 à 1928 e de 1933 à 1937, quando teve que encerrar o mandato em função da nova Constituição Federal. Em síntese: de 1914 a 1937, temos 23 anos, dos quais duas pessoas governaram por 18 anos, sendo Schimmelpfeng (10 anos) e Sanways (8 anos).

A Câmara de Vereadores da cidade, entre 1914 e 1937 era praticamente renovada a cada duas legislações. De modo geral, tanto no executivo quanto no legislativo municipal aparentemente não havia grandes abalos políticos em cada início de legislação. Este quadro foi alterado com a instauração do Estado Novo. Dizia a Constituição de 1937, artigos 27 e 178, respectivamente que “O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado”, e “São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais”. Esses dois artigos estabelecem uma ruptura na normalidade dos poderes executivos e legislativos. A partir daquela data, 10 de novembro de 1937, as prefeituras ficaram nas mãos dos Interventores Federais em seus respectivos estados.

Não foi possível levantar o dia e mês de início e término de cada mandato, a galeria oficial de prefeitos nos fornece apenas o ano que cada um esteve à frente do executivo municipal. Desta forma, foram os seguintes prefeitos nomeados entre 1937 e 1943: Tenente Manoel Diniz (1938); Capitão Melquiades do Valle (1939 e 1941); Tenente Abílio Rodrigues

(1940); Capitão Miguel Balsi (1940); Major Artur Borges Maciel (1942); e Tenente Nelson Nascimento Ribeiro (1943).⁸

Trata-se de novos atores políticos que entram em cena durante o Estado Novo, e que não estavam diretamente ligados à sociedade local. Vinham de outras cidades e permaneciam pouco tempo na condição de prefeito, de modo que em cinco anos foram cinco prefeitos, uma média de um para cada ano.

A história política do município de Foz do Iguaçu carece de pesquisa específica, que foge ao nosso objeto. Limitaremos nossa análise ao nosso recorte temporal, principalmente porque após 1943 o espaço brasileiro da Tríplice Fronteira passou a fazer parte juridicamente do Território Federal do Iguaçu – TFI.

Sérgio Lopes estudou a criação, funcionamento e extinção deste território no contexto da ideologia da “marcha para o oeste”:

A criação do Território pode ser concebida como um ato de ocupação definitiva da faixa fronteiriça e, assim, romper o isolamento e afastar definitivamente o perigo estrangeiro, para a soberania nacional, que rondava a região. Ademais, a redivisão territorial, no entendimento dos ideólogos da “marcha para o oeste” e do projeto desenvolvimentista do governo “revolucionário” de Vargas, visava a facilitar a ação governamental. A melhoria de vida das populações viria através do desenvolvimento sócio-econômico e da integração das faixas fronteiriças com o restante do país. Enfim, a “conquista da brasilidade”, na expressão do próprio Getúlio Vargas. (LOPES, 2002, p. 63)

Em uma definição geral, a “marcha para o oeste” foi um conjunto de idéias que esteve presente nas relações políticas, econômicas e sociais, com o fim último de promover a nacionalidade brasileira. Dessa forma, se esperava manter a união territorial e de interesses comuns e nacionais.

O TFI teve vida curta, e após Vargas deixar o poder não havia mais razão para sua existência. O TFI, como espaço físico, político e jurídico não mais existiu após 1946.

Entretanto, os ideais cunhados pela “marcha para o oeste” permaneceram no oeste do Paraná

⁸ Informações coletadas nos sites oficiais da Presidência da República, Governo do Paraná, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

de maneira que foi determinante no modelo de colonização após a primeira metade do século XX:

A forma pela qual foi delineada a nova ordem espacial para aquela área, pois, deu-se através da experiência nacionalista, propugnada pelo Estado Novo, o qual abriu novas fronteiras do espaço nacional, tendo como parâmetro a atuação do capital privado. Nesta proposta de ocupação territorial, público e privado se unem [...]. (FREITAG, 2001, p. 111)

É importante ressaltar, ainda, que era normal o uso cotidiano do idioma espanhol e da moeda argentina em 1940. Os poucos brasileiros e imigrantes que falavam outras línguas aprendiam e se comunicavam também na língua espanhola. Nas entrevistas que fizemos, observamos que nossos entrevistados se comunicam tanto no idioma português quanto espanhol, além da língua de seus pais, o alemão ou italiano.

Os elementos nacionais que faltavam em Foz do Iguaçu na década de 1940, eram semelhantes aos que faltavam a “oeste” de vários estados brasileiros. Se considerarmos a região que compreendeu o TFI (oeste do Paraná, Santa Catarina e parte do Mato Grosso), havia em todos estes estados o predomínio do elemento estrangeiro oriundo dos países vizinhos.

Feitas as considerações a respeito do contexto em que nosso trabalho está inserido, passaremos a analisar as ações contra os súditos do Eixo em função das relações internacionais dos tempos de guerra.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS SÚDITOS DO EIXO

O objetivo deste capítulo é compreender o contexto em que se estruturou as relações internacionais nos anos de 1942 e 1943, e de onde surgiu a necessidade momentânea de manter vigilância aos súditos do Eixo. Trata-se de analisar os acontecimentos globais que determinaram, de modo geral, o fazer da polícia política no Brasil e, conseqüentemente, no oeste do estado do Paraná durante aquele período da Segunda Guerra Mundial.

Para compreender o termo e as implicações para quem se enquadrava na categoria de súditos do Eixo, é necessário fazer uma análise de como o mundo se organizou em função do conflito que iniciou em 1939. Para os objetivos do nosso trabalho, é importante destacar os “medos do tempo de guerra”, assim como a “ameaça” que os súditos da Alemanha, Itália e Japão poderiam representar ao país.

Além do contexto mundial, no âmbito sul americano destacaremos a posição e o “perigo” que a Argentina representava às fronteiras do Brasil, segundo alguns intelectuais, políticos, diplomatas e militares brasileiros. Ao analisar os argentinos neste capítulo, nosso objetivo é fornecer elementos para compreensão de alguns cuidados e atitudes que a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná – DOPS-PR, através da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, teve ao se referir ao país vizinho. É importante adiantar que os argentinos não sofreram qualquer represália por parte da polícia política paranaense, e as ações de vigilância se concentraram contra os nacionais do Eixo.

Este capítulo está dividido em três partes: (1) análise do contexto da Segunda Guerra Mundial; (2) os três rezeios em tempos de guerra: invasão militar ao continente, os “perigos” alemão e argentino e a espionagem alemã; (3) e, por fim, faremos considerações sobre as relações internacionais e os súditos do Eixo.

2.1 A AMÉRICA E OS ALIADOS

A invasão da Polônia pelas tropas nazistas em 1º de setembro de 1939 foi o estopim para o início de um conflito de proporções mundiais que vinha sendo esboçado nos meses anteriores. Teve início a Segunda Guerra Mundial, que no curso dos acontecimentos envolveu os maiores países do mundo e suas conseqüências abrangeram um grande número de países inclusive aqueles que estavam distante das frentes de batalha.

Com o decorrer do conflito, mais países deixaram a condição de neutralidade para se posicionar como aliado ou inimigo das **Potências do Eixo** ou dos **Aliados**. Em meados de 1942, o primeiro grupo de países, auto denominado “Eixo Roma-Berlim-Tóquio”, era encabeçado pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki. O segundo grupo era composto pela União Soviética de Josef Stalin, pelos Estados Unidos de Franklin Roosevelt, e pela Inglaterra de Winston Churchill. Em ambos os grupos, países de menor peso no curso da guerra também fizeram parte.

O nosso objeto de estudo foi uma das conseqüências do que ocorreu no mundo entre os anos de 1939 e 1945. Quando nos referimos a ele, não podemos desconsiderar que durante os seis anos de existência do conflito bélico, houveram vítimas fatais de proporções até então nunca vistas. Estas vítimas fatais foram militares, civis, homens, mulheres e crianças. Soldados em batalha, civis em fuga, “indesejáveis” em campos de concentração nazista e inocentes sob o efeito da bomba atômica, para ficar em apenas alguns dos exemplos.

O número impressionante de mortos é apontado entre 45 e 50 milhões (a maioria entre a população civil) como resultado direto dos combates, ou 80 milhões de pessoas, se contar também aqueles que morreram por fome ou doença como resultado da guerra.

As formas pelas quais as pessoas foram mortas também deixaram marcas profundas na história da humanidade. As mortes incluíam cenários de degradação humana como nunca tinham sido vistos na História, nos campos de concentração nazista, nas câmaras de gás, nas políticas de extermínio total de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes mentais e outros. Mas, o racismo e a barbárie não ocorreram apenas de um lado do conflito, ou seja, não foi patrimônio dos nazistas maus contra quem os bons Aliados tiveram que lutar:

Assim como as experiências científicas do Dr. Mengele em Auschwitz (ou de seu equivalente japonês, a Unidade 731 do norte da China), os Estados Unidos acabam de reconhecer oficialmente ter submetido a provas nucleares mais de 600 pessoas no seu próprio território durante a Segunda Guerra, incluindo 18 norte-americanos que morreram depois de ter recebido injeções de plutônio! O racismo e a barbárie foram multi-direcionais. (COGGIOLA, 1995, p. 38)

No plano tático, o esforço de guerra empreendido por ambos os lados colocou à serviço do conflito, a economia, a ciência, a indústria e, conseqüentemente mobilizou toda a sociedade. Para citar apenas um exemplo,

Nos Estados Unidos, a produção industrial duplicou em cinco anos, perfazendo entre 40% e 45% do total da produção, período no qual o “setor civil” não variou em valor absoluto. Os empregos industriais passaram de 10 para 17 milhões entre 1939 e 1943, o total de empregos de 47 a 54 milhões no mesmo período [...]. As exportações dos Estados Unidos passaram de pouco mais de 5 bilhões de dólares em 1941, para quase 14,5 bilhões em 1944. (COGGIOLA, 1995, p. 42)

No esforço de guerra, era vital para as **Potências do Eixo** e os **Aliados**, terem parceiros capazes de fornecer matéria prima, de modo que pudessem produzir material bélico e sustentar suas tropas nas frentes de batalhas. Assim, manter relações comerciais com a América Latina tornou-se cada vez mais importante para os principais países envolvidos na guerra, e um objetivo a ser perseguido por ambos os lados.

Na década de 1930, o governo brasileiro e alemão avançaram no campo das relações comerciais. O mercado brasileiro passou a ser concorrido pela Alemanha e pelos Estados Unidos:

Na década de 30 o comércio exterior na América Latina apresenta todas as armas de uma verdadeira guerra comercial, incluindo desde a imposição de tarifas e quotas de importação até subsídios para a exportação, depreciação da moeda e *dumping*. A Alemanha introduziu uma moeda especial (marcos compensação) que ameaçava os princípios do comércio multilateral, no qual os países operam com moedas conversíveis e não são obrigados a comprar onde vendem. A partir da introdução de trocas exclusivamente bilaterais pela Alemanha, seu comércio com a América Latina passou a apresentar rápidas taxas de crescimento.

A rapidez, e eficiência e o caráter monopolista que caracterizavam a penetração alemã no mercado latino-americano são logo percebidos pelos Estados Unidos como uma séria ameaça para a viabilidade de seus projetos no continente. (GAMBINI, 1977, p. 37-38)

Como medidas para conter o avanço da Alemanha, os Estados Unidos utilizaram estratégias diferentes para atingir seus objetivos. Procuraram imobilizar o Brasil através de acordos econômicos, adotaram a política da boa vizinhança e a ampliação da dependência comercial e financeira da América Latina (GERTZ, 1986, p. 62). Pelo menos no plano prático, a adoção de medidas econômicas, comerciais e diplomáticas foi alternativa à força. Em outras palavras, o recurso à invasão militar aos latinos pelos norte-americanos foi posto de lado em função de negociações no campo político e diplomático.

Durante a Segunda Guerra, a participação latino-americana não se limitou a questões meramente econômicas. Maria Aparecida de Aquino (1995, p. 185), definiu cinco formas de participação na guerra através: de trabalhos de expansão das bases aéreas e navais em vários pontos estratégicos; do desenvolvimento de recursos naturais destinados a suprir as necessidades bélicas; da **defesa interamericana** eliminando os interesses de empresas e cidadãos do Eixo; da cooperação com obras de caridade e assistência econômica para amparar vítimas das opressões e crueldades cometidas pelo Eixo; e a do envio de forças combatentes. No campo da produção de matéria prima, a contribuição para o esforço de guerra dos **Aliados** foi assim definido:

As nações americanas vieram em socorro dos aliados. Dezesesseis nações americanas assinaram acordos com os EUA para o desenvolvimento da produção da borracha, outros acordos foram feitos para a produção de fibras, metais, quinina, inseticidas. O abastecimento começou a afluir sem cessar para as fábricas de material bélico nos EUA. Cobre do México, Peru e Chile; estanho do México e Peru; cristais de rocha, mica e manganês do Brasil e da América Central; petróleo da Venezuela, México e Colômbia; caóba do Brasil e da América Central; antimônio e tungstênio do México e da Bolívia. (AQUINO, 1995, p. 185)

A guerra já era inevitável quando, em dezembro de 1938, foi convocada a Conferência Interamericana de Lima. Seguindo o princípio de consultas mútuas sobre questões que abrangessem todo o continente, solidificou-se o pan-americanismo e a solidariedade entre as repúblicas americanas. A Reunião foi

espaço próprio de disputas por liderança e legitimidade, a conferência observou marchas e contramarchas em torno da fórmula que fixou o princípio da consulta mútua. À proposta americana, a Argentina apresentou uma segunda ligeiramente modificada, gerando não exatamente um conflito, mas, pelo menos, um pequeno impasse diplomático. O Brasil aproveitou-se da ocasião e colocou-se numa posição de mediador da contenda, o que lhe rendeu a possibilidade de seu representante na conferência, Afrânio Mello Franco, pronunciar um discurso reafirmando os princípios da mediação, arbitragem e pacificação que norteavam a política externa brasileira. (SVARTMAN, 1999, p. 103)

Esta não seria a única vez que o Brasil atuaria no sentido de assegurar o crédito de líder continental com postura conciliadora.

Determinado o modelo de consulta mútua, ao eclodir a guerra na Europa, havia uma justificativa para convocar a I Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores Americanos, que ocorreu no Panamá em setembro de 1939. Os temas da reunião giraram em torno da declaração conjunta de neutralidade, manutenção da paz no continente e da cooperação econômica. (SILVA, 1972, p. 177)

Do ponto de vista econômico, transcorreu em clima de relativa cordialidade, sendo criado o Comitê Consultivo Econômico Financeiro e tendo os Estados Unidos apresentado uma política de cooperação e ajuda aos demais países. (PAZ; FERRARI apud SVARTMAN, 1999, p. 104)

Nesta reunião o Brasil se posicionou favoravelmente ao fortalecimento da unidade americana e os Estados Unidos davam mais um passo importante para atrair os países americanos ao seu círculo de influências.

Menos de um ano depois da I Reunião, os Estados Unidos convocaram a II Reunião de Consulta aos Chanceleres em julho de 1940, em Havana. Reafirmou-se a neutralidade, assistência recíproca e consulta mútua, ao mesmo tempo em que um item relevante para o pan-americanismo era declarado: qualquer agressão a um país americano, oriunda de um país não-americano seria considerada ato de agressão contra todos os Estados americanos. (HILTON, 1972, p. 240)

Esta tentativa de apertar o cerco e cada vez mais atrelar os países do continente à vontade dos norte americanos gerou controvérsia. A Argentina teve um posicionamento contrário, enquanto que o Brasil mais uma vez avançou no sentido de exercer liderança conciliatória na América do Sul:

Longas discussões entre as missões argentina e norte-americana se travaram em torno da fórmula relativa às colônias [*européias, na tentativa de afastar a presença alemã nos territórios da França e Holanda já sob poder nazista*], especialmente no tocante à instalação de uma administração provisória por parte da União Pan-Americana. Com certeza, uma das medidas acordadas que mais beneficiaram os interesses brasileiros foi a que assentou as negociações bilaterais na área de defesa dentro do sistema pan-americano, mas à margem das negociações coletivas. Sem abandonar a retórica, Brasil e EUA entabulavam negociações para ajuda militar privilegiada e a instalação de bases norte-americanas no Nordeste brasileiro. Em outubro daquele ano, foi criada a Comissão Mista Americano-brasileira de Oficiais de Estado Maior. (SVARTMAN, 1999, p. 105)

Passadas estas duas reuniões de consulta, sendo a primeira para oficializar a neutralidade, a segunda para intensificar o trabalho de diminuir a influência do Eixo na América, os Estados Unidos foi atacado, sem prévia declaração de guerra, pelos japoneses. Pearl Harbor mexeu com a opinião pública estadunidense, e mesmo os que até então eram contrários, passaram a apoiar a participação direta do país na guerra. O medo de ser atacado em seu próprio território exigia medidas que fossem além da neutralidade. Para tanto, foi

convocada a III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, já prevista para ocorrer no Brasil.

Os Estados Unidos buscavam unanimidade no rompimento dos Estados americanos com o Eixo. Mas desta vez não era apenas a Argentina que se opunha. Segundo informações recebidas por Oswaldo Aranha (Ministro das Relações Exteriores do Brasil), e transmitidas imediatamente a Jefferson Caffery (Embaixador dos Estados Unidos no Brasil), Peru, Paraguai, Bolívia e Chile preferiam acompanhar a posição argentina e manteriam neutros. (SEINTEINFUS, 2003, p. 271)

Diante da resistência, houve intensa mobilização da diplomacia norte-americana no sentido de garantir o maior número de países que romperiam relações comerciais e diplomáticas com o Eixo. Antes mesmo do início da Conferência, “o subsecretário de Estado e chefe da delegação dos Estados Unidos, Sumner Welles, anunciou que Peru, Paraguai e Bolívia mudaram de opinião [...] em troca de promessas de auxílio econômico e de fornecimento de equipamento militar.” (SEINTEINFUS, 2003, p. 272)

A Argentina estava disposta a manter apenas a declaração formal de solidariedade aos Estados Unidos, de modo que a declaração de guerra ou o rompimento de relações comerciais e diplomáticas com o Eixo estavam fora de cogitação. A neutralidade argentina tinha como principal causa a manutenção de seus negócios com a Europa. Bandeira aponta para o interesse tanto da Alemanha quanto da Inglaterra com a manutenção da neutralidade:

O interesse da Grã-Bretanha, naquelas circunstâncias, convergia com o do inimigo, a Alemanha que também mantinha fortes conexões econômicas com a Argentina e não as queria perder, a isolar-se, completamente de toda a América Latina. Mas divergia dos objetivos econômicos e políticos dos Estados Unidos, empenhados em impedir fraturas no sistema pan-americano e submeter a Argentina recalcitrante à sua hegemonia, o que possibilitaria a liquidação do último reduto, no continente, ainda sob forte influência da Europa. (BANDEIRA, 1993, p. 32-33)

O Chile também não cedeu em romper relações com o Eixo em janeiro de 1942⁹. Diferente dos argentinos, os chilenos alegavam preocupação com a defesa do vasto território desprotegido e possível alvo de ataque da marinha japonesa. “As minas de cobre e uma costa acessível a invasões tornavam-no uma presa em potencial [...]. Os chilenos precisavam de proteção”. (SILVA, 1972, p. 198)

Assim, a posição contrária dos dois países sul americanos impossibilitou uma decisão unânime na Conferência do Rio. Tornou-se necessário a mudança de caráter “obrigatório”, para o caráter de “recomendação” de rompimento com o Eixo.

De modo geral, a solidariedade americana conseguiu lograr bons resultados na Reunião do Rio de Janeiro. Segundo a *Acta Final*¹⁰, uma série de ações seriam desenvolvidas nas esferas econômica e militar, e **também haveria um controle dos súditos dos países beligerantes em solo americano**. Seinteinfus, assim resumiu o resultado final dos trabalhos:

As primeiras [*resoluções*] são de natureza econômica e objetivam: aumentar as relações comerciais interamericanas; desenvolver a produção de material estratégico; manter a segurança das vias de transporte no hemisfério; manter a organização econômica do hemisfério; romper as relações comerciais e financeiras com o Eixo; controlar as operações bancárias vinculadas ao Eixo; desenvolver os produtos de base; aumentar os investimentos mútuos.

O segundo grupo de medidas visa a lutar contra as *atividades subversivas* dos nacionais, originários ou simpatizantes do Eixo. A Conferência prevê uma coordenação de medidas policiais e judiciárias, bem como o estabelecimento de um sistema de investigação visando à defesa continental. [...]

Finalmente, um terceiro grupo de medidas pretende uma melhor defesa militar do continente. A conferência decide convocar uma reunião dos técnicos militares e navais em Washington, para estudar e sugerir medidas necessárias à Defesa do continente. (SEINTEINFUS, 2003, p. 276)

⁹ O rompimento dos chilenos com o Eixo ocorreu apenas em 1943, e dos argentinos em 1944.

¹⁰ *Acta Final* “Documentos sobre a 3ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores Americanos contendo a ata final da Reunião; nota da Agência Nacional; discurso do representante cubano na Conferência e lista de todas as delegações que compareceram à Reunião”. Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1942.01.28 Data: 28/01/1942 Qtd. de documentos: 4 (116 fl.). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

O rompimento da maioria dos países americanos com o Eixo colocou quase todo território em alerta de um possível ataque, uma vez que passaram a fazer parte do grupo dos Aliados. Era preciso que as medidas anunciadas na Conferência tivessem efeito prático em prol da segurança continental.

A partir de 28 de janeiro de 1942, praticamente generalizou-se o medo de ataque por parte das Potências do Eixo aos países americanos. O que se temia era principalmente uma invasão territorial militar ao continente; a união de interesses entre um país americano (com destaque para a Argentina) e os países do Eixo; e a manutenção de uma rede de espionagem já em atuação, com objetivo de obter informações sobre a posição dos Aliados. Para compreender melhor essas “ameaças”, no tópico seguinte faremos uma avaliação sobre estes receios em tempos de guerra.

2.2 RECEIOS EM TEMPOS DE GUERRA

O nosso objeto de estudo está diretamente ligado ao perigo que os súditos do eixo, principalmente alemães, poderiam representar ao Brasil, e indiretamente ligado ao perigo que a Argentina poderia representar em suas fronteiras com o país. Para compreendermos melhor os receios que no ano de 1942 eram motivo de discussões principalmente entre os estrategistas militares, faremos uma análise considerando o contexto internacional.

Para nossa análise, consideramos que a invasão militar por parte do Eixo ao território americano, a pretensão do Eixo combinada com um país americano para dominar territórios ilegalmente, e a espionagem colhendo e repassando informações dos Aliados, eram as principais preocupações dos militares tendo à frente os Estados Unidos.

2.2.1 Uma invasão militar ao território americano

Durante a Segunda Guerra, a França e os Países Baixos foram invadidos pela Alemanha na batalha que ficou conhecida como *Batalha da França*. O conflito iniciou em 10 de maio e terminou em 22 de junho de 1940 quando a França se rendeu à Alemanha. Nesta ocasião, o embaixador americano na França era William Bullitt. Foi ele o diplomata americano a chegar mais próximo da organização nazista, por permanecer alguns dias antes de sair do país. Chegou a conversar com altas patentes do Exército Alemão, que, empolgados com as vitórias daqueles dias acabaram por fazer comentários sobre planos expansionistas. O diplomata americano, em meados de 1940, se reportou aos Estados Unidos declarando que “uma vitória alemã na Europa significaria a possibilidade de controle de muitas nações sul-americanas. Das bases aéreas desses países partiria, futuramente, um ataque aos Estados Unidos”. Esta opinião gerou divergências no meio político e militar, havendo quem a defendesse e quem a acusasse de sensacionalista. Por bem ou por mal, um importante alerta já estava dado, e passou a aguçar a imaginação de parte dos governos e dos setores militares. (SILVA, 1964, p. 254)

Sem as forças francesas para combater, a Itália iniciou uma série de ofensiva contra o Egito. Combatidos pelos ingleses, os italianos foram auxiliados pelos alemães que, em janeiro de 1941, criaram o *Afrika Korps*, ou seja, o Corpo Expedicionário Alemão na África, comandado por Erwin Rommel. A guerra no norte africano incorporou mais elementos ao medo de ataque à América e aos Estados Unidos, que ainda não havia entrado no conflito. Assim, quando os norte-americanos foram atacados pela Marinha Imperial Japonesa, já aproximava o aniversário de um ano de presença militar alemã na África.

Em 1939, Adolf Berle, Secretário de Estado assistente, escreveu a Roosevelt sobre a situação vulnerável do Brasil: “em alguns pontos de vastas áreas ao longo de águas profundas,

não há habitantes, nem agências telegráficas, nem postos do governo brasileiro e nem medidas de vigilância contra atividades não-neutras”. (HILTON, 1983, p. 267)

A preocupação dos estrategistas norte americanos encontrava subsídios no fato de haver colônias européias na América (Guiana Francesa e Guiana Inglesa), e uma vasta área desprotegida no norte e nordeste do Brasil. Sobre ambas as situações, Ricardo Seitenfus fez o seguinte resumo:

A existência de colônias francesas e britânicas na América faz com que a guerra, a princípio européia, atinja cedo ou tarde o nosso continente. Mesmo sendo improvável uma implicação direta e imediata das colônias, a eventualidade preocupa os dirigentes do Novo Mundo. O fato mais grave, porém, consiste na extensão do conflito em direção à África do Norte, e, em particular, à sua parte ocidental, onde a França dispõe de importantes colônias. Caso a hipótese torne-se realidade, a América deve contar com a possibilidade de um envolvimento direto no conflito, pois os beligerantes, após uma escala em Dacar, poderão atravessar o Atlântico e instalar-se no Nordeste Brasileiro. A rota Dacar-Natal constitui o caminho mais direto entre a guerra e a paz, tornando a costa nordestina a região de maior vulnerabilidade no Novo Mundo. [...]

A área desprotegida é marcada pelo início do litoral brasileiro, em especial o Norte-Nordeste, ou seja uma superfície de quase três milhões de quilômetros quadrados entre os estados da Bahia e do Pará. O litoral nordestino tem 3.800 km de extensão. [...] A ausência de comunicação com o resto do país, a topografia propícia a um desembarque e a insuficiência de meios militares da região do triângulo são incentivos à ação de um eventual agressor que almeje estabelecer uma cabeça-de-ponte continental. (SEITENFUS, 2003, p. 187-188)

É preciso lembrar que havia uma preocupação com o lado em que o Brasil apoiaria na guerra. Desde 1937, o Brasil tinha o mesmo presidente e o mesmo sistema de governo: Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo. Quando implantado, o Estado Novo não foi visto com bons olhos pelos Estados Unidos. Especulou-se (inclusive foi esta a impressão que teve o então novo embaixador americano no Rio de Janeiro Jefferson Caffery), que a Ação Integralista e as futuras potências do Eixo teriam desempenhado papel importante no curso dos acontecimentos. (SEITENFUS, 2003, p. 85; MACCANN JUNIOR, 1995, p. 38)

Quando o Golpe de 1937 ocorreu, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos era Oswaldo Aranha. De tendência pró-americana, foi incumbido de acalmar os ânimos do governo e da imprensa daquele país. Em telegrama confidencial a Getúlio Vargas, em 12 de novembro, relata que:

Os jornais desta manhã, porém, já trazem notícias e opiniões bem menos desagradáveis, mostrando-se mais conformados com a situação e afirmando que o novo regime em nada poderá alterar as relações dos nossos dois países. Esta transformação foi o resultado de uma conferência secreta do Sub-Secretario de Estado, Sumner Welles, com os jornalistas, procurando orientá-los no sentido de procurar atenuar os seus noticiários e comentários. Sei que nunca deu o Departamento de Estado passo igual, em caso similar.¹¹

Mas, os ministros de Vargas divergiam em suas opiniões. A imprensa norte-americana ficou alvoroçada com a declaração do Ministro da Justiça Francisco Campos ao *Jornal Correio da Manhã*, reproduzida no *The New York Times*, edição de 29/11/1937. O jurista, autor da Constituição de 1937, disse ao jornal que “a partir de agora, o Brasil faz parte da lista dos países corporativos e fascistas”. (apud SEINTENFUS, 2003, p. 87)

Para os Estados Unidos, ter um país fascista abaixo do seu território era uma ameaça considerável. Inconformado, o embaixador Oswaldo Aranha veio ao Brasil pessoalmente cobrar explicações de Vargas. A certeza que o Brasil não estava se organizando tal qual os fascistas europeus, e, pelo contrário, continuaria a fazer:

tudo para preservar a amizade e os vínculos que o unem aos Estados Unidos confirma-se em março de 1938, quando Aranha se torna ministro das relações exteriores. A partir de então, não há dúvidas, apesar do caráter fascista do novo regime brasileiro, de que as duas capitais estejam dispostas a cooperar, como no passado. (SEINTENFUS, 2003, p. 89)

¹¹ “Telegrama de Oswaldo Aranha a Pimentel Brandão comunicando seu esforço no sentido de atenuar os efeitos do golpe de Estado nos EUA e afirmando que sua permanência na embaixada é prejudicial ao Brasil. Washington (Vol. XXVIII/31)”. Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1937.11.12/4 Data: 12/11/1937 Qtd. de documentos: 1 (2 fl.). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

Às medidas nacionalistas brasileiras contra os estrangeiros (início de 1938), que atingiu principalmente os cidadãos de origem dos países do Eixo, somaram à nomeação de Oswaldo Aranha para Ministro das Relações Exteriores (março de 1938), e ao rompimento do governo Vargas (após a tentativa fracassada de golpe) com a Ação Integralista Brasileira (maio de 1938). Isso significou muito para que mudasse a visão dos norte-americanos sobre o Estado Novo. O regime passou a ser visto como um aliado que em nada mudaria sua política em favor do pan-americanismo. Além disso,

talvez o acontecimento que mais agradou o governo dos EUA, tenha sido o esfriamento das relações entre o Brasil e a Alemanha, que enfrentaram momentos delicados naquele ano. A ação do governo Vargas a fim de integrar mais firmemente as colônias alemã, italiana e japonesa à vida nacional foi o fulcro de litígios que acabaram afastando os dois países. (SEINTENFUS apud CORSI, 2000, p. 94)

O dilema de ser ou não ser fascista nos moldes europeus parece ter sido solucionado no primeiro semestre de 1938. Mas isso não significou apoio imediato do Brasil aos Aliados no início da Segunda Guerra. Ainda permanecia no governo brasileiro a corrente “americanófila”, favorável aos Aliados cujo representante máximo era Aranha, e a corrente “germanófila”, favorável aos países do Eixo, representada principalmente pelo Ministro da Justiça Francisco Campos; pelo chefe do Estado Maior do Exército, General Góis Monteiro; pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra; e pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. (HILTON, 1983, p. 260-261)

Além disso, o presidente Vargas se fazia passar ora por aliado dos Estados Unidos e ora por aliado da Alemanha. Para ficar em um exemplo:

Em julho de 1940, em meio a demonstrações de simpatia de Vargas para com o Eixo e aos rumores de que o Brasil poderia obter apoio da empresa alemã Krupp para construir uma siderúrgica, os EUA anunciaram a concessão de um crédito de US\$ 20 milhões para financiar o projeto. Em 1941, o governo brasileiro permitiu a instalação de bases norte-americanas no nordeste do país e no ano seguinte, Vargas declarou guerra ao Eixo. (CAMARGO apud AQUINO, 1995, p. 179)

A desconfiança com alguns dos integrantes do governo Vargas, aliado à ameaça de invasão ao continente americano via norte do Brasil, fizeram os estrategistas militares norte americanos a elaborar o *Plano do Teatro de Operações do Nordeste do Brasil*, mesmo antes do ataque à Pearl Harbor¹². O *Plano*, foi publicado pela revista *IstoÉ* (número 1234, de 26/05/1993) e seria conhecido do governo brasileiro desde os anos 1970. Sua primeira versão foi aprovada em 1/11/1941, depois modificada em fevereiro e abril do ano seguinte, tem 57 páginas e foi assinado pelo general L. J. McNair, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas americanas. Segundo a reportagem:

As tropas americanas tomariam simultaneamente Natal, Recife, Belém e Salvador, contando com o sol muito forte, típico da região, para que nada atrapalhasse o desembarque de pelotões munidos de obuses e fuzis em São Luiz, Fortaleza e na Ilha de Fernando de Noronha. No mesmo dia, ao entardecer, um avião C-47 pousaria no Amapá e lá deixaria dois oficiais e 57 soldados. Todas essas tropas chegariam com suprimentos para 30 dias, pelo menos. O objetivo dessa operação de guerra, planejada pelo governo dos Estados Unidos era a ocupação do Norte e Nordeste brasileiro em 1942. Para o ataque – rápido e violento – os americanos esperavam utilizar até 100 mil combatentes (apud AQUINO, 1995, p. 180)

O recurso à invasão do Brasil pelos norte americanos foi deixada de lado principalmente por não ser mais necessária após o rompimento do Brasil com o Eixo e seu alinhamento aos Aliados. O embaixador brasileiro em Washington enviou o seguinte comentário por ocasião da Conferência do Rio:

A política de Washington é a da, mobilização diplomática do continente a favor da causa aliada. Um eventual ataque nazista contra a América do Sul teria menos gravidade em face de um continente unido do que de nações dispersas e sujeitas a correntes internas capazes de facilitar enormemente a agressão militar. (SILVA, 1972b, p. 199)

¹² É preciso relativizar o plano dos militares, considerando que eles trabalham com cenários, fazem planos para todas as situações possíveis em caso de guerra. Portanto, a existência de um plano pode não significar necessariamente a intenção de invadir o território brasileiro.

Entretanto, a união do continente americano não afastou o perigo de invasão territorial ao Brasil. Ao contrário, elas aumentaram quando os militares alemães concretizavam suas vitórias no continente africano. No dia 30 de julho de 1942, o embaixador brasileiro informou Aranha de que uma vitória na África abriria uma nova frente. A segunda frente possibilitaria invasão do Brasil e dos Estados Unidos:

A conjugação da propaganda alemã com as vitórias de Rommel na África, como método para distrair a atenção pública principalmente no Brasil, do perigo de ataque nazista possível depois de dominada a África mediterrânea, dá visos de verdade à notícia.

Que uma vitória alemã na África do Norte é condição preparatória para eventual ataque contra o Brasil não resta dúvida.

Que uma vez vencida a campanha do Cáucaso e do Egito, a Alemanha renovará a sua própria frente ocidental contra a Inglaterra e contra os Estados Unidos também não padece objeções.

Que um ataque à América do Sul seria o melhor caminho para um ataque aos Estados Unidos, é verdade atestada freqüentes vezes nos discursos do próprio Presidente Roosevelt.

Entretanto, essas possibilidades dependem da abertura de segunda frente. Se a segunda frente for aberta pela Alemanha, uma vez terminada a sua campanha oriental na Rússia e no Egito, a América do Sul estará plenamente dentro da esfera de perigo da guerra. Se a segunda frente for aberta pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a América do Sul terá garantia de segurança.

A verdade é que o Hemisfério Ocidental inteiro, direta ou indiretamente, está envolvido no problema da segunda frente, solução não só para a Rússia e o Egito, para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, mas também para o Brasil e os demais países sul-americanos¹³.

A abertura da segunda frente pelos alemães só não foi possível porque os nazistas foram derrotados no início de novembro de 1942, na África do Norte na Segunda Batalha de *El Alamein* no Egito. A partir daí não desapareceu o medo, mas pelo menos ele passou a assustar menos.

Desta forma, podemos concluir que uma invasão alemã ao território americano, pelo Brasil, era uma hipótese considerada pelos Estados Unidos desde 1939, que se acentuou após o ataque de Pearl Harbor e as vitórias do Eixo na África. O rompimento da maioria dos países

¹³ “Memorando de Carlos Martins a Oswaldo Aranha sobre as relações argentino-americanas; comentando os planos da Alemanha na guerra; a posição estratégica da América do Sul em relação aos Estados Unidos e a necessidade da formação da ‘segunda frente’”. Arquivo Getúlio Vargas Classificação: GV c 1942.07.30/1 Data: 30/07/1942. Qtd. de documentos: 1 (4 fl.). Washington (Vol. XXXVIII/10c). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 11 de junho de 2009.

americanos com o Eixo também contribuiu para que a idéia de invasão territorial ganhasse mais força.

Se pensarmos nos súditos do Eixo que residiam no Brasil, eles não poderiam ser protagonistas de uma possível batalha, exceto se aceitassem sair do Brasil e se alistar nas forças armadas alemã para lutar na frente européia ou africana. Mas, o medo que havia dos alemães no Brasil não era neste sentido, e sim, no sentido de que houvesse uma “ajuda” à pátria-mãe de outras maneiras que evolvesse o continente americano. Assim, o já existente “perigo alemão” que foi reafirmado nos tempos de guerra, será melhor analisado no tópico a seguir.

2.2.2 O perigo alemão

No início de 1942, considerando a situação internacional, podemos expandir o conceito de “medo” para o plural. Com isso queremos dizer que não havia apenas um medo, mas vários “medos” e citamos os principais: dos alemães, dos italianos, dos japoneses, dos argentinos e dos quintas-colunas¹⁴.

Entre os “medos de 1942”, o medo ou perigo alemão, italiano e japonês podem ser inseridos em uma mesma categoria: a ameaça representada por súditos do Eixo. Neste tópico faremos considerações sobre esta ameaça, focando principalmente os alemães, sobre quem pesavam fatores antecedentes à Segunda Guerra Mundial.

A criação do Império Alemão, em 1871, ocorreu em um contexto onde os países europeus mais desenvolvidos tinham colônias na América, África e em alguns casos na Ásia,

¹⁴ O termo “quinta coluna” tem origem na Guerra Civil Espanhola, ou seja, quando o General Franco, na luta contra o governo eleito pela Frente Popular (reunião de setores da esquerda e auxílio da União Soviética), em julho de 1936, organizou o ataque para tomada de poder, concretizando, em 1939, pela Falange, com ajuda militar da Itália e Alemanha. Na ocasião, avançando contra Madrid com quatro colunas de tropas, Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna composta de simpatizantes da causa revolucionária dentro da cidade de Madrid, quer dizer, uma coluna supostamente de espíões. (FÁVERI, 2004, p. 78-79)

que lhes abasteciam com matérias primas. Os imigrantes alemães que chegaram ao sul do Brasil, após 1824, e se organizaram em colônias¹⁵ estavam longe de serem considerados “colônias da Alemanha”. Entretanto, estrategistas alemães enxergaram uma possibilidade de aproveitar os “alemães no exterior” em benefício da pátria-mãe. “Certamente alguns destes ideólogos [...] pensavam numa anexação, na criação de uma colônia [...]. A maioria, porém, pensava a presença de descendentes de alemães como fator fundamental para conquista de um mercado local”. (GERTZ, 1991, p. 15)

A idéia da criação de uma colônia alemã no sul do Brasil que servisse a interesses externos, vem de longa data e já foi consideravelmente abordada pela historiografia com o nome de “perigo alemão”. Até a Primeira Guerra Mundial tinha mais força esta idéia, entretanto, a derrota da Alemanha enfraqueceu o principal argumento de pretensões imperialistas na América do Sul.

Quando o Partido Nazista chegou ao poder na Alemanha, a idéia de perigo alemão no Brasil foi mais uma vez reforçada, principalmente após as primeiras conquistas que levariam o mundo à Segunda Guerra. Ao analisar a questão, Hilton sugere que, no curso dos anos iniciais da guerra, era crença popular nos Estados Unidos que “a América do Sul, principalmente o Brasil, onde havia uma colônia alemã bastante grande, era um foco de intriga nazista, ou, no mínimo uma área fértil para maquinações do Eixo”. (HILTON, 1983, p. 15)

Dentre vários exemplos de “perigo alemão” apontados por diversos autores, ficaremos em dois exemplos que elegiam a América do Sul como uma das pretensões imperialistas territoriais de Adolf Hitler: no calor dos acontecimentos, durante a Segunda Guerra, um

¹⁵ Os primeiros imigrantes para o sul do Brasil foram direcionados para um determinado espaço, chamado de colônia agrícola, onde construíam suas casas, igrejas, escolas, armazém, etc. A ausência do governo brasileiro e a vida própria destas colônias foram características marcantes por vários anos. Com o passar do tempo, estes espaços ficaram conhecidos como colônia alemã, italiana, japonesa, entre outros.

jornalista (Hugo Hernandez Artucio) publicou um livro chamado *A organização secreta nazista na América do Sul*:

As aspirações alemãs na América do Sul estão claramente patenteadas por um documento mais recente: o atlas denominado *A Alemanha e o mundo*. Também este, com muito atrevimento, traça as fronteiras de uma Alemanha Sul-Americana e descreve os estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como colônias alemãs. Mesmo que este esquema gigantesco pareça fantástico a ponto de inspirar sérias reservas, em verdade os alemães estão trabalhando na sua realização durante um século”. (ARTUCIO apud GERTZ, 1991, p. 46-47)

O outro exemplo, buscamos no livro de um diplomata que narra um fato ocorrido no Rio de Janeiro, cuja fonte é uma publicação de 1998 do Serviço Secreto Britânico, com o seguinte registro de ocorrência: “Funcionário alemão, seguido por um de nossos agentes sofreu um acidente. Sua pasta foi tomada e aberta. Dentro dela encontrava-se um mapa da América do Sul”. O mapa mostrava uma redistribuição de terras no continente com apenas quatro países sob proteção alemã: Brasil, Argentina (que absorveria Uruguai, Paraguai, Bolívia), Chile (incluindo parte restante da Bolívia e do Peru) e Nova Espanha (formada pela Colômbia, Venezuela e Equador), além de uma colônia alemã. (COSTA, 2005, p. 289)

O autor do nosso primeiro exemplo não apresentou prova contundente de suas afirmações. Já no segundo caso, o autor cita uma fonte difícil, mas não impossível de encontrarmos. De modo geral, tanto o livro quanto a descoberta do serviço secreto inglês no Brasil contribuíam para a crença na idéia de perigo e a tornavam real. Tanto que nosso segundo exemplo chegou a ser mencionado por Roosevelt em 27 de outubro de 1941:

São hoje os países nessa área [...] pois os escritos geográficos de Berlim obliteraram brutalmente todas as linhas divisórias para reduzir a América do Sul a cinco estados vassalos, todos sob dominação alemã [...] e o fizeram de forma a que um deles incluisse a República do Panamá [...] o mapa deixa claro que os desígnios nazistas não são apenas contra a América do Sul, porém igualmente contra os Estados Unidos [...] (COSTA, 2005, p. 291)

Este discurso do presidente norte-americano também foi comentado em nota reservada que o Capitão Baptista Teixeira enviou a Filinto Muller em 08 de novembro de 1941. A nota

transmitia informações de um agente, sobre desconfiança dos americanos relativa à posição do governo brasileiro frente aos alemães residentes no Brasil. Em um telegrama do agente americano, é citada uma referência a “Sa 256”. Sobre isso, o capitão informa:

A referência “Vide Sa. 256” é para o texto do discurso do presidente Roosevelt, no qual fala de um mapa que estaria em seu poder e que afirmava ser de autoria dos alemães, pelo qual a América do Sul estava dividida em zonas que seriam distribuídas para os alemães, após a vitória do “Eixo”.¹⁶

Esta é a única referência que encontramos ao mapa nazista encontrado no Brasil nas correspondências oficiais disponíveis para consulta virtual. Nas correspondências abertas e secretas entre Vargas e os embaixadores não há qualquer outra menção ao caso.

O desejo imperialista alemão não era nenhuma grande novidade, principalmente após a anexação da Áustria e a invasão da Polônia. Entretanto, com relação à América do Sul, os supostos desejos imperialistas eram associados à população de origem alemã, que nos leva a questionar o que de fato a população alemã e descendentes tinham a ver com a hipótese. Sem a pretensão de aprofundar, faremos uma exposição sobre esta temática.

O número de alemães imigrados para o Brasil era considerável. Vários autores divergem sobre o número mais próximo da realidade, de quantos alemães e descendentes haviam no Brasil no início dos anos 1940. Luiz Edmundo de Moraes chamou de “baile dos números, ou para um plural de imigração alemã para o Brasil” (MORAIS, 1996, p. 141). Para efeitos de nossa análise, vamos considerar os números apresentados por René Gertz. Segundo ele, em 1935 havia no Brasil 1.020.000 alemães e descendentes radicados no país. (GERTZ, 1986, p. 14-16)

Portanto, nos anos 1940 é pouco provável que houvesse menos de um milhão de alemães e descendentes no país. Essas pessoas cultivavam amplamente o uso da língua, tradições e costumes de vida peculiares aos alemães. Este fator permitiu potencializar a idéia

¹⁶ “Carta de Felisberto Batista Teixeira a Filinto Müller, transmitindo informação de agente sobre desconfiança nos círculos americanos relativa à posição do governo brasileiro em relação aos alemães e comentando as divergências táticas entre americanos e ingleses no Brasil”. Rio de Janeiro. GV confidencial 1941.11.08. CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

de perigo alemão dependendo do ponto de vista que se analisa a temática. Ou seja, as conclusões sobre o “perigo real” que os alemães representavam dependeu da maneira como os acusadores olharam para o problema. Gertz sugeriu que:

se quisesse, poderia usar unilateralmente muitos indícios e inúmeras fontes para demonstrar que de fato as populações das regiões de colonização alemã se caracterizaram por uma total segregação, não-integração, enfim pela mais completa anticiência e por seus corolários: o perigo representado para a unidade nacional brasileira em função da dissociação interna e da ameaça imperialista. Da mesma forma, porém, poderia ignorar esses indícios e estas fontes, detendo-me apenas nos muitos indícios e nas muitas fontes em sentido oposto, onde se lamenta a redução acelerada do uso da língua alemã, a realização de casamento interétnicos, a indiferença para com a germanidade. (GERTZ, 1991, p. 21)

Também não é mais inédito o fato de que no Brasil houve um partido nazista organizado. Não figurava entre os objetivos do partido persuadir os alemães a se rebelarem visando a formar um “território alemão independente”, entretanto, ele existiu legalmente até 1937 e na clandestinidade após este período (GERTZ, 1986; MORAIS, 1996). A sede do partido estava localizada no estado de São Paulo (DIETRICH, 2007), além das sessões estaduais, como a do Paraná. (ATHAIDES, 2007)

Havendo alemães e um partido nazista, logo, uma análise superficial poderia deduzir que havia uma forte ligação entre os dois. Ou, no mínimo, como apontou Moraes, poucos acham que todo alemão era um nazista, mas quase todos identificam a potencialidade das pessoas chamadas de alemães ou de origem para se tornarem membros do partido. (MORAIS, 1996, p. 88)

Quando Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, uma série de medidas foram tomadas para modificar o cenário de baixa nacionalidade entre os grupos estrangeiros que estavam radicados no país. Os partidos, incluindo o nazista, foram extintos naquele ano, e o ano seguinte foi decisivo para as leis nacionalistas. Entre as principais leis podemos citar:

1. Decreto-Lei nº 37, de 2/12/1932 – Dispõe sobre os partidos políticos. Os partidos estavam extintos, incluindo o Partido Nazista que funcionava no Brasil.
2. Decreto-Lei nº 341, de 17/03/1938 – Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências. Para abrir firmas no país, a partir desta data seria necessário provar que a entrada e permanência no país estavam regularizadas. Na lista de documentos obrigatórios estavam o passaporte, documento de identidade, atestado de residência e de boa conduta, este último expedido por autoridade policial.
3. Decreto-Lei nº 383, de 18/04/1938 – Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Os estrangeiros ficaram proibidos, dentre outras coisas, de *Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem.*

Entre os objetivos implícitos deste decreto-lei podemos citar a tentativa do governo Vargas de evitar que os ex-representantes do Partido Nazista, por exemplo, utilizassem uma associação como fachada para a continuidade de suas atividades.
4. Decreto-Lei nº 392, de 27/04/1938 – Regula a expulsão de estrangeiros. Qualquer estrangeiro que praticasse um crime contra a segurança nacional seria condenado, pagaria a pena e depois expulso.
5. Decreto-Lei nº 406, de 04/05/1938 – Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional. Além de proibir a entrada de indesejáveis como aleijados, mutilados, surdos, mudos, inválidos, vagabundos e ciganos, entre outros, o decreto-lei estabeleceu cotas de entrada para imigrantes e proibiu a constituição de núcleos coloniais de imigrantes.

6. Decreto-Lei nº 431, de 18/05/1938 – Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social. Entre os mais de 30 crimes apontados, cabia pena de morte a quem tentasse submeter o território nacional à soberania de um país estrangeiro, entre outras disposições.
7. Decreto-Lei nº 868, de 18/11/1938 – Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário. Iniciou-se a nacionalização do ensino e os hábitos culturais e educacionais próprios de estrangeiros passou a ser afetado.

Já em 1942, o contexto havia sido modificado. A soma do nacionalismo brasileiro com “atrocidades” cometidas pelo Eixo, como o afundamento de navios neutros brasileiros, e o rompimento das relações diplomáticas e comerciais transformou os súditos do Eixo em “inimigos em potencial”, portanto, um **inimigo interno** a ser combatido.

É possível dizer que a idéia de perigo alemão foi incentivada pelos Estados Unidos e Inglaterra na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, porém, não podemos creditar a estes países a intensidade da repressão que houve no Brasil. Assim, concordamos com a afirmação de que “a propaganda inglesa e norte-americana, que apresentava a população de descendência germânica no país como perigo para a segurança no continente, deve ter exercido influência considerável”. (GERTZ, 1986, p. 13)

O fato de manter língua e costumes ligados à etnia alemã, não tinha necessariamente a ver com a ideologia expansionista alemã. Entretanto, é preciso compreender que ao se referir a uma “colônia alemã no Brasil”, é necessário fazer uma distinção:

[...] Nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo existia uma “colônia alemã” que [...] se compunha em sua maioria de cidadãos alemães. Tratava-se de empresários, diretores e funcionários de firmas alemãs com filiais no Brasil, comerciantes autônomos, professores, etc. Muitas destas pessoas, portanto, eram economicamente dependentes de empresas alemãs ou até do governo alemão e grande parte delas estava apenas temporariamente no Brasil.

Estas “colônias alemãs” devem ser claramente distinguidas das regiões colonizadas por imigrantes alemães no sul do Brasil e que tradicionalmente também recebem a designação de “colônias alemãs”. Aqui poucas pessoas são economicamente dependentes de empreendimentos cuja matriz esteja na Alemanha, as que estão temporariamente no Brasil são extremamente poucas e cerca de 90% delas nasceram no Brasil, tendo ainda muitos imigrados adquirido a cidadania brasileira. (GERTZ, 1986, p. 64-65)

Para o autor, nas colônias do sul do país, não havia relação entre a manutenção da língua e dos costumes com a ideologia do germanismo. Entretanto, identificou que o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites econômicas e urbanas que eram mais dependentes do governo alemão (GERTZ, 1991, p. 43). Falar, possuir livros ou jornais no idioma alemão não era necessariamente sinônimo de apoiar os planos para construção de uma “grande Alemanha”.

Dos apontamentos que fizemos até aqui, podemos concluir que o perigo alemão, ou o medo das pretensões imperialistas alemãs com as colônias no Brasil, não era totalmente infundado. Em 1942, temia-se que a população alemã em diversos pontos do Brasil viesse, no mínimo, a participar do esforço de guerra alemão. Talvez este tenha sido o “perigo alemão” mais preocupante e que, de fato, existia por meio da espionagem. Mas não é possível associar a espionagem à maioria da população alemã e descendentes, como veremos ao analisar o caso específico da espionagem.

2.2.3 O perigo argentino

Assim como o perigo alemão, o medo de que a Argentina se tornasse líder do continente sul americano, que invadisse fronteiras com outros países, ou que, no mínimo, impusesse sua hegemonia política e econômica, também não foi produto da Segunda Guerra Mundial.

É possível buscar exemplo de preocupação do governo brasileiro com a corrida armamentista argentina desde o início do século XX. Além disso, em relação à Argentina, o Brasil estava atrasado economicamente; com uma política instável e com as Forças Armadas despreparadas: três (grandes) problemas que deveriam ser enfrentados com a máxima urgência. (CORSI, 2000, p. 54)

Em 1935 temos exemplos claros da preocupação brasileira com os argentinos. O general Valdomiro Castilho de Lima já fazia o seguinte alerta, em relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra:

A Argentina atualmente mantém certa superioridade terrestre marítima e aérea, dispondo de importantes recursos e boa organização econômica. Sob o ponto de vista militar, é uma potência de primeira grandeza no nosso continente. Seus quadros militares profissionais são competentes, seu material de guerra é copioso e moderno, seu serviço de recrutamento é aperfeiçoado, baseado num sistema de alistamento modelar; suas vias de comunicação, além de numerosas, cortam o país em todos os sentidos e sua rede ferroviária pode realizar correntes de transportes aptas a atender à concentrações rápidas em suas principais zonas fronteiriças; sua indústria, num invejável esforço de seus homens, já se salientou brilhantemente, pois possui uma fábrica de aviões, a única existente na América do Sul. [...]

A política adotada [...], como as tendências tradicionalmente pacifistas de nosso povo, conduziram as nossas forças armadas a uma fraqueza militar muito abaixo do nível de segurança que exigem a extensão territorial de nosso país e a nossa situação política e econômica na América do Sul, fazendo-nos adotar o desarmamento relativo da Nação, no que não somos acompanhados pelos nossos vizinhos do continente. (apud SVARTMAN, 1999, p. 94-95)

Em 04 de junho de 1937, Oswaldo Aranha, da Embaixada do Brasil em Washington escreveu à Vargas comentando, entre outros assuntos, a corrida armamentista argentina:

A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país.

Deputado em 1927, fiz sentir o fato ao Dr. Washington Luis, merecendo deste, ante a bancada do Rio Grande, um gracejo tão tolo quanto infeliz: “Está se armando contra os Estados Unidos”.

Não creio que haja no Brasil outro imbecil capaz de admitir tal disparidade, que trouxe como conseqüência, armar-se a Argentina livremente, sem peias, certamente encorajada pela nossa cegueira e indiferença.

A situação hoje é quase inconfessável. Não nos armamos na prosperidade por cegueira e na crise por falta de recursos. Agora porém não é mais preciso contemporizar. [...]

Não é possível, Getúlio, continuarmos a fazer uma política de conta-gotas para dotar o Brasil dos elementos mínimos necessários à sua defesa.

A Argentina continua a armar-se e os dados de suas encomendas neste país [*Estados Unidos*] são alarmantes para nós. Está, agora, construindo 40 aeroplanos de bombardeio, os mais perfeitos e potentes que existem, pagando 120 mil dólares cada aparelho. Os 30 que estamos construindo custam 12 mil cada! Não é tudo. Encomendaram, há dias, mais 15 Douglas [*avião militar C-47 Skytrain*], igualmente poderosos. E isto, Getúlio, que já no ano passado e na primeira parte deste ano, gastaram aqui em armamentos as seguintes importâncias:

1936	\$ 2.922.943,77
Janeiro a Abril de 1937 ...	<u>\$ 1.606.736,13</u>
	\$ 4.529.736,90

E isto que a Argentina compra [*da*] Europa, onde costuma fazer suas encomendas. Nesse mesmo período, o Brasil comprou, incluídas as compras navais:

1936	\$ 737.264,70
Janeiro a Abril de 1937 ...	<u>\$ 286.251,54</u>
	\$ 1.023.516,24

Creio, Getúlio, que além desses fatos, a atitude exclusiva e agressiva da política argentina, a passeata de sua esquadra ao redor da América, são indicações que merecem consideração especial. [...]

Minha opinião é de que devemos armar-nos, fazendo encomendas globais, custe isso o que custar. Se não fizermos já e imediatamente, custará muito mais, material e moralmente¹⁷.

Os comentários do embaixador brasileiro demonstram, por um lado, a preocupação com a corrida armamentista argentina, ao mesmo tempo em que vê a necessidade de armar o Brasil. Assim, armar o Brasil passou a ser uma questão de **necessidade** para garantir a segurança do país na América do Sul.

¹⁷ “Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as conseqüências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade do Brasil investir na defesa nacional”. Washington. GV c 1937.06.04/1 (Vol. XXVI/54). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

A implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, pode ser interpretada como uma das ações que a qualquer custo deveria proteger a integridade nacional. Mesmo tendo em vista a Segurança Nacional, nos primeiros meses da ditadura não houve mudança radical no âmbito das relações exteriores na América do Sul.

Eduardo Svartman, analisou as visões que os diplomatas, políticos e militares tinham da Argentina durante o Estado Novo. A estes “atores”, chamou de elite diplomática brasileira, a EDB. Para o autor, esta Elite durante toda a década de 1930 e início da década de 1940, sobretudo os setores militares, frisou a superioridade argentina no campo econômico e militar e a inferioridade brasileira. Desta forma, ao deflagrar o conflito mundial na Europa, a EDB estava convencida de que a Argentina era um inimigo, se não real, em potencial. (SVARTMAN, 1999)

Rodrigues Alves foi embaixador do Brasil na Argentina durante muitos anos. Conhecia a política interna do país como poucos, e escrevia longas e detalhadas cartas à Getúlio Vargas (SILVA, 1972, p. 259). Em junho de 1940 escreveu uma carta de 12 folhas ao presidente comentando sobre variados assuntos, como as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argentina em decorrência da guerra, as providências planejadas para a indústria bélica e a tendência pró-Eixo entre as forças armadas. Da correspondência destacamos: “a República Argentina vai se armar e entra por esse terreno de despesas e sacrifícios grandes, impelida pela situação decorrente da guerra européia¹⁸”.

¹⁸ “Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas analisando as dificuldades econômicas da Argentina agravadas com a guerra; as iniciativas para resolver a super-produção de milho e o desemprego, e as providências planejadas para a indústria bélica visando a defesa nacional. Informa também sobre tendências germanistas no Exército argentino e a repercussão no discurso de Vargas nesse país”. Buenos Aires. GV c 1940.06.22/1 (Vol. XXXIII/101). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

O chefe do Estado Maior do Exército, General Góis Monteiro, em 27/07/1940, encaminhou um relatório ao Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, no qual informava a situação política da América do Sul, aspectos político-militares da Argentina e situação do Exército Brasileiro:

Pode-se dizer sem receio de errar que a Aviação argentina, do Exército e da Marinha em conjunto, conta com uns duzentos aparelhos em condições de vôo, o que representa já um valor apreciável na América do Sul.

Os grandes recursos votados agora serão também empregados para completar as fábricas de pólvora e de munições de artilharia que se acham com os edificios prontos à espera de maquinário, e compra de material de aviação ao aparelhamento das bases e unidades aéreas, à artilharia anti-aérea e ao equipamento necessário às instalações de defesa passiva anti-aérea. [...]

O Brasil não se acha por forma alguma em condições de (pelo atraso do seu aparelhamento militar em terra, no ar e no mar, e por outras razões de sobra reconhecidas ou ignoradas) atender às duas hipóteses formuladas pelo Estado Maior do Exército, simultâneas ou separadas de:

1º - Guerra no continente;

2º - Defesa de seu extenso e tão exposto litoral¹⁹.

Portanto, o Estado Maior reconhecia a superioridade argentina, bem como as duas possibilidades de ataque ao Brasil, que exigia defesas tanto no sul quanto no nordeste.

Entretanto, foi em 1942 que o clima ficou tenso no continente. O histórico da corrida armamentista, a visão da EDB sobre a Argentina como um país economicamente desenvolvido e preparado para a guerra, a resistência frente aos norte-americanos, e o não rompimento de relações com o Eixo, formavam um terreno fértil para ser germinada a semente da intriga. Luiz Corsi, ao analisar as correspondências entre a Presidência da República e a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, concluiu que as temáticas armamento e perigo argentino ao sul do país foram as mais discutidas no primeiro semestre de 1942. (CORSI, 2000, p. 196)

¹⁹ “Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas encaminhando informações do Estado Maior do Exército sobre a situação do continente sul-americano em relação à guerra incluindo observações detalhadas sobre aspectos político-militares da Argentina, influência alemã no continente e o poderio militar deste país”. Rio de Janeiro. GV c 1940.07.27/1 (Vol. XXXIV/12a e 12b). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

Um exemplo do assunto “armas” entre Vargas e o então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Carlos Martins, é a resposta a um telegrama do dia 23 que foi respondido em 27 de janeiro de 1942. O presidente foi informado de como estava o andamento das entregas de material bélico para os Ministérios Militares²⁰.

Getúlio Vargas com sua habilidade política, soube explorar o contexto argentino tanto para assumir uma condição hegemônica no continente quanto para conseguir armas dos Estados Unidos. Enquanto a EDB já apontava para um histórico de necessidade de armamentos, Vargas aproveitou para mostrar aos norte-americanos que havia de fato um problema nas fronteiras com a Argentina. Como veremos a seguir, durante o mês de março e abril de 1942, Vargas recebeu relatórios e, em seguida, várias correspondências sobre a situação argentina.

2.2.3.1 Relatório sobre atividades do Exército Argentino²¹

Em fevereiro de 1942, um mês após a Conferência do Rio de Janeiro, este relatório foi solicitado pelo embaixador brasileiro ao Adido Militar em Buenos Aires. As informações nele contidas já haviam sido passadas ao Exército Brasileiro, o que significa que Góis Monteiro já estava ciente do conteúdo e parecer do militar na Argentina.

Algumas modificações no Exército Argentino foram anotadas. Soldados das classes de 1920 e 1941 tiveram suas licenças prorrogadas, de modo que o contingente de soldados somavam 31.000 homens, mais os oficiais da reserva recentemente convocados, em número de 800. Havia também, os sub-oficiais convocados que chegariam a 3.000, entre cabos e

²⁰“Telegrama de Carlos Martins a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das entregas de material bélico para os Ministérios Militares”. Washington. GV c 1942.01.27 (Vol. XXXVII/19a). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

²¹ “Relatório nº 110, reservado, do adido militar em Buenos Aires, Tenente-Coronel Tasso Tinoco, ao embaixador Rodrigues Alves, em 24/02/1942, sobre atividades do Exército Argentino”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

sargentos. Além disso, em dezembro de 1941 o Exército foi acrescido de mais 5.000 homens para sete unidades então criadas.

Encerradas as informações sobre o Exército, passou a relatar o caso da *Gendarmeria Nacional*. Tratava-se da Polícia Federal Montada, que deveria ter sido passada da jurisdição do Ministério da Guerra para o Ministério do Interior em 1941, entretanto, prorrogou-se por mais dois anos sob alegação de que ainda não estava organizada. A polícia federal argentina era composta por quadros reformados do Exército, e a quase totalidade de seus regulamentos era cópia daqueles que vigoravam para as Forças Armadas.

Sobre a presença mais efetiva nas fronteiras, o adido militar do exército, Tasso Tinoco, autor do relatório, escreveu:

Foi iniciada a construção de alojamentos destinados aos contingentes da tropa de Gendarmeria destacada em Misiones [...]. A construção de pavilhões, casas, e usinas está distribuída por San Inácio, Concepción de la Siera, Puerto Esperanza e Puerto Mineral. [...]

O Ministério da Guerra acaba de adquirir três lanchas, uma de 23 metros de comprimento e outras de 14, destinadas ao serviço de patrulha fluvial, a cargo da Gendarmeria Nacional.

O adido militar concluiu seu relatório da seguinte forma:

Nem a criação das novas unidades em dezembro último, nem a convocação de pessoal de Reserva, denunciam preocupações em qualquer fronteira com países vizinhos. [...]

No que diz respeito às atividades da Gendarmeria, já as coisas apresentam outro aspecto. A legislação que criou e organizou esta milícia armada baseou-se na necessidade de assistência policial, instrutiva e até mesmo de saneamento de certas regiões de Territórios Federais mal servidos de vias de comunicações. Verifica-se porém que sua finalidade está sendo desvirtuada e que existe um esforço sobre a fronteira Brasil-Argentina, ao longo do Rio Uruguay. Não há como negá-lo desde que se observe o elevado custo das obras em construção no Território de Misiones quando outros Territórios que reclamam maior assistência são esquecidos. A aquisição de lanchas de grandes dimensões e armadas para a vigilância policial apenas no rio Uruguay também colaboram nas considerações que fizemos acima.

Terminado o relatório, podemos concluir que o militar não enxergou nenhum grande problema nas fronteiras com o Brasil por parte do Exército. Já a *Gendarmería* seria o fator de risco e a instituição que poderia representar mais medo.

2.2.3.2 Relatório informando a situação da Aeronáutica Argentina²²

De modo bem resumido, o adido aeronáutico na Argentina (Coronel-Aviador Ivo Borges) não sinalizou mudança na política da Aeronáutica daquele país no último mês. Também não escreveu longos comentários. O mais específico sobre o que lhe foi pedido é o último parágrafo: “o centro de gravidade aeronáutico argentino é a Província de Córdoba. As grandes facilidades de concentração de arma, permite abster-se de terrenos fronteiriços”.

Ao contrário do adido aeronáutico, o adido naval escreveu um longo relatório com 18 tópicos que variam de política a organização militar.

2.2.3.3 Informações sobre a existência de mobilização de tropas argentinas nas fronteiras²³

O militar, Coronel Peixoto Júnior, começou fazendo uma consideração sobre o estado político interno da Argentina. Para ele, a maioria no país era favorável a “política continental de apoio aos Estados Unidos”, entretanto, o Poder Executivo decretou estado de sítio, o que fez cessar as manifestações na imprensa e na oposição ao governo. Aponta para uma investigação de assuntos anti-argentinos em andamento por uma comissão da Câmara dos Deputados, e que envolvia inclusive o ministro das relações exteriores, Ruiz Guiñazu.

A Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro foi usada pelo presidente argentino, Ramón Castillo, “desvirtuando os fatos, para demonstrar ao povo argentino que o seu Governo soube defender a soberania da nação, não se submetendo às imposições norte-

²² “Relatório nº 89, reservado, do adido aeronáutico em Buenos Aires, Coronel-Aviador Ivo Borges, ao embaixador Rodrigues Alves, em 26/02/1942, informações sobre aviação”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

²³ “Relatório s/n, reservado, do adido naval em Buenos Aires, Coronel Augusto do Amaral Peixoto Junior, ao embaixador Rodrigues Alves, em 26/02/1942, informações sobre a existência de mobilização de tropas argentinas na fronteira brasileira”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

americanas”. Como exemplo, Peixoto Júnior citou os cartazes de propaganda do Partido Democrata Nacional com os seguintes dizeres: “Castilho necessita de maioria no Congresso para garantir a paz e a prosperidade da Nação”. Conseguida a maioria, “a Argentina continuará neutra, tornando-se Buenos Aires a capital da espionagem nazista”.

Feitas as considerações de caráter político, sobre os temores da presença argentina nas fronteiras com o Brasil, Peixoto Júnior escreveu:

A informação que V. Excia. nos trouxe do Brasil sob temores de concentração argentina nas nossas fronteiras é indício de que também em nossa terra urge reprimir com violência os traidores, que descontentes com a sábia orientação do nosso governo, única compatível com a tradição da nossa política americanista, procuram lançar a confusão, distraíndo a atenção dos chefes militares para pontos secundários. O mesmo boato correu em Buenos Aires, ao parecer, sem maior repercussão, propalando-se que o Brasil concentrava tropas na fronteira Argentina.

A coincidência da exploração, lançada ao mesmo tempo no Brasil e na Argentina, faz-nos supor uma ação orientada por aqueles que seriam os mais interessados no choque, os nazistas.

Não descarto a possibilidade de um conflito na América do Sul entre as duas nações mais fortes do continente, mas evidentemente o momento seria o menos oportuno para a República Argentina.

Isolada completamente, sem grandes “stocks” para uma campanha militar, agitada internamente por uma política que dividiu a Nação em dois grandes grupos, assoberbada por problemas econômicos não seria crível que os dirigentes argentinos pudessem pensar em uma luta que, em última análise, seria uma guerra contra o continente!

[...] Quanto aos movimentos da esquadra argentina, tem-se limitado ao serviço de patrulhamento, serviço este ineficiente, uma vez que não obedece a um plano organizado, parecendo mais uma satisfação a opinião pública.

O adido naval fez uma avaliação bem realista e não deixou transparecer a opinião de que a Argentina era um perigo em potencial para o Brasil. Ao contrário, para ele a Argentina evitaria qualquer conflito com o Brasil e os boatos eram coisa de nazistas, interessados em tirar o foco dos militares que deveria ser combatê-los.

2.2.3.4 Correspondências sobre a questão militar argentina

No dia 07 de março, Rodrigues Alves juntou os três relatórios que citamos acima, dos adidos em Buenos Aires e os enviou (segundo ele, a pedido) a Getúlio Vargas em anexo à sua carta. Além das informações dos relatórios, seu parecer na carta é o seguinte:

[o boato de mobilização militar na fronteira], se está criando por obra e graça de elementos nazistas que, sob a capa de nacionalistas, estão tratando de inquietar as populações fronteiriças, não só do nosso lado, como do lado argentino. É evidente que esta alarma já chegou a impressionar as autoridades militares, sensíveis sempre a tudo quanto possa facilitar a aquisição de material bélico, e ao aumento de efetivos que concorrem sempre para facilitar promoções e outras vantagens materiais decorrentes desses fatos²⁴.

Ao citar a *Gendarmeria*, acreditava que fosse natural que os investimentos em construções de quartéis e aquisição de barcos “despertem em nosso espírito certas apreensões”. Entretanto, estas medidas combinadas com as do Exército podem ser “justificadas por motivos de ordem interna”, como questões políticas e a decorrência do conflito mundial.

Tenho a impressão [...] que os argentinos temem que possa produzir no Sul do Brasil qualquer movimento por parte dos elementos nazistas, que conjugado com os elementos favoráveis ao Eixo nesta República, possam, num dado momento comover também a este país e produzir dentro do seu território séria comoção de caráter interno.

E daí que estejam preocupados em fortalecer a sua situação defensiva nessas regiões, sobretudo nas mais afastadas do território de Missões.

Evidentemente que os militares ainda quando saibam que esse temos é mais uma fantasia que uma possível realidade, o exploram em benefício do exército e das forças armadas²⁵.

²⁴ “Carta de Rodrigues Alves à Getúlio Vargas”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

²⁵ “Carta de Rodrigues Alves à Getúlio Vargas”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

O embaixador anunciou que o medo era recíproco. Entretanto, os elementos pró-Eixo estavam em maior número no governo, posição contrária a do Brasil. O *perigo brasileiro* para a Argentina foi, também, registrado pelo embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Sumner Welles disse ao embaixador Carlos Martins que “as informações recebidas da República Argentina dizem reinar ali um verdadeiro pânico quanto ao desenvolvimento do Brasil e a sua preparação militar. Alarma-lhes a concentração de tropa que dizem ser de 35.000 homens no Rio Grande”. O brasileiro respondeu que não havia qualquer “pensamento agressivo” com relação ao vizinho²⁶.

Protásio Vargas, irmão do presidente, resolveu apurar a veracidade de uma série de boatos que circulavam no Rio Grande do Sul. Buscou um agente da polícia, João Laguna, provavelmente ligado à DOPS-RS, para fazer uma observação pelo interior da Argentina. Do relatório encaminhado ao presidente, destacamos:

Os súditos do Eixo, com a cruz gamada à lapela, agem com desenvoltura exibicionista. Esteve também em um campo de manobras, onde havia tropas regulares e muita arma automática. Corre como certo que levantarão o efetivo do Exército para cem mil homens. No porto da capital de Corrientes notou cinco grandes cargueiros cobertos com lona²⁷.

Como era de se esperar, as embarcações “cobertas de lona” aguçaram a curiosidade do policial. Narrado de uma forma um tanto mirabolante, ele conseguiu descobrir que as cargas sigilosas foram distribuídas em diferentes pontos do território argentino. O policial supõe que os carregamentos sejam de armas e de forma não explicada, fez amizade com um deputado pelo Chaco Argentino, Sr. Estigarrila, se passando por argentino que vivera muito tempo no Brasil. Durante seis dias que esteve com o deputado, registrou o que ele lhe relatou sobre a situação da Argentina no contexto internacional:

²⁶ “Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas sobre a expectativa dos Estados Unidos em relação ao novo Governo chileno; concentração de tropas na fronteira da Argentina com o Brasil [...]”. Washington. GV c 1942.04.06 (Vol. XXXVII/62). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

²⁷ “Carta de Protásio Vargas à Getúlio Vargas”. São Borja. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

Nós somos um país civilizado, sabemos para onde devemos ir e não nos deixamos arrastar por quem quer que seja. Os Estados Unidos não nos quiseram dar armas. Não nos fazem falta, porque estamos recebendo-as do Eixo. Vêm pelo Chile, pela Colômbia e por aqui mesmo. O Brasil é um país atrasado e é ainda muito cedo para ser dono da América. Perguntado o que faria a Argentina no caso de uma guerra com o Brasil, respondeu: tomaremos conta, antes de tudo, do Paraguai e da Bolívia e isto será uma passada; depois então iremos discutir o resto. Disse mais: o Brasil já perdeu seis navios e perderá todos os que quiserem navegar como estes. Há um cordão de dez submarinos que guardam o atlântico e ligam-se à África.

Pelo relatório enviado, os súditos do Eixo tinham total liberdade no país vizinho, ao mesmo tempo em que o agente viu (com os próprios olhos, portanto uma “prova” para a época), cargas misteriosas que, a partir da conversa com o deputado, conclui-se ser armamento vindo da Alemanha. Nesse sentido, os boatos que Protásio mandou investigar confirmavam a posição da Argentina como pronta a atacar as fronteiras com o Brasil.

Ao contrário do irmão do presidente, Rodrigues Alves, no dia 21 de maio de 1942 enviou outra carta a Vargas mantendo sua opinião sobre os rumores da presença argentina nas fronteiras com o Brasil. “Continuo a pensar que se trata apenas de rumores propalados por interessados em turvar as nossas relações.”²⁸

O embaixador, no dia 20 tinha participado de um jantar no Círculo Militar em Buenos Aires, onde teve oportunidade de conversar sobre o assunto com o General Grass (Inspetor Geral do Exército, maior autoridade depois do Ministro da Guerra), General Rawson (Chefe da Remonta do Exército), General Pierrestegui (Chefe do Estado Maior do Exército) e General Ramirez (Inspetor Geral de Cavalaria). Sobre o encontro, relatou a Vargas:

²⁸ “Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas informando sobre política interna da Argentina; [...], e as relações entre Chile e Argentina”. Buenos Aires. GV c 1942.05.21/1 (Vol. XXXVII/77a). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

O General Grass disse-me no correr da conversa que o que os preocupa hoje não é a fronteira conosco, que eles todos sentem assegurada pela ampla e leal amizade existente entre os dois países, mas sim a vasta região do Sul do país, até a pouco completamente abandonada e perigosamente aberta, sobretudo Comodoro Rivadavia, onde estão localizados os principais poços de petróleo do país.

O que se percebe é que eles desconfiam dos seus amigos chilenos, apesar de na aparência vivem em harmonia com eles do namoro entre as duas chancelarias.

Além disso, o General Grass revelou que a remessa de tropas para o sul da República, serve também para convencer aos americanos que se a República Argentina não rompeu relações com as potências do Eixo, toma, entretanto, medidas de caráter defensivo, que confirmam assim seu desejo de serem solidários na defesa do Continente, onde quer que ele possa ser atacado²⁹.

Desta forma, a Argentina estava dando demonstração de que estava contribuindo para a defesa do continente, ao mesmo tempo em que a ameaça de guerra no continente era intriga da oposição, principalmente dos nazistas.

Esses são os relatórios e cartas que chegaram até Vargas no primeiro semestre de 1942, e que estão à disposição dos pesquisadores. É possível que tenham chegado outros, bem como não foi possível ter acesso a documentos enviados pelos militares. Acreditamos, como frisou Rodrigues Alves, que os militares exploraram mais esta questão tendo em vista a obtenção de armas nos Estados Unidos. Esta posição foi reforçada pelo próprio Getúlio Vargas.

A “missão Souza Costa” foi a tarefa do ministro da economia em Washington para negociar e obter armamentos para as Forças Armadas do Brasil, logo após o rompimento do Brasil com o Eixo. Explorando o perigo argentino, Vargas telegrafou, no dia 9 de fevereiro, com a intenção de que se tornasse conhecido do governo americano: “vizinhos sul aumentaram efetivos seu exército e estão guarnecendo portos, nossa fronteira rio Uruguai, substituindo força policial por tropas do exército³⁰”.

²⁹ “Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas informando sobre política interna da Argentina; [...], e as relações entre Chile e Argentina”. Buenos Aires. GV c 1942.05.21/1 (Vol. XXXVII/77a). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

³⁰ “Correspondência referente à Missão Souza Costa”. Washington, Rio de Janeiro. GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

E insistiu na questão no dia 14 de fevereiro, aumentando o tom do *perigo*:

Continuam chegando informações atividades nossos vizinhos sul já agora em combinação com agentes nazistas. Atividades nossa fronteira não se limitam substituição forças policia por forçar exército armadas e equipadas para campanha, mas compreendem também instalação postos de rádio, colocação de barcos velozes armados metralhadoras rio Uruguai, construção apressada rodovias e campos aterrissagem [...] e construção de pontes resistentes grande peso, depósito de material bélico em Posada. Agentes Gestapo disfarçados missionários protestantes tentam penetrar em nossos quartéis³¹.

Portanto, seis dias depois, Vargas insistiu no *perigo* vindo do sul e o associou à infiltração nazista tanto na Argentina quanto no Brasil.

Embora fosse pouco provável que Vargas estivesse mal informado sobre a real situação das fronteiras, não seria caso de perder a oportunidade para pressionar os Estados Unidos nos momentos de negociação de armas. Havia um objetivo comum entre o fornecedor e o receptor das armas: tornar o Brasil superior à Argentina militarmente. Por outro lado, os Estados Unidos não acreditavam em um ataque argentino sem antes o continente ser invadido pelo nordeste brasileiro. Por isso,

A eficácia de tais pressões era duvidosa, pois, para os estrategistas norte-americanos a preocupação maior quanto à defesa do Brasil residia em um possível ataque alemão contra a região Nordeste, e não na ameaça de conflito na região Sul, que, sem dúvida, era a maior preocupação dos militares brasileiros. (CORSI, 2000, p. 197)

Mas, a preocupação dos militares com a Argentina não cessou mesmo após o Brasil estar em condições militares superiores. Tanto que Góis Monteiro sugeriu a Oswaldo Aranha, em março de 1944, que a Força Expedicionária Brasileira – FEB, fosse deslocada para o sul do Brasil e não para a Europa:

³¹ “Correspondência referente à Missão Sousa Costa”. Washington, Rio de Janeiro. GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

A meu ver, desde já o Brasil deve estabelecer um plano de ação visando a hipótese de futura situação que poderá criara na AMÉRICA DO SUL liderada pela ARGENTINA em detrimento dos interesses vitais do nosso país. O BRASIL então deverá consolidar o seu “front” interno e principiar a execução desse plano. Para atender às eventualidades do atual impasse na BACIA DO PRATA, julgo indispensável medidas urgentes de caráter militar a começar pela reorganização geral das nossas Forças Armadas sobre bases modernas e consistentes, pois o que existe deixa tudo a desejar e representa quase pouco menos da impotência. Desde agora devem ser constituídas bases de operações (aéreas, terrestres e navais), no RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, SANTA CATARINA e MATO GROSSO, tendo em vista a possível necessidade de uma intervenção no RIO DA PRATA em combinação com os EE. UU. Mais tarde, se a situação melhorar, esses trabalhos de emergência preconizados, devem ser ampliados e concluídos, a despeito mesmo de circunstâncias mais favoráveis. Daqui mesmo estarei pronto a orientá-los secretamente, ou a tomar parte na preparação, se assim o Governo decidir, necessitando apenas alguns oficiais e alguns recursos mais³².

A sugestão de Góis Monteiro não foi acatada, pois, a FEB foi para a Europa e os Estados Unidos não acreditavam numa invasão do Eixo à América pelo sul do Brasil. Para os militares brasileiros, o problema com a Argentina ainda era uma pendência, entretanto, a superioridade brasileira pôde ser visualizada a partir de meados de 1942. A questão militar foi concluída da seguinte forma:

Em fins de fevereiro, chegou-se a um acordo definitivo quanto ao fornecimento de equipamento bélico com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos. [...] O acordo contribuiu para uma significativa melhora das relações entre os militares brasileiros e norte-americanos, ate então marcadas por desconfianças mútuas. Em maio de 1942 foi assinado um outro acordo militar entre os dois países, segundo o qual uma comissão conjunta ficaria responsável por organizar a defesa do Nordeste Brasileiro. [...] Do ponto de vista dos militares brasileiros, o fornecimento de armamentos abriu a possibilidade de equipar melhor as Forças Armadas [...]. A incorporação em grande escala de armamentos no Brasil mudou o balanço estratégico da América do Sul ao transformar o Exército Brasileiro no maior e mais moderno da região, alimentando, dessa forma, o sonho de proeminência brasileira no contexto latino-americano, acalentado por vários membros do governo Vargas. (CORSI, 2000, p. 199-200)

Assim, no primeiro semestre de 1942 o *perigo argentino* já não era mais tão ameaçador, considerando as remessas de armas que o Brasil receberia dos Estados Unidos. Assim como o *perigo alemão* (no sentido de anexação e invasão ao continente), não significa

³²“Memorando de Góis Monteiro à Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro. GV c 1944.01.15 (Vol. XLIII/15a...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

que desapareceu, mas pelo menos já não era mais a preocupação principal dos estrategistas militares.

Com relação aos súditos do Eixo, sobretudo alemães, podemos afirmar que continuaram a ser considerados subversivos em potencial. As denúncias dos serviços secretos dos Estados Unidos e da Inglaterra não eram infundadas com relação à espionagem nazista no Brasil e na América do Sul. A partir de meados de 1942, a descoberta e fechamento de redes de espionagem no país, mostraram que talvez este tenha sido o perigo mais real aos interesses dos Aliados no conflito.

2.2.4 Espionagem Nazista no Brasil

As pretensões de invasão e/ou exploração do continente americano, por parte do Eixo, com ou sem ajuda de um país sul-americano nunca foram comprovadas. Ao contrário, elas são negadas por diversos autores que estudaram a temática. Gertz, após analisar uma vasta bibliografia internacional, apresentou autores que a partir de dados coletados em documentos alemães apreendidos durante a guerra, contribuem para afirmar a inexistência de um plano específico de ações político-militares contra o Brasil. (GERTZ, 1986, p. 74-80)

Não há nenhuma indicação de que Hitler alguma vez tenha pensado em planos concretos para um ataque militar à América do Sul, muito menos chegou a elaborá-los. Seus planos concretos não iam além de Açores e nem era possível concretizar. Quanto se sabe, não se encontrou em qualquer arquivo alemão uma prova de que em algum país da América do Sul ou Central uma minoria alemã tenha preparado um golpe de estado por iniciativa própria ou com apoio do Terceiro Reich. (JONG apud GERTZ, 1986, p. 75)

Três anos depois, outro pesquisador afirmou que a ameaça de invasão ao território brasileiro, temor principalmente de militares norte-americanos, nunca foi planejada pelos estrategistas militares do Reich.

Nem o processo contra os principais criminosos de guerra, nem o processo contra a Wilhelmsstrasse [*Ministério do Exterior do Reich*], nem arquivos do ministério das relações exteriores, nem os documentos militares capturados forneceram uma única prova neste sentido. (MAGNUS apud GERTZ, 1986, p. 75)

O autor ainda cita outros exemplos de análises que caminham neste sentido. Além de não descobrir quaisquer indícios de planejamento político-militar para o Brasil, também não foi encontrado planos de pretensões do *Reich* para com a Argentina. Um estudo feito em 1970, sobre as relações da Alemanha nazista com a Argentina, concluiu que “com base nos resultados e fatos descritos dificilmente se poderá dizer que o Terceiro *Reich* tenha posto em prática uma política de força em relação à Argentina”. (EBEL apud GERTZ, 1986, p. 77)

Assim, quando soube do caso do mapa nazista que dividia a América do Sul, já citado, e que o presidente dos Estados Unidos chegou a se referir em discurso no ano de 1941, foi respondido pelo chanceler alemão, em nota aos embaixadores na América do Sul, como uma “falsificação das mais imperfeitas e do tipo mais descarado e que as declarações de Roosevelt eram tão cômicas e absurdas que não mereciam discussão.” (HILTON, 1983, p. 33)

Se por um lado não havia planos para ataque militar, por outro havia um terreno fértil para a espionagem nazista, uma guerra secreta cujo objetivo era colher informações. As ações de espionagem só eram possíveis, no caso do Brasil, porque além de seu papel no comércio internacional (exportador de café, borracha, e algodão para o *Reich*) e a população de origem alemã, havia conveniência para transmissões radiotelegráficas clandestinas. Estes, entre outros fatores, levaram o Abwehr (serviço secreto alemão) a “um agudo interesse por este país.” (HILTON, 1983, p. 15)

Após analisar documentos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Brasil, Hilton concluiu que:

Os agentes do Abwehr no Brasil informavam não só a respeito do movimento de navios em portos brasileiros, mas também sobre uma variedade de outros assuntos, especialmente econômicos e militares nos Estados Unidos, além de transmitirem mensagens de agentes espalhados pelas Américas. Em outras palavras, suas atividades de espionagem transcendiam os assuntos meramente brasileiros. O profundo interesse do Abwehr pelo Brasil, refletido no fato de haver dez células e sub-células agindo no país em meados de 1941 e, após os revezes de 1942, de ter-se empenhado em estabelecer mais dois postos de rádios clandestinos em 1943, indica que as informações obtidas por esses agentes ou por seus colegas em outros países do hemisfério eram importantes para Berlim. (HILTON, 1983, p. 17)

Se as conclusões do autor estiverem corretas, houve uma ação organizada do serviço secreto alemão no Brasil até 1942. Sendo assim, a espionagem foi o *perigo alemão concreto* e o mais ameaçador aos Aliados, uma vez que tinha, entre outros, o objetivo de informar a posição de navios, e qualquer assunto envolvendo aqueles países.

Antes mesmo de iniciar a guerra, o serviço secreto alemão já tinha suas bases espãs em funcionamento na América do Sul. Para que funcionasse na prática, a rede de espionagem precisava de pessoas treinadas para atuar como espãs “de ofício”. O método de treinamento não partia da busca por alemães nas colônias brasileiras, fato que “comprovaria” o perigo que as famílias, sobretudo as do Rio Grande do Sul, representavam em tempos de guerra.

Um esforço sistemático foi feito para recrutar alemães fiéis que trabalhavam nos ramos da indústria e do comércio de países estrangeiros, posto que tais indivíduos costumavam ter os conhecimentos, contatos e fontes de informação necessários ao estabelecimento de uma rede de espionagem eficiente. Os melhores e mais confiáveis agentes vinham dos círculos comerciais. (HILTON, 1983, p. 28)

Era preciso que os “alemães fiéis”, trabalhadores principalmente em meios que facilitasse o trabalho paralelo ou de “fachada”, fossem recrutados em grande número. Segundo depoimento de um espião preso em 1942,

Os oficiais alemães acreditam que é melhor mandar muitos agentes com algum treino em espionagem do que poucos agentes altamente treinados. O sistema alemão é baseado na idéia de que é melhor receber maiores quantidades de informações, parte das quais será inexata, do que ter tão poucos agentes que o volume das informações que transmitem é insuficiente. (apud HILTON, 1983, p. 28)

Treinar e mandar um espião para o exterior não era problemas para o serviço secreto alemão nos anos finais da década de 1930. Uma vez estabelecidos, haviam alguns procedimentos para contato com a Alemanha. Segundo Hilton, três métodos de comunicação de longa distância foram desenvolvidos pelos técnicos do Abwehr: a tinta secreta, um método tradicional com uso de tinta secreta para escrever os relatórios; o microponto, que consistia em fotografar uma folha de papel, reduzi-la ao tamanho de um selo postal, fotografá-la novamente em um microscópio adequado, reduzi-la a um pingo da letra *i*. Este ponto poderia ser inserido em qualquer correspondência normal, inclusive do lado de fora do envelope, sem ser descoberto por qualquer censura. Por fim, “o coração do sistema de informações do Abwehr era a comunicação radiotelegráfica”. (HILTON, 1983, p. 29)

A intenção do almirante Wilhelm Canaris, chefe do Abwehr, era ter uma rede global de estação de rádios clandestinas, que pudessem rapidamente transmitir informações a estações na Alemanha. Tanto que engenheiros alemães desenvolveram um transceptor (aparelho de transmissão e recepção), tornando-o um aparelho específico para agentes, que pesava 13 kg e cabia em uma mala de aparência comum. Sua eficiência a transformaria “na mais importante arma dos espiões enviados pelo Abwehr ao Novo Mundo”. (HILTON, 1983, p. 29-30)

Quem não tivesse o rádio específico para espião deveria encontrar formas de conseguir adquirir um aparelho rádio-transmissor capaz de estabelecer contato com a Alemanha. A aquisição e manutenção destes aparelhos foi feita sem problemas pelo menos até 1942. Em janeiro, logo após o término da Conferência do Rio de Janeiro, todos os agentes secretos alemães foram informados que a polícia federal brasileira pretendia confiscar estes equipamentos de súditos do Eixo (HILTON, 1983, p. 231). Embora não tivesse deflagrada uma operação contra os aparelhos, foi justamente ao adquirir uma peça para manutenção de rádio que foi o estopim para ser desferido um golpe fatal à rede de espionagem no Brasil.

Josef Starziczny era o espião “Lucas”, conhecido mas ainda não localizado pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos e da Inglaterra nos fins de 1941. Em dezembro, encomendou à loja Sayon & Savino, em São Paulo, um *ondômetro* para um transmissor a ser instalado em Santos. Falando inglês com sotaque alemão, chamou a atenção do dono da loja, Juvenal Sayon, que relatou o caso do delegado Elpídio Reali do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). As investigações levaram o delegado primeiramente a Uli Uebele (o “Mendes”), que não incriminou outras pessoas, mas em seu escritório em Santos foi encontrado um endereço do Rio de Janeiro. Com autorização dos superiores de São Paulo e de Filinto Muller, Reali foi até o endereço e encontrou o cliente de Sayon. No dia 10 de março de 1942, as buscas na casa de “Lucas” revelaram o seguinte:

Descobriram seu transceptor *Afu* que estava dentro de uma mala, dois receptores, uma lente especial para leitura de micropontos, e diversas provas escritas de suas atividades clandestinas, incluindo mensagens recentes de Schwab [*outro espião*] para transmissão à Alemanha, uma folha de papel contendo instruções gerais que Starziczny redigia para seus subordinados alguns meses antes, e uma cópia de sua cifra. Numa gaveta, Reali viu um livro e quando começou a folheá-lo, duas microfotografias “do tamanho de uma unha” caíram no chão. Quando [...] o viu com elas na mão, o agente alemão sabendo que continham instruções iniciais do Abwehr e detalhes sobre cifras e comunicação radiotelegráfica, entrou em pânico [...]. (HILTON, 1983, p. 308-315)

Este foi o começo do desmoroamento da rede de espionagem nazista que atuava no Brasil. Até meados de 1942, outras 56 pessoas, entre agentes e colaboradores, inclusive brasileiros, foram presos, abertos inquéritos e no ano seguinte julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional – TSN. Entre os espiões presos, “Lucas” foi condenado a 30 anos de prisão, e “o serviço que prestaria aos historiadores viria a ser provavelmente maior do que o que prestou ao Terceiro *Reich*, porque [...] violou um dos mandamentos do serviço secreto clandestino: guardou documentos pormenorizados sobre suas atividades.” (HILTON, 1983, p. 143)

A partir das prisões de pessoas e apreensões de aparelhos de rádio transmissores, efetivamente tinha-se provas concretas sobre a atuação de espões alemães no Brasil. Não se tratava mais de rumores, intrigas ou boatos de imprensa ou militares. Desta forma, “de acordo com a lógica policial pautada na suspeição, ser alemão e proprietário de qualquer tipo de aparelhagem de rádio implicava a possibilidade deste ser identificado como espião do *Reich*”. (PERAZZO, 1997, p. 75)

Hilton apontou para a organização espiã alemã em toda América do Sul. Além do Brasil, para nossa análise faremos referência à Argentina que, de modo geral não colaborou com o Departamento de Estado Americano e o *Federal Bureau of Investigation* – FBI. Um exemplo é o caso dos espões colaboradores de Friedrich Kempter, preso no Rio de Janeiro, que tiveram suas identidades e seu paradeiro no país vizinho revelados. Eram três alemães: Ottomar Muller; Hans Napp; e Walter Freiwald.

O Departamento de Estado protestava seguidamente a respeito da passividade argentina diante da espionagem alemã, mas não seria até novembro de 1942 que a polícia portenha prenderia os antigos sócios de Kempter. Walter Freiwald tinha “várias espingardas de cano curto, muitos cartuchos e três metralhadoras”. Quanto a Napp, foi a polícia provincial de Buenos Aires e não a polícia federal que acabou colaborando com a embaixada norte-americana na descoberta de seu paradeiro. Este disse à polícia que “não esperava ser preso, posto que um acordo de imunidade tinha sido feito com a polícia da capital através de Morno, o chefe da Ordem Social”. No caso dos alemães em Buenos Aires [*implicados em outras declarações*], a polícia política argentina recusou-se a agir. (HILTON, 1983, p. 384)

Considerando o que foi exposto sobre a espionagem nazista no Brasil, a polícia brasileira até 1942 não atuou no sentido de contra-espionagem. Por falta de controle e preparo, proposital ou não, permitiu-se que até março de 1942 as redes funcionassem normalmente. Neste sentido os Estados Unidos e a Inglaterra não estavam equivocados ao pressionar e até auxiliar posteriormente no combate às ações do Abwehr no país.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS SÚDITOS DO EIXO

No curso da Segunda Guerra Mundial, os anos de 1942 e principalmente os primeiros meses de 1943, foram tempos de incerteza para o mundo todo. Hobsbawm lembrou que “o Eixo atingira seu auge de sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943.” (HOBBSAWM, 1995, p. 49)

Aos países americanos que romperam relações com o Eixo em 1942, uma das recomendações era manter vigilância sobre os alemães, italianos e japoneses que morassem ou circulassem pelo país. O fato de identificar e ter sob controle estas pessoas, tinha por objetivo facilitar uma operação no caso de investigar atos de espionagem ou sabotagem.

Considerando o histórico do “perigo alemão”, novamente ele foi colocado na pauta do dia e as velhas acusações de imperialismo, se somaram ao expansionismo nazista na Europa. O fato de haver ligação entre os imigrantes e a Alemanha, já sinalizava uma possibilidade de atuação em favor do Eixo.

Embora os planos nazistas para a América do Sul não passassem de desconfianças e medos dos tempos de incerteza, a espionagem foi mais além. Chegaria, inclusive, a ameaçar as operações militares dos Aliados no nordeste brasileiro, caso houvesse prosseguimento nos trabalhos.

No continente, causou um certo incômodo aos Aliados a relação da Argentina com as potências do Eixo. Isso não significou, contudo, que havia uma união de interesses entre os alemães residentes no Brasil e os argentinos, para contribuir para o esforço de guerra alemão. O medo de que a Argentina se movimentava nas fronteiras, que poderia inclusive atacar o Brasil, era mais uma questão de rivalidade tendo em vista a hegemonia regional.

Na incerteza de 1942 e 1943, a polícia no Brasil agiu de acordo com as diretrizes mundiais de quem apoiava os Aliados: manter vigilância sobre os súditos. Para isso, as Delegacias de Ordem Política e Social passaram a trabalhar no sentido de reprimir toda e qualquer ação que pudesse ser considerada nociva à segurança nacional e continental. Neste contexto de ação policial, no Capítulo seguinte, vamos analisar o aparato policial no estado do Paraná e a atuação da Delegacia Regional na parte brasileira da Tríplice Fronteira.

CAPÍTULO III

A DOPS-PR E A DELEGACIA REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Em função dos acontecimentos do ano de 1942, os súditos do Eixo passaram a ficar sob vigilância da polícia. Na capital do estado do Paraná, o delegado da DOPS tinha à sua disposição um efetivo capaz de manter vigilância e prender suspeitos. No interior do estado e no litoral, as Delegacias Regionais foram encarregadas de fazer este serviço.

A Delegacia Regional de Foz do Iguaçu era responsável por toda região oeste do Paraná. A sede da delegacia ficava na cidade, e havia ainda uma sub-delegacia localizada no então distrito de Guaíra. Durante os anos de 1942 e 1943, os documentos desta delegacia foram arquivados na DOPS, contendo inquéritos, processos ou informações sobre pessoas de nacionalidade alemã ou italiana.

A título de organização meramente didática, dividimos os documentos que encontramos no Arquivo Público do Paraná, referentes direta ou indiretamente à Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, em quatro partes: (1) **documentos normativos** – ofícios e portarias, entre outros, que regulamentaram o trabalho policial de repressão; (2) **documentos datados até o mês de outubro de 1942**; (3) **documentos de ações que ocorreram entre o período de outubro de 1942 à maio de 1943**; e (4) **documentos que se referem à ações que ocorreram após maio de 1943**.

Neste capítulo, abordaremos os documentos normativos, que regulamentaram a ação da DOPS e das Delegacias Regionais do litoral e interior. Faremos, também, uma análise das referências que a DOPS e a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu fizeram sobre a Argentina; e por fim passaremos a fazer considerações sobre os casos arquivados referentes à ação da

polícia até outubro de 1942. A abordagem de outubro de 1942 à 1943 será feita no capítulo seguinte.

3.1 A POLÍCIA POLÍTICA E O ESTADO DE NORMATIVAS

O golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo em 1937 não representou grandes rupturas imediatas no sistema político brasileiro. Isso se considerarmos que entre 1930 e 1945 organizou-se um conjunto de idéias que tinham como finalidade concretizar um projeto político para a nação.

Ao longo da década de 1930, Getúlio Vargas fez questão de organizar a Polícia Civil. Para Elisabeth Cancelli, os agentes do governo já viam no poder da polícia “um caráter administrativo para a sociedade enquanto um todo e um instrumento de poder pouco afável ao regime das limitações legais”. (CANCELLI, 1994, p. 23)

Vargas fez o que pôde para afastar, aposentar ou exonerar os delegados de polícia que não estavam dispostos a cooperar. Dessa forma, em todos os estados do Brasil, foram substituídos os chefes de polícia e concretizado o novo direcionamento a ser dado ao aparato policial.

Em janeiro de 1933, Getúlio Vargas assinou o Decreto 22.332, que colocou o aparato policial sob a “superintendência” do ministro da Justiça e Negócios Interiores, e a inspeção “suprema” do presidente da República, quem nomeava também o chefe de polícia. Este decreto deu continuidade a um conjunto de decisões com a finalidade de tornar a polícia o braço executivo do regime. (CANCELLI, 1999, p. 311)

A polícia política no Brasil foi um tipo especial de polícia que desempenhou uma função preventiva e repressiva, e foi criada com a finalidade de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e a segurança pública. (XAVIER, 1993, p. 32)

A polícia política foi, também, uma especialização das atividades da polícia para a prevenção, tendo em vista o conhecimento, a classificação, o controle, e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que pudessem exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. No Estado Novo, foi responsável pela defesa do Estado e do regime, funcionando no limite da tolerância permitida pela agenda da segurança nacional. (REZNIK, 2004, p. 24)

Em 1933, no Distrito Federal, foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Foi organizada no ano seguinte, e tornou-se referência para organização das polícias políticas estaduais, principalmente pelo trabalho que desenvolveu no combate aos comunistas no ano de 1935.

A polícia como órgão essencial na sustentação do regime político, passou a ser controlada pelo governo Vargas, e não por poderes judiciários independentes (CANCELLI, 1993, p. 29). Neste sentido, é a mudança de instância máxima de poder que define o caráter político da polícia de Vargas.

O aparato policial existiu para exercer um controle social, garantir a disciplina da sociedade, bem como a continuidade do projeto político do Estado. Para isso, as leis convencionais não eram suficientes e exigia-se a divisão do Estado em:

uma espécie de estado dual, dividido em duas facetas: a normativa e a de prerrogativas. O estado normativo estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se expressavam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O estado de prerrogativas era representado pelo círculo do poder e pela polícia, em uma esfera inatingível pela lei. (CANCELLI, 1994, p. 27)

Getúlio Vargas não se preocupou unicamente com a polícia do Distrito Federal. O Congresso Nacional de Autoridades Policiais, que foi realizado no dia 20 de outubro de 1936, tinha três objetivos: unificar o trabalho policial, aparar eventuais arestas entre os comandos estaduais do serviço policial e suas autoridades e aumentar o prestígio do chefe de polícia do Distrito Federal. (CANCELLI, 1994, p. 64)

Foi a partir das diretrizes deste Congresso que se organizou a Delegacia de Ordem Política e Social no Estado do Paraná. Cláudia Monteiro, ao analisar Leis, Decretos e Regulamentos do Diário Oficial do Paraná entre 1902 e 1937, traçou o seguinte histórico da polícia política paranaense:

O primeiro ato do governo republicano no Paraná, que denota a preocupação não somente em reprimir, mas também em investigar e identificar os inimigos da “ordem”, é o Decreto nº 196, de 8 de maio de 1902, que aprova o regulamento da Estatística Policial e Judiciária do Estado do Paraná. Em 1908, foi criado um Gabinete de Identificação e Estatística e, no ano seguinte, uma Repartição de Estatística e Arquivo Público do Estado.

O governo de Afonso Alves de Camargo (1928-1930) organizou a Delegacia de Vigilância e Investigações; em 1934, foi anexado a esta delegacia o Gabinete de Identificação e Estatística, um ano depois, o Gabinete de Identificação e Estatística desanexou-se da delegacia de Vigilância e Investigações e foi criado o Instituto de Identificação, subordinado à Chefatura de Polícia. Somente em 1937, as delegacias de polícia especializadas passaram a denominar-se Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações. A polícia política no Paraná, designada Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), só passou a existir a partir de 1937. (MONTEIRO, 2007, p. 85)

O Paraná foi pioneiro nas ações repressivas: em 1935, logo após a Intentona Comunista, o governo local assegurou à Chefatura de Polícia “um crédito suplementar, destinado às despesas de emergência com o combate ao extremismo”; e em 1937 atuou contra os “camisas verdes”. A trajetória dos inquiridos foi a mesma em ambos os momentos: “depois de encaminhados à Justiça Federal, seguiam para o Tribunal de Segurança Nacional”. Essa legalidade toda não funcionava na prática, uma vez que “muitos detidos seguiam para o Rio de Janeiro sem a formalização de seus ‘crimes’”. (BENEVIDES, 1991, p. 153)

O delegado que esteve à frente da DOPS durante nosso recorte temporal foi Valfrido Piloto (29 de setembro de 1941 a 5 de dezembro de 1944). Para Cezar Benevides, este bacharel assumiu a delegacia sob incentivo de setores da elite curitibana. Com a intenção de embasar sua afirmação, o autor cita a entrevista do delegado anterior ao *Jornal Diário da Tarde* (20/02/1940), onde afirmou a preferência por “legalizar a permanência do imigrante em vez de hostilizá-lo”. Para o autor, “com tais idéias não poderia agradar o *Diário da Tarde* e os intelectuais que faziam de suas páginas uma tribuna para garantir seus privilégios”. (BENEVIDES, 1991, p. 154)

Walfrido Piloto obteve sucesso em suas atividades repressoras no Paraná, pelo menos ao ver do *Jornal Diário da Tarde*:

Os métodos de repressão em Curitiba a essas atividades dos peçonhentos agentes eixistas nada ficaram a dever aos mais adiantados centros do país. Foram eficazes, decididos, firmemente propensos a dismantelar os tentáculos da hidra que todo mundo conhece por quinta-coluna. Não foi pequeno o numero de suspeitos detidos pelas nossas autoridades e que estavam e que ainda estão com sua vida estudada minuciosamente pelo ativo Departamento da Delegacia de Ordem Política e Social, Dr. Valfrido Piloto e seus dedicados auxiliares³³.

A ação do delegado foi coerente com o seu dever de manter o aparato da polícia política em favor da manutenção da “ordem” em concordância com as orientações da polícia do Distrito Federal. É importante considerar que principalmente os anos de 1942 e 1943 exigiam medidas excepcionais em virtude da Segunda Guerra. A orientação para manter estrita vigilância sobre os súditos do Eixo encontrou no Paraná um defensor capaz de executar as tarefas que lhe eram obrigação no momento.

Um exemplo prático foi a questão das sociedades estrangeiras. Teve orientação especial quando o Brasil rompeu relações com o Eixo. Isso significa que Valfrido Piloto não agiu somente em função daqueles que o ajudaram na sua escalada à chefia da DOPS. O fato de haver prisões “meses depois de ter assumido o cargo”, portanto no início de 1942, teve a

³³ *Jornal Diário da Tarde*, Curitiba, 7 de abril de 1942, p. 1. (apud BENEVIDES, 1991, p. 153)

ver com o contexto internacional e com o rompimento do Brasil com o Eixo e a recomendação final da Conferência do Rio de Janeiro, e não necessariamente com interesses isolados da elite curitibana.

É possível que os interesses da sociedade curitibana combinaram com a orientação de manter vigilância aos súditos do Eixo, que para DOPS significava repressão. Mas não é correto afirmar que “o que se comprova de uma maneira geral, é que o atuante delegado do DOPS jamais decepcionou aqueles que o levaram ao poder. Poucos meses depois de ter assumido o cargo, confirmou a detenção de aproximadamente cem cidadãos todos ‘traidores do Brasil’” (BENEVIDES, 1991, p. 156). Colocadas desta maneira, pode ser interpretado que Piloto agia unicamente, ou no mínimo exclusivamente, a serviço da elite curitibana.

No ano de 1942, o Estado Novo estava bem articulado: Interventor nos estados escolhido pelo presidente; Chefe de Polícia do Estado escolhido pelo Interventor; Secretário do Interior e Justiça e Prefeitos, idem; Delegados nomeados pelo Secretário do Interior e Justiça.

Esta situação gerou condições para que as medidas nacionais fossem aplicadas com rapidez e eficiência. Entretanto, as medidas aplicadas no âmbito nacional também não eram isoladas. Passaremos a analisar a orientação geral que os países que romperam relações com o Eixo, deveriam ter com os súditos daquelas nações em seus países.

3.1.1 Aspecto normativo da repressão policial no Paraná

Identificamos a existência de três momentos mais significativos para a repressão aos alemães, italianos e japoneses, os indesejáveis dos tempos de guerra no estado do Paraná. O primeiro momento foi após o rompimento das relações diplomáticas e comerciais (janeiro de 1942); o segundo momento foi após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo (agosto de 1942); e o terceiro momento foi quando a guerra já estava decidida e não havia mais porquê exercer repressão aos súditos.

Em cada um desses momentos localizamos documentos arquivados pela DOPS-PR que, do ponto de vista “legal”, orientavam as práticas policiais no “combate” e vigilância aos súditos do Eixo no estado. A seguir, faremos a análise destes documentos de acordo com as datas de assinatura.

3.1.1.1 Primeiro momento: janeiro de 1942

Quando nos referimos, no capítulo anterior, à III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, citamos que apenas a Argentina e Chile não romperam com os países do Eixo. Em função disto, foi necessário adotar o caráter facultativo para o relatório final. Entretanto, os que romperam com o Eixo, entre outras atribuições, deveriam tomar algumas precauções quanto ao combate às atividades subversivas que poderiam estar sendo feitas pelos súditos das potências do Eixo.

Considerando, entre outros tópicos, que *“se están cometiendo también en este continente actos de agresión de carácter no militar, tales como el espionaje sistemático, el sabotaje y la propaganda subversiva, inspirados y dirigidos por miembros del Pacto Tripartito”*, os chanceleres americanos resolveram:

1 – Refirmar la determinación de las Repúblicas Americanas de impedir que individuos o grupos en sus jurisdicciones respectivas, se didiquen a actividades perjudiciales a la seguridad al bienestar individual o colectivo de las Repúblicas Americanas, según se declara en las resoluciones II, III, V, VI y VII aprobadas por la Segunda Reunión de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas.

2 – Recomendar a los Gobiernos de las Repúblicas Americanas la adopción de medidas legislativas análogas, tendientes a prevenir o reprimir penalmente actos contra las instituciones democráticas de los Estados del Continente, de igual manera que los atentados a la integridad, la independencia o la soberanía de cualquiera de ellos; y que **los Gobiernos de las Repúblicas Americanas mantengan y amplíen su sistema de vigilancia para evitar que actividades subversivas de individuos o grupos de individuos nacionales de países extracontinentales**, que provengan o sean dirigidas desde un país extranjero, puedan obstaculizar o limitar los esfuerzos individuales o colectivos de las Repúblicas Americanas para preservar su integridad o independencia y la integridad y solidaridad del Continente Americano.

3 – Recomendar a los Estados americanos que adopten, con su sujeción a su Constitución y leyes, normas reglamentarias que se acomoden, en lo posible, al anexo que, a título informativo, se agrega a esta resolución.

4 – Recomendar, de acuerdo con la Resolución VII de la Reunión de la Habana, sobre la propaganda anti-democrática, que **los Gobiernos de las Repúblicas americanas controlen, en sus respectivas jurisdicciones nacionales, la existencia de asociaciones dirigidas o sostenidas por elementos de Estados extracontinentales que están o pueden estar en guerra con países americanos, cuyas actividades sean nocivas a la seguridad americana**; y procedan a clausurarlas si se comprueba que son núcleos de propaganda totalitaria.

5 – Que para estudiar y coordinar las medidas que se recomiendan en esta resolución, el Consejo Directivo de la Unión Panamericana elija, antes del primero de marzo de 1942, un comité compuesto de siete miembros que será conocido como el Comité Consultivo de Emergencia para la Defensa Política.

6 – El Consejo Directivo de la Unión Panamericana, precia consulta con los gobiernos de las Repúblicas Americanas, señalará las funciones de este comité, dictará el reglamento que haya de regirlo, y fijará el presupuesto de sus gastos.

(grifo nosso)³⁴

Além desta resolução, um memorando acompanhou o relatório para a regulamentação das atividades subversivas, tratando dos seguintes temas: controle dos estrangeiros perigosos, evitar o abuso de naturalização, regular o trânsito através das fronteiras nacionais e evitar atos de agressão política. (Anexo I)

Após fazer uma análise pormenorizada do memorando, encontramos as principais orientações que seriam seguidas pelas Delegacias de Ordem Política e Social. O item que recomenda controlar os estrangeiros perigosos, começa por tratar da necessidade de exigir registro de todos os estrangeiros, deveriam comparecer periodicamente ante as autoridades,

³⁴ Relatório final “Documentos sobre a 3ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores Americanas contendo a ata final da Reunião; nota da Agência Nacional; discurso do representante cubano na Conferência e lista de todas as delegações que compareceram à Reunião”. Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1942.01.28 Data: 28/01/1942 Qtd. de documentos: 4 (116 fl.). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. . Acesso em 12 de junho de 2009. Os demais trechos até a próxima referência foram retirados deste documento.

além de ser exercida uma “*estricta supervisión sobre las actividades y conducta de todos los nacionales de estados miembros del Pacto Tripartito y de los estados a ellos subordinados*”. Esta recomendação ficou materializada no documento chamado **Salvo Conduto**, expedido pela DOPS aos súditos do Eixo que quisessem se locomover de um local para outro.

Também recomendou-se que fossem detidos os súditos da Alemanha, Itália e Japão, caso representassem perigo para o país. Esta recomendação, combinada com a Constituição de 1937, possibilitou dentro do Estado de normativas, que se afastasse pessoas de suas residências em áreas de fronteira ou litoral. Voltaremos a esta temática ao analisarmos a retirada dos súditos da fronteira internacional do Paraná.

As recomendações visavam impedir que alemães, italianos e japoneses fizessem uso de armas, aviões, rádios, instrumentos bélicos, de propaganda, espionagem ou sabotagem. Deveria ser proibido, ainda, que se reunissem em organizações, como associações, clubes, ou qualquer outra entidade.

Por fim, nem todos estrangeiros deveriam ser considerados perigosos. Os que não representassem perigo ao país e à América, deveriam ser tratados de forma diferente, e até defendidos. As Repúblicas Americanas deveriam agir,

Defendiendo a todos los extranjeros que no sean considerados peligrosos para que no se vean privados de medios de subsistencia adecuados, para que no se hagan distinciones injustas en perjuicio de ellos y para que no se intervenga de cualquiera otra manera en su vida social y en sus actividades mercantiles normales.

Outro item que merece destaque para nossa análise é o que recomenda regular o trânsito através das fronteiras. A entrada e saída de “*todas las personas de las cuales de tengan razones fundadas y bastantes para creer que se dedican a actividades políticas como agentes de estados miembros del Pacto Tripartito o de los Estados a ellos subordinados*” deveria ser regulamentada e controlada rigorosamente.

De modo geral, podemos concluir que as diretrizes para o trabalho da DOPS foi reforçado pelas recomendações da Conferência. A análise destas recomendações nos permite comparar com o que foi posto em prática pela polícia política: o salvo conduto, o cerceamento das liberdades e afastamento de pessoas das regiões consideradas primordiais à segurança nacional.

É preciso ressaltar que a ação repressiva no Brasil ocorreu principalmente após o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com o Eixo. Naquela data não foi preciso criar uma polícia e treiná-la, para que investigasse a suspeita, concluísse inquérito e encaminhasse à justiça. Já havia um aparato policial que combatia indesejáveis políticos, subversivos de cunho comunista. Mudou-se apenas o critério de indesejáveis comunistas para indesejáveis “eixistas”.

Após a recomendação da Conferência do Rio de Janeiro, as primeiras medidas de orientação às Delegacias Estaduais foram encaminhadas. No caso do Paraná, já em 20 de dezembro de 1941, portanto antes mesmo fim da Conferência, encontramos recomendações aos policiais. Trata-se da Portaria Reservada nº 519-A, que foi encaminhada à DOPS pelo Chefe de Polícia. Após considerações sobre o quadro internacional, política pan americanista e ataque aos Estados Unidos,

Resolve determinar a todos os funcionários da Polícia Civil que, a) envidem todos os esforços no sentido de ser mantida em absoluta ordem e tranqüilidade a população do Estado em face aos acontecimentos que se desenrolam no mundo; b) concorram para evitar quaisquer manifestações contrárias aos Estados Unidos da América do Norte e à política seguida pelo governo brasileiro, que consulta os mais altos interesses do país, intervindo também contra toda manifestação de desagravo capaz de perturbar a ordem e tranqüilidade públicas; c) se abstenham de comentar as presentes instruções, que são de caráter reservado, advertindo ainda que o cumprimento delas deve ser rigoroso, sob as mais severas penas; d) aos Chefes de Serviço: determina que não sejam concedidas férias ao funcionalismo policial [...]; e) à Delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japoneses, alemães e italianos, devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta chefia as providencias aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que possam praticar tais súditos estrangeiros. (a) Fausto Bittencourt³⁵.

³⁵ “Portaria Reservada nº 519-A”. 20/12/1941. Pront. 0780, Top: 89. “DOPS – documentos antigos”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Não descartamos a possibilidade do chefe de polícia ter recebido instruções do Rio de Janeiro para orientar os policiais. Podemos considerar esta portaria como um “aviso” de como seria orientado o trabalho de repressão aos súditos do Eixo no estado.

Com relação à orientação da chefia de polícia do Rio de Janeiro para as chefias estaduais, citamos dois autores que apontaram para a temática. As pesquisas de Stanley Hilton no *Foreign Relations of the United States – FRUS*³⁶, apontaram para uma primeira medida contra os súditos do Eixo, que teria sido tomada no dia 29 de janeiro de 1942. O então chefe de polícia do Distrito Federal, “Filinto Muller baixou um regulamento que proibia o movimento de tais elementos [“súditos”] de um local para outro sem licença especial e anulava seu direito de possuírem armas, munições ou explosivos³⁷.” (HILTON, 1983, p. 222-223)

A outra autora é Marlene de Fáveri, que pesquisou a repressão policial no estado de Santa Catarina. Neste estado, um dia antes da medida de Filinto Muller, apontada acima por Hilton, houve a publicação de um “edital”, com funções semelhantes:

A Secretaria de Segurança Pública fez circular um Edital, no dia 28 de janeiro de 1942, tornando público [...] que aos estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão: *Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados*³⁸ [...]. Desta data, e até o final da Guerra, era legal deter qualquer incauto que cantasse, cumprimentasse, ou falasse nos idiomas apontados. (FÁVERI, 2004, p. 97)

Para a autora, este edital serviu como legitimação para a polícia do estado promover uma “devassa nas colônias”, prender, abrir inquéritos e encaminhá-los ao Tribunal de Segurança Nacional – TSN. Ao publicar o edital, o Secretário do Interior e Justiça informava estar a cumprir “ordens superiores”. A autora não conseguiu apurar “sobre quais *ordem*

³⁶ Sigla de *Foreign Relations of the United States*, o arquivo das relações exteriores dos Estados Unidos.

³⁷ Nota do autor: “Filinto Muller, circular, 29/9/1942, PR 3404. Sobre Conferência do Rio de Janeiro, ver FRUS, 1942, 7/2/1942, V, 6-47.”

³⁸ Nota da autora: “Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. p. 4. Florianópolis.”

superiores se refere o Secretário e não encontrei uma lei federal com esta normatização e, ao que parece, cabia aos estados editarem esse tipo de lei, obviamente respaldados naquelas ordens”. (FÁVERI, 2004, p. 97)

A exposição de Hilton não fornece detalhes sobre o documento da polícia do Rio de Janeiro. Tivemos o mesmo problema apontado por Marlene de Fáveri ao buscar um documento paranaense que legitimasse a repressão no estado. No nosso caso, encontramos as orientações, que foram encaminhadas para todos os estados e serviram de base para a edição destas normas por meio de portarias ou editais.

No dia 27 de janeiro de 1942, às 20:54, o interventor do Paraná recebeu um telegrama secreto com o seguinte assunto: “tenho a honra de comunicar V. Excia. que o Governo deliberou romper relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália³⁹” (Anexo II). O telegrama foi dividido em nove partes, das quais destacamos alguns trechos a seguir.

A primeira parte do telegrama apela para os “sentimentos de nacionalidade” do interventor e do povo paranaense, bem como para a pessoa do presidente da república, “um guia seguro, dotado de inteligência excepcionalmente aguda”. “Sabendo sempre este chefe da nação o que fazer”, o rompimento com o Eixo faz parte de seu “perfeito conhecimento da realidade”. Além disso, pedia-se ao povo a não:

adotar uma atitude agressiva, para com os súditos das nações adversárias residentes no Brasil, suas pessoas, seus bens, sua honra. Práticas de destruição, perseguição, de violência cometidas contra indivíduos desarmados são prescritas pelo direito internacional e prejudiciais ao bom nome de uma nação, além de absolutamente inúteis, pois repercutem prejudicialmente na economia do país e no conjunto do seu esforço.

³⁹ “*Telegrama s/n, secreto, do Ministro da Justiça para Interventor Federal*”. 27/01/1942. Pront. 0760, Top: 86. “DOPS – Chefatura Antiga (diversos)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná. As próximas referências, salvo indicadas, são do mesmo documento.

A segunda parte chamava a atenção para o fato do país estar em estado de emergência, e a observância do artigo 168 da Constituição. A terceira parte informava que seriam retiradas as representações diplomáticas do Japão, Alemanha e Itália, e alguns cuidados que deveriam ser observados na saída dos diplomatas e demais ligados aos consulados.

4a. PARTE – Recomendo desde já um policiamento rigoroso dos **meios de transporte**, usinas de força e luz, portos, embarcações, locais de passagem nas fronteiras, estabelecimentos bancários e detenção de quaisquer indivíduos, estrangeiros ou brasileiros que sejam suspeitados de pretender por qualquer forma prejudicar o funcionamento daquelas utilidades ou frustrar o controle exercido pelo Governo.

5a. PARTE – Solicito prosseguir no cumprimento das instruções transmitidas em meu telegrama relativo às **sociedades estrangeiras**, acrescentando que as sociedades de súditos estrangeiros das potencias com as quais o Brasil romper relações e ainda quando registradas ou tendo requerido registro, devem ser postas sob controle direto do Governo, de acordo com o referido telegrama.

6a. PARTE – Os estrangeiros nacionais das potencias com as quais o Brasil romper relações devem **comunicar á autoridade policial a sua residência**, dentro de quinze dias da publicação de um **edital, que para esse fim, será baixado por ordem de V. Excia., no dia da ruptura.** (grifo nosso)

Destas três últimas partes que citamos, destacamos os meios de transporte, sociedades estrangeiras e a necessidade dos súditos comunicarem residência à polícia. Tudo isto, e mais as recomendações abaixo, deveriam ser publicadas em documento específico, no dia do rompimento do Brasil com o Eixo.

7a. PARTE – Além de outras providencias, cuja adoção **parecer conveniente ao prudente critério de V. Excia.** recomendo: 1º - impedir a distribuição de escritos nos idiomas das potencias com as quais o Brasil romper relações, 2º - proibir que sejam cantados ou tocados hinos das potencias referidas, 3º - proibir saudações peculiares a essas potencias referidas, 4º - proibir o uso do idioma das mesmas potencias em convenções em lugar público (cafés, etc.); 5º - deter quem ostensivamente em lugar público, manifeste simpatia pela causa das referidas potencias; 6º - dispensar os naturalizados, naturais daquelas potencias, de cargos policiais ou de natureza política (prefeitos, etc.); 7º - arrecadar livros e material de propaganda política em favor daquelas potencias, existentes em livrarias especialmente estrangeiras ou casas particulares; 8º - proibir que sejam exibidos em lugar acessível ou exposto ao público retratos de membros dos governos daquelas potências.

8a. PARTE – Com relação aos súditos das referidas potencias: 1º - proibir que viagem de uma cidade para outra localidade, sem licença da polícia (**salvos-conduto**); 2º - **proibir que se reúnam**, ainda que em casas particulares, a título de comemoração

de caráter privado (adversários , bailes, banquetes, etc.); 3º - proibir que discutam ou troquem idéias, em lugar público sobre a situação internacional; 4º - cassar as autorizações de porte de armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos; 5º - proibir que mudem de residência sem comunicação prévia á polícia (serviço de registro de estrangeiros); 6º interditar os aviões que lhes pertençam; 7º proibir que viagem por via aérea, sem licença especial da polícia; 8º arrecadar as armas, de qualquer espécie, que lhes pertençam e que por eles devem ser entregues dentro de quinze dias.

9a. PARTE – É ainda necessário: 1º - suspender o funcionamento das sociedades de tiro civis e apreender-lhes o armamento; 2º - apreender as pertencentes a estrangeiros. (grifo nosso)

A lista de recomendações que exigiam ações da polícia era, portanto longa. E se julgasse conveniente, o Interventor poderia acrescentar o que quisesse. Todas as medidas deveriam ser adotadas a partir do rompimento do Brasil com o Eixo, fato que seria do conhecimento dos interventores, secretários do interior e justiça, chefes de polícia, delegados através de “meios de comunicação usual”. Estas orientações foram passadas por Vasco Leitão da Cunha, então Ministro da Justiça.

Segundo Cancelli, um outro telegrama pessoal de Getúlio Vargas foi enviado aos Interventores no dia 27 de janeiro. “O despacho era secreto e pedia a vigilância de todos os estrangeiros, além do total cumprimento das medidas que iriam ser anunciadas [...] e todos interventores prontificaram-se em cumprir a ordem”. (CANCELLI, 1994, p. 159)

Recebidos os telegramas, no dia seguinte o Secretário do Interior e Justiça do Paraná, Fernando Flores, encaminhou ao Chefe de Polícia, Fausto Bitencourt, uma comunicação interna e secreta, sobre as medidas a serem tomadas. Orientou o seguinte:

As medidas constantes na “4ª Parte” devem ser postas em imediata execução, e algumas delas já em execução devem sê-lo, a partir desta data com mais rigor e atenção.

A medida constante da 6ª Parte fica dependendo, para sua execução, de edital próprio que será baixado pelo Exmo. Snr. Interventor, quando oportuno.

As medidas recomendadas na 7ª Parte, 8ª parte e item I da 9ª parte, serão executadas pelas autoridades policiais mediante instruções baixadas em Portaria dessa Chefia, tão logo seja dada publicidade do rompimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e as potências em referencia anterior⁴⁰.

⁴⁰ “Ofício s/n, secreto, do Secretário do Interior e Justiça para o Chefe de Polícia”. 28/01/1942. Pront. 0760, Top: 86. “DOPS – Chefatura Antiga (diversos)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Esta comunicação, ao que tudo indica, ocorreu pela manhã, e, mais tarde, após o discurso de Oswaldo Aranha, foi assinada a Portaria nº 30, equivalente ao “edital” de Santa Catarina, citado anteriormente.

A Portaria nº 30⁴¹ (Anexo III) foi baixada no dia 28 de fevereiro de 1942, assinada pelo chefe de polícia estava de acordo tanto com as recomendações da Ata da Conferência do Rio de Janeiro, quanto com aquelas enviadas por telegrama pelo Ministro da Justiça. A partir desta data, cabia à “Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e às Delegacias e Sub-Delegacias do Interior do Estado, fazerem observar rigorosamente todas as medidas”.

As proibições estipuladas pela portaria eram:

- Mudar de residência, sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e, quando nas localidades do Interior á autoridade policial local, devendo ser feita, dentro de quinze dias, a comunicação das residências atuais;
- Portar consigo ou em veículo, ou manter em domicílio, qualquer espécie de armas, devendo, os detentores de armas registradas na Delegacia de Ordem Política e Social ou nas Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia do Interior, entregá-las, com os respectivos atestados de registro, nessas Repartições dentro do prazo de quinze dias a contar desta data;
- Exercerem o comércio ou transporte de armas, munições, materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos, - devendo ser entregues á Polícia, dentro de quinze dias, as licenças que lhes tenham sido fornecidas para aqueles fins;
- Viajar de uma localidade para outra sem estar munido de salvo-conduto, que deverá ser expedido, nesta Capital pela Delegacia de Ordem Política e Social, e, no interior, pela autoridade policial respectiva, mediante exibição de documento de identidade e apresentação de duas fotografias medindo 3 x 4 cms., e estampilhas de Rs. 2\$000 (estadual) e Rs... \$200 (educação e saúde);
- Reunirem-se, ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.)
- Viajar por via aérea, sem licença especial da Polícia, obtida na forma da alínea D;
- II – Proíbe-se em caráter geral:
 - o uso de idioma daquelas três nações nas conversações em lugar público (rua, cafês, casas de diversões, etc.);
 - a distribuição de quaisquer escritos nos idiomas acima referidos;
 - cantar ou tocar os hinos daquelas nações estrangeiras;
 - fazer saudações peculiares aos partidos políticos dos três países retro aludidos;
 - a exibição em lugar acessível ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas nações.

⁴¹ “Portaria nº 30”. 28/01/1942. Pront. 0760, Top: 86. “DOPS – Chefatura Antiga (diversos)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná. As próximas referências, salvo indicadas, são do mesmo documento.

A partir de então, no Estado do Paraná estava instituído o parâmetro “legal” de repressão e vigilância aos súditos indesejados. Qualquer inobservância de uma ou mais das proibições, colocaria os súditos do Eixo sob suspeita, sob investigação, ou até mesmo aprisionados.

De janeiro até agosto de 1942, foram estas normativas que “legalizaram” a repressão na capital pela DOPS e no interior pelas Delegacias Regionais. Podemos concluir que não houve mudanças radicais no trabalho da polícia, mesmo porque há mais de um mês já vinha sendo orientada para esta finalidade. Somente após agosto, em virtude da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, que houveram modificações.

3.1.1.2 Segundo momento: agosto de 1942

No dia 22 de agosto, o Brasil decretou estado de beligerância, e o decreto que inseriu o país na guerra foi sancionado no dia 31. Após a segunda quinzena do mês, houve modificações na forma de agir contra os súditos do Eixo. Até então, os documentos que norteavam a repressão eram apenas aqueles do início de 1942, já citados.

No mesmo dia 22, Manoel Ribas recebeu o *Telegrama G-941*, urgente e secreto, do Ministério da Justiça, trazendo recomendações do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente, que havia se reunido em Montevideu. As recomendações eram: 1) exercer maior vigilância a fim de evitar que os súditos do Eixo tivessem acesso a abastecimento de combustíveis, alimentos, munições, etc.; 2) encaminhar para o interior os súditos residentes nas zonas costeiras, e exercer fiscalização constante sobre aquelas pessoas; 3) exercer severa fiscalização sobre embarcações marítimas; 4) destaca a necessidade de comunicação e cooperação entre funcionários da imigração, polícia e “outros serviços da

mesma índole”;⁴² e 5) incentiva a quem tiver contato com súdito denunciar qualquer atividade suspeita⁴².

No dia 28 de agosto, o Secretário do Interior e Justiça enviou um ofício secreto ao Delegado de Ordem Política e Social. Na prática, acrescentava elementos repressivos, ao mesmo tempo em que se pedia aumento da vigilância aos súditos do Eixo em todo território.

Os elementos de nacionalidade alemã, italiana e súditos das outras potencias do Eixo, ainda que naturalizados no Brasil ou em outro país, não podem sair do território nacional a menos que aqui se encontrem em caráter temporário e voltem diretamente a países amigos onde tenham domicilio permanente e assim mesmo caso não se julgue que a presença nas vizinhanças do Brasil venha tornar-se perigosa.

Tais pessoas não podem, também, sob qualquer pretexto, entrar no Brasil, a menos que sejam portadoras de licenças de retorno válidas e regularmente expedidas por autoridades brasileiras e se achem em países amigos.

Alemães e italianos, ainda que naturalizados no Brasil ou em outro país, não podem ter embarcações nem aviões, nem aparelhos transmissores de rádio.

O mesmo impedimento deve ser estendido às casas de famílias onde existam pessoas daquelas nacionalidades. [...]

O procedimento adotado quanto aos alemães e italianos deverá ser estendido aos súditos de outros países que venham a ser declarados beligerantes em relação ao Brasil⁴³.

Este documento foi escrito com base no telegrama confidencial *GS-1089*, de 09 de julho de 1942, do Ministro da Justiça, para o Interventor Manuel Ribas. Ao final do telegrama, mais uma vez percebemos que cada estado da federação tinha algumas liberdades quanto às suas ações. No caso do Paraná, além das medidas acima citadas e também constantes no telegrama, caberia ao Interventor, “fixar norma conveniente a seleção dos elementos que não apresentem perigo para o país⁴⁴”.

A novidade explícita agora em virtude do estado de guerra, e do desmantelamento de redes de espionagem no Brasil, era controle rígido na entrada e saída do país, bem como a posse de rádios. Cinco dias depois do *Ofício 665*, o Secretário do Interior e Justiça baixou a

⁴² *Telegrama Secreto G-941*. 22/08/1942. Pront. 1344a, Top: 159. “Ministério da Justiça”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁴³ *Ofício Secreto n° 665*. 28/08/1942. Pront. 1344a, Top: 159. “Ministério da Justiça”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁴⁴ *Telegrama Confidencial GS-1089*. 09/07/1942. Pront. 1344a, Top: 159. “Ministério da Justiça”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

*Portaria n° 65*⁴⁵. Segundo o documento, os súditos do Eixo tinham 10 dias para entregar seus rádios à polícia. Os rádios deveriam ficar nas Delegacias Regionais, no caso do interior, e na DOPS na capital.

A *Portaria 65* apenas havia “legalizado” a apreensão de rádios, bem como definia quem cuidaria dos aparelhos e o que deveria ser feito com eles. Antes disso já estavam ocorrendo apreensões e devoluções destes aparelhos no estado, pelo menos é o que indica um documento do arquivo da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. Segundo o *Ofício 182*, do Delegado Regional, “tendo esta Delegacia, mediante solicitação do Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social, em **ofício de 24 de agosto** findo, apreendido cinco receptores de acordo com a minha comunicação em radiograma de 5 corrente [...]”⁴⁶. (grifo nosso)

Após esta “agitação” do pós-declaração de guerra, encontramos outro documento normativo em novembro. Tratava-se da *Portaria 147*, do Secretário do Interior e Justiça, orientando, entre outras coisas, o seguinte:

Considerando imprescindível, na atual emergência de guerra, a perfeita e pronta identificação de qualquer pessoa, principalmente das que desejem viajar pelo território do Estado, do país ou para o estrangeiro;

Considerando virem ao encontro das normas desta Secretaria, os termos da última Portaria baixada pela Chefia de Polícia do Distrito Federal,

RESOLVE:

I – Os súditos da Alemanha, Itália, Japão, Áustria, Hungria, Romênia, Bulgária e Eslováquia, residentes neste Estado, não poderão viajar a não ser com salvo-conduto fornecido pela Delegacia de Ordem Política e Social;

III - Somente em casos de especialíssimos, quanto de interesse, principalmente, do Estado ou do País, serão fornecidos salvo-condutos a súditos do “eixo”, observando, a Delegacia de Ordem Política e Social, as ordens existentes;

V – Cumpre às autoridades policiais apreenderem todas as carteiras comuns de identidade fornecidas a estrangeiros pelos diferentes Institutos de Identificação, uma vez que os estrangeiros só podem provar a identidade civil pela carteira modelo 19, adotada a partir de 1938⁴⁷.

⁴⁵ *Portaria 65*. 04/09/1942. Pront. 1747, Top: 209. “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁴⁶ *Ofício 182*. 08/09/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁴⁷ *Portaria 147*. 12/11/1942. Pront. 0958, Top: 117. “Expedientes recebidos diversos”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Em 10 de fevereiro de 1943, foram baixadas as *Portarias n° 50 e n° 59*⁴⁸, instruindo os policiais do interior, informando-lhes que a carteira de modelo 19 deveria ser solicitada apenas aos residentes na Capital. Já os súditos residentes no interior, precisavam apenas se registrar na delegacia policial. Este esclarecimento ocorreu em virtude de muitas delegacias do interior estavam fazendo a exigência “desnecessária”, e provavelmente congestionando o trabalho da DOPS em Curitiba.

Durante o ano de 1943, os documentos que encontramos arquivados foram apenas as duas portarias já citadas do mês de fevereiro, e um telegrama do Ministro da Justiça em dezembro solicitando o recolhimento de máquinas fotográficas dos navios e barcos que passassem por Paranaguá e por Foz do Iguaçu.

SOLICITO VOSSENCIA PROVIDÊNCIAS SENTIDO POLÍCIA MARITIMA DESSE ESTADO OBRIGAR COMANDANTES NAVIOS RECOLHEREM MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS PASSAGEIROS OCASIÃO ENTRADA, PERMANÊNCIA E SAÍDA NACIOS AGUAS BRASILEIRAS. CORDEAIS SAUDAÇÕES ALEXANDRE MARCONDES FILHO MINISTRO DA JUSTIÇA⁴⁹.

Sem mais detalhes, podemos deduzir que não havia ordem para a polícia apreender máquinas fotográficas, tal qual ocorreu com os aparelhos de rádio. A orientação era para que a polícia orientasse os comandantes das embarcações a reservar no próprio barco e devolver os equipamentos aos seus donos assim que saíssem de águas brasileiras. Isso não quer dizer que a DOPS não possa ter feito apreensões desta natureza.

Embora não esteja em evidência nos documentos da polícia paranaense, não podemos deixar de fazer referência ao Departamento de Atividades Anti-Brasileiras. Tal Departamento foi criado em 10 de novembro de 1943, sob a chefia de Valfrido Piloto, e

⁴⁸ *Portarias 50 e 59*. 10/02/1942. Pront. 1747, Top: 209. “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁴⁹ *Telegrama s/n*. 07/12/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

tratava-se de um centro de estudos, cuja existência justificava-se, segundo seu iniciador, pelos seguintes motivos essenciais: segurança nacional, comunismo, integralismo, e ação anti-brasileira de indivíduos ou grupos. O que parece certo é que um vasto material “subversivo” foi por ele recolhido em residências e sedes de organizações culturais, recreativas e religiosas. Um “museu político” chegou a funcionar na sede do DOPS do Paraná. Lá eram expostos livros, jornais, revistas, anuários, folhetos, álbuns, filmes, fotografias, gravuras, discos, bandeiras, emblemas, diplomas, medalhas, etc. Com o apoio do Capitão Fernando Flores, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Piloto transformou-se no principal executor da campanha de repressão. (BENEVIDES, 1991, p. 157)

Ao escrever sobre o Departamento, Piloto em 1945 faz o seguinte balanço de materiais apreendidos com os súditos do Eixo:

Armas, aparelhos rádios-receptores, máquinas fotográficas, material ótimo, etc. – provenientes das medidas restritivas impostas pelas S. I. J. S. P. aos súditos do “eixo” e aos naturais dos que a estes de uniram. (Todo este material se acha devidamente fichado. As armas têm sido utilizadas no serviço policial ou são remetidas ao Serviço de Material Bélico do Exército, alcançando, já, o número de 6.000, o total das apreendidas. Os rádios-receptores, em número de 3.000, estão depositados também nas Delegacias Regionais, sob o controle da D. O. P. S., sendo de competência exclusiva da S. I. J. S. P. a decisão de devolvê-los, o que tem sido feito apenas em casos especiais e mediante fiscalização do uso, por parte da D. O. P. S. As máquinas fotográficas, binóculos e outros materiais óticos tem sido utilizados, também, em serviços de segurança nacional). (apud BENEVIDES, 1991, p. 235)

Não encontramos estudos específicos sobre a criação e organização deste Departamento. É possível concluir, que a exposição mostrou pelo menos uma parte das apreensões feitas por diligências repressivas no estado.

Após dezembro de 1943, não encontramos nenhuma portaria, telegrama ou outro documento que indicasse alguma norma para repressão a atividades de súditos do Eixo. Devemos considerar, também, que neste momento a guerra já estava mais favorável aos Aliados e a espionagem na América do Sul estava sob controle. Além disso, muitos alemães, italianos e japoneses já estavam presos ou afastados de “zonas de perigo” e provavelmente não havia mais rádios, máquinas fotográficas e livros em alemão para se apreender. As próximas portarias normativas que encontramos datam de novembro de 1944, e não tinham mais o objetivo de “reprimir”, senão que de “abrandar” as imposições aos súditos do Eixo.

3.1.1.3 Terceiro momento: abrandamento

A Itália se rendeu aos aliados em 08 de setembro de 1943. Exatamente um ano mais tarde, o Secretário do Interior e Justiça do Paraná recebeu ordens do Ministro da Justiça para abrandasse a repressão aos súditos italianos. Em sua *Portaria 273*, Fernando Flores informa ao Delegado de Ordem Política e Social que:

- I – Ficam suspensos, a partir desta data, com relação aos súditos italianos, os efeitos da portaria n. 147, de 12 de novembro de 1942 desta Secretaria.
- II – Os estrangeiros de nacionalidade italiana terão livre trânsito no Estado, desde que estejam munidos da carteira de identidade modelo 19, ou do certificado do registro de estrangeiro cuja exibição lhes será exigida pelas autoridades competentes.
- III – Ficam, igualmente, suspensas com referência aos mesmos súditos as mediadas de caráter especial concernente s ao andamento dos processos de naturalização e as que dizem respeito a entrada e saída no território nacional destes estrangeiros⁵⁰.

No dia 14 de setembro, o Delegado da DOPS, Pinheiro Junior, encaminhou às delegacias o *Ofício Circular 1623*, informando e passando as seguintes instruções aos delegados:

Em obediência à Portaria nº 273 do Exmo. Sr. Cap. Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, levo ao conhecimento de Sua Senhoria terem sido suspensas as restrições impostas aos súditos italianos pela Portaria nº 147, de 12 de novembro de 1942.

Assim, os estrangeiros dessa nacionalidade terão livre trânsito no Estado, desde que estejam munidos da carteira de identidade modelo 19 ou certificado de registro de estrangeiro, cuja exibição lhes será exigida pelas autoridades competentes.

Comunico-lhes, outrossim, que poderão lhes ser devolvidas, mediante auto de entrega em duas vias, os aparelhos de rádio e armas devidamente registradas que tiverem sido entregues a esta Delegacia em obediência a determinações anteriores⁵¹.

Assim, os italianos foram os primeiros súditos do Eixo a receber tratamento diferenciado no Paraná. Sobre este fato, encontramos não mais que o documento citado.

⁵⁰ *Portaria 273*. 07/11/1944. Pront. 1747, Top: 209. “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁵¹ *Ofício Circular nº 1023*. 14/11/1944. Pront. 0760, Top: 86. “Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS - Chefatura Antiga (diversos)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Em 18 de abril de 1945, foi “concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde julho de 1934”, pelo Decreto-Lei 7474. Os alemães, italianos e japoneses também foram beneficiados pelo Decreto-Lei, entretanto, somente em outubro de 1945 que foram revogadas as portarias que normatizaram a repressão no Paraná. O Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública,

Considerando que, com o término daquele conflito, desapareceram os motivos que determinaram aquelas providencias de caráter excepcional, resolve REVOGAR as restrições previstas pelas portarias ns. 30, de 28/1/1942; 65, de /9/1942; 147, de 12/11/1942 e 31, de 2/2/1945, baixadas por esta Secretaria, incumbindo a Delegacia de Ordem Política e Social de tomar efetivas as determinações da presente resolução⁵².

Este era *grosso modo* o panorama normativo que orientava a repressão aos súditos do Eixo no estado do Paraná. Nossos apontamentos foram limitados às fontes que foram arquivadas pela DOPS, o que não significa que não houvessem outras orientações e outros documentos. Estes, entretanto, eram os principais e aqueles em que os Delegados Regionais fundamentavam suas ações⁵³.

⁵² Portaria 381. 03/10/1945. Pront. 1747, Top: 209. “Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁵³ Para o estudo da ação da DOPS em função da necessidade de reprimir os súditos do Eixo, não podemos deixar de fazer menção à duas dissertações de mestrado que abordam a temática. Rosangela Kimura (2006), analisou a repressão aos japoneses no litoral paranaense, e Rafael Athaides (2007), por sua vez, trabalhou com a repressão ao Partido Nazista e aos filiados à Seção Paranaense.

3.2 A DOPS E A “QUESTÃO ARGENTINA”

A preocupação da DOPS-PR com a Argentina começou a ser registrada a partir de 1939. Em diversas pastas encontramos vários tipos de documentos sobre o país vizinho. Na pasta sobre atividades nazistas no sul do Brasil, encontramos grande quantidade de recortes de jornais. Apenas como título de exemplo vamos citar dois destes recortes: (1) matéria de 01/04/1939 do jornal *Diário da Tarde* com o título “Um plano alemão para anexar a Patagônia”; e (2) matéria do dia 12 de abril de 1939 do mesmo jornal com o título “A espionagem nazista na Argentina⁵⁴”. Há deste mesmo jornal, diversas outras matérias insinuando haver um plano de Hitler para a América do Sul.

O interesse dos investigadores em arquivar notícias sobre nazismo na Argentina provavelmente era em função de organizar, em um único local, o maior número de informações possíveis. Também foram anexados, em menor escala, matérias que relacionassem atividades nazistas no Chile e na Bolívia.

Não nos ateremos a fazer análise das matérias de jornais que encontramos, principalmente porque a maioria foi produzida por agência de notícia, o que mereceria um estudo específico. Para nossa pesquisa, é preciso ressaltar outros elementos, a saber: as orientações gerais que o Ministério da Justiça encaminhou especificamente para o caso argentino; relatório sobre a fronteira Brasil-Argentina pelo rio Iguaçu, assinado pelo Delegado Regional; um incidente envolvendo militares brasileiros e argentinos em nível local; e a visita do Delegado Regional à capital do estado argentino de *Misiones* investigando uma espia nazista.

⁵⁴ Pront. 125, Top. 15, “Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfred Andersen”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

3.2.1 Orientações do Ministério da Justiça

Em diversas correspondências trocadas entre o Ministério da Justiça e o Interventor Federal do Paraná, encontramos referências diretas ou indiretas à Argentina. Principalmente após a Conferência do Rio de Janeiro, as mensagens do Ministro para o Interventor passaram a ficar mais constantes e se referir diretamente ao país vizinho como uma ameaça pelo menos em potencial.

Após o desmantelamento das redes de espionagem no Brasil e a descoberta de ramificações importantes na Argentina, a maior preocupação residia no fato de que as fronteiras com aquele país estariam vulneráveis e fornecendo um livre trânsito a nazistas e colaboradores. Em dezembro de 1942, o Ministro faz o seguinte alerta:

A providência solicitada a Vossencia não teve outro fim senão evitar que saiam do Brasil pessoas que, nos países vizinhos ou próximos, possam tornar-se perigosas para segurança e interesses nacionais. Havia especialmente indicações de que pilotos e pessoas altamente qualificadas nessas nacionalidades procurariam viajar para a Argentina e outros países América do Sul⁵⁵.

Era necessário que a polícia ficasse atenta a quem entrava e saía do Brasil indo ou voltando do país vizinho. No mesmo telegrama, o ministro completou com a seguinte solicitação: “Considerando ainda subsistir espionagem Eixo, solicito vossencia necessárias providências a fim ser discretamente exercida meios vigilância sobre viajantes que venham da Argentina ou a ela se destinem, qualquer que seja meio de condução utilizado.”⁵⁶

⁵⁵ *Telegrama Confidencial S/N. 09/07/1942. Pront. 1344a, Top: 159. “Ministério da Justiça”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

⁵⁶ *Telegrama Reservado S/N. 07/12/1942. Pront. 1344a, Top: 159. “Ministério da Justiça”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

3.2.2 Relatórios sobre a divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina

Nos arquivos da DOPS encontramos dois relatórios que chamaram a atenção pela riqueza dos detalhes e pelo procedimento adotado em cada um deles. Trata-se de um levantamento sobre os moradores da barranca do rio Iguaçu, divisa com a Argentina, e outro levantamento sobre os moradores da barranca do rio Paraná, divisa com o Paraguai.

O relatório sobre a barranca do rio Paraná é datado de novembro de 1942. Não traz muitas informações sobre a Tríplice Fronteira, e mantém o foco para a região de Guaíra. A maioria das pessoas eram nascidas no Paraguai. O levantamento foi feito entre Em 27 de novembro e 21 de dezembro de 1942 pelo 3º Sargento Manoel Cursino Dias Paredes. Não nos deteremos a este relatório porque nosso interesse é a questão argentina, entretanto, como título de exemplo citamos a passagem abaixo:

[...] Dia 28: daí até a casa do Snr. Rafael Uzuna, brasileiro, com grandes plantações de milho, arroz, feijão, mandioca e criação de carneiros e porcos. Porto Ipiranga está abandonado, existindo somente um morador o Snr. Rozario Benitez (paraguaio). Porto Ocu, morador Snr. Rozario Benitez (paraguaio) com 67 anos de idade, residente neste porto desde 1903, é o maior plantador desta zona, com criação de porcos. Neste porto fica o campo de emergência Ocu, com 550 x 80 metros; quem toma conta da conservação deste campo de pouso é o Snr. Dominhack⁵⁷.

De 14 a 22 de março de 1943, foi a vez do levantamento da barranca do rio Iguaçu. O Terceiro Sargento Benedito Almeida Prohmann foi quem comandou a expedição. Este relatório foi escrito com menos referência aos moradores. Além de haver um número menor de pessoas, não foi feito um levantamento sobre nome, nacionalidade, etc. A divisa com a Argentina foi descrita como uma espécie de local de passagem de pessoas misteriosas que entravam no território brasileiro para caçar, ou cometer atos ilícitos.⁵⁸

⁵⁷ *Relatório s/n.* 12/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁵⁸ *Cópia do Relatório de diligência efetuada na percorrida da fronteira Brasil-Argentina.* 23/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

[...] Dia 15 pela manhã iniciamos, digo, continuamos a descida, um quilometro mais ou menos do poço preto, avistamos uma chalana que saia da costa brasileira para a costa argentina, ao chegar no lugar onde tinha estado a referida chalana notamos que havia mais pessoas no mato, então resolvemos gritar para ver se alguém respondia, em seguida um outro grito respondeu ao nosso, uma meia hora depois apareceu vindo do mato Lourenço Silveira, mais conhecido por Odorico, que em companhia de seu irmão Teófilo Silveira e mais Juan Caceres, vinham todos armados de espingarda. Então perguntamos o que estavam fazendo, responderam que estavam caçando, então perguntamos se tinham licença para caçarem em território brasileiro e se as armas estavam registrada, como as respostas foram negativas diz a apreensão das armas [...]⁵⁹.

Destes relatórios, concluímos que o delegado, ou a DOPS, queria saber quem eram os moradores da fronteira e que potencial de periculosidade possuíam. Não houveram grandes descobertas feitas por estes policiais em excursão pela mata nas fronteiras internacionais do Paraná. Entretanto, o relatório teve sua importância, uma vez que pelos despachos feitos pelo delegado da DOPS e pelo Chefe de Polícia, podemos identificar que foram enviados para o Ministério da Justiça, o que não ocorria com qualquer relatório enviado pelas delegacias do interior.

Não foi possível levantar se o delegado regional mandou por conta própria, ou se obedeceu ordens de superiores, o fato é que em ambos os casos, os policiais percorreram as barrancas dos rios, identificaram quem eram as pessoas, nome, nacionalidade, atividade econômica, quais as picadas existentes, entre outras informações.

⁵⁹ *Cópia do Relatório de diligência efetuada na percorrida da fronteira Brasil-Argentina. 23/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. "Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

3.2.3 Incidente entre militares brasileiros e argentinos

Um dos casos que mais nos chamou a atenção foi o que sugere ter havido, no começo de 1942, um desentendimento entre autoridades brasileiras e argentinas na Tríplice Fronteira. Embora não seja um dossiê completo, acreditamos que é necessário fazer referência ao episódio.

O primeiro documento sobre o incidente não possui data, embora arquivado com anotações de seqüência dos documentos abaixo, trata-se de uma correspondência entre o delegado regional Melchiades do Valle e Fausto Bittencourt:

Uma hora hoje informado pelo gerente hotel chegada Porto Aguirre um contingente trinta praças seis oficiais vários caminhões novos comuniquei Capitão Comandante da Cia. de Fronteira tomou suas providencias estou esperando clarear dia mandar Sgt. Paredes outro lado afim verificar que há verdade resultado informarei vossencia vigilância vem sendo mantida medida possível havendo necessidade aumentar destacamento o oficial seguirá domingo avião Panair levará relatório peço mandar procurar aeroporto⁶⁰.

O caso era tão peculiar que o delegado solicitou aumento de contingente e mandou um relatório por um enviado especial. Também o fato de se dirigir ao chefe de polícia e não ao delegado da DOPS, indica uma urgência na tomada de decisões. O documento que aparece numerado na seqüência deste anterior é de 7 de março de 1942:

A situação atual é resultante da **imprudência dos oficiais da Cia. de Fronteira** que recebiam ordens secretas do Comando da Região por intermédio da Cia. e no dia seguinte todos sabiam, inclusive o cônsul argentino. O Coronel Clodomiro Nogueira quando esteve aqui chegou a chamar telegraficamente um brasileiro Lanuri que reside em Barracão, lado Argentino nestes termos: venha urgente, despesas serão pagas pela Região. Ora, a polícia argentina que já estava informada de tudo pelo cônsul e este por cinco pessoas também argentinas que residiam no hotel Casino e observavam todos os passos do coronel passaram a vigiar aquele nosso patrício que seria ótimo elemento de informações. Logo depois disso os oficiais argentinos entraram em atividade e tem inspecionado toda a fronteira e mesmo procurado colher informações sobre os objetivos visados pelos nossos oficiais que também excursionaram pela fronteira abaixo até Santa Catarina⁶¹. (grifo nosso)

⁶⁰ *Telegrama s/n à Chefia de Polícia*. 07/03/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguacu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁶¹ *Radiograma de Foz do Iguacu s/n*. 09/03/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguacu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Destacamos a frase “imprudência dos oficiais da Cia. de Fronteira” justamente porque temos afirmado haver discordância entre o delegado regional e o comandante militar em Foz do Iguaçu. Apenas para ressaltar, o delegado que escreveu a frase destacada é o mesmo que teve uma decisão contrariada pelo comandante em janeiro do mesmo ano no caso de Paulo Rockel, que analisaremos neste capítulo.

Na seqüência dos radiogramas, no dia 9 de março o delegado regional enviou o seguinte para o chefe de polícia:

Oficiais estiveram em Porto *Aguirre* já dispersaram uns inclusive comandante *Gendarmeria* destino Posadas outros Barracão provavelmente estes foram vistos por Dionizio. Soldados distribuídos constituindo destacamentos localidades longo do Rio Paraná abaixo. Nenhuma novidade⁶².

Na visita em que o delegado regional Glaucio Guiss, sucessor de Melchiades do Valle, fez à Posadas, e que analisaremos a seguir, um novo elemento foi acrescentado pelo cônsul brasileiro naquela cidade, Lucio Schiavo. Segundo esta informação, Schiavo havia denunciado aos militares que o cônsul argentino em Foz do Iguaçu estava efetuando operações financeiras no Rio de Janeiro para o cônsul alemão em Posadas. Conseqüentemente, os militares passaram a fazer uma censura às correspondências consulares:

Cumpre-me também comunicar a V. Excia., que o Cél. Orandi [*Comandante da Gendarmeria*] no ano transato, antes da minha chegada nesta cidade, esteve em visita ao Cap. Moacyr Lopes de Rezende, no quartel da Cia de Fronteira, onde com os membros de sua comitiva e senhoras lhe foi servido um almoço. O motivo dessa viagem prendeu-se ao fato de que Eduardo Bianchi, Cônsul Argentino nesta cidade [*Foz do Iguaçu*], **elemento puramente nazista, havia se queixado ao Cél. que sua correspondência oficial estava sendo violada.**

Este pormenor me foi relatado pelo Snr. Lucio P. Schiavo, Cônsul Brasileiro em Posadas. Todavia, suponho eu que essa censura clandestina estava evidentemente sendo feita em virtude da denuncia que o Snr. Schiavo tinha feito contra Eduardo Biachi de que o mesmo mantinha estreitas relações suspeitas com o Cônsul Alemão em Posadas, acerca de remessa de dinheiro que esta possivelmente fazia a Biachi por intermédio de um dos Bancos do Rio de Janeiro⁶³.

⁶² *Radiograma de Foz do Iguaçu n° 23*. [s/data]. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁶³ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Naquela altura da Segunda Guerra, era uma acusação grave e que deveria ser investigada. Comparando as datas, concluímos que a conversa do delegado com o cônsul se referia ao ocorrido de março de 1942. Neste período, avançavam as investigações sobre a espionagem à serviço do Eixo na América do Sul, e, o fato de fazer transações econômicas para o colega alemão, constituía uma grave acusação contra o cônsul argentino, uma vez que poderia ser utilizado no financiamento das redes de espionagem nazista no continente sul americano.

Só foi possível cruzar os dados porque o delegado regional de Foz do Iguaçu foi à Posadas acompanhando e discretamente investigando uma espiã nazista. Sobre a visita à Argentina faremos uma análise mais detalhada a seguir.

3.2.4 A visita do Delegado Regional à Posadas

No final do mês de fevereiro de 1943, a notícia da passagem de uma espiã nazista na Tríplice Fronteira exigiu uma investigação “de perto” pelo delegado regional, e que envolveu o Ministério da Justiça, o DEOPS-SP e a DOPS-PR.

No dia 26 de fevereiro de 1943, o Ministro da Justiça telegrafou para Manoel Ribas informando:

Tenho honra levar conhecimento Vossencia que segundo comunicação Itamarati consulado geral Brasil Buenos Aires concedeu visto turismo Maria Inês Mülle argentina nata. Posteriormente referido consulado recebeu informações que autorizam suspeitar mencionada estrangeira que saiu ontem de Buenos Aires via Posadas e Foz do Iguaçu. Itamarati julga aconselhável vigilância⁶⁴.

⁶⁴ *Telegrama urgente/reservado ao Interventor do Paraná. 26/02/1943. Dossiê “Companhia de Mate Larangeira”. Pront. 0297, Top. 115. DOPS. Arquivo Público do Paraná.*

Dois dias mais tarde, em 28 de fevereiro, o delegado do DEOPS-SP entrou em contato diretamente com o delegado regional de Foz do Iguaçu lhe escrevendo o seguinte:

S. Paulo. Reservado – Urgente. Snr. Dr. Delegado de Polícia. Foz do Iguaçu. PR. Nº 69. Devendo passar por esse porto proveniente de Buenos Aires Inês Mulle peço informar reservadamente a via pela qual referida pessoa se encaminha nesta capital. Atenciosas saudações. O superintendente de segurança polícia e social. (a) Major Vieira Melo⁶⁵.

Maria Inês Mulle não possui qualquer registro além do citado na DOPS-PR. A vigilância a esta possível “espiã” foi recomendada pelos superiores do delegado regional de Foz do Iguaçu. Este, no cumprimento do seu dever, no dia 03 de março enviou o ofício 87/43 ao delegado da DOPS em Curitiba. Deste ofício destacamos a passagem abaixo para que seja possível compreender qual o procedimento adotado pelo delegado.

A Srta. Maria Inês Mulle me declarou ser sobrinha do Ministro da Guerra Argentino, e, se fazia acompanhar de Brunnhilda Amalia Wussmann e Alberto Juan Merlino, de nacionalidade argentina.

Esta autoridade iniciou uma vistoria nas malas de Maria Mulle e encontrou duas cartas e dois cartões. Uma dessas cartas era dirigida ao Presidente Getúlio Vargas.

Diante dessas circunstâncias que nada deixaram transparecer de suspeita, a aludida passageira seguiu viagem. Porém, investigando o Comandante do barco, consegui saber que Alberto Juan Merlino é secretário particular de Raul Mendes Gonçalves, argentino, empreiteiro da Companhia Mate Larangeira; que Brunnhilda é amante do citado Raul e que Maria Inês Mulle é empregada da mesma Companhia. Todas estas pessoas viajam muito bem documentadas e já estiveram no Brasil ano transato, sendo que Maria Inês transitou pelo porto desta cidade em 30 de março de 42.

Ontem ainda o Snr. Cap. Da Cia de Fronteira, a noite, recebeu um rádio cifrado do Serviço Secreto do Quartel General, no qual era solicitado informes a respeito de Maria Inês Mulle, visto se tratar de uma espiã. Esta autoridade foi procurada pelo referido Snr. Cap. Que solicitou diversas informações em caráter secreto⁶⁶.

Percebemos o empenho do delegado em informar seus superiores que solicitavam as informações sobre esta mulher. Mesmo que desejasse fazer uma prisão preventiva, não houve qualquer elemento que justificasse uma atitude neste sentido. Além disso, a suspeita parecia ter relacionamentos políticos na Argentina, o que impedia uma ação executada de qualquer maneira.

⁶⁵ *Telegrama nº 87 secreto*. 03/03/1943. Dossiê “Companhia de Mate Larangeira”. Pront. 0297, Top. 115, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁶⁶ *Idem*.

No dia 10 de março surgiu uma nova oportunidade de investigação. Trata-se de uma viagem que Mulle, inesperadamente (pois declarou que iria ao Rio de Janeiro) resolveu fazer à Argentina. Levantando suspeitas e aproveitando a oportunidade, o delegado informou ao seu superior imediato:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que daqui há uma hora, seguirei a Posadas (Rep. Argentina) com a Moto-Nave “Cruz de Malta”. Seguirá para essa mesma cidade, procedente de Guaira, a espia nazi Maria Inês Mulles [...]. Vou entrar em contato com a aludida agente do “eixo” e no meu regresso que se dará na segunda feira próxima, oficiarei a V. Excia. relatando detalhes.⁶⁷

A visita do delegado Guiss à Argentina foi importante principalmente porque elaborou um relatório para informar seus superiores elementos até então passados despercebidos pela DOPS em Curitiba. Como por exemplo, a situação do cônsul brasileiro em Posadas, sua atuação na denúncia contra as atividades nazistas e o seu desentendimento público com o cônsul alemão naquela cidade. Suas informações estão no relatório secreto de 15/03/1943, enviado ao Secretário de Segurança Fernando Flores.

O delegado começou seu relatório descrevendo como era a cidade de Posadas: havia um completo serviço de policiamento, um comércio estabelecido e serviço de limpeza nas ruas. Além disso, informou ter o núcleo urbano aproximadamente 40 mil pessoas, rede de telefones, três bancos além do quartel do exército, polícia marítima e 40 homens da *Gendarmeria*, que era comandada pelo major do Exército Argentino Adolfo Orandi.

Juntamente com o cônsul brasileiro em *Posadas*, o delegado conheceu também os delegados policiais daquela cidade, e relatou um tratamento cortês por parte das autoridades argentinas que o receberam. Este tratamento não impediu que o delegado tivesse um parecer bastante particular sobre a questão:

⁶⁷ *Ofício nº 104 secreto*. 10/03/1943. Dossiê “Companhia de Mate Larangeira”. Pront. 0297, Top. 115, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Observei que nas esferas oficiais, o ambiente predominante é de tendência puramente nazi. Os súditos do “eixo” têm suas sociedades organizadas. Em pleno coração de Posadas, existe um edifício de um andar pertencente a “Sociedade Italiana”. A parte térrea desse edifício é ocupado pelo “Café Tóquio” de propriedade de japoneses. Dominando o edifício da “Sociedade Italiana” vê-se um trabalho de escultura: - uma loba e os gêmeos Rômulo e Remo.

Em posadas há muitos alemães, italianos, japoneses. Estes falam abertamente seus idiomas em lugares públicos. Porém, o centro mais denso da colonização alemã em Misiones está localizado em ELDORADO, com porto no rio Paraná.

Segundo investigações que procedi, o atual ministro da guerra argentino é elemento nazi-fascista, e a maioria dos generais do Exército, os quais fizeram cursos de aperfeiçoamento na Alemanha também são nazistas. Falaram-me que é comum o Ministro da Guerra reunir os seus generais em jantes íntimos em sua residência⁶⁸.

Guiss não trouxe nenhum elemento novo para nossa análise. Entretanto, o tom de indignação nas entrelinhas da sua avaliação está ligada ao fato de que o Brasil havia tomado medidas drásticas com relação a estes pontos por ele citados. E ele não viu isto na argentina, o que não é nenhum problema para quem mantinha-se neutra na guerra. Entretanto, para ele, o fato de não combater essas atividades reforça os rumores de que a oficialidade argentina era francamente nazista.

O fato de a Argentina nada fazer para reprimir os alemães, ao contrário apoiá-los, causava certo desconforto a todas as autoridades brasileiras. Em visita ao cônsul brasileiro em Posadas assim relatou:

Contou-me que em fins de setembro do ano transato sofreu uma campanha por parte de seu colega alemão. O caso se desenrolou da seguinte forma: - um filho do Snr. Schiavo, aluno de um colégio dirigido por padres (alemães), tomou parte num festival da “Primavera” que os alunos levaram a efeito naquele colégio com representação de uma peça na qual tomara parte. Porém, como um dos padres, nazi, já indiciado pelo cônsul alemão, achou que um motivo qualquer da peça vinha ferir a nobreza da religião católica revoltou-se, no momento da encenação, ao ponto de provocar escândalo e a retirada imediata dos presentes. E por meio desse torpe ardil, procurou o cônsul alemão em Posadas, criar um ambiente de animosidade entre seu colega brasileiro e o povo *misionero*, com fatos que se refletiam na pessoa de seu filho. A imprensa de Posadas revoltou-se com a atitude tomada pelo insolente nazista e seus asseclas, e , ofereceram um jantar de desagravo ao Cônsul Schiavo, ficando conseqüentemente, desmoralizado o cônsul alemão⁶⁹.

⁶⁸ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁶⁹ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O delegado regional, enquanto responsável pela retirada dos súditos do Eixo de Foz do Iguaçu, não poderia deixar de indagar ao cônsul sobre os brasileiros que ao invés de ir para Guarapuava foram para a Argentina:

Sendo por mim perguntado sobre os alemães que se evadiram do Brasil para Misiones, respondeu que intercedeu junto ao Tte. Cel. Orandi, o qual inicialmente pareceu ter se interessado pelo caso, para mais tarde relaxá-lo completamente sob a alegação de que não dispunha de campo de concentração para interná-los. Segundo me informou o Snr. Chiavo, a Gendarmeria no interior de Misiones está exigindo documentação de brasileiros que lá residem há tempo e que foram verdadeiros colonizadores daquela região emigrados por ocasião das revoltas de 24, 30 e 32, atualmente casados com mulheres argentinas e com filhos também argentinos. Lamentável paradoxo. Nossos patrícios são freqüentemente bordados pelos gendarmes que querem documentos de sua permanência legal. Os súditos alemães que se acham foragidos da policia brasileira e muito bem localizados pela Gendarmeria argentina permanecem livremente no território de Misiones. Grande parte desses brasileiros estão regressando ao Brasil⁷⁰.

O cônsul brasileiro em Posadas preocupava-se muito com os nazistas na América do Sul. Além de acusar o conflito com o cônsul alemão e de denunciar o envolvimento dele com o argentino de Foz, informou que o cônsul paraguaio em Posadas “Gregório Morinigo, irmão do General Higino Morinigo, presidente da República do Paraguai é elemento francamente nazista⁷¹”. Além disso, também forneceu o nome de Dra. Wanda Hanke, que estava no Paraguai, mas havia publicado dois livros em Curitiba, para que fosse investigada pois, segundo ele, tratava-se de envolvimento em uma rede de espionagem. Sobre este parágrafo a DOPS observou “em diligências”, o que significa que mandou investigar o assunto na capital do estado.

⁷⁰ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁷¹ *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Glaucio Guiss não encerrou sua viagem sem antes atravessar a fronteira entre *Posadas* e *Encarnacion*. Nesta cidade paraguaia observou o seguinte: “Estive durante meio dia nessa cidade da República do Paraguai. Visitei o Delegado Civil. A impressão que recebi de tudo foi péssima. Nada digno de registro⁷².”

O real motivo da viagem do delegado à Argentina foi tratado apenas nos parágrafos finais quando ele escreveu:

Viajei de Foz do Iguaçu a Posadas em companhia da espia nazi Maria Ines Mulle, vulgo “Porôta”, sobrinha do Ministro da Guerra Argentino e secretaria deste, e, de Brunnhilda Amalia Wussmann [...]. Aludida espia e sua amiga regressaram de Guaíra [...] Como Maria Inês Mulle, quando ao transitar por este porto com destino a Guaíra me declarara que iria ao Rio de Janeiro e Campanário (Mato Grosso), resolvi perguntar porque não tinha ido alem de Guaíra. Respondeu-me que voltaria em Junho este ano, e, com evasivas procurou desconversar sobre o assunto⁷³.

O delegado terminou sua viagem sem ter dúvidas quanto ao envolvimento de Maria Inês com uma rede de espionagem nazista. Entretanto, reconheceu que não encontrou provas. Pela segunda vez no mesmo mês, o delegado teve seu relatório despachado para o Ministro da Justiça, e desta vez também para o Comandante da 5ª Região Militar.

Estes são os principais casos que encontramos envolvendo a ação da Dops e a questão argentina. Outro documento importante foi arquivado somente em 1944, já sob jurisdição do Território Federal do Iguaçu. Trata-se de um relatório informando a situação da argentina e de pessoas importantes que viviam na cidade, mas que não vamos analisar neste trabalho.⁷⁴

⁷² *Relatório (Secreto)*. 15/03/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ *Cópia de parte a respeito de informações colhidas reservadamente em Foz do Iguaçu*. 05/04/1944. Pront. 1333, Top: 156, “Ministério do Exército - Quartel General da 5ª RM-DI – Antigo”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

3.3 VIGILÂNCIA AOS INDESEJÁVEIS ATÉ OUTUBRO DE 1942

De acordo com o Decreto nº 8543, de maio de 1939, o Estado do Paraná foi dividido em 12 Regiões Policiais. A 9ª Delegacia Regional era a de Foz do Iguaçu, que deveria trabalhar tanto na repressão a crimes comuns, quanto a crimes políticos. As atribuições da Delegacia de Ordem Política e Social (controle, cartório, fiscalização de hotéis e pensões, armas e explosivos, e serviço de registro de estrangeiro) eram estendidas às delegacias do interior. Além disso, a Chefia de Polícia solicitou ao Interventor que as mesmas atribuições da Delegacia de Polícia Marítima (controlar o movimento de entrada e saída de Vapores, e reprimir o desembarque de indesejáveis no território paranaense), fossem conferidas às Sub-Delegacia do Distrito de Guaíra, no município de Foz do Iguaçu, cuja Delegacia Regional tinha as mesmas atribuições da delegacia de Paranaguá⁷⁵.

Considerando a Mensagem de Manoel Ribas referida acima, a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu tinha um considerável número de atribuições. Em tempos de guerra estas atribuições exigiam mais cautela por parte do delegado, sub-delegado e demais policiais. Tendo em vista a situação de fronteira com dois países, o perigo alemão e argentino, é de se esperar que por ocasião do rompimento do Brasil com o Eixo tenha ocorrido ações repressivas na Tríplice Fronteira.

Ao analisar os documentos da DOPS-SC, Marlene de Fáveri concluiu que o procedimento dos delegados do interior com relação a qualquer caso era: “uma denúncia, o delegado abria inquérito e enviava para o Departamento de Ordem Política e Social; este encaminhava ao Tribunal de Segurança Nacional – ou voltava para maiores informações, ou era arquivado”. Assim, diante de uma denúncia, o delegado fazia valer seu poder de

⁷⁵ Mensagem do Governador Manoel Ribas (1940). DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

autoridade ao deter supostos infratores sem maiores explicações. “Era legal deter e depois averiguar a culpabilidade ou não, cuja pena variava entre ficar horas, dias, meses na cadeia local, ou apresentar-se diariamente ao delegado”. (FÁVERI, 2004, p. 96-98)

No caso do Rio Grande do Sul, havia quase uma obrigação dos delegados do interior em “combater a quinta-coluna” e elementos nazistas. “Um delegado nomeado para o interior não poderia relatar que não existiam bandos de nazistas no local. Isso colocaria em cheque seu emprego”. (GERTZ, 1991, p. 48)

O ponto comum entre os delegados do interior apontados pelos autores e o delegado de Foz do Iguaçu é a função e atividade. A função após janeiro de 1942 era reprimir os indesejáveis (que passaram a ser principalmente os súditos do Eixo). Suas atividades de diligência e investigação foram focadas basicamente nos alemães, italianos e descendentes.

Os documentos da 9ª Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu estão agrupados em pastas diferentes no arquivo da DOPS. A pasta específica da delegacia passou a existir somente após o mês de março de 1942, fato que espalhou os documentos produzidos anteriormente a esta data em diversas outras pastas.

Os dois primeiros tópicos, que analisaremos a seguir, sobre a vigilância na parte brasileira da Tríplice Fronteira, não se referem diretamente aos súditos do Eixo. Entretanto, julgamos necessário fazer nossas considerações em função de ser temáticas inéditas e que poderão ser exploradas em outros trabalhos. Também não poderíamos deixar de mostrar o olhar que a Delegacia de Ordem Política e Social tinha sobre a região oeste do Paraná.

3.3.1 Investigações especiais à Companhia Mate Larangeira

Durante os anos de 1940 e 1942, a DOPS-PR arquivou documentos diversos em um dossiê chamado “Companhia de Mate Larangeira⁷⁶”. São 62 documentos disponíveis no Arquivo Público de natureza diversa: recortes de jornal, fotografia, ofícios, e dois relatórios produzidos por “enviados especiais”, portanto sem participação direta da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. O conteúdo destes dois relatórios possibilitam uma visão geral do que representava a empresa no contexto do oeste do Paraná, e a análise que os agentes da polícia política faziam dela.

O primeiro documento é datado de 13 novembro de 1940 o primeiro documento arquivado, produzido reservadamente pelo superintendente Albino Raschendorfer. Segundo ele, haviam sido 64 dias de permanência em Guaíra e arredores para concluir seu parecer, em um serviço designado pelo chefe de polícia do estado do Paraná.

No relatório⁷⁷, o policial informa que a empresa Mate Larangeira, com sede em Campanário estado do Mato Grosso, pertencia a Raúl e Reitor Mendes. O primeiro era argentino e o segundo era primo de Raúl, sendo brasileiro e capitão do exército nacional.

A primeira impressão de todo turista que visita Guaíra é ótima, pois as casas em grande parte são construções confortáveis, com todas as instalações higiênicas, ruas largas e bem conservadas, luz elétrica boa e água encanada. Tem um bem organizado hospital [...], uma farmácia bem montada. A administração faz questão de mostrar todas estas realizações aos turistas, fazendo ressaltar que ai tudo foi feito pela Companhia e que o Governo até esta data nunca se interessou por aquela zona. Quando o turista é uma pessoa de destaque, chegado ao governo Federal ou Estadual, a administração põe à disposição do mesmo uma pessoa de confiança, que o acompanha a todas partes, correndo todas as despesas por conta de gastos gerais da mesma administração. O turista sai maravilhado de Guaíra, considerando a Companhia uma organização benemérita, porém, quem, como nós, penetramos no íntimo desta maravilhosa organização, podemos afirmar que **esta Companhia é um entrave ao progresso daquela zona fertilíssima e riquíssima em madeira e erva-mate.** (grifo nosso)

⁷⁶ Pront. 0297, Top. 115, “Companhia de Mate Larangeira”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁷⁷ *Relatório de Albino Raschendorfer para o Chefe de Polícia do Paraná*. 13/11/1940. Pront. 0297, Top. 115, “Companhia de Mate Larangeira”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Nestas palavras iniciais, o superintendente explica a preocupação da Companhia em ser bem vista pelas autoridades federais, estaduais, e pelos turistas que visitavam a cidade. Mas, toda a imagem de progresso e benfeitorias da empresa, era uma maquiagem que escondia questões que a transformava em “entrave ao progresso”.

Um dos elementos do “entrave ao progresso” era a mão de obra estrangeira. Das 10 repartições da sessão do Paraná, 8 eram chefiadas por estrangeiros. As únicas duas chefias exercidas por brasileiros eram aquelas que se faziam necessárias por força de lei: administração e chefia dos portos. Além dos cargos de chefia, em Guaíra a Mate Larangeira tinha 534 funcionários, sendo 239 paraguaios, 103 argentinos, 10 de outras nacionalidades e apenas 182 brasileiros, que pouco ou nada sabiam do idioma português.

Com relação ao comércio, o policial relata que “todos os empregados são obrigados a fazer suas compras no armazém e isto por ordem do administrador Alfredo Engel, sob pena de demissão. As mercadorias são vendidas a preços elevadíssimos aos empregados.” Apenas os turistas pagavam preço razoável pelos produtos do armazém que era chefiado por um argentino.

Sobre o administrador Alfredo Engel, a maior autoridade na cidade, responsável pela sessão do Paraná, é citado como figura central nos acontecimentos da cidade. Quando escreveu sobre o administrador, o superintendente da DOPS informou que “é de origem austríaca e bastante favorável a causa alemã na atual guerra”. Além da ordem para os funcionários comprarem apenas no armazém da empresa, transcrevemos abaixo um trecho sobre o grupo escolar, onde o administrador é acusado de fazer perseguição aos defensores da brasilidade:

O Diretor, Miguel Andrade Camargo, verdadeiro baluarte de brasilidade naquele rincão, é considerado pela administração como inimigo da Companhia, pelo ato de fazer propaganda pela colonização daquelas ricas terras e pela construção de estradas de rodagem, por considerarem esta propaganda contrária aos interesses da mesma [Mate Larangeira]. O mencionado diretor vive quase que completamente isolado do convívio dos demais residentes de Guaíra, dos quais muitos deles, apesar de manterem a amizade com o mesmo, não o visitam, com receio de caírem em desagrado com o senhor Alfredo Engel, o qual procura afastar o mesmo diretor do cargo que ocupa, fazendo toda série de intrigas junto a Diretoria de Educação, a fim de conseguir seu intento. Tanto o diretor quanto as professoras empregam todos os esforços para que as crianças aprendam a falar corretamente o vernáculo, porém é baldado, pois as crianças logo que se vem fora do portão da escola só falam espanhol ou guarani.

Além dos funcionários da Mate Larangeira, foram relacionados no relatório, os seguintes funcionários públicos que atuam no distrito: Agente Fiscal, Sub-delegado, fiscal do Instituto do Mate, Agente da Capitania dos Portos, sargento da Radiotelegrafia, dois praças da força pública do Paraná, além do tabelião.

Ao finalizar o relatório, entre as considerações finais, destacamos:

A Companhia Mate Larangeira usufrui lucros fantasiosos com seu comércio de ervamate [...] A Companhia paga pelo quilo \$950 a 1\$000, vendendo-o para a Argentina a 1 peso e 20 centavos, equivalente a Rs. 6\$000 o quilo, pelo que é fácil calcular o lucro que a mesma usufrui e por isso que a mesma se opõe a qualquer plano de construção de estrada de ferro ou rodagem, pois sabe perfeitamente, que uma vez existindo outro meio de transporte, não mais poderá dominar o comércio da ervamate.

Também os pequenos lavradores residentes na margem do Rio Paraná, na zona chamada Piquiri, queixam-se amargamente do procedimento da referida Companhia, a qual sabendo que os mesmos não tem outros consumidores a não ser eles, compra os produtos a preços irrisórios. Com este procedimento, da companhia, estes lavradores vivem completamente desanimados, plantando apenas para seu sustento e vendendo alguma coisa em troca de café, açúcar e sal [...].

Esta Companhia que dá aos funcionários públicos, que na sua totalidade ganham bons ordenados, uma gratificação de 200\$ mensais, paga a seus peões, isto é, empregados sem categoria, a insignificante importância de 165\$000 [...].

ALFREDO JUSTINO ENGEL, homem muito tratável quando se trata de pessoas de fora, é o Ditador naquela zona e só prevalece a sua ordem. Toda pessoa que não é de seu agrado, seja empregado ou funcionário público não permanece muito tempo em Guairá, duma ou de outra maneira ele dá um jeito para que o mesmo deixe a localidade. [...] fiscaliza tanto a correspondência como o rádio.

Alfredo Justino Engel, quando mostra aos turistas realizações feitas pela Companhia Mate Larangeira, queixa-se das exigências do Ministério do Trabalho, alegando que não é possível satisfazer estas exigências com relação ao 2/3, porque o elemento brasileiro ano serve para o trabalho naquela zona. Naturalmente, o brasileiro para trabalhar no pesado, com um ordenado ínfimo, sem alimentação adequada e as garantias que as leis trabalhistas lhe asseguram, nunca se sujeitará como o paraguaio humilde e escravizado. Não existe mais em Guaíra o regime da chibata fisicamente, porem moralmente ele continua a existir.

Apontando para estes elementos nocivos à nacionalidade, o superintendente finaliza seu relatório sobre o distrito de Guaíra, e o remete aos seus superiores em novembro de 1940. Em junho do ano seguinte, um relatório mais detalhado é recebido pelo chefe de polícia do estado. Assinado pelo policial Danton S. Almeida, o relatório de 1941⁷⁸ é resultado de sete meses de investigação em Guaíra e Foz do Iguaçu, que reafirma os pontos já destacados sem nenhuma novidade.

Em Foz do Iguaçu, o segundo investigador ficou 28 dias e tirou algumas conclusões transcritas abaixo. Sua análise traz um tom de desconfiança com relação ao Comandante da Companhia Isolada de Fronteira: “senti e é notável a influência em atividades estranhas às suas funções”. Além disso, aponta que as relações de trabalho entre a Companhia Dollabella, cujo ramo de atividade não foi possível levantar, se assemelham ao regime que havia na Companhia Mate Larangeira.

O investigador fez a seguinte descrição de Foz do Iguaçu no começo de 1941:

A cidade de Foz do Iguassu é ligada aos demais pontos do Estado, por uma estrada de rodagem em regular condição, possui ótimo campo de aviação onde fazem escala o Correio Militar e a Pan American Airways System, possui porto fluvial com relativo movimento, fazendo escala no mesmo somente navios estrangeiros da linha de navegação Posadas-Porto Mendes, possui uma agência dos Correios e Telegrafos, o Correio Aereo Militar, Pan American e Cia. de Fronteira possuem estação de rádio telegráfica.

A Cia. Dollabela merece uma atenção especial por motivos de tantos comentários que giram naquela cidade. Vou citar comentários de elementos que trabalham naquela Cia.: alegam eles, que a Cia não procede com honestidade e criticam a administração do Engenheiro Chefe, o Dr. Derenzi.

Sei que não é do contentamento geral uma maneira de proceder da Cia com os conhecidíssimos vales denominados “Boró”, os Borós, segundo pude verificar, é uma espécie de pagamento adiantado para que os operários possam gastar em subsistência necessária nos estabelecimentos comerciais da própria Cia. conforme declara o Sr. Jerônimo Vargas, estes Boros são comprados por exploradores sem escrúpulo a razão de 20% de abatimento e negociados pelo valor real em espécie nos armazéns da própria Cia. Uma das tantas reclamações que verifiquei, é que a Cia. explora de maneira desumana seus operários, com seus armazéns substanciais.

Não tive conhecimento de algum meio de assistência medica aos seus operários, que mereça atenção.

Por intermédio do Ministério do Trabalho em combinação com a Cia. Dollabela, foram organizadas turmas de operários num numero apreciável, com elementos desocupados do Distrito Federal e, estes não se sujeitando as imposições da Cia., voltaram quase todos.

⁷⁸ *Relatório de Danton S. Almeida para o Chefe de Polícia do Paraná*. 13/06/1941. Pront. 0297, Top. 115, “Companhia de Mate Larangeira”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O Sr. Jerônimo Vargas é elemento contrário a situação que manda em Foz do Iguassu, em conversa declarou-me, que houve um motim entre operários desgostosos com a Cia., e **que os mais salientes foram presos pela Polícia e submetidos a trabalhos forçados.**

O Dr. Derezzi é pessoa bastante íntima dos Srs. Cap. Cmt. da Cia de Fronteira e Cap. Prefeito e Delegado de Polícia, desta intimidade triplíce deixa transparecer que tudo é resolvido de maneira satisfatória em Foz do Iguassu.

Para concretizar as informações, cito o seguinte: a Cia. Dollabela luta com dificuldade em obter operários, ninguém quer trabalhar para ela. (grifo nosso)

Os dois relatórios da DOPS foram elaborados sobre o mesmo assunto por investigadores diferentes. As conclusões tiveram a mesma essência, e o problema central apontado foi a ausência de elementos nacionais.

Houve uma denúncia de complacência das autoridades públicas com relação aos abusos cometidos pelas empresas observadas. Entre estes abusos, o trabalho forçado era o principal, ao qual justificava a presença de um grande número de paraguaios, que se submetiam ao regime de semi escravidão imposto.

3.3.2 “Fugitivos políticos para o Paraguai”⁷⁹”

O dossiê “Fugitivos políticos para o Paraguai” possui 68 documentos, entre os quais, além de ofícios e informações, uma carta, duas fichas pessoais com fotografias 3 x 4, e recortes de jornais. Os principais registros são datados entre dezembro de 1940 e todo ano de 1941, além de outros de 1942 e 1944. Dividimos a pasta em duas temáticas: a primeira que pode ser considerada um exemplo de como se desenrolava um inquérito aberto pela delegacia regional, investigado e concluído pela DOPS; e a segunda parte são informações sobre pessoas fugidas do Brasil e que moravam na capital da República do Paraguai.

⁷⁹ Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

No dia 23 de novembro de 1940, o Delegado Regional de Foz do Iguaçu, Capitão Blassi, enviou um telegrama⁸⁰ ao Chefe de Polícia. Um cidadão desconhecido, “de projeção social” provavelmente de Ponta Grossa atravessou clandestinamente para a República do Paraguai na madrugada do dia 16. Para chegar à Foz do Iguaçu, contou com a ajuda de um motorista e seu assistente que o trouxeram de Laranjeiras em um caminhão.

Os três viajantes pararam na casa do Sr. João Correia, a quem ofereceram dinheiro para ser guia até o Paraguai. Como não foram atendidos, teriam saído à procura de outro guia. O desconhecido se declarou ao Sr. Correia que era Juiz em Ponta Grossa, queria evitar o Delegado Regional e perguntou-lhe sobre os portos que poderia entrar no país vizinho.

No mesmo telegrama, o Capitão Blassi enviou a chapa do caminhão e informou que nos próximos dias deveria passar por Guarapuava rumo a Ponta Grossa. Solicitou apoio das delegacias daquelas cidades, e informou que entrou em contato com autoridades paraguaias e “guardo resultado [de] nossa combinação, conforme item ultimo [do] meu relatório [de] 26 [de] outubro”.

Esta última frase telegrafada permite compreender que houve uma negociação entre o delegado brasileiro e uma autoridade, provavelmente policial, paraguaia. O relatório de outubro de 1940 não foi encontrado na documentação consultada. Se havia uma “combinação” ou acordo entre as partes não foi possível descobrir, entretanto, a comunicação se mostrou eficiente.

No dia seguinte (24/11), o chefe de polícia foi informado de que o fugitivo tentou atravessar pelo porto oficial Bela Vista, mas o “passador oficial Evaldo Cony, brasileiro,” mesmo sob ameaça do motorista não aceitou suborno para levá-lo à margem paraguaia. No porto paraguaio de Curupaiti, subornaram

⁸⁰ *Telegrama n° 73. 23/11/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

o paraguaio chamado Majordomo e conseguindo deste para que o levasse na sua canoa atravessando assim a fronteira e embarcando na lancha Mariscal Lopes destino Encarnación donde pretende dirigir-se Assunção. Autoridade policial paraguaia informou documentação fugitivo completa ordem⁸¹.

O caso do fugitivo desconhecido mostrou que atravessar a fronteira na calada da madrugada não era tarefa impossível. Segundo as autoridades policiais paraguaias consultadas pelo delegado, não havia irregularidade na entrada, portanto nada impedia o ingresso no país. Considerando esta relativa facilidade, era preciso alguma ação para que não se criasse uma rota de fuga em tempos de perseguição política.

O Tenente Abílio Rodrigues, delegado regional de Guarapuava, remeteu à Curitiba um telegrama confirmando a prisão do assistente e do motorista do caminhão que levou o fugitivo à Foz do Iguaçu, em 29 de novembro.

Como de procedimento padrão, o preso Mauricio Jauquim prestou declarações ao delegado que ficou registrado no *Auto de declarações*⁸². Tinha 28 anos, residente em Ponta Grossa, e no dia 13/11 chegou ao hotel de Jacó Cavagnari em Laranjeiras, distrito de Guarapuava. Fez uma descrição do fugitivo, informando que o conheceu no hotel quando o homem lhe perguntou se havia visto um carro com placa de São Paulo na estrada. Mudando de assunto, fez referência a muitas autoridades federais e estaduais, mostrando ser colega de Getúlio Vargas e Manoel Ribas. Disse que tava sendo procurado por crime político e ia ao Paraguai; se chamava Dr. Linhares Lacerda. Ofereceu uma boa quantia em dinheiro, a ser paga por sua esposa em Curitiba, e o declarante resolveu fazer a corrida porque o dono do hotel disse que o fugitivo era de confiança.

⁸¹ *Telegrama n° 210*. 24/11/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁸² *Auto de declarações de Mauricio Jauquim*. 06/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Em Foz, jantaram na casa do Sr. Correia, que negou levá-los ao Paraguai. Pela madrugada encontraram um “paraguaio ou argentino” que facilitou as negociações para o homem atravessar pelo rio Paraná. No outro dia, o dono do caminhão passou para o país vizinho onde encontrou o seu passageiro em companhia de mais dois homens, sendo um deles “doutor”, na casa do paraguaio Majordomo. Recebeu a carta escrita, que deveria entregar à esposa em Curitiba que lhe pagaria.

É interessante observar que tanto o delegado quanto o declarante acima destacam o elemento paraguaio (ou argentino) como alguém que fácil de ser subornado. Ao contrário, o “passador” brasileiro se negou a fazer o serviço e receber propina.

De posse da carta que estava com Mauricio, o delegado telegrafou⁸³ “urgente” para a chefia na capital informando o conteúdo e endereço da correspondência: Rua Nunes Machado, 225, Curitiba. Também perguntou o que fazer com os presos.

Diante da carta, o Delegado da DOPS mandou os presos serem escoltados até a capital. A viagem ocorreu no dia 9/12 segundo ofício⁸⁴ da 8ª Delegacia Regional de Guarapuava.

No mesmo dia 09 e também no dia seguinte, um investigador (nº 23) ficou de plantão provavelmente no endereço citado na carta. Não acrescentou nenhuma informação relevante para o inquérito aberto. É importante compreender como os policiais agiam, e esta técnica de vigiar um suspeito será mais recorrente por ocasião da vigilância aos súditos do Eixo que ocorreu a partir de janeiro de 1942. O relatório do investigador nº 23 sobre o dia 09 diz o seguinte:

⁸³ *Telegrama nº 26*. 07/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁸⁴ *Ofício nº 558*. 09/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Comunico V. S., que fiz as observações determinadas; ontem às 14:40 horas a observada saiu de sua residência acompanhada por dois inspetores desta delegacia e regressou às 17:30 junto com outra senhora e as 13:30 chegou na sua residência de chapa oficial nº 9.155 e a lotação era dois passageiros, inclusive o chofer, um deles entrou e 10 minutos após saiu trazendo na mão um livro. Às 17:50 a observada saiu de sua residência e dirigiu-se a Rua Nunes Machado nº 289. Durante a noite a mesma não saiu de sua residência. Em tempo: O automóvel mencionado na parte acima pertence à Prefeitura Municipal⁸⁵.

No dia seguinte, outro investigador (nº 24) observou uma outra mulher que até então não tinha sido citada no inquérito: Dinorá Franco. Nada além de uma aparente rotina da observada.

Enquanto os policiais trabalhavam na capital, mais uma pessoa foi presa em Guarapuava. Trata-se de Jacó Cavagnari, o hoteleiro de Laranjeiras que, segundo declarações do motorista do fugitivo o conhecia. Jacó se recusou a ir à delegacia da primeira vez que intimado, e por isso foi preso. O delegado regional, em telegrama do dia 12/12 já adiantou aos seus superiores que o hoteleiro havia agido de má fé, pois, o nome do hóspede não constava no livro de hóspedes do hotel. Além disso, em sua opinião, tratava-se de um dos principais responsáveis pela fuga⁸⁶.

Considerando estas informações e outras que provavelmente não foram arquivadas, os policiais chegaram a uma conclusão de quem se tratava o fugitivo:

[...] deduzi tratar-se de Thadeu Alves Teixeira, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por infração de lei de economia popular, a 6 anos de prisão num processo oriundo de São Paulo.

Por tudo que os presos acima [Mauricio Jauquim, Argemiro Serafim e Jacó Cavagnari] contaram, trata-se de Thadeu, que tem uma pequena semelhança com o Dr. Linhares de Lacerda.

THADEU TEIXEIRA ALVES é um indivíduo extremamente insinuante, inteligente, de porte altivo, muito delicado na conversa, qualidades estas que facilitam bastante sua vida como chantagista que é e sempre foi.

Thadeu, antes da revolução de 30, trabalhava como Investigador da Delegacia de Vigilância e Investigações, sendo que ao mesmo tempo recebia vencimentos da Polícia de São Paulo, fornecendo ainda informações ao antigo Partido da Aliança Liberal. Ultimamente nesta capital, exercia as funções de gerente da companhia de construções “ENDECS”, onde praticou toda série de escroqueria, sendo por isso condenado a pena referida acima⁸⁷.

⁸⁵ *Relatório de Observação*. 09/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁸⁶ *Telegrama nº 40*. 12/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁸⁷ *Conclusão Reservada*. 22/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Assim, segundo o superintendente que assinou o documento, revelou-se a identidade do fugitivo para o Paraguai. O fugitivo, portanto, não era “Dr.” e havia mentido sobre sua identidade para o motorista do caminhão.

Após esta conclusão parcial, no dia 23 foram arquivados os autos de declaração de Argemiro Serafim e Jacó Cavagnari. O primeiro era ajudante do motorista, não sabia ler nem escrever, apenas acompanhou o patrão⁸⁸. Já o segundo, o hoteleiro, negou as acusações feitas pelo motorista, e disse que o então desconhecido havia chegado a seu estabelecimento no dia 11 de novembro, em veículo de São Paulo, identificando-se como “parente dos Almeida de Ponta Grossa”, e Inspetor do Instituto do Mate. Pediu ao dono do hotel uma carroça para ir até Foz do Iguaçu, no que foi orientado “que para seguir a Guáira seria mais fácil por Porto Epitacio” em São Paulo. Depois encontrou o motorista do caminhão e não soube mais do hóspede, tampouco que seu destino era o Paraguai. “Apenas pegou a caneta” mas não assinou o livro de visitas⁸⁹.

A destinatária da carta que o motorista Maurício trouxe, e de quem deveria receber o pagamento, foi ouvida pela polícia no dia 28/12. Tratava-se de Hermínia Franco Mendes, de 62 anos, sogra de Thadeu Alves que havia se casado com sua filha Dinorá Franco da Cunha, de quem estava separado. A declarante não conhecia nenhuma das pessoas que Thadeu citou na carta. Também desconhecia a condenação do TSN, a viagem ao Paraguai e a conta a pagar ao motorista⁹⁰.

Dinorá Franco da Cunha compareceu à delegacia acompanhada do advogado Manoel Oliveira Franco, e não prestou declarações por haver encerrado o expediente. Não há documento arquivado sobre declaração da ex-esposa de Thadeu.

⁸⁸ *Auto de declarações prestadas por Argemiro Serafim*. 23/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁸⁹ *Auto de declarações prestadas por Jacó Cavagnari*. 23/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁹⁰ *Auto de declarações prestadas por Hermínia Franco Mendes*. 28/12/1940. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

As declarações que estão arquivadas indicam que Thadeu Alves se apresentou de diferente maneira aos seus interlocutores: era Dr. Linhares para o motorista e “da família” Almeida para o hoteleiro. Estes, ao relatarem suas comunicações com o fugitivo também estão agindo na tentativa de se isentar de responsabilidade no caso. O motorista fez a viagem por dinheiro, a receber em Curitiba na volta; e o dono do hotel disse desconhecer o indivíduo e as intenções do mesmo. Além da destinatária da carta que também “não tinha nada a ver”.

Deste caso, iniciado pela Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, auxiliado pela Regional de Guarapuava no final de novembro de 1940, não há mais registro nos arquivos consultados. O inquérito possivelmente foi concluído ainda no final do mesmo ano, devendo ser indiciados Mauricio Jauquim, Argemiro Serafim e Jacó Cavagnari, como suspeita de auxílio na fuga de um condenado pelo TSN.

Concluído o inquérito pela DOPS na capital, é pouco provável que tenha sido arquivado. Considerando o contexto, o mais provável é que tenha sido encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional. Neste caso, se considerados culpados, aos réus aplicar-se-ia o Artigo 3º do Decreto-Lei 431/38, item 30, cujo crime consistia em “omitir alguém às providências que lhe caibam”. A pena prevista era aplicação da mesma condenação do réu ao que facilitasse sua fuga.

Além do caso específico de Thadeu Teixeira Alves, havia mais refugiados políticos do Brasil no Paraguai na década de 1940. Eram pessoas “inimigas do regime”, portanto “indesejáveis” no país, e que passavam a ser procuradas por crimes políticos, além daqueles já condenados pelo TSN.

Com data de 23 de fevereiro de 1941, a DOPS recebeu de um informante em *Asunción*, um documento secreto, com timbre de “Casa Luso Brasileira de Amadeo Paes de Lima – Casa de Cambio” intitulado *relação de brasileiros residentes no Paraguai*:

Heitor Borges – Chegou nesta do Estado de São Paulo, aproximadamente a 3 meses; [...] Vive num hotel dos melhores nesta capital [...] faz constar ter feito grandes negócios. Já fez três viagens para São Paulo de avião [...] não ataca a administração do Dr. Getúlio Vargas, mas não defende.

José Severino Pinto – Chegou do Estado de São Paulo, aproximadamente há um ano, bem relacionado com as autoridades civis e militares. Grande propagandista do General Flores da Cunha e Dr. Armando Salles de Oliveira. Segundo me consta adido do Partido P.R.P., agitador das massas obreiras do Estado de Mato Grosso. Atualmente propagandista contra a administração do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas.

Dr. Fernandes Moura Viana – Médico, atualmente interventor nomeado pelo General Morinigo, no município de Juty, perto de Encarnación fronteira com República Argentina. Esteve em Buenos Aires duas vezes. Propagandista de Luiz Carlos Prestes. Serviu na Aliança Libertadora [...], protetor de todos os brasileiros que demonstram estar contra a administração [de Vargas], explica com detalhes aos militares e civis, fazendo crer as barbaridades que sofrem os contrários do Governo.

Dr. Fellipe Willian – Médico, secretário do Dr. Moura Viana, no município de Juty.

Dr. Paulo Harrison – Engenheiro. Propagandista contra a administração [...], defensor da ex-administração do Dr. Armando Salles no Estado de São Paulo, otimamente relacionado com autoridades civis e militares – Serviu na Revolução de São Paulo em 1932 como Major de Engenharia, se encontra nesta aproximadamente a um ano.

Dr. Tadeu Teixeira Alves – médico. Chegou nesta cidade aproximadamente há 4 meses, veio por Foz do Iguaçu, Encarnación a Assunción. [...] Atualmente funcionário de confiança da polícia do Paraguai, consultor técnico – inimigo do Dr. Ribas [...]. Tenciona ir a Buenos Aires conferenciar com o Dr. Armando Salles segundo suas declarações. Segundo me consta serviu na Polícia de São Paulo. Diretor de uma Companhia de construções de prédios falida [...]. Tensiona contratar com uma firma argentina, o aluguel de uma fazenda na fronteira do Estado do Paraná por dois anos; segundo palestra faz constar ser para retirar madeira, sendo o fim ao contrário, para receber alguns brasileiros imigrados e assim despistar para o momento oportuno. Fazenda Inbarcandahy.

Dr. João Caminha da Rocha – Advogado. Chegou em Assunción aproximadamente há três meses [...] homem reservado, amigo intimo do Dr. Tadeu Teixeira, veio de São Paulo por via Ponta Porã, estado do Mato Grosso. Segundo suas declarações, é compadre do Capitão Filinto Muller. Bem relacionado, propagandista contra a administração do Dr. Getúlio Vargas. Reservado, quando em conversa surge o nome do Dr. Armando Salles. Revoltado pela condenação de Luiz Carlos Prestes. Atualmente escritor do Diário “O Paiz” desta capital. Foi Juiz no Estado do Paraná [...].

Antonio Carmo – Veio do Estado de São Paulo. Auxiliar em Juty do Dr. Moura Viana.

Roberto Pereira de Souza – do Estado da Bahia. Chauffeur do Dr. Teixeira⁹¹.

É importante observar que os policiais do estado do Paraná tinham um informante bem relacionado com estas pessoas na capital paraguaia. Os refugiados tinham entre si uma ligação, tratando-se neste caso de um grupo de pessoas com posição política igual ou semelhante, oriundas do estado de São Paulo. Dos 9 nomes relacionados, 5 são “doutores” entre médicos, engenheiro e advogado, pessoas que teriam feito parte da vida pública e política, que por assumir posição contrária à do Estado Novo tiveram que sair do país.

⁹¹ *Relação de brasileiros residentes no Paraguai*. 23/02/1941. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Nomes como o de Armando Salles Oliveira e principalmente Luiz Carlos Prestes foram citados e defendidos pelos brasileiros que residiam em *Asunción*. Prestes estava na cadeia, e Salles Oliveira se encontrava exilado na Argentina após a decretação do Estado Novo.

Sobre Prestes também há um ofício⁹² de 11 de junho de 1941, onde o delegado da DOPS informa à polícia política do Rio de Janeiro que estão chegando à Curitiba impressos anexo ao jornal “*Critica*” de Buenos Aires em favor do comunista. O panfleto seria impresso no México e pedia a liberdade do brasileiro. Há apenas este registro sobre a questão.

Os fugitivos políticos brasileiros relacionados encontraram no Paraguai um refúgio nos tempos da ditadura Vargas. O Dr. Moura Vianna, por exemplo, se tornou interventor (prefeito) em uma cidade na fronteira com a Argentina, nomeado pelo presidente do Paraguai. Na administração empregou dois de seus colegas vindos de São Paulo.

Thadeu Alves, que vimos anteriormente, aparece no relatório como médico fato até então não indicado pela documentação. Seria ele um médico, diretor de uma empreiteira que veio à falência e o levou ao TSN? Ou estaria utilizando seu poder de persuasão se fazendo passar por médico? As respostas não temos, o que sabemos é que ele entrou no país vizinho em novembro de 1940, e em fevereiro de 1941 já estava empregado e era funcionário de confiança da polícia paraguaia. No Paraguai, ao invés de encontrar repressão, os fugitivos foram aproveitados como “mão de obra qualificada” que saía do Brasil.

Não há registro de que a DOPS do Paraná tenha mantido observação permanente sobre estes ou outros que tenham sido exilados ou tenham fugido para o país vizinho. Mas o pequeno banco de dados já foi suficiente para responder ao estado de São Paulo quando lhe

⁹² *Ofício 645*. 11/06/1941. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

pediu informações sobre João Caminha da Rocha⁹³. A resposta⁹⁴ foi a transcrição do parágrafo do *relatório* dos brasileiros que residiam na capital paraguaia.

A DEOPS-SP pediu informações provavelmente para um inquérito que foi julgado pelo TSN em outubro de 1942. Deste inquérito, João Caminha e, mais uma vez, Thadeu Teixeira foram condenados conforme matéria do jornal *Correio da Manhã*:

O juiz Raul Machado presidiu ontem audiência de julgamento do processo em que eram réus Tadeu Teixeira Alves, João Jacinto Caminha Rocha [...], diretores e agentes da empresa Reunida Imobiliária Construtora Limitada, com sede em S. Paulo. O crime dos acusados foi classificado no artigo 3, inciso 9, do decreto-lei 869. O primeiro acusado já foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 6 anos e a 30 contos de multa, por haver gerido fraudulentamente, no Paraná, uma firma, que foi a falência [...]. O juiz condenou Tadeu a 10 anos de prisão e multa de 50 contos, Caminha Rocha a 6 anos de prisão e multa de 30 contos [...]⁹⁵.

Acreditamos que com o desenrolar dos acontecimentos não foi necessário manter um banco de dados mais complexo e atualizado sobre estes fugitivos para o Paraguai. A partir de 1942, a DOPS passou a trabalhar com outra categoria de indesejáveis: os súditos do Eixo. Os fugitivos, quer sejam seguidores de Sales Oliveira ou Prestes, assim como a locação de uma fazenda para abrigar “imigrantes”, exilados ou fugitivos políticos não eram o maior perigo à nação.

Portanto, o dossiê “fugitivos políticos para o Paraguai”, apesar de ser um exemplo de como era a ação coordenada das Delegacias Regionais e da DOPS, não esclarece detalhes de operações, de cooperação entre as polícias daquele país e do Brasil, tampouco informa detalhes da vida e das operações políticas dos fugitivos. Para compreender melhor, é necessário uma pesquisa mais ampla e específica que analise a documentação tanto das polícias estaduais, quanto do TSN e também os documentos da embaixada do Brasil no Paraguai, o que foge aos propósitos desta pesquisa.

⁹³ *Radiograma n° 143*. 09/06/1941. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁹⁴ *Ofício n° 645*. 11/06/1941. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

⁹⁵ *Recorte do Jornal O Correio da Manhã*. 27/02/1942. Pront. 1022, Top. 122, “Fugitivos políticos para o Paraguai”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

3.3.3 Apreensão de Jornal Alemão em poder de Martin Nieuwenhoff

Martin Nieuwenhoff era holandês, casado com uma alemã, que morava às margens do rio Iguçu, na divisa com a Argentina. A proximidade física com o país vizinho facilitava e possibilitava um pequeno comércio de produtos agrícolas e carne, excedentes de sua pequena propriedade, com a cidade argentina de *Puerto Aguirre*. Seus produtos eram colocados em uma canoa, feita por ele mesmo, que desembarcava na outra margem do rio e voltava com produtos industrializados adquiridos no país vizinho, como por exemplo, a farinha de trigo⁹⁶.

Martin possuía uma caixa postal na cidade de *Puerto Aguirre*. Assim, quando ia praticar seu comércio naquela cidade, verificava se havia correspondência em seu nome. Periodicamente recebia um jornal escrito em língua alemã, o qual levava consigo na viagem de volta.

Os momentos incertos do começo de 1942 para o Brasil diante da Segunda Guerra Mundial, trouxeram consequência direta para a família Nieuwenhoff. No dia 15 de janeiro, Martin fez o trajeto que há um certo tempo fazia: de sua casa para *Puerto Aguirre*, e na volta trazia o jornal alemão. Neste dia, o jornal foi descoberto por um policial que revistava as canoas ao voltar para o Brasil, e ocasionou a prisão de seu portador.

Dona Guilhermina, filha de Martin e criança na época, lembra do fato da seguinte forma:

⁹⁶ Esta situação nos foi narrada pelos filhos Franz e Guilhermina a quem entrevistamos.

Mas, era porque meu pai sempre foi muito questionador, sabe, ele lia muito, meu pai gostava demais de ler. Tanto é que na época, não sei se foi em 42 ou foi antes, quando começou a perseguição ele ficou preso vinte dias por que ele recebia um jornal que vinha da Alemanha para a Argentina, porque na Argentina tinha muitos alemães também né, e alguns conhecidos assim que aqui viajavam pra lá e se conheciam, então ele recebia, o jornal vinha para Buenos Aires e de Buenos Aires vinha para Porto Iguaçu e ali meu pai ia pegar o jornal, e pegaram ele com esse jornal com mais de um volume porque ele pegava para uns outros amigos também né, junto ele trazia porque nos morávamos perto ali no Carimã, perto da barranca do rio Iguaçu a gente tinha meu outro tio que morava mais perto do rio, ele tinha canoa, a gente passava com canoa para Porto Iguaçu, que tinha outro nome, e daí ele trazia o jornal depois meu pai distribuía para os outros amigos e pegaram ele com esses jornais e ele ficou preso, ele ficou preso.⁹⁷

O Sr. Franz era o filho mais velho e acompanhava o pai no dia em que ele foi preso.

Adolescente na época, em entrevista declarou o seguinte:

E o jornal era o seguinte: esse jornal ele era impresso, não era um jornal da Alemanha não, ele era um jornal escrito em alemão e impresso em Porto Alegre, mas como aqui era uma dificuldade com negócio de correio, né, tinha gente que recebia ele em Foz do Iguaçu pelo Brasil, mas o pai como tinha negócio na Argentina ele resolveu receber pela Argentina. E há anos ele já recebia, não sei se era mensal ou semanal. Mas então ele sempre recebia pela Argentina, nós vendíamos nossos produtos na Argentina, ia lá chegava no correio, pegava o jornal e trazia, ninguém ligava, e daí, quando o tempo da guerra, começaram a fazer revista nós tinha que ir na Argentina, mas quando vinha eles tinham que ver o que trazíamos, tudo que trazia a polícia brasileira revistava [...] ali no Porto Meira [...] aí nós tinha que vir, ao invés de ir pra Argentina direto no porto perto de casa, aí eles revistava tudo, vê se não levava nada contrabando, arma ou outra coisa, aí eles revistaram as coisas lá e acharam aquele jornal e perguntaram “que idioma está escrito isso daqui?”. “Alemão”, falamos. “Mas como o senhor [es]tá recebendo correspondência alemã? Então o senhor me acompanha”. Subiram até lá em cima na Chefatura de lá já telefonou pra Delegacia de Foz, aí tava um sargento, inclusive o sargento uma vez teve uma desavença com meu pai numa festinha de igreja. O delegado não tava naquele dia, e tava esse sargento como responsável, aí quando o colocaram o pai no jipe, e ele falou “você vai pra casa levar as coisas” [...], aí peguei o bote e fui pra casa, cheguei em casa falei “o pai a polícia levou”. “Acho que não vai acontecer nada”. E quando chegou lá, “ah, seu Martin, eu falei que um dia o senhor ia cair na minha mão”. Aí prendeu meu pai. [...] Aí, o sargento passou uma mensagem para Curitiba, dizendo “prendemos aqui um agricultor que tava trazendo correspondência alemã da Argentina”. E a resposta era “mantenha preso e mande a correspondência”. Mandaram, o cara lá pegou e viu que era impresso em Porto Alegre né, não tem nada a ver nem ligou. E o delegado a mesma coisa, falou “mas Martin, se fosse eu aqui tinha mandado você embora, mas agora não posso tenho que esperar a resposta de Curitiba”. E não vem, não vem a resposta de Curitiba. Ficou 12 dias preso até que veio o senhor ali e falou “olha eu recebo esse jornal aqui e sou brasileiro, origem alemão, recebo esse jornal que vem pelo Brasil. É um jornal impresso aqui”. Não tinha estourado a guerra. Era naquele meio tumulto. Aí o delegado falou “não posso fazer nada”. Aí era o velho Engel falou “mas isso jogaram até fora o jornal não tão nem ligando”. E falou “eu me responsabilizo, eu conheço o Martin, ele não vai fugir daqui não, ele tem família, propriedade, ele não vai fugir daqui [...] eu me responsabilizo, se caso ele fugir pode me prender”. Aí eles largaram o pai.⁹⁸

⁹⁷ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

⁹⁸ NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

A família se lembra deste episódio como um acontecimento triste. Tanto Franz quanto Guilhermina, citam a prisão do pai com um ar de indignação: o patriarca da casa, que sempre trabalhou muito para manter a família, foi um dia para o trabalho e não voltou pois havia ficado preso em função de um jornal que assinava e recebia há muito tempo.

Franz conseguiu se lembrar de detalhes do ocorrido. Para ele o acontecimento tinha sim uma justificativa de um tempo tumultuado, mas o real motivo de seu pai ser preso era a desavença com o sargento, que em função da ausência do delegado regional estava como suplente em exercício. Com convicção afirmou que o jornal nem havia ido para Curitiba, e, mesmo se tivesse ido, os policiais da capital nem lhe deram atenção.

Após as entrevistas, voltamos ao Arquivo Público do Paraná à procura de uma pasta pessoal, ficha individual ou documentos que tivessem relação com Martin. Encontramos uma pasta pessoal no nome de Martin Nieuwenhoff e, ao abrir a pasta, deparamos com apenas dois documentos. O primeiro é o Radiograma nº 61 de 15 de janeiro de 1942:

Comunico vossencia, conforme ordem deixada Cap. Melchiades do Valle, foi detido Porto General Meira individuo Martin Nienwerhoff, naturalidade Holandesa, residente neste município, por ter atravessado fronteira com impressos escritos idioma alemão. Referido individuo fica detido disposição essa chefia.
Resps. Sauds.
Salomon Sotto Maior
1º Suplte em exercício⁹⁹

Segundo o documento encontrado, podemos confirmar que Martin vinha da Argentina e tinha jornal escrito em alemão em seu poder. Também confirmou-se que o responsável pela prisão de Martin era um delegado em exercício. No mesmo documento, datado de 16 de janeiro, há o seguinte despacho: “radiografe-se à Delegacia de Foz do Ig., pedindo a remessa urgente dos papéis, e que mantenha detido o indiv. Citado. (a) Valfrido Pilotto”.

⁹⁹ *Radiograma nº 61*. 15/01/1942. Pront. 2680, Top. 430, “Martin Nienwerhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O procedimento adotado pela DOPS era o padrão para a época, afinal, era preciso conhecer o conteúdo do jornal para que o delegado pudesse tomar a decisão de soltar Martin ou levá-lo preso à Curitiba. Entretanto, não houve resposta da Delegacia de Foz do Iguaçu e nenhuma correspondência chegou à sede da DOPS ou à Chefia de Polícia.

O segundo documento encontrado foi enviado pelo delegado Piloto à Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, no dia 29 de abril de 1942 com o seguinte conteúdo: “Tendo esta delegacia pedido remessa impressos pelo rádio 167, apreendidos poder Martin Nienwerhoff referido em vosso rádio número 1 e como até esta data nada tenha chegado, solicito informar algo a respeito”.¹⁰⁰

Passados mais de três meses após a prisão, o jornal não havia sido enviado à Curitiba. Martin já estava em liberdade, e o delegado da DOPS cobrou “algo a respeito”. Esta falta de critério e até de “obediência” aos superiores nos leva a acreditar na hipótese lançada por Franz e no desfecho por ele narrado.

Afinal, o que levaria um holandês que havia casado com uma alemã, que dominava o idioma, a comprar com regularidade um jornal escrito em alemão? Teria alguma simpatia pela causa alemã? Os filhos entrevistados se lembram apenas que o pai era uma pessoa crítica e que gostava de ler, sendo este o único motivo pelo qual assinava o jornal que era impresso no sul do país e que chegava via Argentina.

¹⁰⁰ *Radiograma n° 288*. 29/04/1942. Pront. 2680, Top. 430, “Martin Nienwerhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

3.3.4 Interrogatório de Paulo Rockel após rompimento do Brasil com o Eixo

A principal forma de transmissão das notícias da Segunda Guerra Mundial foi o rádio. Por meio dele que muitos brasileiros ficaram sabendo, em tempo real, do rompimento das relações políticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão em 28 de janeiro de 1942.

Em Foz do Iguaçu, algumas pessoas em uma pensão ouviram ao vivo o pronunciamento do Ministro Oswaldo Aranha. Dentre os hóspedes da pensão, havia um sargento, um cabo da Marinha, um policial e um professor. O professor se chamava Paulo Augusto Rockel, descendente de alemães que estava na cidade a passeio. Trabalhava no grupo escolar da Companhia Mate Larangeiras no município de Campanário (Mato Grosso). Havia sido premiado com a viagem à Tríplice Fronteira como reconhecimento aos serviços prestados naquele estado. Segundo ele, ao ouvir a notícia do rompimento com os países do Eixo, fez o seguinte comentário:

Eu, como brasileiro, sempre fiz votos pela prosperidade da minha Pátria, e sempre compreendi que a melhor posição da mesma, em face da presente guerra seria a mais estrita neutralidade. Recebendo, agora, a referida notícia, externei, perante os circunstantes, os meus sentimentos sobre o fato de o Brasil, como todos os países da América, ter rompido as relações com o Japão, a Alemanha e a Itália, pois que assim ficaria grandemente prejudicado em seu comércio. [...] Continuei, contudo, dando explicações sobre a situação interna da Alemanha, que bem conhecia, mediante cartas de lá recebidas e informações verbais de pessoas vindas de lá [...] confesso que demonstrei alguma inclinação ao povo alemão, de que descendo, sem, entretanto, desprezar a minha nacionalidade de brasileiro.¹⁰¹

Rockel, no dia seguinte foi conhecer as Cataratas do rio Iguaçu, principal motivo de sua viagem, e no outro dia foi procurado pelo policial que era colega de pensão, que lhe disse: “de ordem do Capitão Delegado Regional de Polícia, o senhor é intimado a comparecer diante dele”.

¹⁰¹ *Carta enviada ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu. 20/02/1942. Pront. 3056, Top. 454, “Paulo Augusto Rockel”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná. (Citações deste tópico serão com base neste documento.)*

Pensei, então, que até podia ser bom eu ter uma palestra com esta autoridade. Ele deve ser um homem educado e talvez só queira me aconselhar a ser mais cauteloso com minhas palestras, em face da presente situação, conselho este que prontamente e de bom grado aceitaria.

O visitante assumiu anteriormente que havia discordado da posição adotada pelos diplomatas brasileiros frente ao conflito mundial e, na passagem acima, admite que poderia ser advertido pela forma a qual se expressou. Podemos observar, também, que a pessoa do delegado regional de polícia é colocada como detentora de um saber superior e capaz de compreender a situação de guerra, além de aconselhar os que não tivessem tal compreensão.

Logo me aprontei e fui, sendo esta a primeira vez em minha vida que fui escoltado por um polícia [sic], feito criminoso [...]

Sem me mandar sentar, perguntou-me logo: “como é o seu nome?” – Paulo Augusto Rockel, respondi [...]

“De que nacionalidade? Continuou com voz militar.

- Brasileira, respondi, em tom bem claro e positivo.

Ele não o quis [sic] acreditar e perguntou: “Como?”

- Mais alto e mais declaradamente respondi: - Brasileira.

“De que descendência?”

- [...] meus pais são alemães.

“Em que estado nasceu?”

- Santa Catarina

“Em que cidade?”

- Em São José

“Que profissão exerce em Campanário?”

- Sou professor do Grupo Escolar

“Eu tive conhecimento de que o senhor procura subverter o governo brasileiro”.

Contrário ao tratamento que esperava receber do delegado, Rockel afirma que o interrogatório segue este modelo de perguntas e respostas até o momento em que uma de suas respostas foi “sendo de origem alemã, sou obrigado a respeitar meus pais e demais descendentes. ‘Basta isto!!’ exclamou triunfante, e escreveu alguma coisa no papel ordenando em seguida com voz militar ao policial que me apresentasse ao Comandante da Companhia de Fronteiras”.

O procedimento de encaminhar o acusado ao Comandante da Companhia nos leva a indagar se havia uma “subordinação” do delegado da polícia civil ao comandante militar. Provavelmente a Companhia possuía melhores condições para comunicação e transporte com a capital do estado caso fosse necessário enviar algum prisioneiro àquela cidade.

Rockel encontrou no comandante militar um tratamento diferente daquele recebido na sala do delegado e assim descreveu:

Na pessoa do comandante da Companhia de Fronteira, Cap. Moacir, achei uma alma generosa. Ele é o verdadeiro símbolo da brasilidade, pois, todo o bom brasileiro é delicado. Começou a sondar-me de longe e, convencendo-me de minha inocência, despediu-me honrosamente seguindo eu os meus caminhos aliviado. O Delegado da Polícia, muito mal intencionado, com ódio infernal ao povo alemão e da sua prole, inda que nascida no Brasil, não se conformou com este procedimento justiceiro do Cap. Moacir e mandou-me avisar, [...] que eu me apresentasse a ele de novo, antes de embarcar. [...]

Desta passagem da carta de Rockel, podemos concluir que o delegado regional não ficou satisfeito com a decisão do comandante militar. A segunda vez que teve de apresentar-se ao delegado, o acusado foi fichado e teve sua ficha enviada para a DOPS em Curitiba.

Rockel foi liberado e teria ficado por isso se não fosse a carta que escreveu e enviou ao Delegado Regional de Foz do Iguaçu, e ao Comandante da Companhia de Fronteira. Em determinado momento na carta, o descendente de alemães acusava o delegado regional de ser “muito mal intencionado” e de cometer abuso de autoridade.

A acusação contra este delegado policial do interior do Paraná chegou às mãos do Chefe de Polícia do estado no dia 30 de março. Fausto Bittencourt chegou à seguinte conclusão sobre a pessoa de Rockel:

Manifestou-se francamente adepto da política do “eixo”, ao ouvir irradiações referentes à 3ª. Reunião de Consultas, que naquela ocasião se realizava. Detido pelo Capitão Delegado Regional, aquele cidadão se portou de forma acintosa, tendo, depois, ao retornar para campanário, enviado àquela autoridade uma carta com uma petulante descrição deturpada dos fatos ocorridos. Na carta como na descrição, o citado professor, a despeito de procurar se fazer de defensor da política do Presidente Vargas, deixa perceber nas entre-linhas o seu germanismo, chegando a aludir, na carta, a revanches próximas, usando a expressão: “Não procuro vingança porque sei que o tempo virá, e está próximo, em que a justiça de vingará, ela mesmo, contra a injustiça”. Outras expressões como esta, na carta e no relatório, levam-nos à convicção de estarmos em face a elemento perigoso para os interesses nacionais, e que não poderá, em absoluto, continuar lecionando.¹⁰²

Quanto ao desfecho do caso, se houve afastamento do professor de sua função docente, ou se ele foi preso e condenado pelo TSN não foi possível apurar. Em sua pasta pessoal consta apenas os documentos citados neste tópico.

Podemos concluir que este caso só ficou arquivado porque Rockel teve a coragem, (talvez a ingenuidade) de aproveitar seus conhecimentos de leitura e escrita, e organizar suas idéias em um texto. Entretanto, esta atitude não era convencional, pois, a maioria das pessoas não escreviam sobre o que lhes ocorria, sobretudo porque sofreriam represálias. O professor, ao se expressar, denunciou como foi diferente o tratamento recebido na Delegacia e na Companhia de Fronteira. De fato, pesava três fatores contra ele: ser descendente de alemães, trabalhar para Companhia Mate Larangeiras, e ter feito comentário sobre a situação da Alemanha.

¹⁰² *Ofício 448/42. 30/03/1942. Pront. 3056, Top. 454, “Paulo Augusto Rockel”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

3.3.5 Prisão de Emil Mohrhoff e apreensão material de propaganda nazista

Apontar a existência de um partido nazista no Brasil não causa nenhum estranhamento atualmente. Estudos nas ciências humanas não somente comprovaram a existência da organização, como trouxeram detalhes de funcionamento e da prática da seção brasileira do partido nazista – NSDAP (GERTZ, 1986; MORAES, 1996; DIETRICH, 2007; ATHAIDES, 2007). Pesquisar o oeste do Paraná nos anos 1942 nos levou a questionar se, em algum momento, havia atuação de filiados ao partido nazista na região.

Os documentos consultados não apontaram para a existência de “nazistas de carteirinha”. Entretanto, a prisão de um alemão confirmou que havia uma pessoa no oeste do Paraná, responsável por cuidar dos interesses do consulado alemão na região.

Moraes, ao analisar documentos no Rio de Janeiro e em Berlim, concluiu que assim estavam distribuídos os nazistas filiados ao partido no Paraná:

Tabela 3 – Distribuição dos filiados ao NSDAP/PR (por localidade)

Número de Militantes	Cidade/Local	Total absoluto	Total relativo
Até 5	Irati – Foz do Iguaçu – Hortelândia – Jacarezinho – Palmeira – Paranaguá – Rolândia – Taruman – Terra Nova – Thomazina	22	11.9%
Entre 6 e 15	Cachoeirinha – Cruz Machado – Rio Negro -	32	17.3%
Entre 16 e 30	Castro 21 Ponta Grossa 16	37	20%
Entre 31 e 50	-		
Mais de 50	Capital – 94	94	50,8%

Fonte: MORAES, Luiz Edmundo. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer; A seção brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro: 1996.

De acordo com as análises do autor, poderia haver um pequeno número de partidários na região em que pesquisamos. Ao pesquisar especificamente o NSDAP no Paraná, Athaides concluiu que:

Em Foz do Iguaçu a situação era semelhante à encontrada em Rolândia no que se refere à direção político-partidária. Contudo, em Foz não foi possível localizar nenhuma liderança autenticada pelo próprio partido. O único dirigente era Emil Mohrhoff, responsável pelos interesses dos “súditos do Reich” na área brasileira da Tríplice Fronteira. Mohrhoff não era filiado ao partido, mas em depoimento se dizia adepto do nacional socialismo. (ATHAIDES, 2007, p. 84-85)

Mohrhoff foi preso em Foz do Iguaçu no dia 21 de fevereiro de 1942 e o delegado regional enviou o seguinte comunicado ao seu superior da DOPS:

Tenho a honra de passar as mãos de V.Excia, os livros, cartas e fotografias, apreendidas em poder do indivíduo EMIL MORHROFF, de nacionalidade Alemã, residente em Sol de Maio, o qual mantém correspondência com o consulado Alemão dessa capital, é também um forte propagandista do NAZISMO nesta região. O indivíduo acima referido, fica detido nesta Delegacia, a disposição de V. Excia¹⁰³.

Os motivos que levaram os policiais à diligência e prisão do acusado não estão citadas na documentação consultada. Aparentemente não se tratou de uma ordem de Curitiba, sendo mais provável que tenha havido uma denúncia por elementos locais, pois, o delegado regional informou a prisão e solicitou qual o procedimento deveria adotar.

A documentação arquivada pela DOPS sobre Emil consta: correspondências entre ele e o consulado desde 1938; o auto de declarações; e material de propaganda nazista. Todos os documentos estavam em poder do acusado quando ele foi preso.

Um dos trabalhos confiados pelo Consulado a Emil foi verificar se um determinado alemão, acusado de causar prejuízos em uma empresa alemã no Chile estava ou esteve na Tríplice Fronteira. O cônsul pede para comunicar caso este alemão fosse visto na região. Não há referência se Emil encontrou ou não esta pessoa. Na hipótese de tê-lo encontrado, qual procedimento seria adotado pelo consulado? Iria interrogá-lo, deportá-lo à Alemanha infringindo os tratados do Direito internacional?¹⁰⁴

¹⁰³ *Radiograma 045*. 21/02/1942. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁰⁴ *Documento do Consulado Alemão em Curitiba*. 09/05/1939. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Outro trabalho solicitado a Emil foi verificar se um determinado cidadão, que requeria um documento na Alemanha, era favorável aos interesses do Reich. Se não fosse, não receberia a segunda via da certidão de nascimento¹⁰⁵. Neste sentido, era importante que os alemães próximos de Emil não fossem seus inimigos. A emissão e envio da segunda via da certidão de nascimento deste alemão, por exemplo, dependia do parecer do “homem de confiança” do consulado.

O nome de Emil aparece como “homem de confiança” pela primeira vez em um documento datado de abril de 1939. Naquela ocasião, tratava-se de uma orientação de ordem prática aos súditos alemães no Brasil¹⁰⁶. Mas, o que era e o que fazia um “homem de confiança” do Consulado?

Devido ao imbróglio entre NSDAP e Consulado da Alemanha, em algumas localidades os chamados “homens de confiança do consulado” faziam um trabalho que podemos classificar como político/consular. Cabe destacar [...] que o Consulado em Curitiba, na década de 1930, além de atender os interesses materiais e jurídicos dos “súditos”, fazia um trabalho de divulgação do nazismo no interior do estado, com a distribuição de materiais impressos, emissões radiofônicas e através do trabalho dos *Vertrauensmänner* [homens de confiança]. Esses indivíduos, não eram em geral filiados ao Partido, mas representavam os interesses do mesmo – utilizando a máscara do consulado – em locais onde não existia um grupo local do NSDAP. (ATHAIDES, 2007, p. 81)

Ter os homens de confiança espalhados pelo país era importante para manter a possibilidade de obter informações que poderiam ser úteis à Alemanha. Assim, um colono sem ligação direta com o partido nazista ou qualquer outra atividade política, poderia conceder informações preciosas ao consulado. Um exemplo de informação solicitada ao consulado foi encontrado nos documentos de Emil: “O consulado ficaria muito grato a V. S.

¹⁰⁵ *Documento do Consulado Alemão em Curitiba*. 19/03/1939. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁰⁶ *Documento do Consulado Alemão em Curitiba*. 19/04/1939. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

pela informação do nome e do endereço exato da firma ou companhia que faz a construção de estradas em Foz do Iguaçu. Anexo o porte de retorno. Peça resposta por via aérea.¹⁰⁷”

A solicitação acima foi feita em 23 de setembro de 1941 pelo cônsul alemão em Curitiba. Qual seria o interesse alemão em saber o endereço exato da firma que construía a estrada? Sem resposta para esta pergunta, nos limitamos a ela pois não foi possível conhecer o objetivo da informação e tampouco se ela foi respondida pelo “homem de confiança” no oeste do Paraná.

No dia 28 de janeiro de 1942, quando o Brasil anunciou o rompimento das relações diplomáticas, o cônsul alemão em Curitiba escreveu uma carta à mão para agradecer os serviços prestados por Emil:

Já agora que romperam relações Brasil e Alemanha e que as atividades dos consulados alemães no Brasil estão paralisando eu não poderia deixar de lhe agradecer aos inúmeros favores prestados aos alemães que lhe procuraram para pedir um conselho ou conseguir um obséquio e isto durante o tempo que exerci minha função no Brasil.

Eu espero que vos seja possível, dentro das leis brasileiras, mesmo durante a guerra, aconselhar aqueles nossos patrícios, merecedores, auxiliando-os na ocasião oportuna.¹⁰⁸

Podemos concluir que Emil era, de fato, um representante do consulado para os alemães da localidade de Sol de Maio. Mas sua atuação não era em função de TODOS os alemães. Nossos entrevistados mesmo nem o conheceram.

Pelo auto de declarações¹⁰⁹ de Emil Mohrhoff, é possível concluir que se tratava de um alemão lavrador de 39 anos que residia em Sol de Maio. Declarou que tornou-se conhecido do cônsul em 1938 por ocasião da visita dele à Sol de Maio, onde havia um grupo de alemães. Passou a ser o elo entre o consulado e os alemães daquela localidade.

¹⁰⁷ *Documento do Consulado Alemão em Curitiba*. 23/09/1941. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁰⁸ *Carta manuscrita do Consul a Emil*. 28/01/1942. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁰⁹ *Auto de declarações prestadas*. 11/07/1942. Pront. 1050, Top. 331, “Emil Mohrhoff”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O distrito de Sol de Maio estava localizado há uma distância aproximada de 60 km do Marco das Três Fronteiras¹¹⁰, pelo Rio Paraná. A visita do Cônsul em 1938 não está presente na memória dos nossos entrevistados que viviam às margens do Rio Iguaçu. Também não houve qualquer referência a esta visita, ou para a presença de um “homem de confiança”, intermediário entre consulado e alemães.

Isto se deve ao fato de que no núcleo urbano de Foz do Iguaçu, as famílias alemãs não tinham maiores relações com o consulado e também não dependiam diretamente da Alemanha, ou de empresas alemãs. Um dos motivos é o fato de terem saído da Europa na metade da segunda década do século XX, e não cultivarem vínculos com a pátria-mãe.

Os acontecimentos analisados neste capítulo ocorreram antes de outubro de 1942. Neste mês, identificamos que a vigilância e repressão aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira teve um significativo aumento de registros. Considerando a quantidade de casos e a ação da Delegacia, optamos por tratar este período no próximo capítulo.

¹¹⁰ É um dos principais símbolos da Tríplice Fronteira, do lado brasileiro foi construído em 1903. O obelisco está localizado na foz do rio Iguaçu com o rio Paraná, local de encontro dos três países.

CAPÍTULO IV

VIGILÂNCIA E RETIRADA DOS SÚDITOS DO EIXO DA FAIXA DE FRONTEIRA

O objetivo deste capítulo é analisar a vigilância aos alemães e italianos residentes na parte brasileira da Tríplice Fronteira, executada pela delegacia regional, em conformidade com a DOPS, entre os meses de outubro de 1942 e maio de 1943. A definição deste período nos foi imposta pelos documentos consultados. Neste período, ocorrem as ações especificamente contra os súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira.

O fato de ocorrer a repressão policial neste período teve vários motivos. Em primeiro lugar, já apontamos o contexto mundial e nacional do final do ano de 1942 e início de 1943. Também indicamos que antes de outubro de 1942¹¹¹ as ações da delegacia regional eram pontuais e a DOPS-PR quase não interferia no que diz respeito aos súditos do Eixo. Esta realidade foi alterada quando o delegado regional foi substituído pelo bacharel Glaucio Guiss.

Poucas informações temos sobre o delegado Melchiades do Valle. Nas entrevistas que fizemos foi citado pelos alemães moradores de Foz do Iguaçu como amigo de suas famílias. Foi este delegado quem teria evitado a prisão de Martin Nieuwenhoff, caso estivesse na cidade no dia do ocorrido, e também foi ele que aconselhou o mesmo a sair da cidade pois poderia acontecer coisa ruim com sua família. Quando veio a ordem para fechar as sociedades estrangeiras, Melchiades não fez nenhum fechamento, apenas enviou um ofício informando quais eram as sociedades estrangeiras existentes em Foz do Iguaçu.

¹¹¹ No dia 19 de outubro de 1942, Glaucio Guiss enviou um ofício ao Chefe de Polícia dizendo que assumiu a Delegacia de Foz do Iguaçu no dia 24 do mês anterior. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Sobre Glaucio Guiss temos mais informações. Primeiro porque se tornou um nome importante no âmbito da Polícia Civil do Paraná, chegou inclusive a ser delegado da DOPS durante a ditadura militar. Ser delegado regional em Foz do Iguaçu foi seu primeiro trabalho na polícia civil.

Entrevistamos o Sr. Irineu Basso, filho do dono do hotel em que o delegado se hospedava. Nos relatou que o delegado tornou-se amigo de seu pai, e era uma pessoa bastante respeitada na cidade.

Em 1942, ter um bacharel em Direito à frente de uma delegacia regional não era comum no interior do Paraná. Isso nos leva a levantar a hipótese de que Guiss foi direcionado para o cargo porque tratava-se de um período delicado para a delegacia da fronteira internacional do estado. Em outubro daquele ano, os acontecimentos exigiam atenção especial à pessoas que fossem naturais da Alemanha, Itália e Japão.

Alguns motivos, que serão apontados no decorrer de nossa análise, nos levaram a concluir que a delegacia de Foz do Iguaçu recebeu um “delegado especial” em função da vigilância aos súditos do Eixo. O primeiro indício que encontramos foi o fato de que as correspondências deste delegado iam diretamente para o Chefe de Polícia com cópia para o delegado da DOPS-PR, enquanto que o procedimento dos demais delegados do interior era encaminhar primeiro à DOPS. Também identificamos que seus relatórios possuíam fundamentos importantes a ponto de ser encaminhados pelo Chefe ao gabinete do Ministro da Justiça no Palácio Itamarati e para o comandante da 5ª Região Militar.

Desta forma, acreditamos que Guiss tinha o status de um “delegado especial”, cuja função era tomar conta de uma delegacia também de caráter especial, com as diversas atribuições em tempos de guerra. O incidente que houve entre militares brasileiros e argentinos, já citado, e que foi explicado ao próprio Guiss pelo cônsul do Brasil em Posadas, pode ter contribuído para o envio de um especialista para a delegacia.

Glaucio também estava no início de sua carreira e tinha por obrigação mostrar serviço aos seus superiores. Para tanto, além das ações coordenadas e já citadas, como visita à barranca dos rios Paraná e Iguaçu, e sua visita à capital da província de *Misiones*, executou as tarefas que lhe eram impostas pela situação.

Das ações de vigilância e repressão aos súditos do Eixo que residiam na parte brasileira da Tríplice Fronteira, destacamos três casos: (1) a apreensão de “material bélico” na Igreja Católica da cidade; (2) o fechamento das sociedades estrangeiras em Foz do Iguaçu; e (3) a retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira. Faremos uma abordagem de cada um desses casos e, por fim, faremos considerações sobre os documentos que anularam as portarias repressivas aos súditos do Eixo no estado.

4.1 CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO: PADRES, IGREJA E MATERIAL BÉLICO

O dossiê temático “Congregação do Verbo Divino” é o mais completo arquivado pela DOPS sobre um acontecimento na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Possui pouco mais que 80 documentos que variam entre telegrama, carta, foto, ofício e recorte de jornal.

Antes de analisarmos os documentos que se referem ao caso específico, faremos uma breve análise de dois acontecimentos do mês de novembro e dezembro de 1942. O primeiro foi o envio de uma carta-denúncia escrita por um paraguaio, contra os padres alemães que atuavam na Igreja Católica da cidade:

Foz do Iguassú 5-12-942

Ilustre Don Dr. Piloto

Saudo-vos

Oi na calidad de Paraguai e amigo del Brasil, lhe comunico que tiene dois Padres Alemanos acá que non há confiança neles, pois estes non fala com os paisanos dele sinon em alemano ate dentro da igreja, é capas até de ter aguna aparato de radio na casa di ele desculpi os erros pois non escrivo bien o Brasileiro, Don Pilo ai crejo que é meror Padre Brasileiro acá.

Seu creado,

Joaquim Beaniti¹¹²

O despacho desta carta é assinado por Valfrido Piloto que escreve “Providenciado”. Isso significa que alguma ordem deve ter partido para que pelo menos a delegacia regional ficasse atenta aos movimentos dos padres alemães. A carta foi escrita pelo paraguaio há menos de um mês após ter sido apreendida uma correspondência suspeita com o padre alemão Manoel Koener, o chefe da prelazia de Foz do Iguaçu, que pertencia à Congregação do Verbo Divino, com sede em Belo Horizonte.

A *Societas Verbi Divini*, ou Congregação do Verbo Divino, é uma ordem religiosa Católica fundada pelo padre alemão Arnaldo Janssen, em 1875. A presença dos membros em Foz do Iguaçu remete ao ano de 1937 de acordo com os autos de declaração prestados por diversos padres ouvidos no inquérito.

Koener retornava de uma viagem à Belo Horizonte no dia 11 de novembro de 1942. Ao desembarcar, sua bagagem foi revistada pela Polícia Civil que encontrou uma carta escrita em alemão para uma família de alemães de sobrenome Roth. O autor da carta era o irmão Gregório, cujo nome era Paulo Backers, um alemão leigo membro da Congregação que vivia na capital mineira. Veio para o Brasil, especificamente para Foz do Iguaçu, em 1930 e residiu na mesma cidade até 1936, quando conheceu a família Roth a quem escrevera a carta.

¹¹² *Carta a Valfrido Piloto*. 05/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O procedimento padrão seria o delegado apreender a carta, prender o padre e enviá-los para a DOPS em Curitiba para que fossem tomadas providências. Entretanto, como se tratava de um “delegado especial”, convocou o agrimensor da prefeitura, de nome Oto Trompsinski para traduzir o conteúdo da carta.

O autor fazia uma narração dos últimos acontecimentos em Belo Horizonte contra os padres alemães. Inconformado com as depredações que havia presenciado, escreveu aos amigos em Foz do Iguaçu com um tom bem à vontade, uma vez que a carta ia em mãos pelo Padre Koenner, e não deveria passar pela censura policial. As frases mais tarde destacadas pela DOPS e tidas como afronta aos brasileiros foram:

Nós estamos no Brasil onde tudo é pesteadado. Quando se fala, este ou aquele é são é uma grande ilusão [...] Em frente ao nosso colégio os saqueadores e assaltadores passeavam e quiseram tomá-lo de assalto. [...] A nossa livraria limpamos e escondemos tudo. Das vitrines tiramos o que tinha dentro, pois, a cambalhada entrou por aqui e quebrou tudo. [...] Esta carta é só para vocês e também para a Afra e mais ninguém de lá¹¹³.

O relato deste acontecimento foi encaminhado diretamente ao Secretário do Interior e Justiça, Fernando Flores. Sem passar pela tutela da DOPS ou da Chefia de Polícia, o delegado regional informou ao Secretário a localização da residência do remetente em Belo Horizonte, e a sua decisão com relação ao destinatário e portador da carta: “Comunico V. Excia., que a família João Jorge Roth, bem como o monsenhor Koenner Já foram intimados a deixarem esta cidade, e, no momento só aguardam oportunidade de transporte”¹¹⁴.

No dia 18 de novembro, Fernando Flores encaminhou um ofício reservado ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais informando o nome, endereço e cópia da carta e observações do delegado regional de Foz do Iguaçu¹¹⁵.

¹¹³ *Ofício 242*. 11/11/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹¹⁴ *Ofício 353*. 11/11/1942.

¹¹⁵ *Ofício G-224 Reservado*. 18/11/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Exatamente um mês mais tarde, no dia 18 de dezembro, recebeu informações do seu colega mineiro dizendo-lhe o desfecho do caso:

Acusando o recebimento do seu ofício nº G/224, dirigido ao Sr. Dr. Chefe de Polícia deste estado em data de 18 de novembro último, tenho a honra de informar a V. Ex. que, contra PEDRO BACKES, e não PAULO, como constou de seu aludido ofício, foi instaurado por esta delegacia especializada o competente inquérito, que, hoje concluído, foi remetido ao Colendo Tribunal de Segurança Nacional, por crime previsto no art. 28 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942¹¹⁶.

Sendo assim, o irmão Gregório estava sendo enquadrado por:

Art. 28. Proferir em público, ou divulgar por escrito ou por outro qualquer meio, conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, a Governo, o regime e as instituições ou contra agente do poder público: Pena - reclusão, de um a seis anos¹¹⁷.

Sem mais detalhes sobre este caso, podemos concluir que o autor da carta estava preso e seu processo foi julgado pelo TSN. Enquanto isso, portador e destinatário ainda permaneciam em Foz do Iguaçu por determinação do “delegado especial”.

Após a acusação do cidadão paraguaio de que os alemães não eram bem vistos na Igreja, e após a prisão da carta em poder do chefe da prelazia, os policiais ficariam mais vigilantes quanto aos movimentos dos padres daquela nacionalidade.

O padre Manoel Koener havia sido convidado a se retirar da cidade no mês de dezembro. Entretanto, até 19 de janeiro ainda não havia saído, e, nesta data, o delegado regional, juntamente com dois policiais auxiliares fizeram uma diligência na Igreja Católica e também residência do alemão. Encontraram, em um quarto fechado, alguns caixotes e ao abrir se depararam com armas e munições dentro deles:

¹¹⁶ *Ofício nº 13066*. 18/12/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹¹⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.766 – de 01 de outubro de 1942 – Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2010.

Esta autoridade, acompanhada de dois dos seus auxiliares, na madrugada do dia 19 do fluente, em uma diligência policial realizada na residência do alemão monsenhor MANOEL KOENNER, na Prelazia desta cidade, apreendeu diversos caixões, livros, máscaras contra gases asfixiantes, discos alemães, uma arma de fogo [...], encontrados em um quanto em frente ao seu dormitório¹¹⁸.

Mais uma vez encontramos evidências de um “delegado especial” em Foz do Iguaçu. O procedimento padrão seria enviar o padre e o material à Curitiba para que a DOPS tomasse conta montar o inquérito e encaminhá-lo ao TSN. Entretanto, o procedimento adotado foi de inquérito *in loco*, que incluía o auto de declarações prestadas pelo padre, o exame do material encontrado foi feito por “especialistas” da Companhia Isolada de Fronteira, e o relatório final do delegado foi encaminhado ao Chefe de Polícia com um tom conclusivo:

[...]

Pelas investigações procedidas, tudo indica que a Congregação do Verbo Divino, a que pertence o aludido monsenhor, era no Brasil, nada mais, nada menos, do que uma grande rede de espionagem alemã, com a conivência de elementos civis que se diziam ser de nacionalidade húngara.

Conforme o exame de munição de fls., verifica-se pela resposta dada pelos peritos ao último quesito, que a munição É DE GUERRA. Uma vez que não se justifica por nenhuma forma a existência da grande quantidade de material bélico, num estabelecimento religioso, está suficientemente provada a intenção criminosa.

Em declarações que prestou nesta Delegacia [...], o indiciado monsenhor Koenner procura inocentar-se alegando que ignorava o conteúdo dos caixões apreendidos. Simples e arcaica alegação. Por forma inequívocas se evidencia a sua culpabilidade. No mais, são bastante comprometedores os documentos apreendidos no seu arquivo particular [...], por onde se percebe inconfundivelmente a sua atividade política. Embora declare que foi apenas simpatizante do extinto credo político denominado integralismo, tinha em seu arquivo uma carta circular de Plínio Salgado, datada do ano translato [...] RECENTE. E... o monsenhor não a entregou à polícia¹¹⁹.

Desta forma, o padre ainda estava mais complicado: possuir cartas integralistas recente que provavelmente havia sido escrita por Plínio Salgado no seu exílio, contribuía para que ficasse “provada” a participação do padre em alguma trama de caráter político.

Não foi arquivado qualquer indício de que tenha havido uma investigação específica contra a Congregação do Verbo Divino, a qual o delegado regional chamou de rede de espionagem nazista.

¹¹⁸ Relatório s/n. 22/01/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹¹⁹ Relatório s/n. 22/01/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Quanto à origem do material bélico, Guiss concluiu:

Pela declaração do indiciado e da primeira testemunha, consta que em 1938, a Prelazia deu hospedagem a 4 pessoas de nacionalidade húngara, atualmente em lugar ignorado, que só se expressavam em idioma alemão. Essas pessoas, eram o Arquiduque Albrecht da Casa de Áustria, um aviador militar, um capitão da Marinha de Guerra Austríaca, um médico, um químico, as quais, diz o indiciado, são responsáveis pela munição encontrada em sua residência.

É digno de se notar e anotar que o então diretor da casa, padre VICENTE HACKL, bem como os demais sacerdotes tinham ciência da existência de armas, munições laboratório, e tudo ocultaram, tornando-se coniventes.

A carga toda entrou no porto de Iguazu, transitando por via Montevidéu, Posadas, Porto Presidente Franco e finalmente foi contrabandeada para esta cidade.

Quem confirmou ser o material de guerra foram peritos da Companhia de Fronteira a convite do delegado regional. Trata-se dos dois Primeiros Tenentes Roberto de Souza e Antônio Lapiane.

Pelo Doutor Delegado foi deferido aos peritos o compromisso de Lei de bem e fielmente desempenharem a sua missão, encarregando-os de procederem o exame do material [...] e responderem aos quesitos seguintes: 1º) – QUAL É A ESPÉCIE DO MATERIAL E SUA CLASSIFICAÇÃO; 2º) SE ESTÁ EM CONDIÇÃO DE SER UTILIZADO; 3º) – EM CASO DE AFIRMATIVA AO QUESITO ANTERIOR, SE PODE PRODUZIR DANOS A PESSOAS OU COISAS OU SIMULTANEAMENTE A AMBAS; 4º) – QUAL A ORIGEM DE FABRICAÇÃO; E 5º) – SE O ALUDIDO MATERIAL É DE APLICAÇÃO BÉLICA. Em seguida os peritos prestaram a promessa fiel desempenho à missão que lhes foi confiada e passaram ao exame¹²⁰ [...].

Segundo este auto de munição, o delegado submeteu os peritos a uma espécie de comprometimento com a missão que lhes confiava. Toda esta formalidade expressa continuou quando os peritos fizeram a análise do material. É interessante observar que o delegado estabeleceu um questionário para ser respondido pelos peritos, quando poderia ter solicitado um parecer técnico sobre o material.

Segundo consta no auto, os peritos concluíram que o material encontrado era bélico, estava em condições de uso, ou seja, todas as respostas foram positiva às indagações do delegado, e a procedência dos materiais era alemã e húngara.

¹²⁰ *Auto de exame de munição*. 19/01/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguazu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Diante do exposto, é de se concluir que indiciado MONSENHOR MANOEL KOENNER e seus antecessores, praticaram o crime previsto pelo artº 13 da Lei de Segurança Nacional, que assim diz:

“Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem, transportar, SEM LICENÇA DA AUTORIDADE COMPETENTE, SUBSTANCIAS OU ENGENHOS EXPLOSIVOS, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição”.¹²¹

A delegacia regional de Foz do Iguaçu concluiu esta primeira parte do inquérito e o encaminhou à DOPS-PR, juntamente com o padre preso. A DOPS deu continuidade nas investigações ao convocar outros padres que ainda residiam no Paraná para prestar declarações. O padre alemão Vicente Hackl, de Ponta Grossa, foi ouvido por Valfrido Piloto em Curitiba no dia 7 de março de 1943¹²².

Com relação ao material apreendido, em correspondência com o Major Ulhôa Cintra, Comandante da 5ª Região Militar, o delegado da DOPS informou que:

De acordo com o entendimento verbal havido entre nós [...], fiz remeter, hoje ao S. M. B. dessa R. M., parte do material que fora deixado, em meados de 1937, no prédio da Prelazia de Foz do Iguaçu, por uma comitiva procedente da Hungria, chefiada pelo arquiduque Heldebrecht de Habsburg, e constituída, mais, de um químico, um médico e um aviador. Aquele material ora remetido é o que poderá ter interesse para exame das autoridades militares. As outras partes, já entregues para uso do laboratório da Polícia Técnicas e à Diretoria Geral de Saúde Pública [...] eram constituídas de drogas e utensílios para laboratório de análises, e de medicamentos usuais em viagens pelo sertão¹²³.

Na mesma correspondência, o delegado de ordem política e social informou os objetivos da comitiva estrangeira ao passar por Foz do Iguaçu em 1937, bem como os relacionou com os acontecimentos mais recentes:

¹²¹ *Relatório s/n.* 22/01/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²² *Auto de declarações de Vicente Hackl.* 29/01/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²³ *Ofício 1374/43.* 07/06/1943. Pront. 0325, Top. 38, “Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Do inquérito iniciado pela D. R. de Foz do Iguaçu e concluído por esta D.O.P.S., resultou a convicção de que se tratava de expedição destinada a escolha de latifúndio, no território paraguaio, a fim de ser estabelecida uma grande propriedade agrícola, naturalmente com colonização estrangeira. Admite, esta D.O.P.S., a hipótese de que essa propriedade pudesse vir a ser, futuramente, um ponto de apoio a serviços de espionagem. Não se pôde no entanto, descobrir nenhum indício que confirmasse essa conjectura. Os serviços de verificação das zonas que interessavam foram feitos às claras, tendo sido acompanhados, até, por pessoas estranhas à comitiva; esta de hospedou no prédio da Prelazia por ser, isso, comum e até forçoso naquela época, pois não havia hotel na localidade; os caixotes em que se continha todo o material foram deixados em sala aberta e de fácil acesso, do prédio aludido, e aí ficaram como que abandonados pelos sacerdotes que foram exercendo a prelaia.

De certo modo, o delegado indicou a participação de outras pessoas na aquisição de terras no país vizinho. O fato de poder servir como apoio para espionagem, era tão provável quanto improvável, entretanto, naquele momento era até necessário um esclarecimento assim no relatório. Também destacamos que houve uma ênfase no fato de que o material possuía fácil acesso e era ignorado pelos padres. À época, isso indicava que os padres eram coniventes a um possível caso de ameaça à soberania do país.

O desfecho para o caso foi descrito da seguinte forma:

No inquérito realizado sobre o caso em apreço, ficaram figurando como indiciados: monsenhor Manoel Koenner e os padres Vicente Hackl, Hermann Hornig, Teodor Herbecke, todos incurso nas penas do art. 13 da Lei de Segurança Nacional. Os autos foram encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional, a 1º de abril passado.

Percebemos que o delegado regional chamou a Congregação do Verbo Divino de rede espiã, enquanto que o delegado da DOPS relacionou a compra de terras no Paraguai como provável base espiã, além de ressaltar que as armas e munição, periciadas como “de guerra”, estavam com fácil acesso na Igreja Católica de Foz do Iguaçu. Um caso assim, não poderia passar sem nenhuma punição pelo TSN. Em 29 de maio de 1943, o Jornal *O Dia* publicou uma nota com o título “Processo do Paraná julgado no T. S. N.”:

RIO, 28 (Asapress) – Sob a presidência do juiz Barros Barreto teve início a sessão do T. S. N., tendo o presidente pronunciado o seguinte resultado do processo nr. 3395, do Paraná, em que é acusado Manoel Koener. Foi relator o juiz Miranda Rodrigues: - Indeferido o arquivamento, voltando os autos para o Ministério Público para a classificação do delito¹²⁴.

Desta informação, pode-se deduzir que era certa a condenação do monsenhor, enquanto que os demais padres ainda aguardariam a decisão final dos juizes. Há registro apenas da condenação deste padre.¹²⁵

Manoel Koenner ficou em algum presídio na capital federal para cumprir a pena determinada pelos juizes. Em abril de 1944, a censura policial do Paraná interceptou uma correspondência de um padre de Foz do Iguaçu que tentava dizer ao monsenhor a situação na qual se encontrava a prelazia da cidade. Não houve suspeita sobre o conteúdo da carta e o despacho do delegado da DOPS foi apenas para que fosse arquivado no dossiê Congregação do Verbo Divino¹²⁶.

Entre os nossos entrevistados, o Sr. José foi quem lembrou do padre condenado. Como sempre foi ligado à Igreja, nos explicou que o Monsenhor

era meu professor, o que eu sei é que alguém depositou essas caixas, depositaram para apanhar mais tarde, não sei quanto, e que nessas caixas havia algum material que era duvidoso que Bispo não sabia disso realmente ele não sabia, jamais ele ia fazer isso, mas quem dedou e como foi dedado isso eu não posso lhe dizer... Essa época... aconteceram algumas coisas, não vou dizer que era absurdo, mas eram desnecessárias, realmente desnecessárias. Foi um período assim triste e de certa forma confusa, mas como foram as determinações, vamos dizer, superiores, que veio de fora, a autoridade daqui deram cumprimento a isso. Mas não era nem isso, o que aconteceu naquela época foi uma coisa triste porque além de ser desnecessária um pouco confusa, ela não resolveu nada, uma operação quase que inócua, na minha opinião, porque qual foi o benefício, só trouxe desbenefício¹²⁷.

¹²⁴ *Recorde do jornal "O Dia"*. 29/05/1943. Pront. 0325, Top. 38, "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²⁵ *Telegrama s/data*. Pront. 0325, Top. 38, "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²⁶ *Censura de correspondência*. 26/03/1943. Pront. 0325, Top. 38, "Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu", DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²⁷ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

Desta forma, encerram-se os documentos arquivados sem nenhuma informação adicional à Congregação do Verbo Divino. Em nenhum momento nos autos do processo a Congregação aparece como indiciada ou suspeita. Apenas havia os comentários do delegado regional e da DOPS supondo que poderia estar à serviço da espionagem do Eixo.

Também não encontramos nenhum registro de que tenha havido revolta ou cobrança da população católica da parte brasileira da Tríplice Fronteira, em função da prisão do padre. Mesmo se houve manifestação individual ou coletiva, a Delegacia Regional tratou de responder à altura e não deixar quaisquer registros.

4.2 SOCIEDADES ESTRANGEIRAS EM FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu era uma cidade em que grande parte dos moradores eram estrangeiros ou descendentes. Com um considerável número de alemães e italianos, haviam pequenas associações compostas de maioria estrangeira na cidade. Em fevereiro de 1942, foram relacionadas três sociedades: Oeste Paraná Clube, Centro Agrícola e Social e Sociedade Beneficente de Foz do Iguaçu.

Nenhuma dessas sociedades foi fechada naquele momento. Lembrando que o delegado era Melchiades do Valle, e assim se reportou aos seus superiores sobre tais sociedades:

Comunico a V. Excia. que neste município existem as seguintes sociedades:
 Na cidade – Oeste Paraná Club; Centro Agrícola e Social; Sociedade Operária e Beneficente;
 Santa Helena – Cooperativa Manoel Ribas.
 Em cumprimento a determinação contida em circular nº 84, da Delegacia de Ordem Política e Social, oficiei aos respectivos presidentes e constatei que as mesmas são sociedades nacionais com seus estatutos registrados no cartório deste Comarca; o Oeste, em 4 de setembro de 1928; o Centro Agrícola em 9 de novembro de 1939 publicado no Diário Oficial do Estado, nº 2183 de 28 de outubro do referido ano e a sociedade Operária, registrada em 17 de novembro de 1939.
 Como no quadro social do Centro Agrícola, predominam estrangeiros e brasileiros de ascendência estrangeira, ao receber a comunicação da posse da nova diretoria respondi aquele ofício proibindo reuniões a não ser para tratar de assuntos de interesse exclusivo da lavoura, caso em que a diretoria deverá comunicar

previamente a esta Delegacia quais os assuntos a serem discutidos para que a sessão seja fiscalizada.

Quanto à cooperativa Manoel Ribas em Santa Helena, oportunamente esta Delegacia levará ao conhecimento de V. Excia., o resultado da sindicância que está procedendo¹²⁸.

A postura do delegado foi de convivência com a permanência das sociedades de portas abertas. Talvez este motivo também tenha contribuído para sua substituição pelo “delegado especial”.

No mês de novembro de 1942, menos de um mês após estar à frente da delegacia, o delegado Glaucio Guiss optou por fechar o Centro Agrícola e Social em função de sua orientação estrangeira.

Segundo o auto de apreensão, o Centro foi fundado em 13 de agosto de 1939, em Foz do Iguaçu e o estatuto foi publicado Diário Oficial em outubro do mesmo ano; estava inscrito no registro de sociedades e inscrito no Registro de Associações Rurais, instituído por portaria 4987 de 18 de novembro de 1937, do Ministério da Agricultura, sob o número 35¹²⁹. Do ponto de vista legal não haveria questionamentos sobre a situação de funcionamento do Centro, exceto se o Brasil não estivesse em estado de guerra e reprimindo associações e clubes freqüentados pelos súditos do Eixo, que era o caso desta sociedade de Foz do Iguaçu, conforme podemos observar pela Tabela 04.

¹²⁸ *Ofício n° 39*. 13/02/1942. Pront. 1432, Top. 169, “Oeste Paraná Clube”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹²⁹ *Documento s/n.* 29/11/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Tabela 04 – Relação de sócios do Centro Agrícola e Social por nacionalidade:

Alemães	13
Descendente Alemães	17
Polonês	1
Descendente Polonês	5
Italiano	3
Desc. Italiano	8
Austríaco	4
Holandeses	2
Dinamarquês	1
Brasileiros	26
Desc. Sírio	1
Argentino	4
Português	1
Paraguaio	1
	87

Fonte: anexo ao Doc. s/n (234) – 29/11/1943. 9ª DRP

Sabendo do fechamento deste centro por meio dos documentos que encontramos no Arquivo Público do Paraná, perguntamos em nossas entrevistas quais as lembranças do referido clube. Os então adolescentes de 1942, Sr. Franz e Sr. José, foram os que mais tinham lembranças desta associação. O Sr. Franz fez o seguinte relato:

[...] o clube dava apoio aos agricultores e faziam lá dentro ginástica, tinha um cara que veio direto da Alemanha e era professor de ginástica. No começo se chamava Clube Ginástica Agrícola, por isso que ele mudou várias vezes de nome. Então eles davam apoio aos agricultores e tinha lá aquela parte de esporte, que era ginástica que de vez enquanto faziam diversões, tinham as reuniões, e depois faziam baile [...] e depois foi fechado, foi uma das primeiras coisas que fecharam né? [...]¹³⁰

O Sr. José lembrou que o clube já tinha se chamado Clube Social 25 de Julho, em homenagem ao dia que simboliza a chegada dos alemães no Brasil, ainda durante o Império. Isso significa que o clube de fato tinha uma identificação com os alemães que residiam na parte brasileira da Tríplice Fronteira até ser fechado pelo delegado regional.

Foz do Iguaçu tinha muitos alemães, tanto é que ali onde é a Travessa Julio Pasa agora construíram uma sede que chamava-se Clube Social 25 de Julho [...] ali acontecia de tudo: ali eram reuniões, se faziam casamento, aniversário, festividades, natal, ano novo, a comunidade se reunia ali, não tinha outro lugar né. E ali logo taxaram como suspeito também, o que absolutamente não era¹³¹.

¹³⁰ NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

¹³¹ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

Oficialmente, o Centro Agrícola e Social foi fechado em 16 de novembro de 1942, pelo o Delegado Regional, Gláucio Guiss, que encaminhou o Ofício 367 (reservado) ao Capitão Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública em Curitiba:

Tendo esta Delegacia, após apuradas investigações, verificando que o CENTRO AGRICOLA E SOCIAL, desta cidade, não preenchia com eficiência as finalidades que lhe estavam afetas, e considerando que o referido centro só foi enquadrado nos moldes da nacionalização adorada para todas as sociedades estrangeiras, há pouco tempo e de forma muito incompleta, deixando transparecer veladamente resquícios da antiga orientação estrangeira, determinou esta Delegacia o fechamento do Centro Agrícola e Social, e depois de arrolar e apreender todo o material que lhe pertencia, lavrando o respectivo auto, nomeou depositário do mesmo o senhor SILVIO SOTOMAIOR, brasileiro, casado, residente nesta cidade e de reconhecida idoneidade moral¹³².

A *orientação estrangeira* foi a causa do fechamento da entidade. A listagem apresentada em anexo a este documento, e descrita na **Tabela 04**, indica que menos de 30% dos integrantes eram brasileiros natos. A ameaça maior estava na parte dos súditos do Eixo, que, com seus descendentes representavam 48% dos sócios. Juntos, os estrangeiros eram maioria absoluta com percentual de 70,12%.

Percebe-se uma diferenciação quanto ao estrangeiro argentino e paraguaio, representados apenas por cinco associados. Seus nomes não estão entre os circulados pela DOPS, indicando que a preocupação efetiva era com os sócios súditos do Eixo.

No mês seguinte, o mesmo delegado voltou se comunicar com seu superior, através do Ofício 401. Em primeiro lugar, avisou o destino do valor monetário encontrado no centro:

Para os devidos fins, levo ao conhecimento de V. Excia., que esta D.R., resolveu doar as importâncias constante no ofício nº. 357 [...] ao comando da 1ª Companhia Independente de Fronteira, para aplicá-los em benefício da tropa de escoteiros, já em organização nesta cidade, por iniciativa e orientação daquele comando¹³³.

¹³² *Ofício nº 357*. 16/11/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹³³ *Ofício 401*. 12/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Logo após o fechamento do Centro, o dinheiro que havia em seu caixa e seus bens foram distribuídos a instituições de “interesse nacional”. O delegado poderia ter feito a doação à alguma outra organização social ou ao hospital da cidade, por exemplo. No entanto, a escolha foi entregar ao Comandante da Companhia de Fronteira para que organizasse a “tropa de escoteiros”¹³⁴.

Nos arquivos consultados não foi encontrado nenhum documento de defesa por parte do Centro, ou qualquer manifesto que aparentasse ser contrário à decisão do seu fechamento em 1942. Apenas em novembro de 1943, os ex-dirigentes do Centro foram “requerer benefício de assistência jurídica a fim de por ação competente ser reintegrado seus haveres”, por meio do documento identificado com o número 235.¹³⁵

O documento da seqüência, de número 236, apresenta a cópia do recibo do tesoureiro quando ele passou o valor em dinheiro para as autoridades policiais e podemos ler:

Atendendo ao disposto no art. 171 da Constituição Federal e Dec. 10358 de 31/8/942, e para os fins de que trata o art. 170 da aludida carta, officie-se ao Exmo. Senhor Cap. Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando-lhe informações sobre os motivos que determinaram as medidas policiais referidas no requerimento de fls. 2. Faça-se acompanhar o ofício de certidões do mencionado requerimento e dos documentos que o acompanham, bem como deste despacho¹³⁶.

O requerimento dos antigos sócios, datados de novembro de 1943, foi respondido quase seis meses depois, num tom que extinguiu qualquer possibilidade de reativação do Centro.

¹³⁴ O programa de escotismo fazia parte de uma estratégia do governo brasileiro de criar “um espírito patriótico na juventude do país”. Em 1936, Vargas havia nomeado o general Newton Cavalcanti como chefe de um comitê com missão de organizar unidades de escoteiros em todo o Brasil. (CANCELLI, 1994, p. 135)

¹³⁵ *Documento s/n (fl. 235)*. 29/11/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹³⁶ *Documento s/n (fl. 237)*. 29/11/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O relatório da Delegacia Auxiliar da Polícia Civil de Curitiba, redigido em 13/05/1944, tem apenas duas páginas e seis itens. O delegado auxiliar, cujo nome não foi possível decifrar pela assinatura, demonstra pouco conhecer sobre os aspectos políticos regionais. A defesa, ou reativação do Centro não está em pauta, foi priorizado, sim, a defesa do colega Gláucio Guiss, apoiando-se na justificativa de que este policial agira da maneira correta de acordo com os acontecimentos globais. Portanto, naquela ocasião havia agido corretamente ao fechar a instituição.

A transferência de jurisdição de Estado do Paraná para Território Federal do Iguçu, foi utilizada como motivo de transferência de responsabilidades “estatais” também. Esse mesmo delegado fez questão de, no item seis, deixar claro que o problema agora não é mais do Estado do Paraná. Manter o Centro aberto ou não deveria ser decidido pela administração do Território Federal do Iguçu: “À administração pública do Território Federal do Iguçu cabe, entretanto, decidir sobre a conveniência de manter ou não dissolvido o Centro Agrícola e Social¹³⁷”.

Assim sendo, o Centro estava sem os bens, sem o dinheiro e sem a possibilidade de reabrir. Além disso, dependeria da administração recém iniciada do TFI para decidir sobre sua reabertura.

¹³⁷ *Documento s/n (fl. 238)*. 13/05/1944. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

4.3 RETIRADA DOS SÚDITOS DO EIXO DA PARTE BRASILEIRA DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Em diversos documentos encontramos referência ao termo “faixa de fronteira”. Nossos entrevistados também citaram por, várias vezes, uma “lei de fronteira” que os obrigou a deixarem suas casas e mudarem para Guarapuava. Diante dos termos “faixa” e “lei” de fronteira, pesquisamos na legislação da época o que seriam estas leis e se estavam relacionadas com a retirada dos súditos do Eixo.

A faixa de fronteira foi delimitada pela primeira vez na Constituição de 1934: “dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional” além de estabelecer nessa faixa o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais.

Na Constituição de 1937, artigo 168, a faixa foi ampliada e relacionada à segurança nacional e à defesa do Estado:

Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Parágrafo único - As indústrias que interessem à segurança nacional só poderão estabelecer-se na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, que organizará a relação das mesmas, podendo a todo tempo revê-la e modificá-la.

Para o jurista Francisco Campos, Ministro da Justiça e quem redigiu a Constituição, era necessário deixar as fronteiras com elementos que identificasse à primeira vista pertencer à nação brasileira, criando algo que:

poderemos chamar de consciência da fronteira, isto é, fazer com que a fronteira deixe de constituir somente um traço no mapa, para ser um sentimento, alguma coisa de orgânico e inseparável da Nação. É preciso povoar a fronteira, impregná-la de brasilidade, vigiá-la, não tanto para obstar a agressão pelas armas, que, graças a Deus, não temos razão de recear, quanto para aniquilar as tendências de decomposição e desnacionalização que as imensas distâncias poderiam favorecer (CAMPOS, 1940, p. 15)

O decreto-lei 1164 de 1938, foi a primeira “lei de fronteira” a complementar a Constituição. Dois anos mais tarde, os decreto-lei 1968/1940 e 2010/1940, revogaram o decreto-lei de 1938 e o Brasil teve sua segunda lei específica de fronteira.

A faixa de 150 km ao longo das fronteiras foi re-dividida, ficando os primeiros 30 km a encargo do Estado e municípios para povoar com brasileiros natos. Além disso, nenhuma concessão de terra, meios de comunicação ou indústrias poderiam se instalar ao longo dos 150km das fronteiras sem autorização do Conselho de Segurança Nacional. O Conselho era presidido por Vargas, e composto pelos ministros e chefes do Exército e da Marinha.

Um exemplo de solicitação para permanência de estabelecimento comercial em Foz do Iguaçu durante o Estado Novo, foi a solicitação feita pelo italiano Pedro Basso, em 12 de setembro de 1942:

I – A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, em sessão de onze de maio de 1944, resolveu conceder autorização ao Sr. PEDRO BASSO, de nacionalidade italiana para continuar funcionando com hotel e comércio em geral na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme solicitou em requerimento¹³⁸.

A “lei de fronteira” não fazia qualquer restrição à permanência de estrangeiros na faixa de fronteira. O trabalho de regular entrada, permanência, e até expulsão de estrangeiros possuía decretos-leis específicos. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial ocorreram movimentos de retiradas de súditos do Eixo da faixa de fronteira e da faixa litorânea, baseados em outros documentos que foram criados em função dos acontecimentos da época.

¹³⁸ *Ofício n° 1850. 12/09/1942. Arquivo pessoal de Irineu Basso.*

O Brasil quando decretou o estado de guerra em agosto de 1942 (Decreto-Lei 10358/1942), deu o primeiro passo para que se suspendesse a Constituição de 1937. Em estado de guerra, o presidente Vargas tinha o poder, inclusive, de solicitar a retirada de pessoas de zonas que compromettesse a segurança nacional, segundo o artigo 168.

Durante o estado de emergência as medidas que o Presidente da República é autorizado a tomar serão limitadas às seguintes:

- a) detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum; **desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada** em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir;
- b) censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;
- c) suspensão da liberdade de reunião;
- d) busca e apreensão em domicílio. (grifo nosso)

O destaque do artigo acima significa que estava aberto o caminho para que o presidente procedesse conforme sua avaliação da situação. Supor que os súditos do Eixo eram perigosos à segurança nacional significava que medidas seriam tomadas para que fossem tirados de circulação, presos ou retirados das faixas fronteiriças e litorâneas. E isso ocorreu de modo geral em todo o Brasil. No estado de Santa Catarina,

foram inúmeros os casos de pessoas e famílias que tiveram que se deslocar para outras cidades, para o interior, alojarem-se em hotéis, pensões, casas de conhecidos (houve famílias que reconstruíram suas vidas por lá e nunca mais voltaram à antiga moradia). Alguns tiveram que sair por ordem policial; outros iam por contra própria, em busca de segurança, antes que a polícia obrigasse. (FÁVERI, 2004, p. 260)

Em alguns lugares foram criados locais para alojamento de súditos do Eixo evacuados de seus locais de moradia. Em alguns casos, os súditos foram aproveitados inclusive para trabalhos forçados em obras públicas, como a abertura de estradas de ferro. (FÁVERI, 2004, p. 255)

O fato de tirar os súditos do Eixo de todas as áreas de fronteira e litoral gerava controvérsia: se por um lado era o que queriam algumas autoridades, para evitar problemas à segurança nacional, por outro era inviável tecnicamente uma vez que muitas destas pessoas possuíam comércio, agricultura, fundamental à economia da região em que residiam. Desta

forma, não foram **todos os súditos do Eixo** que foram evacuados de **todas as áreas de fronteira ou litoral**.

Quanto à transferência dos “súditos do Eixo” das cidades do litoral para o interior, seriam impraticável devido à desorganização que poderia acarretar na economia por causa das despesas geradas por tal atitude, pois, só na cidade do Rio de Janeiro poderiam chegar a cerca de 200 mil imigrantes ligados ao Eixo. (PERAZZO, 1999, p. 207)

Controvérsias à parte, em 25 de setembro de 1942, o presidente Vargas assinou o Decreto Secreto 10.490-A, que definiu quais as áreas em que a presença de elementos do Eixo poderiam ser nocivas à Segurança Nacional, ou seja, as zonas de guerra.

No Paraná, com mesma data do decreto secreto, alemães, italianos e japoneses receberam ordem de evacuação, em menos de 24 horas, de toda área até 60 km da costa marítima:

Sob a alegação de espionagem e sabotagem, todos os imigrantes foram retirados de suas propriedades, através de ordem de evacuação do Departamento de Polícia Política, executada pelas delegacias regionais de Antonina e Paranaguá [...]. Na lista de imigrantes que deveriam deixar o litoral, constavam o nome de 85 pessoas: 10 alemães, 22 italianos e 53 japoneses. (KIMURA, 2006, p. 104-105)

A ordem de evacuação para os residentes no litoral foi dada porque o Estado do Paraná foi definido como sub-zona de guerra, fazendo parte do “Teatro R – (Meridional) compreendendo: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina¹³⁹”.

Em outubro de 1942 o Ministério da Justiça e Negócios Interiores anunciou uma medida aos súditos do Eixo em que poderia ser adotada “paulatinamente a evacuação dos referidos estrangeiros das zonas que os Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, entenderem mais expostos a atos nocivos a segurança nacional como sejam as zonas litorâneas e estabelecimentos militares”. (PERAZZO, 1999, p. 207)

¹³⁹ BRASIL. Decreto Secreto nº 10.490-A – de 25 de setembro de 1942. *Define e delimita a Zona de Guerra*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2010.

É possível que a evacuação da faixa de fronteira tenha sido considerada no mês de setembro de 1942, entretanto, a Polícia Civil do Paraná não tinha condições de naquele momento realizar a retirada dos súditos da fronteira internacional do estado. Em outubro, a chegada do “delegado especial” à região atingida pela medida, permitiu que começassem as ações concretas para a evacuação dos alemães e italianos que viviam na parte brasileira da Tríplice Fronteira.

Em nossas pesquisas levantamos duas versões para a retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira: o processo segundo o que foi arquivado pela DOPS-PR, e a memória que as pessoas “retiradas” mantêm sobre o acontecimento.

4.3.1 O processo segundo arquivos da DOPS-PR

O documento mais antigo que se refere à retirada dos súditos do Eixo da parte brasileira da Tríplice Fronteira é um telegrama do dia 06 de outubro de 1942, enviado pelo delegado regional de Guarapuava em exercício, Manoel Santos Hilário, para o delegado da DOPS, Valfrido Piloto.

Tendo sido Dr. Cezar Siqueira autorizado pelo EXMO DR Secretário agricultura localizar colônia esta abrindo este município colonos encontram se aqui evacuados faixa de fronteira conforme telegrama exibiu esta regional consulto vossencia para dar trânsito referidos colonos aludida colônia¹⁴⁰.

Em outros documentos, ou nas entrevistas que fizemos, não encontramos referência ao planejamento de uma colônia agrícola para receber os retirados. A forma apresentada na citação acima, nos leva a considerar a hipótese de que o Estado do Paraná cogitou organizar uma colônia para receber os colonos que saíam de Foz do Iguaçu com destino à Guarapuava.

¹⁴⁰ *Cópia de Telegrama s/n. do Delegado Regional de Guarapuava em exercício, Manoel Santos Hilário. 06/10/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

No início de 1942, toda a região oeste do Paraná estava envolvida de alguma maneira na ação de afastar súditos do Eixo das fronteiras internacionais. Guarapuava era a localização central e segura para além da faixa de fronteira, e, como tal, deveria ter uma segurança considerável. Em plena guerra, a região que receberia os súditos das nações do Eixo deveria estar protegida. A proteção desta região foi comentada no jornal *Folha do Oeste* em 11 de outubro de 1942:

Guarapuava está de parabéns!

Deverá chegar, dentro de poucos dias nesta cidade, o 15 R. C. I., que permanecerá definitivamente sediado em Guarapuava.

A fim de conseguir alojamento provisório para essa tropa, em nossa cidade, aqui esteve, em dias da semana passada, uma comissão militar do E. M. R., integrada pelo major Heitor Borges Fortes, capitão Antonio Zumbach da Silva e tenente Adão. Foram postos à disposição dos distintos militares todos os edifícios julgados necessários para o aquartelamento do 15 R. C. I.

A população guarapuavana está organizando imponentes festejos para recepcionar, condignamente, a luzida corporação do glorioso Exército Nacional, que está em marcha par nossa terra.

O “Clube Guayra”, como expoente máximo da sociedade local, fará realizar uma recepção de gala e grande baile em homenagem ao comandante e oficialidade do Regimento¹⁴¹.

Em nenhum momento o jornal citou a chegada de alemães e italianos à cidade ou à região. Esta informação sobre movimentação militar coincide com a data telegrama citado acima, levando-nos a deduzir que os militares haviam estado na região a estudos e para preparar a vinda de um contingente.

Em tempos de guerra e de ditadura, ao noticiar a movimentação de tropas, o jornal local foi advertido pela Delegacia Regional, a pedido da DOPS:

Tendo o jornal “Folha do Oeste”, dessa localidade, em seu numero 11 do corrente, publicado, sob o título ‘Guarapuava está de parabéns’, notícias divulgadas do movimento de tropas, essa Regional deverá notificar os redatores daquele semanário, a não mais publicarem artigos daquela natureza.¹⁴²

¹⁴¹ *Recorte do Jornal Folha do Oeste*. 11/10/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴² *Ofício 1478*. 15/10/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Em anexo a este pedido de notificação, foi enviado as instruções baixadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Se até esta data o jornal não havia noticiado a vinda de súditos para a região, a partir de então era necessário ter a maior cautela possível. A próxima advertência da DOPS não se limitaria a uma “conversa” com o editor, e o jornal poderia inclusive ser interditado.

Em termos de organização prática para a retirada dos súditos do Eixo, identificamos uma preocupação no sentido de transportá-los da faixa de fronteira à Guarapuava. Valfrido Piloto quis, em primeiro lugar, saber a quantidade de pessoas que seriam transportadas e solicitou ao delegado regional de Guarapuava que enviasse “número elementos adultos e menores, interessando saber providências tomadas respeito bagagem e propriedade¹⁴³”.

O radiograma acima (nº 455) não está datado. Entretanto, nos leva a acreditar que trata-se do dia 26 de outubro, data em que o radiograma da seqüência (nº 456), foi enviado para a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu solicitando resposta sobre a quantidade de súditos e como fariam com transporte e com suas propriedades¹⁴⁴.

Na seqüência dos radiogramas, o nº 457 informa à Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, que foi enviado ao “Delegado Guarapuava instruções solução transporte retirantes. Podeis comunicar diretamente com ele¹⁴⁵”.

Quanto ao transporte, Valfrido Piloto orientou o seguinte: “de ordem Secretaria [Segurança Pública] deveis providenciar junto empresa ônibus sentido ser conseguido transporte trezentos súditos Eixo retirantes de Foz Iguaçu para interior Estado¹⁴⁶”. Significa que o delegado já havia visto junto ao seu superior, o Secretário Fernando Flores, o que fazer. Terminou pedindo contato entre a delegacia de Foz e Guarapuava para “combinar medidas”.

¹⁴³ *Radio 455*. s/d. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴⁴ *Rádio 456*. 26/10/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴⁵ *Rádio 457*. s/d. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴⁶ *Radio 458*. s/d. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Desta forma, o delegado da DOPS transferiu aos seus subordinados a responsabilidade quanto a organização de transporte, propriedades e localização ao chegar em Guarapuava.

Quanto ao número de súditos retirados, transporte e propriedades, em 26 de outubro, Glaucio Guiss, informou à DOPS que:

nesta região policial, aproximadamente 200 elementos todos adultos. Acresce, todavia, que muitos familiares Brasileiros acompanhará seus chefes família estrangeiros, daí resultando o número de retirantes se eleva para mais de 300. Relativamente propriedades imóveis, não serão alienadas e sim confiadas pelos próprios elementos parentes ou conhecidos e donos de casas nacionalidade brasileira. Bagagens será transportadas na medida do possível, dependendo somente de meios de condução¹⁴⁷.

Enquanto as delegacias regionais se comunicavam entre si e com a DOPS, no mesmo dia 26 de outubro alguns súditos chegavam à Guarapuava:

I – Comunico a V.Exa, que em data de hoje apresentam-se a esta D.R., os súditos do “eixo” JOAO PALMA, HENRIQUE RATZSCH, ARTUR TEXDOLF, CARLOS GEORG FRIEDRICH e CARLOS BRINKIMANN, oriundos de Foz do Iguaçu, trazendo consigo ofícios nos quais menciona que, em obediência as determinações emanadas desta Secretaria, aqui deverão permanecer até segunda ordem.
II – solicito de V. Exia informações a respeito, de vez que, os mesmos, ficarão nesta cidade aguardando determinação desta secretaria.¹⁴⁸

O delegado não indicou se vinham acompanhados de família ou não. Fato é que estes súditos se apressaram em cumprir a determinação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Embora não haja detalhes do caminho percorrido e meio de transporte utilizado para chegar à região central do estado, é possível que tenham demorado, no mínimo, uma semana de viagem, considerando a situação das estradas existentes.

Nos últimos dias do mês de outubro, o delegado da DOPS ordenou ao delegado regional de Guarapuava, em que autorizou, respectivamente, os súditos de sobrenome Palma e Ratzsch a voltar e permanecer em Foz do Iguaçu até segunda ordem¹⁴⁹.

¹⁴⁷ *Telegrama n° 84*. 26/10/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴⁸ *Ofício 639*. 26/10/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

No dia 3 de novembro de 1942, a delegacia de Guarapuava informou o insucesso quanto à locação de ônibus para transporte dos súditos. Isso significa que, embora alguns já estivessem na cidade, a maioria ainda permanecia em Foz do Iguaçu esperando a decisão da Polícia.

Informo vossencia Empresa ônibus impossibilitada atender no momento transporte dos 300 súditos do Eixo de Foz do Iguaçu por falta absoluta de combustível. Dentre os súditos aqui chegados alguns deles acham-se sem recursos e acompanhados família, sobre o que esta regional necessita urgente instruções.¹⁵⁰

Se antes não havia referência à família, neste telegrama o delegado os acrescenta e ainda indica um problema sócio-econômico: os súditos estão chegando à cidade sem recurso, sem emprego e com a família (provavelmente numerosa). Ao final do documento, é apontado o fato de que os retirados estavam chegando a partir de seus próprios recursos, que foram considerados como precários.

O Secretário Fernando Flores responde à solicitação do delegado regional três dias depois:

Resposta vossa consulta sobre localização estrangeiros e suas famílias evacuadas zona fronteira oeste, autorizo-vos permitir sua localização núcleo Colonial referido o que é ate aconselhável, devendo transporte mesmos ser providenciado interessados. Deveis organizar completa documentação que permita em qualquer tempo conhecer se local destino referidos estrangeiros. Saudações Cap. F. Flores.¹⁵¹

Partindo deste documento não é possível extrair informações que nos ajudem a compreender o ocorrido. Ao contrário, confunde ainda mais: o referido núcleo Colonial não possui maiores registros, e também não foi mencionado nas entrevistas orais. A organização da documentação talvez tenha sido a tarefa mais simples, uma vez que os súditos ao chegarem na nova cidade se dirigiam à delegacia de polícia para identificação.

¹⁴⁹ *Ofício 461*. 31/10/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁵⁰ *Telegrama 174*. 03/11/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁵¹ *Telegrama s/n*. 06/11/1942. Pront. 2226, Top. 245, “Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

No dia 17 de dezembro, o comandante da Companhia Isolada de Fronteira, Moacyr Resende, enviou um telegrama para Fernando Flores com o seguinte teor: “senhora [esposa do] alemão João Heller evacuado Guarapuava pede regresso seu esposo afim liquidar casa negócio e levar família consigo. Referido alemão tem de fato casa negócio distante 15 kms da cidade, mulher e cinco filhos, mãe, e uma irmã¹⁵²”.

Por este telegrama, percebemos que o alemão João Heller foi, em um primeiro momento, sozinho para cidade de Guarapuava. O fato de ter sido o comandante que enviou o telegrama e não o delegado regional ou seu assistente desperta certa curiosidade. Seria ele amigo da família e decidiu se dirigir diretamente ao secretário para aumentar as chances de sucesso na petição?

Cinco dias depois de receber o telegrama, Fernando Flores deu parecer favorável à volta do alemão à Foz do Iguaçu para cuidar de negócios e buscar a família¹⁵³. O secretário também mandou telegrama ao delegado regional de Guarapuava, para que fossem feitos os procedimentos para autorizar a viagem do Sr. Heller¹⁵⁴.

Com esses dados que apontamos chegamos a algumas considerações. O movimento de retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira foi executado pelas delegacias regionais, subordinadas à DOPS, e esta, por sua vez, à Secretaria de Segurança Pública. Não se tratou, contudo, de um movimento organizado no sentido de localizar os súditos do Eixo, encaminhá-los à Guarapuava e dar-lhes uma localização naquela cidade.

O período em que os alemães e italianos saíram de Foz do Iguaçu com destino à Guarapuava, é compreendido entre os meses de outubro e dezembro de 1942. Outubro como

¹⁵² *Telegrama s/n.* 17/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁵³ *Ofício 306.* 22/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁵⁴ *Ofício 906.* 23/12/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

mês inicial em função dos primeiros documentos encontrados e a tentativa de organizar a retirada, e dezembro pela descrição do próprio Delegado da DOPS:

IV – Esta DOPS realizou, recentemente, viagem à zona de Foz do Iguaçu, e teve conhecimento dos ataques que os bandoleiros, - os quateros como são chamados, - vinham, ultimamente, realizando a localidades da fronteira da Argentina e do Paraguai. **Não se tratava, porém de emigrados nazistas procedentes de nosso país, interessados em promover a desordem no território vizinho, conforme se supõe no boletim. Eram bandidos comuns**, alguns já procurados pela polícia do Paraguai, conforme me fez o Tte. Martinez, comandante da guarnição de Puerto Franco. **Os súditos do “eixo” residentes naquele confim do nosso território, não emigraram para os países vizinhos**, e isto se pôde observar quando da chamada de todos, pela Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu, para fazê-los deixar, no sentido do interior do Estado, a faixa de fronteira.

V – O deslocamento dos súditos do “eixo”, da faixa de fronteira para o interior, já está terminado. A cada uma das famílias ou elementos isolados foi dada localização nas fazendas ou cidades, de modo a puderam continuar os labores pela subsistência, e sempre sob as vistas das autoridades locais, a cuja presença terão que comparecer periodicamente. Curitiba, 29 de dezembro de 1942, assina Del. DOPS¹⁵⁵. (grifo nosso)

Estas informações foram prestadas ao comando da 5ª Região Militar pela DOPS, em resposta ao Boletim Militar nº 9. Embora não tenha sido arquivado o boletim, podemos concluir que se tratava de uma denúncia de que “nazistas locais” estavam promovendo desordem na Tríplice Fronteira. A hipótese não era verdadeira, uma vez que se tratava de bandidos comuns e não agentes subversivos. Os militares, segundo o documento, manifestaram, ainda, o receio de que tais agentes estariam agindo na parte brasileira e se refugiando nos países vizinhos. Desta forma, o delegado da DOPS contrariou as pressuposições da 5ª RM.

¹⁵⁵ *Informação referente ao boletim nº 9, de 6/11/1942. 10/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

4.3.2 Súditos autorizados a ficar: discordância entre militares e DOPS

Durante o processo de retirada dos súditos do Eixo, aparentemente a DOPS e a 5ª RM cooperaram nas ações que diziam respeito à Segurança Nacional na região da Tríplice Fronteira. Este clima de cooperação foi colocado em xeque quando uma determinada ação do delegado titular da DOPS foi questionada e cogitou-se revogá-la. O documento é imediatamente posterior à resposta do mesmo delegado que assinou o documento em que não confirmou a hipótese de nazistas estarem promovendo ações subversivas na fronteira.

No dia 6 de janeiro de 1943, o Comandante da 5ª RM escreveu ao Secretário de Segurança Pública:

1. Havendo chegado ao meu conhecimento que a Delegacia Regional de Polícia de Foz do Iguaçu, recebera ordens do Delegado de Ordem Política e Social:

Visando consentir na permanência naquela cidade dos seguintes nacionais das potências do eixo: MONSENHOR KROENER (alemão), LUIZ CARINZIO (italiano – comerciante), PEDRO BASSO (italiano – comerciante e hoteleiro), FRANCISCO ESSE (alemão – empregado do Hotel Cassino Iguassu e ex-oficial alemão durante a guerra de 1914-1918) PRIETO (italiano);

Que autorizara o retorno à dita cidade de JOÃO PALMA (italiano, proprietário do cinema Guaíra e HARTHE (Alemão torneiro da Cia. Mate Lorangeira);

Que prometera determinar, a permanência na mesma cidade de BONIFÁCIO PALMA (italiano – pintor) e o regresso de Guarapuava do austríaco-alemão PAULO SCHWERTNER (hoteleiro) e seu pai de nacionalidade alemã.

Tenho a honra de dirigir-me, a V. Excia., no sentido de interdizer as medidas acima que se afiguram altamente contrárias aos interesses da Segurança Nacional¹⁵⁶. (grifo nosso)

O documento mostra que os militares não estavam mal informados com relação a quem ficou e apontaram, inclusive, para a “importância” sócio-econômica dessas pessoas. Na última frase da citação que destacamos, o verbo **interdizer** está posto no sentido de **proibir**. Assim, o comando da 5ª RM, maior autoridade militar no Paraná e Santa Catarina, dirige-se

¹⁵⁶ *Cópia Ofício 502. 06/01/1943/1942. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

ao Interventor, poder executivo (e legislativo), para que proíba a permanência dos súditos que a DOPS autorizou a permanecerem em Foz do Iguaçu.

Isso significa que para permanecer na Tríplice Fronteira durante a guerra, sendo alemão ou italiano, não era possível ser apenas “amigo” do delegado regional. Era necessário ter elementos para explicar a necessidade de permanência junto às maiores autoridades constituídas para o estado do Paraná.

Como se já estivesse preparado para uma resposta rápida, Valfrido Piloto responde no mesmo dia ao Interventor e ao Comandante. O informativo escrito pelo delegado, pode ser dividido em duas partes: as explicações sobre a retirada e a descrição de cada súdito autorizado a ficar.

Os argumentos de Valfrido Piloto começam por destacar a autonomia da DOPS:

Em virtude de dificuldades surgidas por ocasião da retirada, por parte da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, dos súditos do “eixo”, residentes na faixa de fronteira, essa DOPS recebeu ordem da S.I.J.S.P. de tomar a si a solução dos percalços e casos surgidos [...]. Desde que a segurança nacional não corresse risco e desde eu a medida fosse justificável à luz de uma rigorosa verificação, a DOPS poderia agir como ditasse a consciência do executor¹⁵⁷.

Sendo assim, o delegado da DOPS, homem de confiança do Interventor e do Secretário de Segurança, ficou responsável por resolver os problemas que porventura surgissem. O critério era apenas que “a segurança nacional não corresse risco”, e que fosse feita uma verificação sobre o histórico de cada pessoa, no caso de autorizar permanência na faixa de fronteira. O delegado continua sua resposta e isenta a Secretaria de Segurança de quaisquer responsabilidades:

Queria a S.I.J.S.P. fosse feita a remoção daquela gente, com absoluto rigor, mas também de forma que não comprometesse a serenidade e o bom senso exigíveis para a delicada tarefa, ligada, esta, muito de perto, a uma série de circunstâncias de absoluto interesse das populações que ficavam e da própria economia do Estado¹⁵⁸.

¹⁵⁷ *Resposta ao Ofício n° 502*. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁵⁸ *Resposta ao Ofício n° 502*. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Por esta afirmação, acredita-se que a permanência de alguns súditos do Eixo era necessária para manter a economia do estado e dos brasileiros e estrangeiros “não-súditos” que permaneceriam na região. No esforço de comprovar que o número de autorizados era muito inferior ao de retirados, lemos:

Tratava-se da transladação de varias dezenas de famílias, num total que excedia a trezentas pessoas, com ocupações as mais variadas, e entregues, quase todas, a labores cuja cessação súbita prejudicaria gravemente a vida econômica da zona. [...] Porcentagem insignificante em face ao grande número dos que foram obrigados a sair, exprime bem o rigoroso critério com que o serviço foi feito¹⁵⁹.

Apenas as pessoas definitivamente importantes para a “vida econômica daquela zona” foram autorizadas a permanecer em suas residências e manter seus respectivos trabalhos. Destacamos que os agricultores e carpinteiros não foram considerados tão importantes para a vida econômica, ou pelo menos não havia uma justificativa plausível para que fossem autorizados a permanecer em suas residências.

Valfrido Piloto destacou que para um súdito ser autorizado a permanecer na fronteira havia um “rigoroso critério”. Em outras palavras, diz aos seus superiores que os autorizados não gozavam de benefícios particulares:

E o serviço foi feito com a assistência direta do titular desta DOPS, que se transportou à zona atingida pela providência. Promoveu-se a mudança e a nova localização recomendadas, pondo a salvo de qualquer ação dos elementos locais, a segurança pública, e isso se fez de maneira a mais limpa, contenciosa e rija, e até com excesso de zelo patriótico. De tudo o que fez esta DOPS, o Exmº Sr. Capitão Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, foi informado detalhadamente. Os elementos cuja permanência foi consentido, não receberam nenhum favor oriundo de negligencia ou de qualquer outra falta de exação no cumprimento do dever. E, acentue-se, nenhuma permanência de caráter definitivo.¹⁶⁰

¹⁵⁹ *Resposta ao Ofício n° 502*. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁶⁰ *Resposta ao Ofício n° 502*. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Sobre os súditos autorizados a permanecer na faixa de fronteira, em número de 10 pessoas, e não sete como indicado pela 5ª RM, o titular da DOPS escreveu que “estão eles devidamente fichados, e sob vistas das autoridades locais, embora haja ficado perfeitamente examinada a vida de cada um, nada se podendo admitir contra os mesmos, com referência à segurança nacional¹⁶¹”.

Uma das pessoas que foram autorizadas a ficar em Foz do Iguaçu foi Pedro Basso. Italiano, era dono de um hotel e restaurante na cidade, onde hospedava-se o delegado regional. Em entrevista, seu filho Sr. Irineu, que na época era criança, fez o seguinte relato:

Meu pai veio da Itália trabalhar em lavoura de café. [...]. E o que aconteceu, esse pessoal da colonizadora Espéria [...] eles iam naquelas fazendas e escolhiam a dedo quem é o italiano mais trabalhador, meu pai veio assim [...] trabalhando nesta colonizadora depois de lá pra cá ele abriu uma firma [...] ele veio pra Ca e se deu bem aqui [...] ele já vislumbra um negocio maior [...] ele fez historia, nome de rua, edificio, estádio.[*Durante a guerra*] não incomodaram muito ele não [...] ele tinha um rádio que foi preso [...], esse rádio e um revólver levaram para delegacia. Depois de muitos anos devolveram [...] mas não chegou a ser preso¹⁶².

Basso era uma das pessoas que se deixasse a cidade traria problemas para sua economia. E a DOPS julgava que as demais pessoas autorizadas a ficar tinham tanta importância quanto ele, por isso, discordando nitidamente da recomendação de “cassar” as autorizações de permanência destes súditos do Eixo, fato que caso viesse a ocorrer colocaria em xeque o prestígio do delegado, encontramos a seguinte defesa: “a interdição das medidas tomadas por esta DOPS caso seja deliberada, não seria aconselhável sem, antes, se submeter a exame, *in loco*, o caso de cada um dos estrangeiros em apreço¹⁶³”.

Não encontramos arquivado nenhum documento de resposta a este informativo do dia 6 de janeiro de 1943. Também levantamos que a medida do delegado não foi revogada por seus superiores, mesmo porque, a partir de setembro de 1943 a região oeste do Paraná não

¹⁶¹ Resposta ao Ofício nº 502. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁶² BASSO, Irineu. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 13/03/2009.

¹⁶³ Resposta ao Ofício nº 502. 06/01/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

pertencia mais à jurisdição estadual e sim à federal e militar, por ocasião da criação do Território Federal do Iguaçu.

4.3.3 Lembranças de época: crianças e adolescentes “retirados”

O episódio de retirada dos alemães e italianos da parte brasileira Tríplice Fronteira até 1982 era conhecido apenas pelos “ex-súditos do Eixo” e seus descendentes. Em 12 de junho de 1982, o jornal local *Nosso Tempo*, publicou a matéria “1940: Perseguição aos alemães de Foz” (A PERSEGUIÇÃO..., 1982). Nesta matéria, que não é assinada pelo repórter, são citados diversos fatos da história do Brasil durante a Segunda Guerra, como por exemplo a existência organizada dos partidos nazista e integralista. Também aparecem vários nomes de alemães, que não chegam a serem entrevistados. *Grosso modo*, a publicação chamava à atenção para o fato de que os alemães haviam chegado à cidade no início do século XX, com objetivo de trabalhar e construir uma nova vida. Esta construção foi interrompida porque tiveram que sair às pressas para Guarapuava, e que o acontecimento deixou “mágoas” para estas famílias.

No ano de 2001, a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu reuniu entrevistas feitas por vários jornalistas a pessoas consideradas pioneiras em uma única publicação, a qual citamos na introdução (CAMPANA & ALENCAR, 2001).

Em junho de 2004, a Revista *Painel* publicou, em seu número 219, uma reportagem com o título “Ernesto Keller: um pioneiro iguaçuense no comércio de materiais elétricos”. Comemorava-se 45 anos da empresa do Senhor Ernesto Keller, e um parágrafo foi dedicado ao período em que, ainda criança, foi obrigado a mudar para Guarapuava acompanhando a mãe e o padrasto.

Em 2005, foi publicado no Portal Eletrônico H2FOZ uma matéria sobre o livro “Filha de Imigrantes”, de Elisabeth Neumann. A matéria faz uma propaganda do livro, bem como aponta alguns elementos da retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira. (PIMENTEL, 2006)

De maneira geral, são estas as publicações possíveis de se encontrar em Foz do Iguaçu sobre o fato que ocorreu em 1942. Apesar disso, entre as famílias atingidas pela medida, ela nunca foi esquecida, ao contrário, é sempre lembrada quando se reúnem aqueles que eram crianças ou adolescentes durante a Segunda Guerra Mundial.

A autoria e publicação do livro *Filha de Imigrantes*¹⁶⁴ é um exemplo de que não foi esquecido este momento pelos descendentes dos súditos do Eixo. A história do livro começou com o aprendizado de informática da senhora Elisabeth Newmann que reside em Curitiba. Em visita aos irmãos, Franz e Guilhermina, em Foz do Iguaçu, conversaram sobre os acontecimentos que marcaram suas vidas na infância e juventude. A partir desses diálogos, a autora escreveu suas memórias.

Elisabeth aborda várias temáticas da vida pessoal e familiar, destacando a vinda dos pais e avós para o Brasil, sendo eles agricultores pobres e, como tal, se organizaram e se adaptaram de acordo com as condições que encontraram. A autora nos induz a visualizar um pouco de como eram os costumes (modo de vestir, comer, festar), as leis (como emplacar bicicletas e carroças), entre outras coisas. Ao avançar os anos, relata as mudanças nos costumes, nos modos, o contato com uma cidade grande (o fato de ir morar em São Paulo), a profissão, o pai enérgico, o casamento, os carros da época, a vida religiosa, etc.

Com relação à retirada dos súditos do Eixo, Elisabeth escreveu que

¹⁶⁴ O livro com as memórias da autora não foi comercializado, e é possível encontrá-lo apenas com a família.

Assim [com a entrada do Brasil na II Guerra], tivemos que sair. Marcados por uma situação traumatizante, que como brasileira, apesar de cultura alemã, até hoje é muito difícil de aceitar, mesmo reconhecendo as terríveis passagens que a ditadura nazista cometeu [...]. Longe da guerra propriamente dita, fomos banidos do nosso lar com a presença de policiais armados, como inimigos declarados, sem consideração pelas crianças, *crianças brasileiras*.

Guarapuava estava super lotada com a chegada de tanta gente, embora alguns dos exilados tenham ido para outros locais. Um tio, juntamente com a família, foi para o norte do Paraná, até Campo Mourão, onde, meus primos, moram até hoje. Minha irmã casada, com a família, foi morar em Pitanga. Assim, muita gente procurou seu novo destino longe da fronteira. (NEUMANN, 2005, p. 33 e 37)

É válido lembrar que o livro não se dedicou a reconstruir o acontecimento da retirada dos súditos do Eixo. Entretanto, mais que estas passagens citadas, dois poemas em anexo nos chamaram a atenção. O primeiro, traduzido do alemão pela autora, “Sangue Germânico” foi escrito em alemão pelo Sr. José à Martin Nieuwenhoff quando ele completou 70 anos no dia 28 de maio de 1966:

[...]
Estourou a Segunda Guerra
Assustando toda a terra.
Veio a ordem de evacuação,
Para os alemães uma humilhação.

Também o Marthen teve de sair,
Da fronteira, para longe partir.
Novamente tomou a carroça,
Mulher, filhos e toda a joça.

O que aconteceu, melhor esquecer,
Aos detalhes não se prender.
Marthen tinha confiança,
Continuava com esperança.

Então a guerra terminou,
E a situação toda mudou.
Esqueceu todo desgosto,
Voltou a Foz do Iguaçu disposto.

Como na ida, na volta outra vez,
Vales, serras, a tristeza se desfez.
Por buracos, pedras, muita coragem,
No retorno foi mais alegre a viagem.

Altos e baixos, tudo superou,
Quando em sua casa entrou.
Os amigos gritam VIVA!!!
O Marthen de volta está.
[...] (NEUMANN, 2005, p. 34)

O segundo poema foi escrito por Elisabeth e oferecido à sua irmã Marta por ocasião de seu aniversário de 70 anos, em outubro de 2002:

[...]

Viajando à Guarapuava,
 Nem doente se queixava.
 Pó, lama, rios, sol, chuva,
 Sobe empurra, descendo segura.
 Quase um mês no carroção,
 Lembram como a mãe fazia pão?
 (NEUMANN, 2006)

Nas comemorações importantes da família, os 70 anos do patriarca, os 70 anos de uma das suas filhas, em 1966 e 2002, ainda estava presente na memória o acontecimento em que foram obrigados a sair da cidade.

Dona Guilhermina nos contou que alguns críticos da própria família sentiram que o pai (Martin) estava mais presente que a mãe (Joana) neste livro. Confirmando isto, Sr. Franz nos entregou um texto não publicado, da mesma Elisabeth, escrito pouco tempo depois do livro. O texto **Mãe Joana sem casa** também tem as características do livro: abordar vários assuntos, mas não deixa de recordar do momento da retirada:

Vinte e oito dias na estrada, vinte oito noites mal dormidas, mais de trezentos quilômetros numa carroça, por picadas no meio do mato, atoleiros, rios, montes e vales. Chegaram à Guarapuava para se apresentar na polícia com o “Salvo-Conduto”, documento para controle de estrangeiros na época. A cidade está superlotada com a chegada de todos os estrangeiros expulsos das fronteiras. Em lugar de casa, mãe Joana e sua família passaram o Natal e o Ano Novo daquele ano num rancho de sapé, mesmo lugar onde dormem os “safristas”, quando chegam com seus porcos. Um mês depois, no limite de suas forças, Mãe Joana finalmente vai morar numa pequena casa de quarto, sala e cozinha, longe da cidade, com um pedaço de terreno para fazer uma horta. Não é sua casa, mas consegue acomodar a todos e ainda dar um jeito, quando aparece alguém para passar uns dias – ou muitos dias. De manhã, as crianças maiores vão à escola, que fica longe, na cidade. Depois, soltas no campo, brincam, se divertem. O problema é que pai Martim vai trabalhar longe, às vezes passa semanas e até meses sem vir para casa. Mãe Joana procura aceitar e resolver as situações. Mas não é feliz. Na Europa, a guerra continua, preocupa, entristece. (NEUMANN, 2006)

As memórias de Elisabeth indicam que na memória familiar jamais se esquecerá a retirada dos súditos do Eixo da parte brasileira da Tríplice Fronteira.

Das entrevistas que fizemos, separamos por assunto o que os entrevistados nos disseram. Começaram lembrando de seus pais, da viagem forçada que fizeram à Guarapuava, da forma pela qual passaram os primeiros dias naquela cidade, e como foi a volta. Por uma questão didática, separamos por tópicos equivalentes a estas temáticas nossa análise das entrevistas.

4.3.3.1 A lembrança dos pais

A primeira lembrança e referência de nossos entrevistados foi a figura do pai e da mãe. Martin era o patriarca da família Nieuwenhoff, ele e sua esposa tiveram seis filhos, sendo cinco mulheres e um homem. Franz Nieuwenhoff lembrou de seu pai como um homem que acompanhou o sogro em 1912 quando vieram para o Brasil e chegaram ao Porto de Paranaguá. Do Porto foram para Curitiba e acomodados em Cruz Machado, onde passaram por dificuldades no trato da terra para a agricultura. Por fim, mudaram-se em 1928 para Foz do Iguaçu, numa viagem que durou 3 meses, mas que foi compensada por receberem boas terras para produzir.

Franz se lembra do pai como um trabalhador a quem acompanhou na ida para Guarapuava, quando foram obrigados a deixar a cidade de Foz do Iguaçu.

Dona Guilhermina se lembra do pai como um homem muito animado. Promovia bailes em sua casa, brincava com as crianças, trabalhava como carpinteiro, e também construiu sua própria casa. Para ela, o pai era “muito questionador, sabe, ele lia muito”. E muito conhecido na cidade, “porque ele era carpinteiro, construía casas, pontes...” a opinião do pai era contrária a ter que deixar sua casa e seus pertences para mudar para Guarapuava.

ele não achava justo nos termos que sair daqui da fronteira, porque ele não era alemão, ele era holandês, ele veio com seis anos da Holanda, e nós todos os filhos nascidos no Brasil, nos todos éramos brasileiros, então por que tinha que sair daqui, só minha mãe era alemã, mas acontece que a gente falava a língua em casa¹⁶⁵

Martin não concordava com a saída, tanto que precisou que um delegado, que era seu amigo lhe fizesse um alerta:

olha o senhor não pode ficar aqui, vocês só falam alemão em casa, se chegar a polícia, os militares, acho que do Exército, não sei como que era direito na época, se eles chegarem vir, prender, até massacrar a família, até provar por A mais B, sua família vai sofrer, podem até machucar alguém, eles vão chegar com violência, e a gente não sabe como que vai ser¹⁶⁶

Sobre a mãe, Dona Guilhermina contou que era uma mulher muito ocupada com os afazeres domésticos, principalmente em função da irmã mais velha, que viveu 42 anos numa cama em estado vegetativo.

O senhor José era filho de João Schloegoel e por vários momentos lembrou da tristeza de seu pai após o ocorrido.

Receberam isso [ordem de retirada] por uma notificação por escrito e meu pai, como era “súdito do eixo” ele também foi incluído nesta lista e isso, como diz, machucou ele de tal forma de que ele ficou, aquilo entristeceu ele para sempre... ele diz assim: netos, nunca teve o mínimo atrito com as autoridades constituídas, nada, nunca. Meu pai naquela época tinha (ele era de 1877) ele tinha 68 anos [...]. Esse acontecimento pro meu pai pra minha mãe não ele nunca mais de recuperaram dessa época, pro meu pai foi uma tragédia isso [...]. Meu pai nem alemão era, era da Áustria, minha mãe, mas como a Áustria foi anexada em 38, eles foram considerados súditos do eixo. Meu pai ficou muito triste porque ele disse assim, eu tenho filhos brasileiros netos brasileiros, eu não merecia isso. Realmente não merecia.¹⁶⁷

O senhor João Schloegoel morreu mais triste e inconformado por isso, considerava uma injustiça para com ele que era um cumpridor das leis brasileiras e nunca havia se envolvido com política.

¹⁶⁵ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

¹⁶⁶ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

¹⁶⁷ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

O senhor Ernesto, diferente dos anteriores, era órfão de pai. Sua mãe havia casado com um brasileiro cujo ofício era eletrotécnico, e que havia sido criado na Alemanha onde havia inclusive servido ao Exército. Para ele, este homem foi o motivo de terem que deixar a cidade. Apenas sua mãe e a família ele acredita que não precisariam ter mudado.

Foz do Iguaçu dependia naquela época da Argentina senão tinha que vir d ponta grossa o mantimento. [na época da guerra foi proibido ai passava a noite o contrabando] Morávamos no Elisa II, [...] [a]travessava a picada ali e buscava as coisas lá e pegaram ele uma noite, com uma lata de querosene nas costas vindo pra cá. Tinha comprado, vinha pela picada atravessando [...] e ele foi denunciado e a turma esperaram ele e prenderam e ficou preso e foi deportado para Guarapuava. E a família, bom minha mãe dependia dele também, montão de filhos pequenos [...] fomos todo mundo pra lá¹⁶⁸

Foi assim que começavam nossas entrevistas, as recordações do passado necessariamente iniciavam: com a lembrança dos pais. Esta lembrança em alguns casos foi acompanhada de lágrimas, por boas ou más recordações que vinham aos nossos entrevistados.

Para eles, a vida foi difícil, o fato de terem que deixar suas casas, objetos, plantações foi ruim, mas ainda poderia ter sido pior. Para o Sr. Franz, a situação não foi pior porque os avós, alemães, foram na frente para Guarapuava e já haviam conseguido um local para morar quando eles chegaram lá.

O Sr. José acredita que para sua família a situação não foi pior porque ele era o mais novo, único solteiro e já adolescente, portanto, não havia criança em casa, e isso sim teria tornado a vida muito mais difícil naquele momento.

Já para o Sr. Ernesto, o fato de terem ido de caminhão e não de carroça foi muito melhor. Para ele, o sofrimento foi maior para quem teve que ir de carroça.

¹⁶⁸ KELLER, Ernesto. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 23/09/2009.

4.3.3.2 A viagem e a chegada em Guarapuava

Cada um de nossos entrevistados fez um relato sobre a viagem e o momento em que chegaram na nova cidade. Para D. Guilhermina, o sofrimento maior deve ter sido o da sua mãe que tinha que conciliar as tarefas domésticas em plena viagem. Era necessário preparar a comida, lavar a roupa, etc. principalmente porque a filha parálitica não se movia na cama acomodada no meio da carroça.

[...] E nos éramos em cinco irmãs, [...] e a mais velha era parálitica, era paraplégica era um bebê, viveu 42 anos só na cama [...] nem se virava sozinha, tinha que dar de comer na boca, banho, limpar, tudo... e essa menina foi junto quando nós fomos daqui, então imagina na carroça onde ia toda a roupa, comida, utensílios domésticos, tinha que ter a caminha dela no meio da carroça [...] e nós duas menores ficávamos sentada do lado e as minhas irmãs mais velhas no meio, mas a maior parte do tempo minhas irmãs andavam também, minha mãe maior parte do tempo andava ao lado da carroça, de vez em quando ela cansava muito que montava na carroça ou de cavalo [...] foi uma viagem muito sofrida. E geralmente tinha que para num lugar onde tivesse água, principalmente para cozinhar, para lavar as roupas da minha irmãzinha [...]. Lá em Guarapuava a gente ficou morando numa casa que era do meu avô, ele tinha ido na frente, ficado numa casa lá e daí mudado para outro lugar, mas pouco tempo. Meu pai conseguiu emprego em uma fazenda que criava ovelha e cedeu uma casa pra gente, daí lá a gente morou lá uns dois anos¹⁶⁹.

Também destacou que tiveram que morar junto com os avós que tinham ido na frente até o pai conseguir emprego em uma fazenda. A entrevistada nos relatou que o pai começou a trabalhar nesta fazenda como um empregado que fazia qualquer serviço que lhe fosse pedido. Era a necessidade que o patriarca tinha de trabalhar para manter sua família.

O Sr. Franz descreveu com mais detalhes o fato dos avós terem ido na frente, e de certa maneira possuírem um pouco de recurso, o necessário para comprar uma casa para morar naquela cidade:

Meu avô teve que sair também [...]. Ele Também foi de carroça, então ele tinha vendido bastante coisa aqui em Foz, chegou lá comprou uma casinha, depois de um tempo lá, tivemos que morar seis ou sete famílias numa casa só. Imagine, chegou 150 famílias numa cidade que não tinha nada¹⁷⁰.

¹⁶⁹ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

¹⁷⁰ NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

Na fazenda em que o pai foi trabalhar provavelmente foram empregados outros alemães que vinham do interior. Isso nos leva a considerar que houve um aumento de mão de obra, de pessoas querendo trabalhar de qualquer coisa a qualquer custo, e isto deve ter contribuído ainda mais para a situação de miséria de algumas das famílias que lá chegavam.

Situação diferente foi a vivida pelo Sr. José. Para ele, o pai já velho e construtor de canoas passou por dificuldades de conseguir emprego porque não havia este ofício na cidade que não era “portuária” como Foz do Iguaçu naquela época.

[Fomos] para Guarapuava, nós tivemos sorte que fomos de caminhão, [...] mas como lá todo mundo convergia para lá, daqui da fronteira, então houve um acúmulo de pessoas que não havia mais ocupação para eles... não havia! [...] Meu pai fazia uns bicos, era construtor de barcos e canoas, ele tinha muita prática, mas lá não tinha onde empregar, cidade serrana [...].¹⁷¹

Esta dificuldade não foi encontrada pelo padrasto do Sr. Ernesto, porque ele era eletrotécnico, e além de levar seus equipamentos, tinha sua própria oficina. Em Guarapuava chegou a prestar serviços até para batalhão do Exército. A viagem foi descrita como longa, dificultosa pela quantidade de vezes que quebrava o caminhão, e dispendiosa, porque da forma como foram era necessário parar em hotéis pequenos e gastar com hospedagem e alimentação.

Ele [*o padrasto*] foi primeiro arrumou casa pra morar, não sei quantos meses depois, sei que marcamos começo de janeiro [...] juntamos todas as coisas que pudemos juntar e fomos em cima de um caminhão [...] fomos 3 famílias no caminhão [...] levamos 7 dias pra chegar em Guarapuava, caminhão quebrou [várias vezes] a gente brincava mas o negócio era sério tinha que pagar naqueles hoteizinhos, pousadas [...] nós fomos felizes porque nós fomos de caminhão mas a maioria dos colonos por aqui foram de carroça [...].¹⁷²

¹⁷¹ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

¹⁷² KELLER, Ernesto. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 23/09/2009.

Para as crianças, a viagem era uma mistura de aventura e brincadeira. Os adultos compreendiam, discutiam e discordavam entre si, ao mesmo tempo em que eram obrigados a deixar seus bens para trás, com data indefinida para voltar. Provavelmente quando acabasse a guerra poderiam voltar, então esperavam para que o conflito acabasse logo.

4.3.3.3 Entre adultos, carroça, caminhão e bagagem: adolescentes e crianças

A adolescência dos senhores Franz e José foi marcada por este acontecimento que investigamos. Para eles, o fato tem um significado especial, pois se tratava de uma fase decisiva e importante de suas vidas. O Sr. Franz teve logo que trabalhar apenas à troca da comida, que ainda era racionada.

[...] e ninguém tinha emprego. [...]. Mas, era difícil. Eu fui trabalhar num açougue pela comida. E o frio que fazia. [...] primeiro serviço que meu pai arrumou foi ajudante de posseiro. Logo depois conseguiu trabalhar de carpinteiro. Fiquei quase um ano no açougue. Depois fui trabalhar de pintor com um alemão, ele era meio maluco, era neurótico da Primeira Guerra [...]¹⁷³

O Sr. Franz nos contou que conseguiu um trabalho na fazenda em que o pai trabalhava, mas que ele o obrigou a deixar o trabalho em função de um amor proibido. O adolescente teve alguns encontros com a filha do fazendeiro, e seu pai, provavelmente atordoado pelos últimos acontecimentos, preferiu que abdicasse o trabalho à passar por problema ou constrangimentos dadas as diferenças sócio-econômicas.

Para o Sr. José, entretanto, o acontecimento que tanto abalou seu pai teve uma fundamental importância na sua profissionalização. O então menino saiu de Foz para Guarapuava e depois foi morar com seu irmão em São Paulo. Conheceu a cidade grande, bem como teve a oportunidade de estudo profissional, o que não teria tido em Foz do Iguaçu.

¹⁷³ NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

O meu irmão mais velho que eu ele tinha ido para SP ele estava empregado, trabalhando lá numa indústria, e eu fui atrás dele cheguei La ele arrumou também um lugar para mim trabalhar e puxei meu pai e minha mar pra SP ate terminar a guerra

Afinal de contas, é mais um episódio triste, mas pra mim principalmente foi bom porque ali eu tive oportunidade de terminar meus estudos, eu estudava a noite, e me profissionalizar, que eu não teria essa oportunidade aqui. Eu fiquei nove anos em São Paulo. [...] Pra mim foi uma experiência positiva porque eu aprendi muito com isso ai, tanto do ponto de vista sociológico como político econômico, foi muito bom, eu como filho lucrei com isso, e Foz naturalmente naquela época, [...] isso aqui era um vilarejo, uma cidade pequena¹⁷⁴

Assim, os adolescentes descreveram como foi a retirada da cidade do ponto de vista de quem viveu os acontecimentos. Já as crianças, encaravam quase tudo como brincadeira. Isto não significa que não tivessem medo. D. Guilhermina, por exemplo, sentiu medo que seu pai morresse numa determinada ocasião. Além do medo de que acontecesse algo ao pai, a entrevistada também lembra da falta de leite, pois a vaca leiteira teve de ser vendida antes da partida.

[...] uma coisa que ficou gravado que eu lembro que me chocou muito foi que iam mais pessoas com carroças, e os outros carroceiros moradores que iam de um lugar para outro, e em uma região que eu não sei que região que é, tinha uma parte que era terra baixa, barro, pântano mesmo, alagadiço, e eu lembro que as carroças não passavam porque tava chovendo muito e a gente parou e não sei, ficamos dois dias ali porque estava chovendo muito, daí depois eles colocavam duas três juntas de cavalo na frente de uma carroça e atravessavam aquele pântano, voltavam com os cavalos punham em outra carroça e eu lembro, que olhando da carroça meu pai empurrando com o barro até o joelho, isso eu lembro, meu pai atolando naquele barro com os cavalos e a gente em cima da carroça. Isso eu lembro, isso me ficou gravado, me traumatizou porque eu tinha medo que meu pai ia cair ia se afogar naquele barro, naquela água, mas minha irmã não lembra [...].

Na primeira noite que a gente dormiu, na segunda, na primeira provavelmente tinha leite, mas na segunda noite, minha irmã que é gêmea comigo, pediu leite e ai minha mãe falou que não tinha leite, daí minha irmã perguntou: mas a mãe não tirou leite da Xina, era a vaca que nos tínhamos, daí diz que minha mãe começou a chorar por que [...] então são essas coisas que eu tenho na lembrança, depois deu um temporal de granizo [...] mas no livro a minha irmã conta muito sobre a viagem [...].

¹⁷⁴ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

Dona Guilhermina também lembra de sua mãe sempre à procura de rios e riachos para lavar a roupa, fazer comida e banhar a filha parálitica,

acontecia coisas que a gente ria depois, mas mais o que ficou foi o sofrimento, porque minha família era meu irmão que já tinha ido antes, e nos éramos em cinco irmãs, [...] foi uma viagem muito sofrida. E geralmente tinha que para num lugar onde tivesse água, principalmente para cozinhar, para lavar as roupas da minha irmãzinha [...].

O Sr. Ernesto também se lembra do trabalho que fez em Guarapuava. Distribuía panfletos do cinema e vendia frutas na cidade. Mesmo com pouca idade já ganhava o suficiente para comprar tecidos para a mãe fazer suas roupas. Mas, o fato que marcou profundamente o Sr. Ernesto foi o preconceito:

[...] naquele tempo em Guarapuava me chamavam de 5ª coluna, alemão batata, tinha uns que faziam Heil Hitler pra mim [...] o que a gente sofreu na escola, até o próprio professor lá [...] um dia disse pra mim [...] seu alemão não sei de que.. aquilo me doeu tanto de ouvir de um professor, quase não quis mais voltar pra escola tinha 10 11 anos, eu fiquei tão chateado [...] porque molecada você brinca, leva na brincadeira [...] mas era injustiçado, o único defeito era falar alemão.

O olhar para o passado demonstra uma indignação. Para um senhor de mais de 60 anos hoje não há justificativa coerente para o que aconteceu. Neste caso específico, o menino tinha um apego à escola e considerava seu professor um exemplo a ser seguido. O que lhe passou em função dos acontecimentos marcou profundamente sua vida, passados mais de 60 anos do ocorrido, o faz emocionar-se ao lembrar que a função do professor não deveria ser esta.

A viagem para Guarapuava aconteceu, mas a permanência naquela cidade não era definitiva. Alguns foram para outras cidades do interior do Paraná, enquanto que outros preferiram morar na Argentina, e quando cessou as hostilidades em 1945, os retirantes puderam voltar para a parte brasileira da Tríplice Fronteira.

4.3.3.4 A volta: viagem, propriedades e os que não voltaram

Anteriormente comentamos que a DOPS foi informada de que as pessoas deixavam suas casas e pertences sob gerência de amigos ou parentes. Cada um dos entrevistados teve algo a dizer sobre o que encontraram em Foz quando retornaram.

Para D. Guilhermina, a volta foi menos sofrida porque “Em [19]45 terminou, a gente voltou daí a gente voltou de caminhão já. Meu pai voltou de carroça com meu irmão e nós voltamos num caminhão junto com a família Nadai¹⁷⁵”. Sobre o momento exato em que chegaram à propriedade às margens do Rio Iguaçu, “Eu não lembro da nossa saída nada, eu lembro da nossa chegada [...] a gente chegou [...] já desceu lá porque era tempo de laranja, porque lá em Guarapuava era muito difícil conseguir laranja”.

D. Guilhermina nos contou que correram junto à laranjeira e ali mesmo comiam seu fruto, abundante no quintal de sua casa e raridade em Guarapuava. Quanto à propriedade, relatou que não houve danos “porque quando nós fomos meu pai deixou um senhor, um jovem recém casado ele ficou”¹⁷⁶ tomando conta dos bens da família.

O Sr. Franz confirma o que foi dito pela irmã, mas lembra que nem todos tiveram a mesma sorte. Houve casos em que, pelo abandono às pressas, as casas e animais ficaram sem quem os protegessem e, conseqüentemente, foram depredadas.

[...] e daí nossa chácara ficou pra um filho de um agricultor vizinho nosso que inclusive tinha sido convocado de novo, já tinha servido mas como era tempo de guerra foi convocado de novo. Então, ele foi morar lá [...] quando viemos aí encontramos nossa chácara boa. Teve gente que voltou não encontrou nem casa. Senão tinha só o esqueleto da casa, não havia mais janela não havia mais porta, piso, o que era de madeira tinha acabado. Meu tio era um desses tinha uma casa de material tava só o esqueleto da casa. Meu tio era dinamarquês¹⁷⁷.

¹⁷⁵ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

¹⁷⁶ PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

¹⁷⁷ NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

O Sr. José confirmou que nem todos encontraram suas propriedades em bom estado. Já haviam se passado mais de dois anos, e mesmo que ficassem pessoas cuidando das plantações e animais, não cuidariam como os donos. Talvez por isso a sensação de decepção foi ainda maior.

Terminado o conflito meu pai recebeu novamente permissão para voltar, voltou mas vou lhe dizer era outra pessoa, e também quando ele foi ver aquilo que ele deixou e aquilo que ele encontrou foi uma decepção absoluta acabaram com tudo. Afinal de contas, é mais um episódio triste¹⁷⁸.

A mãe do Sr. Ernesto separou do padrasto e resolveu voltar para Foz do Iguaçu quando terminou a Segunda Guerra Mundial. Tiveram um problema com a pessoa que haviam deixado em seu pequeno sítio antes de ir para Guarapuava:

voltamos depois que terminou a guerra daí voltamos, voltou minha mãe, o padrasto ficou lá, o padrasto e um meio irmão. Chegamos aqui nossa chácara, deixamos um camarada cuidando e ele [...] disse bom eu trabalhei aqui vou querer ficar com a metade, e ele dividiu e a chácara era pequena 8 alqueires, aí meu irmão Alfredo teve que pegar advogado pra tirar ele de lá, conseguiu tirar [...]¹⁷⁹

Outra injustiça que o Sr. Ernesto teve que conviver ao chegar foi deparar com a situação de um invasor na propriedade da família. Para ele era um oportunismo daquele que havia ficado cuidado da propriedade, pois, sua mãe era viúva e com a quantidade de filhos para cuidar não teria condições de recorrer, logo, ele ficaria com metade do sítio da família Keller.

O número de entrevistas que fizemos ficou restrito e limitado por uma questão de tempo e organização. A cada entrevista encontrávamos outros nomes e referências que não eram menos importantes que nossos entrevistados. Entretanto, foi necessário escolher estes e trabalhar com eles para os limites desta pesquisa.

¹⁷⁸ SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

¹⁷⁹ KELLER, Ernesto. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 23/09/2009.

Também destacamos que para todas as pessoas que entrevistamos e tivemos contato, a mudança para Guarapuava de certa forma foi um marco em suas vidas. Houve modificação, que permite hoje uma reflexão do antes da partida, do período em que ocorreu o processo (da saída de foz, permanência em Guarapuava e volta para a cidade), e depois, ao chegar e encontrar suas coisas não mais da forma que haviam deixado.

O movimento de retirada esteve ligado com o momento em que o Brasil entrou na guerra, principalmente nos anos críticos em que se fazia necessário controlar os alemães e italianos para que não houvesse qualquer tipo de colaboração com a causa do Eixo. Como consequência, pessoas comuns também pagaram o preço por todos aqueles que poderiam ser colaboracionistas em potencial.

Assim como teve um começo em 1942, o movimento teve um fim em 1945, e depois disso não houve nenhum tipo de repressão aos alemães e italianos na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Portanto, o que ocorreu na fronteira internacional do Paraná foi estritamente datado, e o período do auge da repressão foi de outubro de 1942 a maio de 1943, sendo que antes deste período houve uma repressão mais esporádica, e depois desse período houve um relaxamento na forma de combater as pessoas que haviam nascido ou eram descendentes de países do Eixo.

4.4 O “ABRANDAMENTO”

Chamamos de “abrandamento”, o período que inicia em maio de 1943. É a partir deste momento que não são mais arquivados documentos referentes à vigilância ou repressão por parte da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Quem havia sido retirado e quem recebeu autorização para permanecer, a partir deste mês não precisou se preocupar com a ação policial.

Naquele mês o “delegado especial” foi transferido para a Delegacia Regional de Londrina, afinal já havia cumprido sua missão de vigiar os súditos do Eixo. Temos, assim, mais um indício de que tal delegado estava a cumprir uma missão especial de combate aos súditos do Eixo na fronteira. Seu substituto foi um sargento local e não um bacharel enviado de Curitiba.

Após a saída de Glaucio Guiss da delegacia de Foz do Iguaçu, foram arquivados alguns casos que ocorreram na parte brasileira da Tríplice Fronteira. Dos casos arquivados, nenhum teve como envolvidos os súditos do Eixo. Mesmo porque, a maioria já havia sido retirada da cidade, e os que aqui ficaram foi por consentimento das autoridades policiais.

Na pasta da Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, foram arquivados documentos específicos sobre atuação do delegado regional somente até final de 1943. Poucos documentos foram arquivados com datas de 1944 e 1945, mesmo assim, não passam de fragmentos que não dizem respeito aos súditos do Eixo. Para exemplificar os casos que o substituto de Guiss se “envolveu”, citamos a solicitação de um hotel para que fosse regulamentada a entrada e saída de estrangeiros do Porto Meira; faremos referência a casos esporádicos que ocorreram, e, por fim, a visão que o comandante militar tinha deste delegado civil.

Imediatamente após a partida do “delegado especial”, o gerente do Hotel Cassino escreveu uma carta ao Secretário de Segurança

Empenhada a S. A. Hotéis Iguassu em difundir o turismo nestas esplêndidas regiões do Paraná e em colaboração com os Exmos Governos Federal e Estadual, vem respeitosamente expor uma situação de fato, solicitando uma medida que reconduza o turismo para estas regiões que está sendo desviado pelas Agências para o lado Argentino, que oferece maiores vantagens.

Existe aqui na fronteira um porto oficializado sobre o Rio Iguassu, fronteiro com a Argentina e que sempre serviu de trânsito entre o turismo de ambos os lados para a visita das Cataratas do Iguassu;

Acontece que, depois de servir de passagem há longos anos, resolveu a Polícia local proibir o trânsito de turistas permitindo somente a passagem de moradores argentinos e brasileiros moradores na fronteira. Para turistas exige a Polícia que entrem e saiam somente pelo Porto Foz do Iguassu que é oficial.

Resulta desta situação grande prejuízo para o turismo brasileiro, que não pode, pelo Rio Paraná (Foz do Iguassu) chegar as Cataratas Argentinas pela falta de embarcações neste porto, não acontecendo o mesmo com os turistas argentinos que dispõem de todos os recursos em transportes terrestres e fluviais, dado-se com isso uma situação privilegiada para a Argentina [...].

Por terra ao Porto General Meira levamos meia hora e seriam os turistas, como sempre o foram, controlados na saída e regresso pelas autoridades policiais e alfandegárias que em General Meira estão sediadas. Existe trânsito regular de pessoas por este porto e seu fechamento exclusivamente para o turista que vem especialmente para esse passeio constitui, como toda exceção, uma situação vexatória e que grandemente está prejudicando o turismo em favor do estrangeiro¹⁸⁰.

A situação que é apresentada pelo hoteleiro diz respeito a um problema de localização de um porto para que ficasse mais acessível aos turistas. Para ele, uma medida administrativa poderia resolver o problema. E, ninguém melhor que o destinatário da carta, “dotado de espírito de brasilidade” para resolver o problema:

Como se trate exclusivamente de um caso da alçada policial e que talvez tenha sido tomado em momento precipitado, apelo para o esclarecido espírito de justiça e brasilidade demonstrados por V. Excia. para recolocar o turismo brasileiro, com a permissão solicitada, em igualdade de condições com os turismo fronteiriços evitando assim a situação de inferioridade que nos encontramos.

V. Excia. poderá aquilatar a dificuldade de responder aos turistas brasileiros e estrangeiros que ora procuram as Cataratas do Iguassu em grandes caravanas, porque motivo não podemos cruzar para o lado argentino enquanto eles livremente vem ao nosso, apesar de possuímos uma boa estrada por terra e um ótimo serviço de canoa argentino que se presta a este trânsito no rio Iguassu.

Esclareço a V. Excia. que as autoridades argentinas de Puerto Aguirre, não se opõem em absoluto, e, pelo contrário, procuram fomentar esse intercâmbio turístico oferecendo-se para aplainar qualquer dificuldade de momento que as vezes surge pela irregular documentação.

¹⁸⁰ *Carta ao Secretário do Interior e Segurança Pública*. 07/05/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

José Acylyno de Castro é quem assina esta correspondência, e, não desqualificou as medidas tomadas pelo “delegado especial” no final de 1942. Em vários outros documentos encontramos o nome do remetente como membro da equipe policial, recomendado inclusive para ser sub-delegado de Guaíra no final de 1943.

O então delegado regional de Londrina respondeu no dia 16 de maio, ao Secretário apontando as causas da medida questionada:

[...] Pelos seus dizeres, percebe-se que a intenção policial foi de identificar com a máxima segurança possível todas as pessoas em transito por aquela longínqua localidade da fronteira.

[...] O exame de documentos das pessoas que vem ao Brasil, só podem ser feitos com eficiência no porto de Iguazu. Porto General Meira, pela distancia que se encontra, e pela condição de não ser oficializado oferece inúmeras dificuldade ao serviço policial e aduaneiro. Com os atuais recursos não é mesmo possível atendê-lo.

Tendo em consideração o desenvolvimento do Turismo no Brasil, somos de opinião que o Porto Meira seja franqueado aos turistas, quer sejam nacionais ou estrangeiros, desde que a Polícia Civil e a Polícia Aduaneira sejam dotadas de completos recursos para atenderem suas atividades naquela zona¹⁸¹.

No verso, o delegado enviou a cópia da Portaria que regulamentou a entrada e saída de pessoas nacionais e estrangeiras pelos portos de Foz do Iguazu. A medida foi tomada em 31 de outubro de 1942, assim que ele chegou à cidade.

Com este parecer, o delegado regional de Foz do Iguazu solicitou parecer do Administrador da Mesa de Rendias. Este começou denegrindo a imagem pessoal do hoteleiro: “o qual, procurando facilidades para o ramo de negócios que explora, pretende, sob a alegação de bem servir aos interesses do turismo, que se torne franco o tráfego entre as margens do rio Iguazu”. E emitiu o seguinte parecer:

Preliminarmente, por dever de ofício, movido pela obrigação de salvaguardar os sagrados interesses da Fazenda Nacional, manifesto-me, em nome desta Estação Aduaneira, contrário a pretensão em lide, a qual, em virtude da especialíssima situação que envolve, não pode e nem deve ser atendida, tendo-se em vista a gravíssima irregularidade que a Administração praticaria, caso fosse dado o beneplácito.

¹⁸¹ *Informação s/n (fl. 57)*. 16/05/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguazu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

O administrador da mesa de rendas utilizou quatro páginas para argumentar os motivos pelos quais a petição não deveria ser atendida. Concluiu seu parecer com um certo tom de ironia: “Deve-se, outrossim, ter em vista que o turista quase sempre é individuo em boa situação financeira e que por isso não tem interesse em desembarcar em Puerto Aguirre para depois tomar uma canoa e ir ao porto General Meira”.

Pelo que conseguimos levantar, não houve modificação da situação, e o hoteleiro não teve sua solicitação atendida, em função principalmente do parecer do Administrador da Mesa de Rendias. Também não encontramos registros de destacamento de policiais para o porto em questão, o que tornou inviável a revogação da portaria de outubro de 1942.

Em meados de 1943 foram arquivados alguns casos isolados que se referem a ação da delegacia regional de Foz do Iguaçu. O primeiro destes casos isolados foi a advertência ao delegado, foi feita no dia 22 de julho de 1943:

Comunico a V. S., haver esta DOPS detido nesta Capital os paraguaios GABRIEL CRISTALDO, RAMON VILAR e DIOGENE NAEZ, os quais viajaram para cá sem haverem entrado legalmente no país e sem estarem com a permanência regularizada. Ditos elementos exibiram, nesta DOPS, salvo-condutos e uma autorização para viajar até Ponta Grossa, documentos fornecidos por V. S. A expedição desses documentos constituiu grave irregularidade de parte dessa D. R. e não deve ser repetida¹⁸².

Neste caso, o delegado pode ter recebido propina, ou ter faltado informação (menos provável), o fato é que estas pessoas chegaram à Curitiba e o Delegado da DOPS não poderia deixar de fazer esta correção ao seu subordinado.

No dia 29 de julho, o único caso arquivado de um súdito do Eixo, recém chegado de São Paulo em Foz, foi informado pelo Comandante da Companhia Isolada de Fronteira, “Anexo segue uma informação sobre o alemão ERNEST BLUMENTHAL, que atualmente

¹⁸² *Ofício n° 1635/43. 22/07/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6°)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.*

trabalha como Garçom no HOTEL CASINO IGUAÇU¹⁸³”. O anexo não é pejorativo e confirma a posição do comandante da Companhia, demonstrada também em outras ocasiões, em não atacar os súditos do Eixo.

Entretanto, o delegado da DOPS ordenou ao delegado regional, lembrando que ainda estava em vigor a proibição de viver na fronteira, que “De ordem da Secretaria deveis providenciar retirada imediata dessa cidade garçom ERNEST BLUMENTHAL, fazendo-o retornar procedência”¹⁸⁴.

O procedimento ordenado foi cumprido em 9 de agosto quando o delegado regional informou seu superior que “Ernesto Blumenthal foi embarcado destino São Paulo dia nove agosto. Saudações. Tenente Nelson¹⁸⁵”.

Outro caso arquivado foi um procedimento de rotina, em que o delegado apreendeu uma quantidade de cafeína acima do permitido, em vôo da Panair que saiu do Rio de Janeiro com destino à Buenos Aires. Sobre este caso foi arquivado apenas o auto de apreensão.¹⁸⁶

Por fim, ficou arquivada uma correspondência entre o Comandante da Companhia Isolada de Fronteira e o Secretário do Interior e Segurança Pública. O comandante Moacyr, ao contrário dos delegados da Polícia Civil em Foz do Iguaçu, esteve no cargo durante todo o período de 1942 a 1945. Antes de analisar o caso específico, é preciso salientar que o comandante era amigo pessoal do secretário. Em outras correspondência chega a indicar ao amigo uma lei em que o secretário estava em dúvida:

¹⁸³ *Carta a Fernando Flores*. 29/07/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁸⁴ *Telegrama n° 202*. 06/08/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁸⁵ *Telegrama s/n*. 04/09/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁸⁶ *Telegrama n° 128 (cópia)*. 04/08/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

Caro amigo Flores [...]

A disposição legal que trata do tráfego de caminhões, etc., para a fronteira, se acha consagrada no artigo 22 do decreto n. 12.328, de 27 de dezembro (27 de fevereiro) de 1916, que regulamentou a repressão ao contrabando nas Fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul e na Foz do Iguaçu (nominalmente). Dito decreto, apesar de velho, ainda se acha em pleno virgo, pois, conheço uma apreensão feita pela alfândega de Uruguaiana no começo do ano de 1942, com fundamento no mesmo. Na delegacia Fiscal, daí, poderás conseguir com facilidade o texto do referido decreto [...].

Sem mais, queira receber um abraço do amigo Moacyr Lopes de Rezende¹⁸⁷.

Acreditamos que o comandante tinha um certo prestígio com o superior dos Delegados Regionais. Com o “delegado especial”, todavia, não houve sequer um atrito ou problema entre ambos. Mas, assim que foi substituído pelo Tenente Nelson, o comandante Moacyr informou o seguinte:

No mês passado [setembro de 1943], recebi ordem do Cmt. da Região para reforçar a vigilância dos Portos GEN. MEIRA (Rio Iguaçu) e BELA VISTA (Rio Paraná). Dei ciência ao TEN. NELSON (Delegado e Prefeito) e as demais autoridades do conteúdo do documento e fiquei aguardando uma oportunidade para destacar os postos, pois receava melindrar nossos vizinhos, colocando tropa na fronteira.

A oportunidade surgiu com o caso de Paralisia Infantil e assim, no dia 28, destaquei os postos e pessoalmente dei ciência às autoridades. Não sei entretanto, o que deu na cabeça das autoridades civis, orientadas pelo Cap. Do Porto, que dentre as bobagens que cada uma fez, coube ao delegado, retirar o Posto de Polícia, do Porto GEN. MEIRA, como protesto de ter eu colocado tropa do Exército ali próximo. O anexo n. I, mostra meu procedimento e o n. II surgiu em virtude de ter conhecimento da retirada do posto. O TEN. NELSON, por este ou aquele motivo, achou de bom alvitre não me responder o ofício, apesar de na véspera de sua partida, dia 9, ter mandado avisá-lo, de que em hipótese alguma me conformaria em não receber contestação do referido documento.¹⁸⁸ (grifo nosso)

Percebemos que havia um cuidado para não criar uma crise como a que havia ocorrido em 1942, em que houve movimentação de tropas argentinas próximas à fronteira, e que este mesmo comandante teve que dar explicações para o comandante da *Gendarmeria* Argentina.

A desavença e discordância com o delegado regional ficou clara quando o comandante continuou sua explicação para o caso dos portos:

¹⁸⁷ *Carta a Fernando Flores*. 29/07/1943. Pront. 499b, Top: 55. “Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º)”, DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.

¹⁸⁸ *Idem*.

A fim de dar um paradeiro nas diversas interpretações que estavam dando ao meu ofício, provoqueei para dia 5 uma reunião no quartel (anexo n. III).

Sendo o TEN. NELSON, interpelado sobre o motivo porque retirou o posto, me respondeu que, retirou porque achou que não tinha mais finalidade. Esclareci então que nos meus ofícios (anexo I e II), estava claro que a missão nada tinha que haver com as atribuições normais da Polícia. Em face deste esclarecimento, me informou que iria mandar voltar o pessoal do posto.

No dia 7, movimentei com meu pessoal e com surpresa fui cientificado que o posto de polícia ainda não havia regressado ao seu lugar, ficando assim o Porto General Meira 2 dias sem guarda, pois somente a 9, pela manhã é que o posto foi novamente ocupado.

Em virtude de umas medidas postas em execução pelo Capitão do Porto, somente podem trafegar as embarcações despachadas pela Capitania (anexo n. IV). O TEN. NELSON, para passar por bom moço, e infringindo não só o acordo que fez com a Capitania, como a ordem daí emanada, autorizou a diversos turistas, atravessar a fronteira no Porto GEN. MEIRA, utilizando estes, embarcações argentinas¹⁸⁹.

O caso de paralisia foi utilizado como desculpa para que fossem colocadas tropas da Companhia na divisa com a Argentina:

O Dr. HUDSON, do dep. De Saúde Pública do Estado, esteve aqui por ocasião do aparecimento do caso de Paralisia Infantil e solicitou a todas as autoridades para impedir que viessem de Porto Aguirre, pessoas ou coisas (Anexo n. V).

A cooperação que a polícia prestou foi retirar sua guarda do Porto, não atendendo assim ao apelo perito por um Departamento do Estado. O Dr. HUDSON, poderia te fornecer melhores detalhes da questão¹⁹⁰.

Por fim, o comandante pede que seu amigo Secretário do Interior e Justiça “passe um susto” no Tenente Nelson que estava na capital do estado naquele momento:

Fica assim esclarecida, uma das boas atitudes do TEN., como Delegado. Como Prefeito seu procedimento pauta-se como os demais Prefeitos-Policiais. Um pouco de farol e mais nada. Cerda de uns três meses brigou com o açougueiro (anexo n. VI) e deixou a população praticamente sem carne. Interessante é que este mesmo açougueiro, é agora seu substituto na Delegacia. Aqui tem tanta gente em condições, mas o TEN. Escolheu o mais bronco, e mais rude, o mais ignorante. Parece até que houve um propósito de ofender o pessoal daqui.

Mais um aspecto interessante do TEN. NELSON, é bem fixado pelo desprezo que tem pela autoridade que por força lhe empresta o cargo. Assim é que, joga futebol (treino e partidas oficiais, tal como aconteceu no jogo de um clube local contra outro paraguaio no dia 7 de setembro), com os piores elementos de Iguaçu, treina com os soldados, etc...

Não é meu desejo prejudicar o TEN., por isto, não escrevo, mais seria conveniente você passar um susto nele, a fim de quando regressar, vir com outra atitude¹⁹¹.

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ *Idem.*

Com este documento do comandante Moacyr, encerram-se os documentos que foram arquivados pela DOPS-PR referentes à faixa de fronteira entre 1942 e 1945. Após maio de 1943, não houve mais perseguição focada estritamente aos súditos do Eixo. A Segunda Guerra Mundial ainda não havia sido ganha, mas era apenas uma questão de tempo para que os Aliados aniquilassem completamente as forças ainda resistentes do Eixo. O Brasil já havia obtido vantagens com o conflito e se tornado superior à Argentina no contexto da América do Sul. Não havia mais temor de um ataque ao continente sul americano capaz de atingir os Estados Unidos, mesmo assim, a garantia de retorno aos retirados da parte brasileira da Tríplice Fronteira só veio após o término do conflito mundial.

CONCLUSÃO

A vigilância aos súditos do Eixo só pode ser compreendida se considerarmos o contexto das relações internacionais durante a Segunda Guerra Mundial. Ser natural de um país que fazia parte das potências do Eixo era sinônimo de poder a qualquer momento prestar auxílio ao esforço de guerra de seus países.

Na parte brasileira da Tríplice Fronteira não havia uma colônia de alemães italianos ou japoneses. Mas, alemães e italianos residiam nesta fronteira desde o início do século XX, e mesmo que não mantivessem estreitas ligações com seus países, esses imigrantes também foram incluídos na categoria de súditos do Eixo.

A necessidade de manter vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira fez parte de uma agenda que foi arquitetada no plano internacional, e posta em prática no Brasil a partir da III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro. Logo após esta data, intensificou-se a vigilância e repressão em todo o país. Por ocasião da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Ministério da Guerra definiu grande parte das áreas de fronteira e litoral como zona ou teatro de operações de guerra.

Na parte brasileira da Tríplice Fronteira, os súditos do Eixo foram mantidos sob vigilância porque este espaço foi declarado zona de guerra. Nesta zona, segundo os militares, atividades pró-Eixo poderiam prejudicar o Brasil e até mesmo os Aliados. Assim, a ação da polícia foi no sentido de evitar que pudesse se concretizar esta possibilidade.

Com relação aos argentinos, as observações da polícia se limitaram a questões que eram discutidas no âmbito nacional. Não houve exagero no tratamento aos vizinhos ou a possíveis associações de súditos com elementos argentinos tendo em vista prejudicar a segurança nacional.

Para manter vigilância no oeste do estado, a polícia civil atuou através de duas delegacias: a Delegacia de Ordem Política e Social e a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu. A DOPS, com sede em Curitiba e atuante principalmente naquela capital, enviou, no começo da década de 1940, investigadores especiais para analisar a situação de “baixa nacionalização”. Quanto aos súditos do Eixo, esta delegacia foi responsável por cumprir os decretos baixados pelo interventor ou pelo chefe de polícia.

Na prática, a DOPS enviava as coordenadas para que a Delegacia Regional atuasse no oeste do Paraná que, em caso de acusações, iniciava o processo para a DOPS concluir. Esta prática foi alterada em 1942 quando o delegado regional de Foz do Iguaçu passou a ser um bacharel em Direito, com qualificações “especiais”. Sua permanência na cidade foi curta e limitada ao período em que se manteve mais vigilância aos súditos.

Esse “delegado especial” não apenas iniciava os inquéritos, mas procedia a uma investigação mais rigorosa e enviava sua conclusão do caso à DOPS. Também tinha uma forma particular e diferente dos delegados anteriores: criava investigações, como expedições a barranca dos rios Iguaçu e Paraná e escrevia detalhados relatórios que eram encaminhados até mesmo para o Ministério da Justiça e ao comando da 5ª Região Militar.

Entre as ações de vigilância do delegado e sua equipe, um padre alemão foi o primeiro alvo, assim como o foram também as sociedades estrangeiras que funcionavam na cidade.

A maior das ações de vigilância e repressão que envolveu militares, DOPS e Delegacia Regional, e atingiu diretamente centenas de pessoas naturais da Itália e da Alemanha, foi a retirada dos súditos do Eixo da faixa de fronteira.

Retirar pessoas de suas residências e locais de trabalho nas faixas de fronteira e litorânea, ocorreu em várias partes do Brasil. A “base legal” para a retirada estava na própria Constituição, mas foi regulamentada por vários decretos, como o que definiu a zona e sub-zona (ou teatro e sub-teatro) de operações de guerra dentro do Brasil em setembro de 1942.

A ordem de retirar os súditos da parte brasileira da Tríplice Fronteira partiu dos militares para ser executada pela DOPS. Em outubro de 1942, a DOPS começou os contatos com as Delegacias Regionais de Foz do Iguaçu e Guarapuava. A primeira cidade era o local de onde as pessoas seriam retiradas, enquanto que a segunda era o lugar “seguro” onde deveriam ficar até terminar a Segunda Guerra Mundial.

O local para onde os retirados deveriam ir foi escolhido por ser uma região central, ter um batalhão do Exército e estar a uma distância superior a 150 km, que era a delimitação da faixa de fronteira.

Inicialmente a DOPS cogitou alugar meios de transporte para os súditos do Eixo, entretanto, não foi possível, e os retirados acabaram tendo que providenciar suas mudanças com recursos próprios.

Também cogitou-se criar uma colônia agrícola para os imigrantes e seus familiares trabalharem durante o tempo que estivessem fora de suas casas. Isto não foi possível por motivos não esclarecidos, mas o fato é que os súditos chegavam e procuravam qualquer tipo de emprego para que ganhassem o suficiente para sustentar suas famílias. Assim, estas pessoas deixavam seus pertences em Foz aos cuidados de conhecidos, e ficavam em qualquer lugar, sem o qualquer auxílio por parte do Estado.

A DOPS, entretanto, autorizou a permanência de 10 súditos do Eixo, estes que seriam de importância vital para a economia da região. Essa atitude foi questionada pelo Comandante da 5ª Região Militar que, inclusive, pedia sua revogação pelo Interventor Manoel Ribas. A revogação não ocorreu e aqueles que haviam sido autorizados, ainda permaneceram em Foz do Iguaçu.

Embora houvesse esse desentendimento entre DOPS e 5ª RM com relação à parte brasileira da Tríplice Fronteira, os militares da Companhia de Fronteira diretamente não combateram os súditos do Eixo, assim como não participaram da retirada dos súditos.

Encontramos divergências entre o delegado regional e o comandante da Companhia de Fronteiras no período anterior e posterior ao “delegado especial”. Com ele, porém, aparentemente não houve problemas, ao contrário dos demais delegados regionais.

A retirada dos súditos do Eixo marcou profundamente a vida das pessoas que foram atingidas pela medida. Muitos daqueles que saíram da cidade não mais voltaram, procuraram permanecer na região central do estado, ir para estados do sul ou para a Argentina. Dos que voltaram, encontraram suas propriedades em um estado deplorável. Algumas apenas mal cuidadas, outras literalmente depredadas.

A permanência em Guarapuava foi lembrada pelos entrevistados como difícil e trabalhosa. Presente na memória das famílias, a retirada não é lembrada como momento histórico da parte brasileira da Tríplice Fronteira. Para os velhos, pais de família que conduziram as carroças, a lembrança latejou até a morte. Para os mais novos, que eram crianças e adolescentes, o que foi visto como uma brincadeira se tornou algo dolorido ao ouvir os relatos da viagem daqueles tempos de guerra.

Em meio ao caos que as famílias viveram, alguns se beneficiaram, como foi o caso do Sr. José que “aproveitou” a mudança forçada e se profissionalizou em São Paulo.

De modo geral, a retirada dos súditos do Eixo, bem como toda a vigilância de ordem política e social só ocorreu em função dos acontecimentos mundiais. Os súditos foram **inimigos internos** combatidos, dentro do próprio país.

REFERÊNCIAS

ACERVOS

Arquivo Pessoal (Pedro/Irineu Basso)

Biblioteca Estadual do Paraná

Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu

Centro de Documentação e Memória de Guarapuava/UNICENTRO

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV (on-line)

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

Memória do Legislativo Municipal – Foz do Iguaçu

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Diário Oficial do Estado do Paraná. 31 de Janeiro de 1942. p. 2

Mensagem do Governador do Paraná. Manoel Ribas, ano: 1940.

Dossiês pessoais da Delegacia de Ordem Política e Social

Emil Mohrhoff – Dossiê: 1050, Top. 331

Martin Nienwerhoff – Dossiê: 2680, Top. 430

Paulo Augusto Rockel – Dossiê: 3056, Top. 454

Dossiês temáticos da Delegacia de Ordem Política e Social

- Atividades nazistas no país – Dossiê: 124, Top. 15
- Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfred Andersen – Dossiê: 125, Top. 15
- Congregação do Verbo Divino de Foz do Iguaçu – Dossiê: 0325, Top. 38
- Consulado Alemão – Dossiê: 353, Top. 41
- Consulado Americano – Dossiê: 354, Top. 41
- Consulado da Itália – Dossiê: 358, Top. 41
- Companhia de Mate Larangeira – Dossiê: 0297, Top. 115
- DOPS – Documentos antigos – Dossiê: 0780, Top: 89
- DOPS – Chefatura Antiga (diversos) – Dossiê: 0760, Top: 86
- DOPS – Relatórios – Dossiê: 0831, Top. 100
- Expedientes recebidos diversos – Dossiê: 0958, Top: 117
- Fugitivos políticos para o Paraguai – Dossiê: 1022, Top. 122
- Jornal Correio do Paraná – Dossiê: 1197, Top. 142
- Ministério da Justiça – Dossiê: 1344a, Top: 159
- Ministério do Exército - Quartel General da 5º RM-DI – Antigo – Dossiê: 1333, Top: 156
- Oeste Paraná Clube – Dossiê: 1432, Top. 169
- Secretaria de Segurança Pública (antiga Chefatura de Polícia) – Dossiê: 1747, Top: 209
- Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu - SDP - (6º) – Dossiê: 499b, Top: 55
- Subdivisão Policial de Guarapuava – SDP – (14ª) – Dossiê: 2226, Top. 245
- Sociedade Operária União Beneficente de Foz do Iguaçu – Dossiê: 2208, Top. 241

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

“Documentos sobre a 3ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores Americanos contendo a ata final da Reunião; nota da Agência Nacional; discurso do representante cubano na Conferência e lista de todas as delegações que compareceram à Reunião”. Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1942.01.28 Data: 28/01/1942 Qtd. de documentos: 4 (116 fl.). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

“Telegrama de Oswaldo Aranha a Pimentel Brandão comunicando seu esforço no sentido de atenuar os efeitos do golpe de Estado nos EUA e afirmando que sua permanência na embaixada é prejudicial ao Brasil. Washington (Vol. XXVIII/31)”. Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1937.11.12/4 Data: 12/11/1937 Qtd. de documentos: 1 (2 fl.). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

“Memorando de Carlos Martins a Oswaldo Aranha sobre as relações argentino-americanas; comentando os planos da Alemanha na guerra; a posição estratégica da América do Sul em relação aos Estados Unidos e a necessidade da formação da ‘segunda frente’”. Arquivo Getúlio Vargas Classificação: GV c 1942.07.30/1 Data: 30/07/1942. Qtd. de documentos: 1 (4 fl.). Washington (Vol. XXXVIII/10c). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 11 de junho de 2009.

“Carta de Felisberto Batista Teixeira a Filinto Müller, transmitindo informação de agente sobre desconfiança nos círculos americanos relativa à posição do governo brasileiro em relação aos alemães e comentando as divergências táticas entre americanos e ingleses no Brasil”. Rio de Janeiro. GV confidencial 1941.11.08. CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

“Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as conseqüências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade do Brasil investir na defesa nacional”. Washington. GV c 1937.06.04/1 (Vol. XXVI/54). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

“Carta de José de Paula Rodrigues Alves a Getúlio Vargas analisando as dificuldades econômicas da Argentina agravadas com a guerra; as iniciativas para resolver a superprodução de milho e o desemprego, e as providências planejadas para a indústria bélica visando a defesa nacional. Informa também sobre tendências germanistas no Exército argentino e a repercussão no discurso de Vargas nesse país”. Buenos Aires. GV c 1940.06.22/1 (Vol. XXXIII/101). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas encaminhando informações do Estado Maior do Exército sobre a situação do continente sul-americano em relação à guerra incluindo observações detalhadas sobre aspectos político-militares da Argentina, influência alemã no continente e o poderio militar deste país”. Rio de Janeiro. GV c 1940.07.27/1 (Vol. XXXIV/12a e 12b). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Telegrama de Carlos Martins a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das entregas de material bélico para os Ministérios Militares”. Washington. GV c 1942.01.27 (Vol. XXXVII/19a). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

¹ “Relatório nº 110, reservado, do adido militar em Buenos Aires, Tenente-Coronel Tasso Tinoco, ao embaixador Rodrigues Alves, em 24/02/1942, sobre atividades do Exército Argentino”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Relatório nº 89, reservado, do adido aeronáutico em Buenos Aires, Coronel-Aviador Ivo Borges, ao embaixador Rodrigues Alves, em 26/02/1942, informações sobre aviação”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Relatório s/n, reservado, do adido naval em Buenos Aires, Coronel Augusto do Amaral Peixoto Junior, ao embaixador Rodrigues Alves, em 26/02/1942, informações sobre a existência de mobilização de tropas argentinas na fronteira brasileira”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Carta de Rodrigues Alves à Getúlio Vargas”. Buenos Aires. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas sobre a expectativa dos Estados Unidos em relação ao novo Governo chileno; concentração de tropas na fronteira da Argentina com o Brasil [...]”. Washington. GV c 1942.04.06 (Vol. XXXVII/62). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Carta de Protasio Vargas à Getúlio Vargas”. São Borja. GV c 1942.03.07 (Vol. XXXVII/52a, 52b, 52c, 52d, e 68). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Carta de Rodrigues Alves a Getúlio Vargas informando sobre política interna da Argentina; [...], e as relações entre Chile e Argentina”. Buenos Aires. GV c 1942.05.21/1 (Vol. XXXVII/77a). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Correspondência referente à Missão Sousa Costa”. Washington, Rio de Janeiro. GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Correspondência referente à Missão Sousa Costa”. Washington, Rio de Janeiro. GV c 1942.01.30 (Vol. XXXVII/19b...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

“Memorando de Góis Monteiro à Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro. GV c 1944.01.15 (Vol. XLIII/15a...). CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em 12 de junho de 2009.

ENTREVISTAS ORAIS

PASTORELLO, Guilhermina. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 15/01/2009.

SCHLOEGOEL, José. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 20/01/2009.

NIEUWENHOFF, Franz. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 27/02/2009.

BASSO, Irineu. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 13/03/2009.

KELLER, Ernesto. Entrevista ao autor. Foz do Iguaçu, 23/09/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia citada

- A PERSEGUIÇÃO aos alemães de Foz. *Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, p. 8-9, 15 jun. 1982.
- AQUINO, Maria Aparecida. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995
- ATHAIDES, Rafael. *ZU STUDIENZWECKEN IN PARANÁ: A Ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. Maringá, 2007. 195 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá.
- BOSI, Ecleia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. São Paulo, 1991. 237 p. Tese (doutorado em História), Universidade de São Paulo.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp: Fapesp, 2000.
- COSTA, Sérgio Corrêa. *Crônica de uma guerra secreta*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COGGIOLA, Osvaldo. Natureza da Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995
- CAMPANA, Silvio; ALENCAR, Francisco. *Foz Retratos*. Foz do Iguaçu: Fundação Cultural, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário DEOPS: Alemanha, módulo I*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- _____. Impressões de um dirigente: Relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 191-224, 2007.
- FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 2004.
- FREITAS, Sônia Maria. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/USP e Imprensa Oficial, 2002.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- GERTZ, Rene Ernani. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1991.
- _____. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. *Revista Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, ano IX, n. 19, p. 67-73, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/index>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 1940: Parte XVIII – Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- KIMURA, Rosangela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950)*. Maringá, 2006. 187 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: EdUnicamp, 1996.
- LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- MACCANN, Frank. *A aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.
- MONTEIRO, Claudia. *“Fora dos trilhos”: as experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. Porto Alegre, 2007. 135 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MORAES, Luiz Edmundo. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A seção brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*. Rio de Janeiro, 1996. 340 p. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEWTON, Ronald. *El cuarto lado del triángulo: la “amenaza nazi” en la Argentina (1937-1947)*. Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NEUMANN, Elisabeth. *Filha de imigrantes*. [S.l.]: [s.n.], 2005.
- _____. *Mãe Joana sem casa*. [S.l.]: [s.n.], 2006(?).
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- PIMENTEL, Ronildo. *A saga de alemães e holandeses na fronteira*. Foz do Iguaçu: Portal H2FOZ, 2006. Disponível em: <<http://h2foz.com.br/modules/conteudo/print.php?>>. Acesso em: 4 de abr. 2009.

REZNIK, Luis. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2004.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Aparecida Darc. As elites e a construção da memória de Foz do Iguaçu. In: III Seminário Internacional de História, 2007, Maringá, PR. Anais... Maringá: UEM, 2007. p. 1-10.

SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Hélio. *1939: Véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *1942: Guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

SILVA, Micael Alvino. *A Tríplice Fronteira como objeto do Historiador*. In: IV Seminário Internacional de História, 2008, Maringá, PR. Anais... Maringá: UEM, 2008. p. 1-14.

TEZZA, José Vicente. 1940 – A perseguição aos alemães de Foz do Iguaçu. *Revista Paniel*, Foz do Iguaçu, v. 26, n. 194, p. 14-16, 1999.

XAVIER, Marília. Da polícia política. In: ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. *Dops: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WACHOWICZ, Ruy. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

Bibliografia consultada

ABECK, Helmuth. *A colonização germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1929-1979)*. Curitiba: CRM, 1980.

ABREU, Candido Ferreira. *Colônia Militar do Iguaçu*. (texto de 1905). Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. V. 22. Curitiba: s.n, 1974.

ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS*. São Paulo: Humanitas, 2006.

ALBERDI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2005.

AMARAL, Arthur Bernardes. *A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2008. 278 p. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ANDRADE, Daysi Lucia Ramos. O Arquivo Público do Paraná. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, 30 de junho a 04 de julho de 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: AAB: AAG, 2008. p. 1-11.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Espaço nobre da cidadania*. Curitiba: DIOE, 1991.

AULICH, Werner. *O Paraná e os alemães*. Curitiba: [s.n.], 1953.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: EDUEM, 2008.

_____. *Geopolítica e relações internacionais na virada do século XXI*. Maringá: EDUEM, 2006.

_____. *Fascismo, nazismo e integralismo*. São Paulo: Ática, 2006.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Fundação Cultural, v. 22, n. 107, out. 1995.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BRITO, José Maria. *A descoberta da Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Tezza Editores, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ministros de Estado e Secretários Gerais das Relações Exteriores*. Brasília: [s.n.], 1987.

CARR, Edward Hallett. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CANCELLI, Elisabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, D. L. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edfgv, 1999.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CAMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/historia1.php>>. Acesso em: 22 de maio de 2009.

CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda e política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os Militares. In: PANDOLFI, D. L. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edfgv, 1999.

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: Edunioeste, 2003.

CARDOSO, Efraim. *Breve Historia del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1996.

_____. *Apuntes de Historia cultural del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1998.

CORRÊA, Marcos Sá; ALDÉ, Lorenzo. *Meu vizinho: o Parque Nacional do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: L3 Comunicação, 2009.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Brasília: EDUNB, 1998.

CICLOS EN LA HISTORIA, LA ECONOMIA Y LA SOCIEDAD. Los nazis en la Argentina: política y economía. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, 2000.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

_____. Cinco séculos de História. In: PERIS, Alfredo Fonseca (org). *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 29-76.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: EDUSP, 2000.

- FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: EDUFPEL, 2002.
- FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Em nome da Segurança Nacional: considerações históricas e perspectivas atuais da política de Segurança Nacional no Brasil*. In: ROLIM, R.C.; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- FREAZA, A. C. E. [et al.]. *I Jornada sobre Poblamiento, Colonización e Inmigración en Misiones*. Posadas: Ediciones Montoya, 1999.
- GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GRONDIN, Marcelo. *O alvorecer de Toledo na colonização do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Ed. Germânica, 2007.
- IBIAPINA, Alcides Vieira [et al.]. *1º Batalhão de Fronteira: Livro de Ouro*. Foz do Iguaçu: s.n, 1965.
- ITAIPU BINACIONAL. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=node/356>>. Acesso em: 20 de maio de 2009.
- KLAUCK, Samuel. *Gleba dos Bispos: colonização no oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: EST, 2004.
- _____. A fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005. P. 243-278.
- LAVALLE, Aida. *Germânia-Guaíra: um século na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro Publicações, 1996.
- LAINO, Domingo. *Paraguay: fronteras y penetración brasileña*. Asunción: Global, 1979.
- LEITE JUNIOR, H. M. Teixeira. *Moisés Lupion – civilizador do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- LIMA, Ivonete Terezinha Carletto. *As faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.
- LIMA, Jandir Ferreira. Integração da Região: Paraná, Brasil e Mercosul. In: PERIS, Alfredo Fonceca (org). *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 179-192.
- LIMA, Jandir Ferreira; PIFFER, Moacir; PIACENTI, Carlos (orgs.). *O Prata e as controvérsias da integração sul-americana*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- MASKE, Wilson. *Entre a Suástica e a Cruz: a fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai (1933-1945)*. Curitiba, 2004. 221 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001.

_____. A Alemanha no Brasil durante a Segunda Guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995

_____. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998.

_____. Os arquivos da Polícia Política brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. *Revista Seminários*. São Paulo, v.1, n.1, p. 1-5, 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/proin/publicacoes/revista-1.php?idRevista=1>>. Acesso em 24 de abril de 2009.

_____. O Estado Novo, a DOPS e a ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, D. L. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edfgv, 1999.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 1-8, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995

MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais*. Maringá: EDUEM, 2005.

NEUMANN, Rosane Marcia. A campanha de nacionalização: a repressão legitimada em prol da “brasilidade”. In: *Muitas Faces de uma Guerra, 2005*, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, 2005. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/index.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2009.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PANDOLFI, D. L. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Edfgv, 1999.

PELLEGRINI, S. A.; DIAS, R. (orgs.) *História, espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000. P. 100-127.

PEREIRA, Marcia Guerra; FIGUEIREDO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. A Reconstituição do Acervo. In: ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. *Dops: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros de guerra: a reclusão dos imigrantes indesejáveis (Brasil: 1942-1945). *Revista Seminários*. São Paulo, v.3, n.3, p. 1-4, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/proin/publicacoes/revista-1.php?idRevista=2>>. Acesso em 24 de abril de 2009.

PILOTO, Valfrido. *Quando o Paraná se levantou como uma nação*. Curitiba: IHGE-Ed. Lítero-Técnica, 1982.

PIERUCCINI, M. A. Oeste do Paraná: caracterização enquanto região. In: PERIS, Alfredo Fonceca (org). *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 77-104.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In:

POMER, Leon. *Os conflitos da bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1990.

RABOSSI, Fernando. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re-interpretação. In: SEYFERTH, Giralda [et al.]. *Mundos em movimento*. Santa Maria: EDUFMS, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, EDUNB, 1982.

SILVEIRA NETTO, M. *Do Guaira aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Rio de Janeiro, 1992. 294p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STEIN, Marcos Nestor. *A construção do discurso de germanidade em Marechal Candido Rondon (1946-1996)*. Florianópolis, 2000. 230 p. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

TEMBIL, Márcia. *Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias*. Guarapuava: Unicentro, 2007.

TRINDADE, Héliogio. *O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TSCHÁ, O. C. P.; IWAKE, S.; PIERUCCINI, M. A. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo Fonceca (org). *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 105-178.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

ZATTI, Carlos. *O Paraná e o Paranismo*. Curitiba: Progressiva, 2006.

Legislação citada

BRASIL. Decreto nº 10.024 – de 29 de janeiro de 1913 – *Emancipa as colônias militares á foz do Iguassú e do Alto Uruguay*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto Secreto nº 10.490-A – de 25 de setembro de 1942. *Define e delimita a Zona de Guerra*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.766 – de 01 de outubro de 1942 – *Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5770 de 23/08/1943 - *cria o primeiro batalhão de fronteira, com sede em Cascavel, estado Paraná*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2010.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 37 - de 2 de dezembro de 1937 - *Dispõe sobre partidos políticos*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 341 - de 17 de março de 1938 - *Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 383 - de 18 de abril de 1938 - *Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938. - *Regula a Nacionalidade Brasileira*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 392 - de 27 de abril de 1938 - *Regula a expulsão de estrangeiros*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 406 - de 4 de maio de 1938 - *Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 431 - de 18 de maio de 1938 - *Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto lei n. 639 - de 20 de agosto de 1938 - *Modifica o Decreto-Lei nº. 406, de 4 de maio de 1938*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 893 - de 26 de novembro de 1938 - *Dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 868 - de 18 de novembro de 1938 - *Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. Decreto nº. 3.010 - de 20 de agosto de 1938 - *Regulamenta o Decreto-Lei nº.406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

ANEXO I

ANEXO A LA RESOLUCIÓN XVII MEMORANDUM PARA LA REGLAMENTACIÓN DE LAS ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

Se recomienda a las Repúblicas Americanas que tomen amplias medidas regulatorias, hasta el punto en que sea práctico, en vista de las condiciones actuales y de las que se pueden preveer, que no estén en pugna con sus respectivas normas constitucionales y que incluyan las siguientes, reconociéndose que muchas de ellas ya se encuentran en vigor:

(A) Controlar a los extranjeros peligrosos:

1 – Exigiendo que todos los extranjeros se registren y que comparezcan periódicamente ante las autoridades correspondientes y que se ejerza una estricta supervisión sobre las actividades y conducta de todos los nacionales de estados miembros del Pacto Tripartito y de los estados a ellos subordinados, comunicando inmediatamente a las otras Repúblicas americanas los informes que obtengan relativos a la presencia en ellas de extranjeros sospechosos para su paz o su seguridad;

2 – Estableciendo procedimientos mediante los cuales los nacionales de dichos estados que sean considerados peligrosos para el país donde residan, permanezcan detenidos durante su estancia en el mismo o se restrinja la libertad de sus movimientos;

3 – Impidiendo que dichos nacionales posean, comercien o usen aeroplanos, armas de fuego, explosivos, aparatos radiotransmisores u otros instrumentos bélicos, de propaganda, de espionaje o de sabotaje;

4 – Limitando los viajes dentro del país y los cambios de residencia de los extranjeros que sean considerados peligrosos, cuando tales viajes sean incompatibles con la seguridad nacional;

5 – Prohibiendo que tales nacionales formen parte de organizaciones que están controladas por estados miembros del Pacto Tripartito y de los estados a ellos subordinados o que funcionen en su interés;

6 – Defendiendo a todos los extranjeros que no sean considerados peligrosos para que no se vean privados de medios de subsistencia adecuados, para que no se hagan distinciones injustas en perjuicio de ellos y para que no se intervenga de cualquiera otra manera en su vida social y en sus actividades mercantiles normales.

(B) Evitar el abuso de la naturalización:

1 – Redoblando la vigilancia que las circunstancias exigen en lo que se refiere a la naturalización de extranjeros, y en particular en lo que concierne a la denegación de la ciudadanía a los que en alguna forma continúen prestando obediencia o sigan considerándose como nacionales de los estados miembros del Pacto Tripartito o de los estados a ellos subordinados;

2 – Anulando la ciudadanía y los derechos a ella inherentes de aquellos ciudadanos de origen no americano que, habiéndoseles concedido el privilegio de convertirse en ciudadanos de un estado americano, cometan actos perjudiciales a la seguridad o la independencia de ese estado, o por cualquier otro medio demuestren su lealtad a un estado miembro del Pacto Tripartito o a cualquiera de los estados a ellos subordinados; y considerando además que tales individuos pierden su calidad de ciudadanos si reconocen o tratan de ejercer el derecho a la doble ciudadanía.

(C) Regular el tránsito a través de las fronteras nacionales:

1 – Ejerciendo estricta vigilancia sobre todas las personas que deseen entrar o salir del país, particularmente sobre aquellas que sirven los intereses de los estados miembros del Pacto Tripartito y de los estados a ellos subordinados, o cuyo punto de partida o de destino sea uno de los antedichos estados, sin perjuicio, sin embargo, de mantener las prácticas más liberales que permitan las condiciones locales para la concesión de refugio seguro a las personas que, como víctimas de la agresión, lleguen huyendo de la opresión impuesta por potencias extranjeras, y prestando la más amplia cooperación para el intercambio de informes sobre el tránsito de personas de un estado u otro;

2 – Reglamentando y controlando estrictamente la entrada o la salida de todas las personas de las cuales de tengan razones fundadas y bastantes para creer que se dedican a actividades políticas como agentes de estados miembros del Pacto Tripartito o de los Estados a ellos subordinados, o que sirven los intereses de éstos.

(D) Evitar actos de agresión política:

1 – Estableciendo sanciones para los actos que tengan por objeto obstruir los esfuerzos bélicos o defensivos del país de que se trata o que tengan por fin obstruir la cooperación con otras Repúblicas americanas en asuntos relacionados con su defensa mútua;

2 – Impidiendo la diseminación de propaganda por parte de cualquier agente, nacional o de cualquier partido político organizado en cualquier Estado miembro del Pacto Tripartito o de uno de los estados a ellos subordinados, o de cualquiera otra persona u organización que actúe bajo su mandato o dirección, que rienda a perjudicar la seguridad o las relaciones de las Repúblicas Americanas, a crear disensiones políticas o sociales, a intimidar los nacionales de cualquier República americana, o influenciar la política de cualquier estado americano;

3 – Exigiendo el registro en una dependencia del Gobierno, o controlando de cualquiera otra manera, las personas u organizaciones que traten de actuar en cualquier estado no americano que no esté en guerra al lado de una República Americana, o de cualquiera de sus partidos políticos, incluyendo clubs, sociedades o instituciones, ya sean de carácter social, humanitario, deportivo, educativo, técnico o caritativo, dirigidas o sostenidas por nacionales de cualquiera de esos estados; exigiendo la revelación pública plena y constante al pueblo del país en que éstos tengan lugar, de la identidad y naturaleza de todas las actividades de tales personas y organizaciones y manteniendo una vigilancia constante sobre tales personas y sobre los miembros de tales organizaciones, ya sean ciudadanos o extranjeros;

4 – Castigando todos los actos de sabotaje, avería y destrucción de materiales esenciales para la defensa de fabricas, edificios, lugares y servicios dedicados a la producción y el almacenaje, servicios públicos, medios de transporte y de comunicación, zonas y servicios portuarias; castigando los actos de espionaje y la recopilación y comunicación con fines hostiles de informaciones vitales sobre medios de defensa y previniendo y evitando actos de sabotaje y de espionaje; tomando medidas para proteger y resguardar la documentación, las instalaciones y operaciones vitales;

5 – Fiscalizando todas las comunicaciones con estados subordinados a los estados miembros del Pacto Tripartito, o en comunicación con ellos, con el fin de censurar toda la información o inteligencia que sea de utilidad para cualquier miembro del Pacto Tripartito en la ejecución de sus designios hostiles contra cualquiera de las Repúblicas americanas, o en actividades de cualquier otra naturaleza que puedan ser perjudiciales a la seguridad de cualquiera de las Repúblicas Americanas o de todas ellas.

ANEXO II

POLÍCIA CIVIL – ESTADO DO PARANÁ Delegacia de Ordem Política e Social

“SECRETO – dia 27-1º-1942. Horas – 20,54”

“Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o Governo deliberou romper relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália”.

1a. PARTE – o Governo Federal está certo de encontrar em V. Excia., nas demais autoridades, e na sua população, aquela mesma unidade de sentimentos e de pensamento que já têm demonstrado. É necessário, contudo, manter na população o mesmo espírito de ordem perfeita e disciplina com que vem até agora (*sic*) acompanhado o desenvolvimento da situação. Ainda que esta se agrave e o Brasil passe da ruptura diplomática ao estado de guerra, não deverá o povo adotar uma atitude agressiva, para com os súditos das nações adversárias residentes no Brasil, suas pessoas (*sic*), seus bens, sua honra. Práticas de destruição, perseguição, de violência cometidas contra indivíduos desarmados são prescritas pelo direito internacional e prejudiciais ao bom nome de uma nação, além de absolutamente inúteis, pois repercutem prejudicialmente na economia do país e no conjunto do seu esforço. Nós temos no Presidente da República, um guia seguro, dotado de inteligência excepcionalmente aguda (*sic*), de perfeito conhecimento da realidade e de uma noção superlativa do bem público, e o melhor que podemos fazer consiste em acatar-lhe as ordens, seguir-lhe o exemplo e cumprir em cada setor da vida nacional, a tarefa que êle (*sic*) nos distribuir.

2a. PARTE – Permitto-me chamar sua atenção para o fato de que achando-se o país em estado de emergência, as medidas constantes do artigo 168 da Constituição devem ser observadas rigorosamente.

3a. PARTE – Em consequência da ruptura, e desde que a mesma seja anunciada nesta Capital, cessará de existir no Brasil, a representação diplomática dos países mencionados e deixarão de exercer as suas funções os respectivos cônsules, vice-cônsules e agentes consulares, de carreira e honorários, que ficarão sob vigilância, mas com todas as garantias de integridade física e moral até que o governo decida quanto ao seu destino. Não lhes será permitido, porém manter qualquer contato (*sic*) com os súditos de seus países, nem utilizar (*sic*) meios particulares de telegrafia e radiotelegrafia ou de navegação, bem assim mudar de domicílio ou residência, a não ser intermédio das autoridades locais e com aprovação prévia do Governo Federal.

4a. PARTE – Recomendo desde já um policiamento rigoroso dos meios de transporte, usinas de força e luz, portos, embarcações, locais de passagem nas fronteiras, estabelecimentos bancários e detenção de quaisquer indivíduos, estrangeiros ou brasileiros que sejam suspeitados de pretender por qualquer forma (*sic*) prejudicar o funcionamento daquelas utilidades ou frustrar o controle exercido pelo Governo.

5a. PARTE – Solicito prosseguir no cumprimento das instruções transmitidas em meu telegrama relativo às (*sic*) sociedades estrangeiras, acrescentando que as sociedades de súditos estrangeiros das potências com as quais o Brasil romper relações e ainda quando registradas (*sic*) ou tendo requerido registro (*sic*), devem ser postas sob controle direto do Governo, de acordo (*sic*) com o referido telegrama.

6a. PARTE – Os estrangeiros nacionais das potências com as quais o Brasil romper relações devem comunicar á (*sic*) autoridade policial a sua residência, dentro de

quinze dias da publicação de um edital, que para esse fim, será baixado por ordem de V. Excia., no dia da ruptura.

7a. PARTE – Além de outras providencias, cuja adoção parecer conveniente ao prudente critério de V. Excia. recomendo: 1º - impedir a distribuição de escritos nos idiomas das potencias com as quais o Brasil romper relações, 2º - proibir que sejam cantados ou tocados hinos das potencias referidas, 3º - proibir saudações peculiares a essas potencias referidas, 4º - proibir o uso do idioma das mesmas potencias em convenções em lugar público (cafés, etc.); 5º - deter quem ostensivamente em lugar público, manifeste simpatia pela causa das referidas potencias; 6º - dispensar os naturalizados, naturais daquelas potencias, de cargos policiais ou de natureza política (prefeitos, etc.); 7º - arrecadar livros e material de propaganda politica em favor daquelas potencias, existentes em livrarias especialmente estrangeiras ou casas particulares; 8º - proibir que sejam exibidos em lugar acessivel (*sic*) ou exposto ao público retratos de membros dos governos daquelas potencias.

8a. PARTE – Com relação aos súditos das referidas potencias: 1º - proibir que viagem de uma cidade para outra localidade, sem licença da policia (salvos-conduto); 2º - proibir que se reúnam, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter privado (aniverssarios (*sic*), bailes, banquetes, etc.); 3º - proibir que discutam ou troquem idéias, em lugar público sobre a situação internacional; 4º - cassar as autorizações de porte de armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos; 5º - proibir que mudem de residência sem comunicação prévia á (*sic*) policia (serviço de registro de estrangeiros); 6º interditar os aviões que lhes pertençam; 7º proibir que viagem por via aérea, sem licença especial da policia; 8º arrecadar as armas, de qualquer espécie, que lhes pertençam e que por êles (*sic*) devem ser entregues dentro de quinze dias.

9a. PARTE – É ainda necessário: 1º - suspender o funcionamento das sociedades de tiro civis e apreender-lhes o armamento; 2º - apreender as pertencentes a estrangeiros. As medidas constantes das partes 3ª., 5ª. final, 6ª., 7ª., 8ª., e 9ª. item 2º, só deverão ser postas ostensivamente em vigor, quando anunciada a ruptura. Não é necessário comunicação minha sobre esta, que de certo será divulgada imediatamente pelos meios usuais de publicidade. Concluo renovando apelo ordem, trabalho, dedicação total forças individuais, coletivas bem da Policia. Mais uma vez Brasil espera, como no passado, brasileiros cumpram seu dever pt (a) VASCO LEITÃO DA CUNHA – MINISTRO DA JUSTIÇA”.

O telegrama acima transcrito, foi dirigido ao Exmo. Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal – Curitiba, 28-1º-042.

a) CAP. F. FLÔRES

ANEXO III**CHEFATURA DE POLÍCIA**
Curitiba, 28 de Janeiro de 1942**PORTARIA Nº 30**

O chefe (*sic*) de Polícia do Estado, tendo em vista a ruptura de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Alemanha, Italia (*sic*) e o Japão, faz público, por ordem do Exmo. Snr. Interventor Federal as seguintes determinações: –

I – Os subditos (*sic*) daquelas três nações estrangeiras estão expressamente proibidos do seguinte: –

- a) – Mudar de residência, sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Delegacia de Ordem Política e Social, nésta (*sic*) Capital, e, quando nas localidades do Interior á (*sic*) autoridade policial local, devendo ser feita, dentro de quinze dias, a comunicação das residências atuais;
- b) – Portar consigo ou em veículo, ou manter em domicilio, qualquer especie de armas, devendo, os detentores de armas registradas na Delegacia de Ordem Política e Social ou nas Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia do Interior, entrega-las, com os respectivos atestados de registro, nessas Repartições dentro do prazo de quinze dias a contar desta data;
- c) Exercerem o comércio ou transporte de armas, munições, materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos, - devendo ser entregues á (*sic*) Polícia, dentro de quinze dias, as licenças que lhes tenham sido fornecidas para aqueles fins;
- d) – Viajar de uma localidade para outra sem estar munido de salvo-conduto, que deverá ser expedido, nésta (*sic*) Capital pela Delegacia de Ordem Política e Social, e, no interior, pela autoridade policial respectiva, mediante exibição de documento de identidade e apresentação de duas fotografias medindo 3 x 4 cms., e estampilhas de Rs. 2\$000 (estadual) e Rs... \$200 (educação e saúde);
- e) – Reunirem-se, ainda que em casas particulares, a titulo (*sic*) de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc)
- f) – Viajar por via aérea, sem licença especial da Polícia, obtida na fôrma (*sic*) da alínea D;

II – Proíbe-se em caráter geral: –

- a) – o uso de idioma daquelas três nações nas conversações em lugar público (rua, cafês, casas de diversões, etc.);
- b) – a distribuição de quaisquer escritos nos idiomas acima referidos;
- c) – cantar ou tocar os hinos daquelas nações estrangeiras;
- d) – fazer saudações peculiares aos partidos políticos dos três paízes (*sic*) retro aludidos;
- e) – a exibição em lugar acessível (*sic*) ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas nações;

A Delegacia de Ordem Política e Social, nésta (*sic*) Capital, e ás (*sic*) Delegacias e Sub-Delegacias do Interior do Estado, cabe fazerem observar rigorosamente todas as medidas constantes da presente portaria.

C U M P R A – S E
FAUSTO N. BITTENCOURT